

Boletim Cultural

VI SÉRIE · N.º 4
ANO 2023



Boletim
Cultural

VI SÉRIE · N.º 4
ANO 2023

Sumário

4	01. Nota de abertura <i>Mário Passos</i>
	02. Editorial
6	O farol habitual <i>Pedro Oliveira</i>
	03. Do local ao global
10	3.1 O Julgado de Vermoim: entre a Idade Média e a Moderna <i>Bernardo de Souza</i>
20	3.2 Os Gomes Loureiro: do Minho, a Lisboa, ao Brasil e ao oriente português (século XVIII-XIX) <i>Odete Paiva e Beatriz Pinto</i>
40	3.3 Um renomado boémio de Coimbra <i>João Afonso Machado</i>
52	3.4 A Comissão Promotora de Homenagem Póstuma a Camilo <i>Teresa Araújo</i>
72	3.5 O papel do Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris na politização da emigração económica pelo PCP(ml) <i>Cristina Clímaco</i>

86	3.6 Santuário no Monte do Facho? Um sonho com cem anos! <i>Diogo Cardoso</i>
102	3.7 Património histórico e cultural: génese, evolução e impacto das linhas ferroviárias em Vila Nova de Famalicão como fatores determinantes no crescimento e desenvolvimento territorial entre 1875 e 1977 <i>Nestor Borges</i>
128	3.8 Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão <i>Luísa Alvim</i>
156	3.9 A assistência aos tuberculosos em Vila Nova de Famalicão no início do século XX <i>Paula Costa</i>
184	3.10 Uma experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa <i>Carlo Bifulco e Manuela Araújo</i>

04. Currículos

202	Breves Currículos
-----	-------------------

01. Nota de abertura

→ Mário Passos

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Boletim Cultural, editado periodicamente pelo Município desde 1980, é mais do que uma publicação.

É uma celebração viva da identidade da comunidade famalicense, refletindo o compromisso firme do Município em valorizar a cultura como um pilar estruturante do nosso território.

Através da cultura, reforça-se a coesão da nossa comunidade e criam-se oportunidades para o desenvolvimento integral de todas as pessoas, incentivando o sentido de pertença e identidade coletivas.

A cultura tem, assim, um papel central na construção de um concelho mais coeso e consciente da sua herança histórica.

O compromisso firme do Município com a cultura reflete-se, uma vez mais, nas páginas deste novo número do Boletim Cultural, onde se destacam temas de grande relevância para a história e a memória coletiva de Vila Nova de Famalicão.

Entre os artigos da presente edição, sublinhamos os seguintes: “O Julgado de Vermoim: Entre a Idade Média e a Moderna”, de Bernardo de Souza; “Os Gomes Loureiro: do Minho, a Lisboa, ao Brasil e ao Oriente Português (Século XVIII-XIX)”, de Odete Paiva e Beatriz Pinto; e “O papel do Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris na Politização da Emigração Económica pelo PCP(ML)”, de Cristina Clímaco.

Também os artigos produzidos por colaboradores do Município merecem especial destaque, refletindo o profundo sentido de compromisso que tem norteado o trabalho de todos os envolvidos na concretização desta edição.

A todos os que, com o seu contributo valioso, ajudaram a dar vida a esta nova edição do Boletim Cultural, o nosso mais sincero agradecimento. O seu empenho é fundamental para que Vila Nova de Famalicão continue a afirmar-se como uma comunidade que não só preserva e honra a sua identidade milenar, como também enfrenta os desafios contemporâneos de forma inovadora e determinada.

Convidamos todos os famalicenses e os demais leitores a mergulharem nas páginas deste Boletim Cultural, que é, acima de tudo, uma celebração do nosso património, da nossa cultura e da nossa capacidade de nos reinventarmos enquanto comunidade cada vez mais consciente da sua história e mais preparada para o futuro.

02. Editorial

O farol habitual

→ Pedro Oliveira

VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FAMALICÃO

O Boletim Cultural mantém-se como um projeto de referência, quer como fonte para o estudo e investigação, quer como trabalho que acentua muita da nossa identidade e da nossa memória.

Tão rica e significativa é a nossa herança cultural que é importante prosseguir, através do Boletim Cultural, com este trabalho de preservação e promoção.

Mantemos em mais uma edição a diversidade de temas, contando para isso com o contributo inestimável de diferentes autores, em dez artigos.

De entre todos, permitam-me uma referência particular ao artigo de Bernardo de Souza “O Julgado de Vermoim: entre a Idade Média e a Moderna”. O Bernardo é um jovem estudante que, partilha connosco um pouco da sua tese de mestrado, que recai sobre as nossas origens enquanto território. De igual modo realço o artigo do Diogo Cardoso, sobre o “Santuário no Monte do Facho? Um sonho com cem anos!”.

O Bernardo Souza e o Diogo Cardoso são dois jovens famalicenses que, contribuindo para o Boletim Cultural com os seus estudos e trabalhos dão um inestimável contributo para a valorização da nossa história e do nosso património. São um exemplo que muitos outros podem seguir, contribuindo assim para que o Boletim Cultural continuar a ser um verdadeiro farol nestas dimensões.

Destaco também o artigo da autoria de Odete Paiva e Beatriz Pinto “Os Gomes Loureiro: do Minho, a Lisboa, ao Brasil e ao oriente português (século XVIII-XIX)”, pela qualidade da investigação e variedade de fontes primárias analisadas.

A todos que colaboraram neste número, muito obrigado pela disponibilidade para partilharem o seu conhecimento!



03.

Do local ao global

3.1 O Julgado de Vermoim: entre a Idade Média e a Moderna

→ Bernardo de Souza

Resumo

O Julgado de Vermoim foi uma forma de organização do espaço que surgiu no período medieval e perdurou durante a modernidade. Pretendemos apresentar as alterações entre os Julgados de Vermoim nestas duas épocas históricas, contextualizando este momento com o auxílio de cinco mapas, permitindo explicar esta continuidade territorial de modo introdutório aos nossos concidadãos abrindo avenidas de investigação futura.

Introdução

O Julgado de Vermoim foi uma forma de organização do espaço que antecedeu, e segundo algumas perspetivas (Carvalho, 2005), ‘prefigurou territorialmente’ o Concelho de Vila Nova de Famalicão. Se no período cronológico entre a Idade Moderna e a Contemporânea ocorre uma transformação de proporções significativas (Durães, 1980; Capela et al., 2005), entre o medievo e a modernidade sucede-se, no nosso entendimento, uma transição marcada por mudanças menos significativas na organização interna do espaço, apesar de grandes alterações à escala e nas relações regionais. São estas diferenças que procuraremos descrever neste texto.

A partir da investigação iniciada na nossa dissertação de mestrado (Souza, 2024a), pretendemos recuperar aspetos como a integração do Julgado ao património da Casa de Bragança, a evolução do termo «Julgado» no contexto do Ducado de Barcelos e a posição de Vermoim no ordenamento territorial de Barcelos, assim, permitindo expressar esta continuidade histórica de modo introdutório. Faremos uso de um conjunto de resultados obtidos na dissertação através da cartografia temática histórica, na forma de cinco mapas autorais, para contextualizar o processo que ocorreu entre os séculos XIV e XVI. Neste texto não pretendemos analisar aspetos teórico-metodológicos ou bibliográficos, visto que, o nosso objetivo é meramente contribuir para o conhecimento deste período cronológico aos concidadãos, trazendo a atenção a três questões relevantes a esta cronologia.

No período considerado, entre a Idade Média e Moderna, ao contrário dos movimentos dos séculos XVIII e XIX, observamos poucas mudanças locais. Contudo, à escala regional verificamos 1) uma sucessão de eventos políticos que estabeleceram uma nova hierarquia administrativa; 2) que influenciou a evolução do termo «Julgado»; e, 3) a relação que existia entre Vermoim (local) e Barcelos (regional) que guia, ao

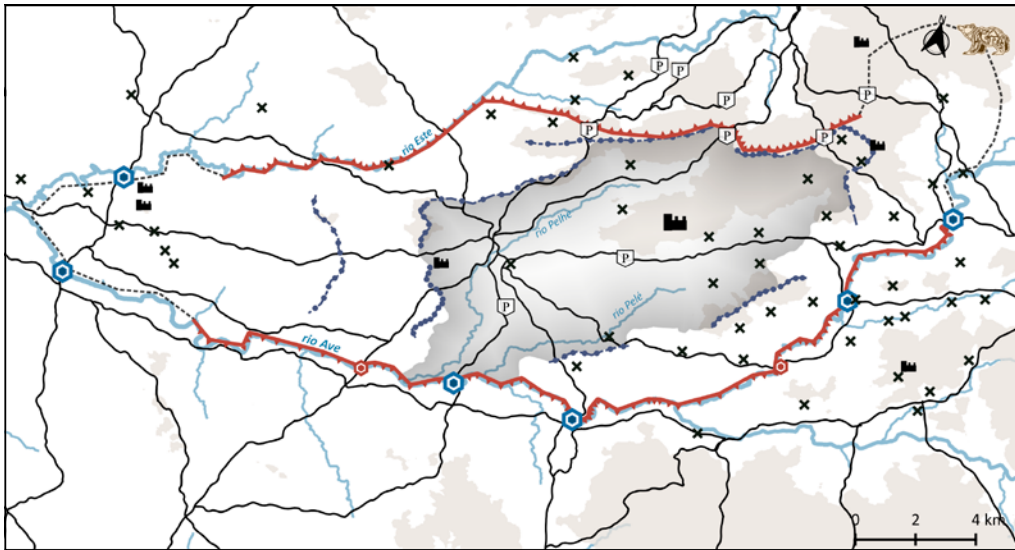
longo da Idade Moderna, o desenvolvimento do Julgado. Logo, a partir destes três aspetos procuraremos estabelecer o contexto histórico local.

1. O percurso político

No quadro da Reconquista Cristã Peninsular, a emergência do topónimo «Vermoim» [*Ver-muy*, *Vermuim*] para designar a área do Entre Ave-e-Este, relaciona-se com a existência de um Castelo ‘cabeça-de-terra’ (Barroca, 2004: 181-184; Barroca et al., 2018). O papel desta fortificação na organização do espaço seria mais do que uma funcionalidade defensiva, exercendo um domínio territorial sobre os vales dos rios Pelhe [*da Vila*] e Pelé e sobre a rede viária que conectava a área do sul do rio Ave à Barcelos, Braga e Guimarães (Amaral, 2007: 11; Almeida, 1967: 83-84), como identificado no Mapa 1.

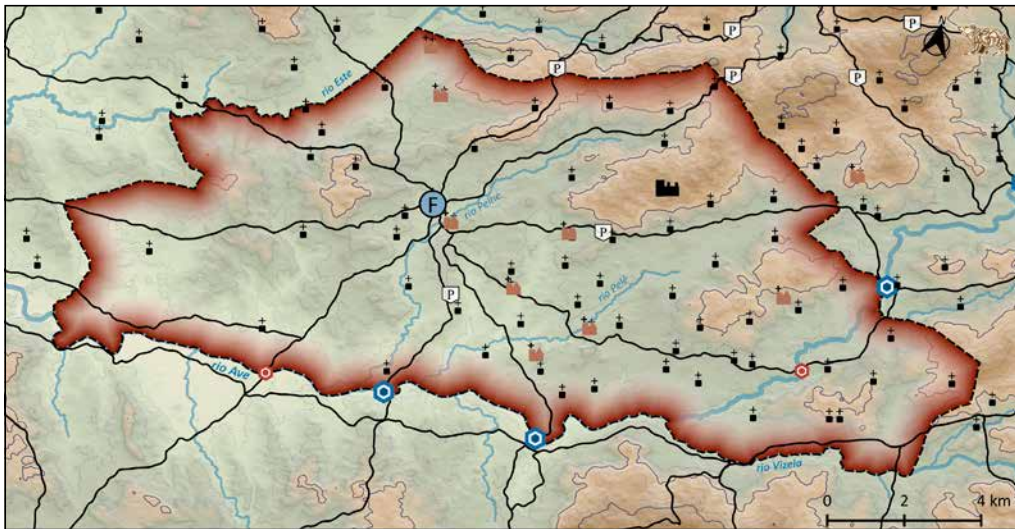
Ao longo da Idade Média o espaço viria a consolidar uma rede de núcleos de população em torno de igrejas paroquiais (Costa, 1959), assim como a fundação de vários mosteiros (Marques, 1981: 93-94) e a doação de uma carta de Foral a Vila Nova de Famalicão (Salgado, 2005), indicando a vitalidade das comunidades estabelecidas no Entre Ave-e-Este. O conjunto de comunidades articular-se-iam em jurisdições das várias esferas religiosas e civis, a partir das quais emergiria uma territorialidade na forma da *Terra* de Vermoim.

Ao longo do século XIV, esta unidade espacial passaria a ser nomeada de *Julgado* de Vermoim, após uma consolidação dos limites territoriais com outros espaços. As guerras fernandinas e a ascensão de uma nova dinastia provocariam a necessidade de articulação do rei com personalidades capazes de financiar, económica e militarmente, os seus conflitos e legitimar a sua causa. Quando foi útil à Coroa negociar para atrair, recompensar ou gerir as alianças e motivações de notáveis membros de importantes famílias do Entre Douro-e-Minho, Vermoim foi uma das moedas de troca. Processo semelhante ao que se verificava noutros territórios e noutras comunidades.



- | | | | |
|---|--|---|--|
| Ocupação territorial | Área de domínio | Rede viária | Altitudes superiores a 200 m |
| <ul style="list-style-type: none"> Castelo de Vermoim outras fortificações núcleo de povoamento (anterior à 1025) | <ul style="list-style-type: none"> provável limite limite incerto barreira visual vales sob controle direto do castelo | <ul style="list-style-type: none"> provável traçado Portela Ponte Barca | <ul style="list-style-type: none"> Altitudes superiores a 200 m Cursos de água |

Mapa 1 A área entorno do Castelo de Vermoim, séculos X-XI.
 Elaborado em: QGIS 3.28.11 'Firenze'.
 Fonte: (Costa, 1959; Barroca, 2004; Marques, 2012). O limite visual trata-se daquele que observamos no castelo nas saídas de campo.



- | | | | |
|--|---|---|--|
| Ocupação territorial | Rede viária | Cursos de água | Altitudes (m) |
| <ul style="list-style-type: none"> Julgado de Vermoim castelo de Vermoim (assento de 'Terra-Tenente') Concelho de Fomalção (assento de Juiz) igreja paroquial mosteiro | <ul style="list-style-type: none"> provável traçado Portela Ponte Barca | <ul style="list-style-type: none"> Cursos de água Curvas de nível | <ul style="list-style-type: none"> Altitudes (m) 400 0 |

A primeira doação régia de Vermoim a um Senhor, nesta cronologia, foi feita a Telo Gonçalves de Aguillar (Chancelaria de D. Fernando: 93v), em 1372, mas de breve duração, visto que D. Fernando I doa o Julgado e as suas terras a Rui Vasquez Pereira, em 1373 (Chancelaria de D. Fernando: 122v). A segunda doação durou três anos, já que em 1376 ocorre uma terceira doação, a favor do Conde de Neiva, D. Gonçalo Teles de Meneses (Chancelaria de D. Fernando: 170v e 188). Tendo ocorrido uma quarta doação, já no reinado de D. João I, a D. Lourenço Vicente, o Arcebispo de Braga, em 1395 (Chancelaria de D. João I: 138). Dois anos depois de a receber, D. Lourenço morre e o Julgado volta para a Coroa.

Em 1401 o Julgado de Vermoim é doado pela quinta vez, ao filho bastardo de D. João I, D. Afonso, na data do seu casamento com D. Beatriz, herdeira única do Condestável D. Nuno Alvares Pereira. Iniciar-se-ia assim um processo de integração da comunidade vermoimense na jurisdição da Vila de Barcelos, parte do património do referido D. Afonso, futuro Duque de Bragança (Chancelaria de D. João I: 119v).

As sucessivas doações definiriam a forma do território vermoimense que Barcelos tutelaria ao longo do período moderno, como podemos averiguar no Mapa 2. A ‘restauração’ da Casa de Bragança no reinado de D. Manuel I (ostracizada por D. João II) e o novo foral de Barcelos (1515) confirmam a posição de Vermoim como parte do *Termo* da Vila de Barcelos durante o período moderno. Retornaremos a esta relação de Barcelos e Vermoim mais adiante no texto.

2. Os «Julgados»

Contudo, mais do que um percurso político as sucessivas doações do Julgado de Vermoim a diferença do termo «Julgado» para medievais e modernos evidencia a transição de duas épocas históricas. Alargaremos a cronologia (1200-1800), tendo em vista as dissonâncias entre o «Julgado» medieval e moderno serem dependentes de um contexto histórico mais amplo.

O «Julgado» surge como um termo, nos séculos XIII-XIV, referente às comunidades que constituíam, o que hoje chamaríamos de Comarcas Judiciais, existindo um juiz com a jurisdição sobre o espaço. Note-se a relação existente entre o cargo de juiz e as funções administrativas sobre a corresponde área de jurisdição. Vermoim, teria como identificação do espaço a área de domínio de um Castelo e de jurisdições diversas como o Arcediagado de Vermoim. Enquanto Julgado não possuiria um juiz único, na verdade, teria enclaves como o Concelho de Famalicão e os vários Mosteiros com os seus próprios juizes.

Como foi apontado por J. L. de Vasconcellos (1980: 14), nos séculos XIII e XIV «Julgado» passaria a ser utilizado na documentação, existindo uma correlação entre o que se dizia ser «Concelho» e o que se dizia ser «Julgado». Os séculos XIV e XV reservariam ao «Concelho» uma maior disseminação e conotação urbana, anteriormente inexistente. O Julgado de Vermoim, na sua versão medieval, não parecia encaixar-se nesta categoria cidadina, tal como outros Julgados indica uma área mais vasta associada numa só justiça. Interrogámo-nos sobre a dificuldade linguística que seria nomear um território único e existente com vários enclaves e que, portanto, não possuiria uma só unidade jurídica. Por isso, qual era, sob a jurisdição da Casa de Bragança, o entendimento de Julgado no período moderno?

Em primeiro lugar, durante a Idade Moderna, onde se encaixavam os «Julgados», no ordenamento territorial português? Apesar da ‘equivalência’ de Concelho e Julgado no período medieval e em alguma documentação moderna (notoriamente as descrições geo-históricas e as corografias), para Hespanha a «designação Julgado era frequentemente reservada para terras com uma autoridade jurisdicional incompleta» (1994: 104). Ou seja, não teriam jurisdição sobre o crime e dependeriam do reconhecimento da sua jurisprudência por outra jurisdição hierarquicamente superior.

Eram, portanto, a periferia de um poder municipal. Verificamos que os casos de territórios que se enquadram nesta tipologia existem no Sul e no Norte de Portugal.

No Norte encontramos Julgados no Porto e em Barcelos. Os territórios da comarca do Porto, são reconhecidos como do *Termo* e da Comarca do Porto e:

estavam de algum modo dependentes da câmara do Porto, que lhes nomeava as justiças [...] trata-se, seguramente de um resíduo de uma situação anterior, em que o concelho do Porto exercia uma hegemonia político-administrativa mais pronunciada (Hespanha, 1994: 104).

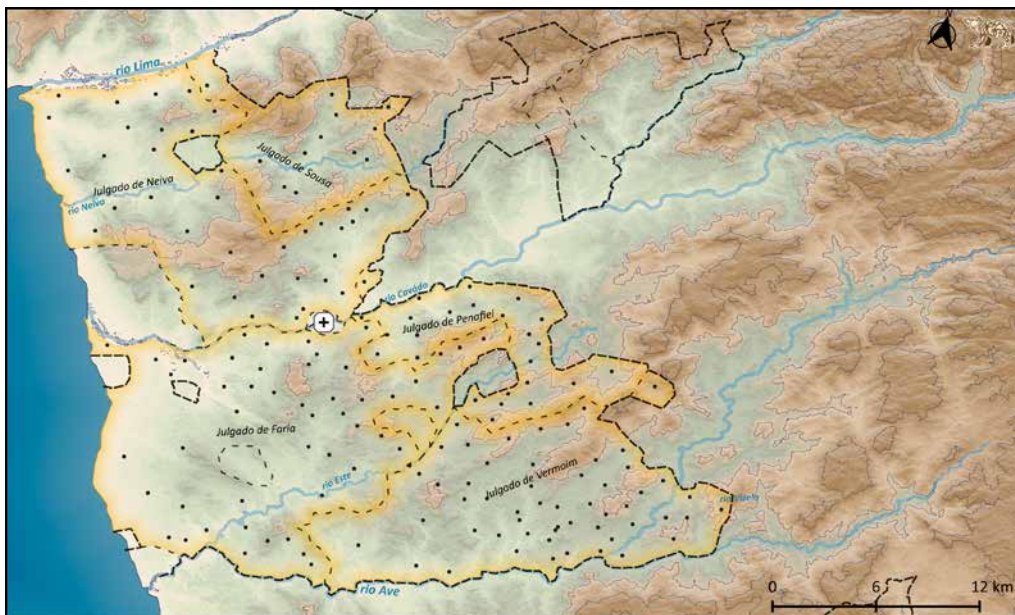
O que parece adequar-se à incorporação de um «Julgado» do século XIII ou XIV, que entre a Idade Medieval e a Moderna foi colocada sob a jurisdição de uma hierarquia superior radicada num centro urbano. Estes territórios portugueses viriam (a partir de 1608) a evoluir para concelhos. Os Julgados de Barcelos, de acordo com A. Hespanha, «não evoluíram para concelho, mantendo-se no *Termo* do concelho principal, embora com alguma individualidade político-administrativa» (1994: 104), o que verificamos ser o caso de Vermoim, porém, não significa que os ‘famalicenses’ não teriam procurado essa ‘promoção’ a concelho (Capela, 1989; Souza, 2024a).

Apesar de uma provável tipologia, as características dos Julgados variavam mediante as relações que tinham com os seus centros urbanos. Os Julgados de Barcelos (Vermoim, Faria, Neiva, Penafiel de Bastuço e Aguiar de Neiva) representariam um conjunto de comunidades do espaço rural dominadas por um poder hierarquicamente superior e concelhio, de cariz jurídico-administrativo. Pela falta de informação não podemos averiguar se esta também seria a situação com os Julgados portugueses ou de outras regiões portuguesas.

O Julgado de Vermoim, durante a Idade Moderna, tinha uma ‘cabeça’, uma sede, a Vila Nova de Famalicão, que era a extensão administrativa de Barcelos, mesmo com um juiz pedâneo em Famalicão, detentor de uma autoridade jurídica local. Entre o ‘distrito’ de Vermoim e o lugar de Famalicão um juiz detinha alguma autonomia jurisdicional, mas era dependente do reconhecimento de sua autoridade pela Vila de Barcelos (Hespanha, 1994: 107). Podemos então concluir que o Julgado, neste caso e numa cronologia moderna, estaria como uma subdivisão administrativa, um escalão intermediário, entre a paróquia e a Vila de Barcelos dos Bragança. Ora, não estamos a falar de «concelhos, designados oficialmente como cidade, vilas, concelhos, coutos e honras, sem que dessas distintas designações resultassem significativas diferenças» (Monteiro, 1993: 304), mas sim, de um espaço rural, outrora nomeado de Julgado, que pela ‘inércia’ faria uso da tipologia e passaria a corresponder a uma unidade espacial incorporada ao património dos Duques de Bragança e ao *Termo* de Barcelos. Processo que «consolidou» sem adaptar o estatuto institucional de Vermoim, mesmo que redefinindo a sua função.

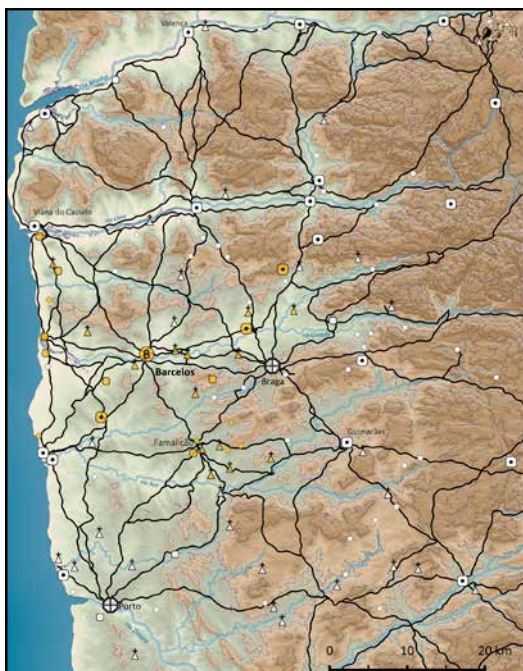
3. Vermoim sob Barcelos

Em primeiro lugar, e como já demos conta, estamos a falar de uma relação de domínio entre um centro e uma periferia. A vila de Barcelos era o centro político e administrativo de Vermoim, tal como o era para os outros Julgados de Neiva, Faria, Penafiel de Bastuço e Aguiar de Neiva, como representamos no Mapa 3. Estes cinco Julgados eram o núcleo fiscal desta secção minhota do património dos Bragança (Souza, 2024b).



Ocupação territorial

- ⊕ Vila de Barcelos
- limite da jurisdição de Barcelos
- divisões internas
- igreja paroquial



Ocupação territorial

- ⊕ Cidade
- Vila ou concelho
- Vila
- Aldeia
- △ Ermito ou Mosteiro
- Aldeia, lugar, Fortaleza ou Vila
- Ⓚ Cabeçal do Ducado
- Associação ao Ducado

Rede viária

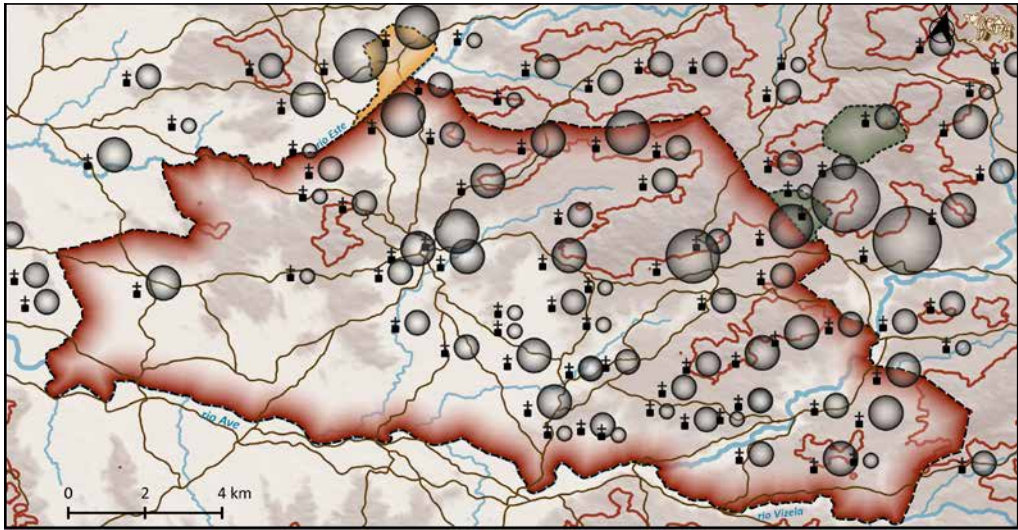
- provável traçado

↑ **Mapa 3** A Vila de Barcelos e o seu Termo, 1515. Elaborado em: QGIS 3.28.11 'Firenze'. Fonte: (Foral de Barcelos, 1515; Villasboas, c.1794-1795; Barros, 2019).

← **Mapa 4** O Ducado de Barcelos por João de Barros, c. 1550. Elaborado em: QGIS 3.28.11 'Firenze'. Fonte: (Villasboas, c.1794-1795; Barros, 2019).

Em segundo lugar, como representamos no Mapa 4, Barcelos não era só o centro administrativo de cinco Julgados, mas de um conjunto de concelhos, vilas e coutos espalhados pelo Entre Douro-e-Minho (Barros, 2019). A Casa de Bragança iria no *Condado*, e a partir de 1561, *Ducado* de Barcelos, criar dois sistemas paralelos para a gestão do seu património na Província do Entre Douro-e-Minho. Estabelecendo na Vila de Barcelos (e paróquia de Barcelinhos) e no *Termo* da Vila, um núcleo e nas partes distantes e dispersas sob a jurisdição barcelense uma *Comarca*. Nos séculos XVII e XVIII, o sistema evoluiria para uma rede de juizes locais com jurisdições próprias para a ‘boa justiça’ (ou seja, boa administração) do Ducado (Souza, 2024b).

Mas o que significou para Vermoim este domínio barcelense? Num quadro regional o que acima descrevemos, mas à escala local, uma situação distinta. Pois, apesar da intervenção barcelense nos impostos e na justiça, não ocorreram grandes mudanças neste período (séculos XV-XVI). Mesmo considerando que pelo século XV-XV, a) o Concelho medieval de Famalicão seria incorporado ao Julgado de Vermoim e o seu oficialato ao sistema de justiça local de Barcelos (Souza, 2024a: 104); e, b) o Mosteiro de Landim, principal comunidade monástica, teria vários partidários fiéis aos Bragança ali instalados como reitores (Marques, 1981: 614).



Mapa 5 O Julgado de Vermoim, c. 1515-1530. Elaborado em: QGIS 3.28.11 'Firenze'. Fonte: (Braamcamp, 1905).

Logo, mesmo com as mudanças ao nível regional, durante o século XVI, o Julgado de Vermoim, como figurado no Mapa 5, apresentava, tal como no início do período medieval, uma concentração populacional nos vales dos rios Pelhe e Pelé, antigo núcleo do domínio do Castelo de Vermoim (Mapa 1). Note-se que a posição Vermoim, centro do Ducado de Barcelos, não impediria de ter uma unidade territorial parcialmente erodida pelas áreas de sobreposição com o Julgado de Faria e o *Termo* de Guimarães, fenómenos que também ocorriam durante a Idade Média (Capela et al., 2005).

Comentários finais

É evidente que ocorreram mudanças no Julgado de Vermoim entre os séculos XIV e XVI, que escapam os elementos que resgatamos. Não obstante, a História local é um ‘poço sem fundo’ e uma série de linhas de investigação poderão ser seguidas para detalhar a cronologia em destaque em estudos futuros.

Por um lado, compreendemos que o percurso político colocou o Julgado fora da jurisdição régia e dentro da senhorial da Casa de Bragança e é possível dimensionar o impacto deste percurso em Vermoim. Por outro lado, o desenvolvimento e a utilização, da palavra «Julgado» no caso do *Termo* de Barcelos demonstra a relação particular estabelecida entre a vila barcelense e os seus Julgados.

Vermoim sob alçada de Barcelos, significaria a participação do Julgado numa ‘máquina’ mais ampla, de escala regional. Uma participação que não se traduziria em poder político. As principais transformações internas, de ordem socioeconómica, territorial e até identitária, viriam a ocorrer pelos séculos seguintes, eventualmente revertendo num desequilíbrio de forças entre Vermoim e Barcelos e promovendo uma série de disputas entre ambos (Capela, 1989).

Sem embargo, a partir do quadro apresentado e figurado nos mapas será possível deter um entendimento do contexto regional, político e até semântico vermoinense. Portanto, consideramos que este recorte cronológico poderá impulsionar estudos futuros, estabelecendo mais uma componente de entendimento e construção de conhecimento histórico sobre o passado do território de Famalicão. Inclusive por que existem várias fontes inéditas por estudar nos arquivos municipais de Barcelos, Santo Tirso, Guimarães e Ponte de Lima, e distritais Porto e de Braga, além dos nacionais como a Torre do Tombo.

Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

Chancelaria de D. Fernando, (1372) *Carta de Doação de Vermoim a Telo Gonçalvez de Aguillar* (PT/ANTT/Chancelaria de D. Fernando/L.1/fl.93v.). (1373) *Carta de Doação de Vermoim a Rui Vaasquez Pireira* (PT/ANTT/Chancelaria de D. Fernando/L.1/fl.122v.). (1376) *Carta de Doação do Castelo de Vermoim ao Conde Dom Gonçalo* (PT/ANTT/Chancelaria de D. Fernando/L.1/fl. 170v.) e PT/TT/Chancelaria de D. Fernando/L.1/fl. 188).

Chancelaria de D. João I, (1395) *Confirmação da Lourinhã e Vermoim ao Arcebispo de Braga* (PT/ANTT/Chancelaria de D. João I/L.1/fl.138). (1401) *Carta de Doação dos Concelhos de Neiva, Faria e Vermoim dados por Termo a Barcelos* (PT/ANTT/Chancelaria de D. João I/L.3/fl.119v.).

Arquivo Municipal de Barcelos (AMB)

1, Foral Novo da Vila de Barcelos, 1515, PT/AMB/1/1.

Metadados

Topografia, gonçaves, J. A.; Pinhal, A.; Bio, A. (2022), *SRTM-DEM: Shuttle Radar Topography Mission - SAR Interferometry, 30 m, latitudes 60S and 60N, in 14297 granules of 1 by 1 degrees. NASA Earth Data*. Disponível em: https://www.fc.up.pt/pessoas/jagoncal/dems/index_en.html

Hidrografia, OpenStreetMap e MapCruzin. Disponível em; <https://mapcruzin.com/download-shapefile/portugal-waterways-shape.zip>.

Fontes impressas, obras de referência e estudos

Almeida, C. A. F. de (1968). *Vias medievais Entre Douro e Minho*. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras – Universidade do Porto.

Amaral, L. (2007). Povoamento e organização eclesiástica do território bracarense (finais do século IX - primeiro quartel do século XI). *Paisagens Rurais e Urbanas*. 4: 9-36.

Barroca, M. et al. (2018). *Mil anos da incursão normanda ao Castelo de Vermoim*. CITCEM. Porto.

Barroca, M. (2004). Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (século IX a XI). *Portugalia (Nova Série)*. 25: 181-203.

Barros, J. de (2019). *Geographia d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*. Câmara Municipal do Porto. Porto.

Braamcamp Freire, A. (1905). *Arquivo histórico português*. Vol. 3. [s/ed]. Lisboa.

Capela, J. (1989). V. N. Famalicão: A Fundação de um Município Liberal. *Boletim Cultural*. 9: 13-39.

Capela, J. [et al.] (2005). *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi. Famalicão.

Carvalho, V. de (2005). *Aspetos de Vila Nova: a justiça*. 3° ed. Quasi. Famalicão.

Costa, A. da. (1959). O Bispo D. Pedro e a Organização da Diocese de Braga. 2 Vols. IEH. Coimbra.

Durães, M. (1980). Breve História da Formação do Município Famalicense, 1835. *Boletim Cultural*. 1: 13-25.

Hespanha, A. (1994). *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político*. Almedina. Coimbra.

Marques, A. E. (2012). Paisagem e povoamento: da representação documental à materialidade do espaço no território da diocese de Braga (séculos IX-XI). Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras – Universidade do Porto.

Marques, J. (1981). A Arquidiocese de Braga no século XV. Tese de Doutoramento em história. Faculdade de Letras – Universidade do Porto.

Monteiro, N. G. (1993). Os concelhos e as comunidades. In *História de Portugal*. Vol. 4. Circulo de Leitores. Lisboa.

Salgado, B. (2005). *Vila Nova entre dois forais*. 3° ed. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Famalicão.

- Souza, B. de (2024a). Vermoim: um território do Entre Douro-e-Minho, através da cartografia histórica (c.900-1835). [Dissertação de mestrado não publicada]. Faculdade de Letras – Universidade do Porto.
- Souza, B. de (2024b). O sistema fiscal do Ducado de Barcelos, Portugal (1750-1820): uma reconstituição geo-histórica. In Camarero Bullón, C.; Aguillar Cuesta, Á. I.; Corral Ribera, M., Fuentes geohistóricas, nuevas tecnologías, nuevos retos (pp. 433-466). UÁM/EUC.
- Vasconcellos, J. L. de. (1980). *Etnografía portuguesa*. 2 vol. 2 ed°. Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa.
- Villasboas, C. J. G. (c.1794-1795). Mapa da provincia d'Entre Douro e Minho de par com as indicações Economico-Políticas tudo para servir à Regulação das Comarcas da mesma Provincia, e outros objetos de Utilidade Publica [Mapa]. [escala não determinada]. 1mapa: ms., color.; 90,7 cmx60,3 cm. Disponível em: <http://purl.pt/24996>.

3.2 Os Gomes Loureiro: do Minho, a Lisboa, ao Brasil e ao oriente português (século XVIII-XIX)

→ Odete Paiva e Beatriz Pinto

Resumo

A família Gomes Loureiro, oriunda de Sezures, freguesia do concelho de Vila Nova de Famalicão, teve o seu apogeu no século XVIII, com o comércio ultramarino. A sua ascensão passou, igualmente, pela frequência de alguns dos seus membros pela aula do comércio criada pelo marquês de Pombal e pela Universidade de Coimbra.

Palavras-chave

Família Gomes Loureiro, Minho, Vila Nova de Famalicão, comércio ultramarino, oriente português, Brasil.

Introdução

Significativo foi o número de rapazes que, predominantemente, entre os 15 e os 17 anos, nos séculos XVIII e XIX, deixou a sua terra, na província do Minho, e se encaminhou para Lisboa, muitos deles depois de algum tirocínio em Guimarães, Barcelos, ou Porto, por vezes, para trabalhar com familiares, ou sendo orientados por eles, como aconteceu com os Gomes Loureiros, cujo tio, Domingos Lopes Loureiro os auxiliou no ramo do comércio com o Brasil e o ultramar português.

O entrelaçamento comercial entre estas regiões remotas do Império obrigava à existência de uma rede de representantes locais, controlados por uma casa comercial e capazes de pôr em movimento o sistema. Os negócios intercoloniais espalhavam uma malha de relações, contatos, correspondência, viagens, que acabava por tornar menos distantes regiões geograficamente muito afastadas. As famílias portuguesas Loureiro e Ribeiro, que dominariam o comércio português na Índia, na segunda metade do século XVIII, têm uma história que nos serve de exemplo. Elas travaram contato, pela primeira vez, provavelmente, no Rio de Janeiro, onde tiveram casa comercial e fizeram fortuna. Abriram contatos com o Oriente. Em Lisboa, associaram-se aos grandes comerciantes lisboetas especializados na costa ocidental da Índia e fundaram a Sociedade Ribeiro e Hubens. As viagens da Sociedade seguiam sempre a mesma rota e contavam com os representantes locais¹.

A investigação de Ernestina Carreira² sobre as famílias Loureiro e Ribeiro Neves conduz-nos a uma rede de contactos por elas tecida, numa geografia alargada que ia da Europa à Ásia, ao Brasil e à África, a fim de reunir capitais e transacionar mercadorias. Na viagem de regresso, destacamos a pimenta e o café, carregadas desde Bombaim e os panos oriundos das feitorias portuguesas de Surrate e de Damão.

Prestemos atenção ao diário de bordo do navio Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal³:

partiu de Lisboa, na primavera de 1783, descarregou 200 barras de chumbo no porto do Funchal, onde embarcou 200 pipas de vinho.

A 30 de setembro de 1783, a embarcação fez arribada para se abastecer de água no porto da ilha de Bourbon, por o considerarem o menos perigoso, tanto para a vida da tripulação, como para o casco e mercadorias. Seguiu viagem para Goa, a 21 de outubro de 1783. Parou em Cochim, a 28 de dezembro de 1783, para ser “comboiado” e navegar com mais segurança.

1 Anita Correia Lima de Almeida, *Gente que chega e que passa: circulação de homens e ideias no Império Colonial Português*, em *Anais do VIII Encontro Regional de História da ANPUH – Núcleo do Rio de Janeiro*, Vassouras, 1998.

2 Ernestina Carreira, *O comércio português no Gujarat na segunda metade do século XVIII: as famílias Loureiro e Ribeiro*. *Mare Liberum*. Lisboa, n. 9, julho, 1995, p. 87.

3 *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 64, cx. 6*. PT/TT/LFF/0064.

Entre 31 de dezembro de 1783 e 11 de janeiro de 1784, por ordem dos agentes dos fretadores, como Francisco Gomes Loureiro, o navio ficou em Calecute (por a fragata que apoiava a tripulação ser obrigada a fazer essa estadia). De 12 a 14 de janeiro, permaneceu no porto da Talaxeira, por ordem da “fragata do comboio”, e ambas as situações os agentes dos fretadores fizeram negócio. Fundearam no porto de Goa, a 23 de janeiro e, até 26 desse mês, descarregaram o coral. Dirigiram-se a Bombaim, no dia 1 de fevereiro desse ano. A 5 desse mês, reuniu o capitão com a restante tripulação, a fim de tomarem resoluções acerca do peso do lastro do salitre que a embarcação transportaria para Lisboa, atendendo a que devia levar 500 mil “arrates” de pimenta, que se havia de carregar de fazenda para Lisboa e que camarotes e câmara também levariam tecidos. Não tendo havido consenso, o capitão decidiu que carregassem 2.300 arrobas de lastro de salitre.

A 12 de fevereiro, deram fundo no porto do Forte de Vitória, para nele carregarem 600 sacas de salitre do navio inglês que os ia “comboiar” para Bombaim, partindo no dia seguinte. Em virtude de os agentes dos fretadores terem determinado ir a Surrate, o capitão imputou-lhes as responsabilidades pela decisão, alertando para o perigo da demora no regresso, as monções, a falta de tempo para recolher em Goa, bem como a necessidade de recolher no sul a pimenta, o tempo excessivo para a tripulação que necessitava de mais alimentos e de ser paga pelo tempo dispendido⁴.

A 29 de janeiro de 1795, decidiu o capitão com a tripulação não ir ao porto de Tabelfai ou à ilha de Santa Helena, conforme instruções dos agentes dos fretadores e sim a Angola, onde reuniriam todas as condições. A 14 de fevereiro de 1785, foram comprar verdura e gado a Benguela e abastecer-se de tudo o necessário e, perante as informações do governador, procederam ao concerto e abastecimento da embarcação.

A 9 de março de 1785, o capitão, o mestre calafate e o mestre carpinteiro decidiram que não poderiam seguir viagem para Lisboa, sem antes arribar ao porto da Baía de Todos os Santos, por questões de manutenção e segurança do navio. E todos assinaram o termo de arribada.

A 10 de março desse ano, verificou-se uma moléstia na tripulação do navio (febre maligna) que atingiu o capitão, o terceiro piloto e o escrivão sobrecarga e, nesse dia, morreu o capelão, estando doentes 5 tripulantes e o cirurgião.

Ao invés do que é indicado por Ernestina Carreira, nas rotas das embarcações comerciais que de Lisboa se dirigiam à Índia, o navio Nossa Senhora da Conceição Princesa de Portugal de que falamos, não seguiu o percurso referido como comum pela autora. Esta diz-nos que os navios partiam de Lisboa no princípio do ano,

4 Não foi fácil chegarem a acordo sobre composição, tonelagem e arrumação da carga do navio.

com uma carregação de metais (...) destinados ao mercado indiano⁵, faziam escala na Madeira para embarcarem vinho (destinado aos portos ingleses). No Rio de Janeiro, embarcavam açúcar e aguardente, a qual descarregavam em Moçambique com outras mercadorias (armas). Embarcavam então marfim, por conta da armação ou de um comerciante local. Chegavam à costa indiana em Novembro, desembarcavam as mercadorias em Bombaim, Goa, Damão e Surat, e iam embarcar pimenta no sul (ou em Bombaim), têxteis em Damão ou Surat (raramente Diu), café de Moca em Bombaim, antes de partirem para a Europa em Fevereiro do ano seguinte⁶.

Difícil foi o negócio entre fretadores e donos do navio Nossa Senhora da Conceição, Princesa de Portugal, destinado ao Malabar, com viagem entre 1783 e 1785, como constatamos:

José Loureiro foi réu, a 1 de janeiro de 1788, numa ação cível de embargos movida por Francisco Caetano da Cunha, morador na rua Direita de Loureto, freguesia da Encarnação, em Lisboa, e por Manuel Ferreira de Araújo, senhores da galera Nossa Senhora da Conceição, Princesa de Portugal, cuja ação se prendia com o pagamento do fretamento desse navio na viagem à Costa da Índia de onde trouxera pimenta⁷. Indica-se, nesse processo, que o réu fazia parte com José Caetano Monteiro, Jerónimo Ribeiro Neves⁸ e Manuel José Machado

5 Estado Português da Índia era o nome dado pelos portugueses a todas as suas possessões e postos de comércio entre Sofala e Macau e, em sentido mais amplo, abarcava a costa marítima da África Oriental e da Ásia, desde o Cabo da Boa Esperança até o Japão. Cf. C.R. Boxer, *Relações raciais no Império Colonial Português, 1415-1825*. Porto: Afrontamento, 1977, p. 45.

6 Ernestina Carreira, O comércio português no Gujarat na segunda metade do século XVIII: as famílias Loureiro e Ribeiro. *Mare Liberum*. Lisboa, n. 9, julho, 1995, pp. 87-88.

7 PT/TT/JIM/C/0054/00007.

8 Ambrósio Ribeiro Neves, negociante, residente na cidade de Lisboa, e seus irmãos Henrique Ribeiro Neves, Francisco Ribeiro Neves, Domingos Ribeiro Neves, António Ribeiro da Silva Neves e Jerónimo Ribeiro Neves, naturais da freguesia de Santa Maria do Souto, Guimarães, filhos de José Francisco Ribeiro e Domingas da Silva de Macedo, pediram para lhes serem emitidos os brasões de armas dos Ribeiros, Silvas e Macedos, para usarem como descendentes dessas famílias, como tal, procedeu-se aos respetivos Autos de justificação de nobreza. Foram considerados habilitados a 12 de janeiro de 1767. Justificação de nobreza de Ambrósio Ribeiro Neves e seus irmãos, *Feitos Findos*, n.º 1, n.º 27. Acerca de Jerónimo Ribeiro Neves, ver Carta do conde de Aguiar para o conde dos Arcos, sobre o requerimento de Jerónimo Ribeiro Neves, escrivão da receita e despesas do ouro e prata da Casa da Moeda da capital da Bahia, deferindo a licença sem vencimento de ordenado. Cartas Régias – Ica-AtoM APEB (fpc.ba.gov.br). Em 1774, era homem de negócios da praça do Rio de Janeiro. Teve brasão de armas em 30 de março de 1774. António Ribeiro Neves foi comerciante na cidade do Porto e estabeleceu-se para o Rio de Janeiro em 1757. “No governo do Conde de Azembuja os negociantes da praça Ambrosio Ribeiro Neves e Henrique Ribeiro Neves fabricaram um navio de grande lotação para o commercio com a Índia obtendo d’El Rei, por carta regia de 3 de Setembro de 1765 permissão para viajarem fora da tropa”. Ver Francisco Borges de Barros, em *Novos Documentos para a História Colonial*, apud Marieta Alves, O comércio marítimo e alguns armadores do século XVIII, na Bahia, *Revista de História*, São Paulo, v. 31, n. 63, pp. 133-142, 1965. Segundo a mesma autora, citando o *Livro 40 de Termos de Irmãos da Santa Casa*, em 26 de julho de 1765, Henrique Ribeiro Neves, homem de negócio na praça da Baía e nela morador, solicitou admissão no seu quadro social, indicando ser natural da freguesia de Santa Maria do Souto, termo de Guimarães, filho de José Francisco Ribeiro e de Domingas da Silva. Foi aceite como irmão de maior condição. Era familiar do Santo Ofício e irmão de Domingos Ribeiro Neves,

de Sampaio⁹, da sociedade José Gomes Loureiro e Companhia, moradores na freguesia de São Paulo, em Lisboa, e homens de negócio. Chama-se a atenção para o instrumento de fretamento e obrigação celebrado a 12 de novembro de 1782, nessa cidade, de cujas cláusulas salientamos que a embarcação sairia do porto de Lisboa para a costa do Malabar. A viagem iniciar-se-ia a 1 de abril de 1783, seria paga pelos fretadores a quantia de 4 contos de réis e igual importância lhes entregariam os mesmos, à saída do navio, comprometendo-se os armadores a fazerem um seguro sobre os 8 contos de réis que lhes foram

Administrador da dízima da Alfândega, em 1769, por nomeação do Governador Luís António de Almeida Portugal, 2.º Marquês do Lavradio; Francisco Ribeiro Neves, que substituiu no mesmo cargo seu irmão Domingos, falecido em 1783, Jerónimo Ribeiro Neves, nomeado, em 1801, Juiz da Balança da Casa da Moeda, e Ambrósio Ribeiro Neves, todos com posição destacada na Baía e sócios. Francisco Ribeiro Neves foi irmão de maior condição da Santa Casa da Baía, aceite em 26 de julho de 1765. Faleceu em 23 de janeiro de 1786 no posto de Tenente-Coronel do Regimento da Gente Escolhida e Útil ao Estado, criado pelo Governador Manuel da Cunha Menezes (pp. 477-478). O Brasão de Armas, com data de 30 de março de 1774, registado no *Cartório da Nobreza, Livro II*, fl. 7 – um escudo esquartelado: no primeiro e no quarto quartel, as armas da família Ribeiro (vs.), no segundo quartel, as armas da família Macedo (vs.) e no terceiro quartel, as armas da família Silva (vs.). Há outro registo da carta de Brasão, com data de 21 de janeiro de 1779, em nome do mesmo Jerónimo Ribeiro Neve, no *Cartório da Nobreza, Livro II*, fl. 173, com a mesma descrição (Sanches de Baena, *Arquivo Heráldico*, I, 268).

- 9 Em 1788, correram pelo pelo Juízo da Índia e Mina, (escrivão José Isidro Xavier de Lemos), uns autos movidos por Francisco de Paula de Miranda, proprietário do navio por invocação Nossa Senhora da Alampadosa e São João Batista, contra este negociante. *Feitos Findos, Conservatória dos Privilegiados do Comércio*, mc. 12, n.º 3 e PT/TT/CPC/0012/00003. A Quinta das Praias, prédio misto, pertenceu, no tempo a D. Mariana Rosa de Sampaio, viúva de Manuel José Machado de Sampaio. José Rodrigues de Magalhães, negociante da Praça de Lisboa, morador na Rua do Alecrim, freguesia de São Paulo. Francisco Xavier Simas, negociante. João da Costa Carvalho, 1.º visconde de Ribamar. D. Henriqueta da Costa Carvalho Talone, viscondessa de Ribamar, e seu marido, Frederico Talone, visconde de Ribamar. Maria Augusta Neves de Mendonça e seu marido, o Dr. António Augusto de Mendonça David, proprietários e moradores na vila d'Álvaro, julgado de Oleiros. Maria Eugénia, Maria Carolina e Maria Augusta, filhas do casal anterior. Prosseguiram como proprietárias D. Maria Eugénia de Mendonça David e D. Maria Augusta de Mendonça Barata Correia por escritura de venda feita por D. Maria Carolina de Mendonça David a suas irmãs, e de partilha de bens entre as duas últimas. Maria Eugénia de Mendonça David, solteira. Maria Augusta Mendonça David Barata Correia casada com Joaquim Barata Correia. Eduardo Barata Correia, médico (falecido em 2007). António de Mendonça Barata Correia (falecido em 2019). Joaquim Barata Correia, engenheiro (vivo em 14 de junho de 2021), entre outros proprietários (1822-03-08-2005-04-11). Documentos relativos a uma propriedade rústica e urbana denominada “Quinta das Praias”, que estava situada na subida que dava acesso ao extinto Convento de Santa Catarina de Ribamar também designada por Calçada de Santa Catarina, no sítio da Cruz Quebrada, antiga freguesia de São Romão de Carnaxide, no Concelho de Oeiras, actual União das Freguesias de Algés, Linda a Velha e Cruz Quebrada/Dafundo, do mesmo Concelho. No limite da Quinta existia um prazo foreiro à Colegiada de Santa Cruz do Castelo de Lisboa, composto de terra de sementeira, árvores de fruto e encanamento de água. A Quinta compunha-se de um prédio rústico e urbano – “Casa nobre”, “Casa do pátio”, Chalet de Santo António”, Chalet da Pimenteira”, “Chalet do Poço”, “Chalet da Calçada”; todos os chalets e casas formavam o conjunto denominado “Quinta das Praias”. Os documentos dizem respeito à alienação realizada no tempo por sucessivos proprietários, ao arrendamento feito por dezanove anos a José António Gomes Neves, casado, e proprietário, às habitações existentes na propriedade, assim como à venda de azulejos a colecionador, e à doação de azulejos ao Museu Nacional do Azulejo, em 2005. Permitem também acompanhar certa urbanização dos terrenos circundantes. *Portal Português de Arquivos – Quinta das Praias*.

entregues, ou serem os fretadores a fazê-lo, descontando o quantitativo nesta verba. Partiriam de Lisboa para a costa do Malabar, que se entende desde Diu até ao cabo de Camorim, com escala pela ilha da Madeira e as mais necessárias. O navio transportaria “fazendas preciosas ou de volume” do porto de origem ou de outro onde fizessem escala, “por conhecimento do capitão e sem frete algum”. A viagem duraria dezasseis meses, a contar do dia 1 de abril desse ano, salvaguardando-se a demora por motivo voluntário dos fretadores e a benefício destes, que aí estes dariam um conto de réis, a mais cada mês. Venceria o navio por cada arrátel de pimenta que descarregasse na casa da Índia o frete de 40 réis a abater nos 8 contos de réis antes indicados. A não completar-se a carga com pimenta, ou convindo-aos fretadores levar “algumas fazendas”, estes pagariam 20.000 réis por cada pipa do “regular estillo de Goa”. No caso de os mesmos não conseguirem completar no Malabar a carga do seu retorno, ou de lhes parecer melhor mudar para destino diverso, “para quaesquer outros Portos conhecidos”, o capitão seria obrigado a cumprir as ordens dos contratantes do navio, com o adicional de 800.000 mil réis por cada mês a mais do estipulado, cessando na circunstância de a demora ser atribuída ao capitão ou aos seus oficiais. A “carta geral” que regulasse a viagem seria subscrita pelo capitão e o agente do fretador. Os contraentes comprometiam-se, quando houvesse dúvidas, a recorrer a dois árbitros apontados por eles e, na circunstância de empate, indicariam um terceiro, recorrendo, em extremo, por falta de acordo, à Junta do Comércio, “em forma mercantil e summaria”, sujeitando-se à decisão desta. A parte que não a acatasse e levasse a causa a instâncias judiciais incorreria na multa de 8 contos de réis¹⁰.

A família Gomes Loureiro

A família Gomes Loureiro, constituída por 16 filhos, teve origem em Manuel Gomes e Rosa Maria Loureiro, cujo irmão Domingos Lopes Loureiro foi um grande empreendedor, de quem já falamos num artigo do último Boletim Cultural¹¹.

Nesta família, os homens distinguiram-se na área do comércio, da indústria e também na burocracia régia e nas leis. Francisco, José, Domingos e João foram negociantes e desempenharam alguns cargos de relevo. Francisco José Gomes Loureiro nasceu em Sezures, a 11 de setembro de 1761. Frequentou, tal como o seu irmão Domingos Gomes Loureiro, a aula sobre o comércio oriental na década de 1770 em Lisboa, que havia sido criada pelo Marquês de Pombal.

10 O processo deve ter continuado.

11 Ver nosso artigo Trajetória de um negociante setecentista de “grosso trato” de Vila Nova de Famalicão (...), em *Boletim Cultural* VI série, n.º 3, ano 2023, pp. 66-101.



Fig. 1 Igreja de Sezures. Sezures (Vila Nova de Famalicão) – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org).

Encontramo-lo, entre 1783 e 1785, como agente e representante de seu irmão mais velho, José Gomes Loureiro de uma carga enviada de Lisboa e destinada à Índia, com o seu retorno à capital do reino, de acordo com o *Livro diário de bordo de todos os termos do navio Nossa Senhora da Conceição, Princesa de Portugal*¹², dessa data, partindo de Lisboa, passando por ilhas do Atlântico e do Índico em direção à Índia¹³. A embarcação saiu de Lisboa, em abril de 1783 e aportou na ilha Madeira, a 2 de maio, com 11 dias de viagem, após vários incidentes com a tripulação e os sobrecargas, sobre a água e mantimentos, atrasos no percurso, doenças a bordo, interpretação diversa de situações que tiveram lugar na viagem como um suposto ataque de corsários franceses. Francisco José Gomes Loureiro representou a sociedade Ribeiro, Hubens e C.^a em Bombaim e, a partir de 1787, substituiu Jacinto Domingues (feitor português e representante da sociedade), em Surate, exercendo o cargo até 1797. A empresa estabeleceu também relações comerciais com um dos mais prósperos negociantes de Bombaim, David Scott¹⁴. Francisco Loureiro foi cônsul geral de Portugal em todos os portos ingleses da costa em Bombaim e morreu em 1806, sendo substituído pelo irmão José Gomes Loureiro que tinha exercido anteriormente o cargo de provedor de Rios de Sena em Moçambique¹⁵.

¹² *Feitos Findos, Livros dos Feitos Findos, liv. 64, cx. 6. PT/TT/LFF/0064.*

¹³ la sob a direção do capitão José Gervásio de Moura.

¹⁴ H.A.G., *Feitoria de Surate*, livro 2533, fl. 11r. X. C. H. R. French 2, fl. 23 r.

¹⁵ H.A.G., *Feitoria de Surate*, livro 2354, fl. 153. *Apud* Ernestina Carreira, *Marselha e o Oriente*

José Gomes Loureiro nasceu em Sezures, a 7 de novembro de 1751, primogénito de Manuel Gomes e de Rosa Maria Loureiro. Casou com Bárbara Eufémia Xavier Almeida, filha de Francisco Martins de Almeida, negociante da praça de Lisboa matriculado na Junta do Comércio, falecido a 30 de julho de 1782, e de Aurélia Feliciano Xavier de Almeida. Ao óbito de Aurélia de Almeida, em 14 de outubro de 1791, já viúva, ficaram como cabeça de casal sua filha Bárbara Eufémia e seu genro José Loureiro¹⁶.

José Gomes Loureiro estabeleceu relações comerciais com a Índia e com a China na condição de sócio de navios mercantes ou de sobrecargas dos mesmos.



Fig. 2 Lot – Goa Indiae Orientalis Metropolis, gravura s/ papel, séc. XVIII. Emoldurado (pcvpt).

português, o capitão Pierre Blancard, em Revista de cultura. – N. 13/14 (Janeiro/Junho 1991), pp. 181-191.

- 16 Foram herdeiros além de Bárbara de Almeida: Ana Rita Bárbara Xavier de Almeida Campos, casada com João Rodrigues de Campos, residentes numa casa da praça de Embarque, denominada Sodrê, freguesia dos Mártires, ele comerciante (já ausente nos estados ultramarinos, em 17 de março de 1781, fazendo viagem para Macau e por sobrecarga da nau Nossa Senhora da Penha de França e Rainha de Nantes), Eufémia Bárbara Xavier de Almeida, solteira, maior, e Maria Simplicia Xavier de Almeida, solteira, maior de 30 anos, demente. A Quinta da Póvoa ficou como herança, além de vários objetos em ouro e peças de mobiliário, louças, peças em estanho, imagens religiosas, um tinteiro, objetos ditos de "arame", outros de cobre como bacias de sangria, candeeiros, uma palmatória de cobre da Índia, duas chocolateiras, uma cafeteira, um fogareiro, um almofariz de bronze. Na adega havia tonéis pipas, balseiros, funis. Roupas de casa, de que destacamos um frontal e vestimenta de damasco de seda carmesim guarnecido de galão amarelo, toalha de altar da Bretanha guarnecida de renda da terra, com todos os mais pertences, cobertores, lençóis, toalhas de mesa, toalhas de mãos, colchões, missais romanos, uma fruteira, uma bandeja, seis castiçais de prata. *Feitos Findos, Inventários post mortem*, Letra A, mç. 279, n.º 6, PT/TT/IFF/001/0279/00006.

O conhecimento sobre a Índia de José Gomes Loureiro é manifesto, por exemplo, num manuscrito do ano de 1803, que nos fornece dados com algum detalhe sobre esse território¹⁷: Em data que não conseguimos descobrir, por o documento se encontrar em muito mau estado, José Gomes Loureiro apresentou um requerimento para ser nomeado cônsul em Bombaim ou em Bengala¹⁸. Em 25 de setembro de 1783, deu início uma ação cível de libelo movida por José Gomes Loureiro contra José António Vaz Salgado. O autor era negociante da praça de Lisboa e pretendia que o réu, mestre chocolateiro, como possuidor da herança de Tomé Francisco de Oliveira, lhe pagasse uma letra com seu prémio e juros. Refere o navio “São Luís, Afortunado” e a nau “Vida”¹⁹. José Loureiro casou com Dona Bárbara Eugénia e faleceu em 20 de maio de 1808, na Rua das Flores²⁰ freguesia da Encarnação, em Lisboa, no estado de casado, e foi sepultado no Convento do Carmo, deixando uma filha de 16 anos²¹, Maria Bárbara Loureiro, que casou com António Alberto de Freitas Padrão Crouger.

O inventário por morte de José Gomes Loureiro dá-nos a dimensão da sua fortuna em bens móveis e de raiz e a natureza e localização dos últimos.

João Gomes Loureiro, um dos sócios da firma Ribeiro, Hubens e C.^a, era cunhado de José Ribeiro Neves²², que participava também na mesma, casado com uma irmã de João Loureiro, Ana Isabel Joaquina Loureiro, nascida na freguesia de S. Paulo, em Lisboa, a 8 de março de 1782²³.

A sociedade Ribeiro, Hubens e C.^a, uma das firmas comerciais de relevo com fundos ingleses e portugueses, foi uma das mais importantes empresas portuguesas no Oriente em finais do século XVIII e inícios da centúria seguinte. Compunham a firma Francisco Henrique Hubens, os irmãos José Ribeiro Neves, Ambrósio Ribeiro Neves e João Gomes Loureiro, com direção a partir de Lisboa. A empresa possuía delegados em Moçambique, Goa, Bombaim,

17 Informações de José Gomes Loureiro sobre a Índia, arquivo histórico do Itamaraty. redememoria.bn.gov.br.

18 PT/AHM/DIV/3/50/05/6.

19 PT/TT/JJM/C/0031/00013. *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina*, mc. 31, n.º 13, cx. 218.

20 Esta rua, atualmente, liga a Praça Camões ao cais Sodré.

21 PT/TT/IFF/009/0138/00001.

22 José Ribeiro Neves e Jerónimo Ribeiro Neves eram negociantes da praça de Lisboa, em 1796, data em que ocorreram uns autos de justificação dos mesmos, cuja ação se prendia com carga de chá proveniente no navio “Campelos” com a marca AB. O produto da venda da carga foi entregue ao dono do navio Paulo Jorge para enviar ao dono da carga, na China. José Ribeiro Neves e Jerónimo Ribeiro Neves foram procuradores de Abraham Ram Moahmed Ram, de Bombaim. Este foi procurador de Avai, negociante de Cantão, na China, que trespassou a procuração a José Ribeiro Neves e Jerónimo Ribeiro Neves. É interessante verificar a fatura declarando que Tenqua, mercador China em Cantão, por sua conta e risco carregou no navio Campelos, 1900 caixas com chás de qualidades declaradas, consignadas aos sobrecargas desse navio: Domingos João Dias Torres, Teodoro da Silva Teles e Joaquim da Silva Ferreira, para o fazerem vender em Lisboa, tirando 5% de comissão da venda e os fretes e direitos devidos. *Feitos Findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil*, mc. 300, n.º 15 e PT/TT/JJM-JJU/002/0300/00015.

23 *Livro 2603*, fl. 242, 227, 235, *apud* Ernestina Carreira, *Op. cit.*, O comércio português no Gujarat..., nota 42.

Surate e estabelecia relações comerciais com a França, Batávia, Pondichéri e Ilha de França. Em Goa, era representada por outro dos irmãos Gomes Loureiro, Manuel José Gomes Loureiro, nascido a 22 de março de 1765, desembargador da Relação de Goa, e por Sebastião Gracias, negociante, que a partir de 1781, representava a sociedade²⁴.

Entre as mercadorias transacionadas pela firma Ribeiro, Hubens e C.^a, destacamos as fazendas da costa do Malabar, como fica patente pelo leilão que teve lugar a 25 de janeiro de 1790, na Casa da Índia, em Lisboa²⁵.

Com as mudanças no cenário internacional, de que se destaca a declaração de guerra de Portugal à França, em 1793, apresentou-se pouco segura a rota do Índico, em virtude do constante corso francês. Outro tanto aconteceu com a frota oriunda de Goa, Damão e Diu, que se dirigia para Moçambique. A alfândega de Goa foi severamente castigada pelo exíguo tráfego e a sociedade Ribeiro, Hubens e C.^a perdeu grande parte do seu poder económico, em virtude da falta de liquidez de muitos comerciantes goeses devedores à firma. Lisboa sofreu com esta situação e muitos negociantes faliram.

A sociedade Ribeiro, Hubens e C.^a desfez-se, contudo, como alguns dos sócios possuíam capitais prontos a investir, uniram-se e constituíram uma nova firma. Destes, destaque para os irmãos José Gomes Loureiro e Domingos Gomes Loureiro e Francisco António Colffs e José Coelho Guimarães²⁶. Com um modelo societário idêntico à primeira firma, era detentora do navio Balsemão e afretava o Rainha dos Anjos de José Coelho Guimarães. Ativa pelo menos entre 1795 e 1807, a sociedade manteve as mesmas rotas: Lisboa, Madeira, Rio de Janeiro, Moçambique e Costa Ocidental da Índia, com retorno subsequente à Europa.



Fig. 3 O Paço da Ribeira na primeira metade do século XVIII. Marinha de Guerra Portuguesa: O Porto Real de Lisboa – Séc. XVIII-XIX.

24 A.H.U, Lisboa, *caixas de Mozambique*, c.111, D.71, 1805. H.A.G, *Feitoria de Surate*, livro 253, fl.11vr.

25 *Colecção de Documentos Avulsos*, n.º 30, Código de Referência PT/TT/DA/000030.

26 É de lembrar que no ano de 1798, Domingos Gomes Loureiro, Francisco António Coelho e José Coelho Guimarães constituíram entre si a sociedade Coelho, Loureiro e Guimarães, como já ficou dito.

A anterior rede de corretores deixou de existir, ficando unicamente Francisco Loureiro, mas na posição de sócio.

Domingos Gomes Loureiro nascido a 7 de novembro de 1751, negociante registado na Praça do Comércio de Lisboa, transacionava mercadorias com a Ásia, Brasil e África, pelo menos desde o início do século XIX. Proprietário dos navios Rainha dos Anjos e São José Americano, em sociedade com os filhos, frequentou a aula sobre o comércio oriental, na década de 1770, em Lisboa, tal como o seu irmão Francisco José Gomes Loureiro, que havia sido criada pelo Marquês de Pombal. Faleceu a 24 de julho de 1825, em Tomar.

O ditame familiar conduziu Domingos Gomes Loureiro a Lisboa, admitimos que através de seu tio materno e padrinho de batismo, Domingos Lopes Loureiro, à época, solteiro e que assinou o assento com letra cuidada²⁷. Domingos Loureiro casou, a 5 de junho de 1781, no oratório particular dos pais da noiva, na freguesia de S. Paulo, em Lisboa, com Dona Ana Isabel Joaquina Ferreira, ou Loureiro, filha de Domingos Jorge Ferreira e de Dona Ana Antónia Joaquina de Melo. O noivo, então com cerca de 30 anos, vivia na freguesia de São João, em Lisboa.



Fig. 4 Terreiro do Paço.
Terreiro do Paço – Rota Memorial do Convento.

Domingos Gomes Loureiro fez parte de algumas sociedades e companhias: a 12 de junho de 1798, Francisco António Coelho, Domingo Gomes Loureiro e José Coelho Guimarães constituíram entre si a sociedade designada por Coelho, Loureiro e Guimarães. Falecendo o sócio Francisco António, ficou

²⁷ Ver nosso artigo Trajetória de um negociante setecentista de “grosso trato” de Vila Nova de Famalicão (...), em *Boletim Cultural* VI série, n.º 3, ano 2023, pp. 66-101.

como seu associado herdeiro José Coelho Guimarães, o qual, a 4 de agosto de 1803, contratou com o sócio Domingos Gomes Loureiro a continuação da firma entre si.

Em 1805, Domingos Loureiro presidiu à Companhia Tranquilidade Recíproca. Foi sócio da Sociedade Ribeiro, Hubens e C.^a, com vida pouco longa. A propósito desta, refiramos que a 25 de janeiro de 1790, pelas 10 horas da manhã, seriam vendidas em leilão, na Casa da Índia, fazendas da Costa do Malabar pertencentes a esta sociedade²⁸.

Além do comércio em várias latitudes, investiu na indústria têxtil na capital do império e no Rio de Janeiro. Vamos encontrar Domingos Loureiro, na altura, negociante e proprietário do navio Rainha dos Anjos, em data anterior a 27 do setembro de 1808, a apresentar um requerimento ao príncipe regente, solicitando passaporte para o filho Domingos José Loureiro ir para o Rio de Janeiro²⁹.

Investindo substancialmente no Brasil (Rio de Janeiro, Pernambuco e Baía), enviou, em 1808, o filho para instalar a casa comercial no Rio de Janeiro e, decorridos 2 anos, a família já residia nessa cidade, passando a rota comercial a ser Brasil-Ásia. Entre 1808 e 1810, surge-nos a transacionar preferentemente têxteis indianos e, a partir de 1812, a transportar o tabaco baiano para Goa, sendo um dos principais comerciantes dessa mercadoria.



Fig.5 Chegada a Goa do arcebispo D. Aleixo de Meneses. Claustro do Convento da Graça, Torres Vedras, 1.ª metade do séc. XVIII. | Download Scientific Diagram (researchgate.net).

Em 1812, Domingos Loureiro solicitou licença para transportar três fardos de fazendas pintadas para o Brasil, que tinham chegado em 1811, no navio Marquês de Angeja³⁰.

A 20 de fevereiro de 1813, Domingos Gomes Loureiro e Filhos, que já tinha iniciado a atividade fabril na rua do Valongo, no Rio de Janeiro, com a produção de meias de algodão, apresentou um requerimento, solicitando o benefício da

28 *Colecção de Documentos Avulsos, n.º 30.*

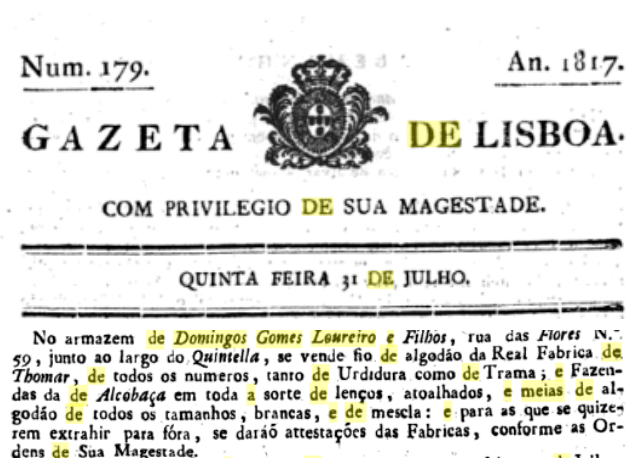
29 *A H U_ C U_rio de janeiro, cx. 252, D. 17167.*

30 *Ministério do Reino, mc. 714, proc.55.*

isenção de direitos de importação nos portos brasileiros, para as máquinas que a sociedade havia adquirido, a fim de melhorar a sua produção³¹, como previa o alvará de 28 de abril de 1809.

Em 1816, comprou 8 ações da Real Fábrica de Fiação de Tomar, por 24 contos de réis. Esta empresa manteve-se na família até ao ano de 1873.

A 31 de julho de 1817, a firma Domingos Gomes Loureiro e Filhos estava sediada na Rua das Flores n.º 59, em Lisboa e vendia, entre outros artigos, fio de algodão, fazendas de Alcobaça, como se detalha no anúncio publicitário que se segue:



Manuel José Gomes Loureiro, nascido a 22 de março de 1765, em Sezures, fidalgo de Cota d'Armas, foi chanceler de Goa, Juiz de Fora em várias colónias portuguesas, Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e Cavaleiro da Ordem de Cristo.

A 1 de dezembro de 1814, João Caetano Galego da Fonseca, coronel da Legião, enviou o seu parecer para Manuel José Gomes Loureiro sobre a proposta deste, na altura primeiro deputado da Real Junta da Fazenda de Goa, de reduzir o exército local para fazer face às grandes despesas da Real Fazenda³².

A 31 de dezembro de 1814, o autor e primeiro Deputado da Junta da Fazenda de Goa, informou a António de Araújo de Azevedo, Ministro da Marinha e do Ultramar, da sua chegada a Goa após 73 dias de viagem. Já havia tomado posse na relação e participado numa reunião da Junta da Fazenda. Confirmou que encontrou, conforme as suas suspeitas, o governo militar e civil da Índia num estado caótico. A título de exemplo, referiu a estranha demissão de Lucas

31 Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, Junta do Comércio, Fábricas, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1813. Caixa 427, pct. 01.

32 B11 (24, 2, 1, 1, 1).

José Alvarenga do governo de Macau; as benesses concedidas pela Junta da Fazenda a D. Lourenço de Noronha; os desagradados indevidos do Vice-Rei para com o Ajudante-general, o Brigadeiro Joaquim Manuel de Silva e Gama, Tesoureiro Geral do Estado, e com o coronel António José de Melo Sotomaior Teles; e a má administração da Real fazenda local que detinha uma dívida ativa muito elevada. Solicitou a reforma, com o ordenado por inteiro, para o escrivão da Junta de Fazenda, Miguel Caetano Nunes de Melo, oficial de merecimento, por já se encontrar muito velho e ter dificuldade em dar conta do expediente. Pediu ao destinatário que lhe enviasse instruções, visto que só escrevia para a sua repartição e não para o Erário Régio³³.

A Carta de Brasão d'Armas que lhe foi concedida tinha o seguinte teor:

“Dom João, por Graça de Deus, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves d'aquém e d'além mar em África, Senhor da Guiné, da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia [etc.] faço saber aos que esta Minha Carta de Brasão d'Armas, de Nobreza e Fidalguia virem, que o Conselheiro Manuel José Gomes de Loureiro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Chanceler de Goa, natural de Sezures, Arcebispado de Braga, me fez petição dizendo que pela sentença de Justificação de sua nobreza a ela junta, proferida pelo meu Desembargador, Corregedor do Cível da Corte e Casa da Suplicação, o Dr. Cláudio José Pereira da Costa, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, subscrita por António Joaquim da Silva Maia, escrivão do mesmo Juízo, se mostrou que ele é filho legítimo de Manuel José Gomes de Loureiro, e de sua mulher D. Rosa Maria de Loureiro, neto pela parte paterna de José Gomes, natural de Santa Maria de Lamas e de sua mulher D. Sebastiana Gomes, natural de Vila Nova, termo de Braga; e pela materna de Francisco Lopes de Loureiro, natural de Santa Maria de Arnoso e de sua mulher D. Isabel Carneiro, natural de Santa Maria de Sezures, termo de Barcelos, os quais seus pais e avós foram pessoas distintas das famílias dos seus apelidos, que no Reino de Portugal são Fidalgos de Linhagem, Cota d'Armas e Solar e como tais se trataram com armas criados e cavalos e toda a mais ostentação pertencente à mesma, servindo no Político e no Militar nos lugares e postos mais distintos do governo, sem que em tempo algum cometessem crime de Lesa Majestade Divina ou Humana, pelo que me pedia ele suplicante por mercê, e para a memória dos seus progenitores se não perder a clareza da sua antiga nobreza, lhe mandasse dar minha carta de Brasão d'Armas, das ditas famílias para delas também usar na forma que as trouxeram e foram concedidas aos ditos seus Progenitores. E, vista por mim a dita petição e sentença e constar de tudo o referido, e que a ele, como descendente das mencionadas famílias, lhe pertence usar e gozar das suas armas, segundo o meu Regimento e Ordenação da Armaria, lhe mandei passar esta minha carta de Brasão delas na forma que aqui vão divisadas, brasonadas e iluminadas com cores e metais, segundo se acham

33 PT/UM-ADB/FAM/FAA-AAA/000908.

registadas no Livro de registo d'Armas da Nobreza e Fidalguia de meus Reinos que tem Portugal, meu Principal Rei-d'Armas, a saber: um escudo partido em pala, na primeira, as armas dos **Gomes** que são em campo azul, um pelicano ferindo com o bico o peito e dando a três filhos o sangue que dele corre; na segunda pala as armas dos **Loureiros** que são: em campo vermelho, cinco folhas de figueira verdes em aspa. Elmo de prata, aberto, guarnecido de oiro. Paquife dos metais e cores das armas. Timbre: dos Gomes que é o pelicano das armas e por diferença uma brica de prata com um pássaro. O qual escudo d'armas poderá trazer e usar tão somente o dito Manuel José Gomes de Loureiro, assim como as trouxeram e usaram os ditos nobres e antigos Fidalgos seus antepassados no tempo dos Senhores Reis meus antecessores e com elas poderá entrar em batalhas, campos, reptos e escaramuças e exercitar todos os actos lícitos da guerra e da paz. E assim mesmo as poderá trazer em seus firmais, anéis, sinetes ou divisas, pô-las em suas casas, capelas e mais edifícios e deixá-las sobre a sua própria sepultura e finalmente se poderá servir, gozar, honrar e aproveitar delas, em todo e por todo, como à sua nobreza convém. Com o que quero e me praz que haja ele e todos os seus descendentes todas as honras, privilégios, graças, mercês, isenções e franquezas que hão e devem haver os Fidalgos Nobres de antiga linhagem e como sempre de tudo usaram e gozaram os ditos seus antepassados; e seus sucessores não poderão usar deste Brasão e privilégios sem que novamente lhe seja a cada um deles confirmado. Pelo que mando aos meus Desembargadores, Corregedores, Provedores, Ouvidores, Juizes e mais Justiças de meus Reinos e Senhorios e em especial aos meus Reis de Armas, Arautos e Passavantes e a quaisquer outros oficiais e Pessoas a quem esta minha Carta for mostrada e o conhecimento dela pertencer que em tudo lha cumpram e guardem e façam inteiramente cumprir e guardar como nela se contem sem dúvida nem embargo algum que em ela lhe seja posto porque assim é minha mercê. Pagou dos novos direitos cinco mil reis que se carregaram ao Tesoureiro deles a fls. 19 do Livro 5.º da sua receita como consta do conhecimento em forma, registado a fls. 103 do Livro 10.º do Registo geral dos mesmos. El-Rei Nosso Senhor o mandou por Isidoro da Costa e Oliveira, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo e da Torre e Espada, Cavaleiro-Fidalgo da Sua Casa Real, Seu Criado Particular e seu Rei de Armas Portugal. António Bernardo Cardoso Pessanha de Castel-Branco, Cavaleiro professo na Ordem Militar de S. Tiago da Espada, Fidalgo de Linhagem e Cota d'Armas, Escrivão da Nobreza e Fidalguia do Reino-Unido e suas Conquistas a fez em a Corte e a Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro aos três dias do mês de Janeiro do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e dezassete. E eu, António Bernardo Cardoso Pessanha de Castel-Branco a fiz e subscrevi.

- a) Portugal Rei d'Armas Principal, Isidoro Francisco da Costa e Oliveira n.º 116 = 3200, pagou três mil e duzentos reis de selo – Rio de Janeiro, 13 de Março de 1817.

- a) Drummond. Registado no Livro 1º do Registo dos Brasões d'Armas do Reino-Unido e suas Conquistas a fls. 74 – Rio de Janeiro, 7 de Fevereiro de 1817.
- a) António Bernardo Cardoso Pessanha de Castel-Branco³⁴.

Uma casa pombalina renascida dos escombros do terramoto de Lisboa de 1755

O designado palácio do Carmo com os seus terrenos adjacentes, por licitação pública, foi adquirido de José Joaquim de Miranda Henriques Leitão Pereira de Melo da Silveira Albuquerque Mexia por Dona Ana Antónia Joaquina de Melo, sogra de Domingos Loureiro, que também comprou outras propriedades, como as dos Mendonças.

Em 1787, pelo *Livro das Décimas* desse ano, verifica-se a existência no local de uma propriedade com a traça pombalina, ainda por concluir, cujo dono era Dona Ana Antónia Joaquina de Melo, constituída por um prédio de casas com lojas, quatro andares, águas furtadas e terraço “³⁵que limita a frente sul do atual Largo do Carmo, ocupando todo o quarteirão entre este largo, a rua do Almirante Pessanha e a calçada do Sacramento”, com os números de polícia: 1 a 7 do Largo do Carmo; 2 a 22 da Rua do Almirante Pessanha e 16 a 23 da Calçada do Sacramento. No ano de 1788, estavam registadas na Praça do Carmo, além das propriedades do Marquês e da Ordem Terceira, algumas barracas e a propriedade anteriormente referida, então já totalmente construída, pertencendo aos herdeiros de Domingos Jorge Ferreira. No primeiro andar n.º 4, do Largo do Carmo, residia a viúva deste.

Em 1792, a propriedade pertencia a Domingos Gomes Loureiro e a sua mulher, Ana Isabel Joaquina Ferreira, genro e filha de Domingos Jorge e Dona Ana Antónia, que ficou viúva em 24 de julho de 1825. Entre 1832 e 1833, os *Livros da Décima* indicam-na como proprietária. Por sua morte, esse património passou para o filho José Jorge Loureiro que, entre outros cargos, foi Conselheiro de Estado, Marechal de Campo, Presidente do Conselho de Ministros e Primeiro Ajudante de Campo de D. Pedro V. Falecido José Jorge Loureiro em Lisboa, a 1 de junho de 1861, sem testamento e solteiro, foi requerido o inventário pelo seu sobrinho, Francisco Gomes Loureiro, de Lisboa. Indicados como herdeiros, encontram-se sua irmã, Dona Adelaide Loureiro, e seus sobrinhos, Dona Henriqueta Loureiro, casada com o conselheiro Joaquim José da Costa e Simas, Domingos Jorge Loureiro, Francisco Gomes Loureiro, Dona Júlia Loureiro, Ernesto Loureiro e Ricardo Loureiro, filhos de António Gomes Loureiro,

34 Transcrita integralmente em Ruy Dique Travassos Valdez, *Cartas de Brasão Modernas – Complemento do Arquivo Heráldico-Genealógico do Visconde de Sanches de Baena*, Porto: Livraria Fernando Machado, 1935:73-74.

35 José de Campos e Sousa, História de uma casa pombalina, *Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa*, ano IX, N.º 35, julho de 1946:144-154. Ver, principalmente, a página 152.

já falecido, e Jorge Loureiro, casado com Dona Maria José de Mendonça, filho de João Loureiro. Nos Autos, é descrito este prédio³⁶:

Nos Autos, é descrito este prédio, constando de 4 frentes de lojas e 4 andares com os números de polícia 17 a 33 pela rua e calçada do Sacramento, por onde tem sobrelojas, e pelo largo do Carmo tem do número 1 a 8 e pela travessa do Carmo as duas frentes do número 2 a 22.



Fig. 6 Lisboa, 1755.
Lisboa de 1755, uma cidade de contrastes (lisbonquake.com)

A 8 de julho de 1801, foi concedido a Domingos Gomes Loureiro o hábito da Ordem de Cristo, sendo investido na igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Luz, extra-muros da cidade de Lisboa³⁷, onde residia.

A 10 de julho de 1813, Domingos Gomes Loureiro encontrava-se na lista das pessoas que contribuíram com o que se lhe pediu a título de empréstimo para a conclusão da paz com a regência de Argel, com a quantia de 1.000\$000, correspondente a metade da coleta solicitada pelo governo³⁸.

³⁶ José de Campos e Sousa, *História de uma casa pombalina*, p. 154, Olisipo, Boletim do Grupo Amigos de Lisboa, ano IX, N.º 35, julho de 1946, pp. 144-154.

³⁷ Certidão em 21 de agosto de 1801. Dispensado de “provanças”. *Mesa da Consciência e Ordens, Habilitações para a Ordem de Cristo*, Letra D, mç. 10 n.º 23.

³⁸ Secretaria de Estado da Marinha, 10 de julho de 1813.

Francisco José Gomes Loureiro

Francisco José Gomes Loureiro instalou-se na Índia, em Bombaim.

dirigia o que se chamava na época uma “business house”, era um intermediário local que trabalhava como corretor, para negociantes portugueses, franceses, ingleses e goeses, que ali queriam comprar ou vender mercadoria. Negociava com outros portos, mantendo contas duplas com seus correspondentes de Damão, Goa, Diu, Moçambique, Macau e Lisboa em Bombaim, trabalhava com os maiores negociantes ali estabelecidos: Nasserwanjee Monackjee, David Scott e seus sucessores James Tate e Alexander Adamson, o Goês Miguel Lima e Souza³⁹.

Francisco Loureiro estabeleceu uma relação de proximidade com Jacinto Domingues, administrador da feitoria de Surat até 1796, encaminhando-lhe clientes franceses. A partir desse ano e até 1806, a função passou a ser exercida por Francisco Loureiro. Ambos se juntaram na armação de navios para Moçambique, Timor e Macau, incrementando a indústria têxtil e naval de Damão. Nem sempre Francisco Loureiro foi bem sucedido, quer quando se associou a outros negociantes ou armadores, quer quando agiu sozinho. Um exemplo paradigmático desse infortúnio foi a armação de um navio para Moçambique com um carregamento de arroz, trazendo de volta escravos para a ilha de França. O navio naufragou, pese embora Francisco Loureiro ter feito seguro na firma David Scott e Cia. Só foi ressarcido de uma parcela dos danos, o que o levou a abandonar a armação de navios. A partir daí, restringiu a sua atividade à transação de mercadorias por conta de Joaquim do Rosário Monteiro, armador com certo respaldo económico.

Citando de novo Ernestina Carreira, podemos afirmar que Francisco Loureiro e Joaquim Monteiro tiveram o seu auge económico com o comércio para a China.

Em 1786, Francisco mandou construir Hércules do Oriente, de porte de 800 toneladas, o maior navio construído nos estaleiros de Damão. Associado com Sebastião Gracias e Jacinto, ele enviou com uma carregação de algodão para Macau em 1788. Os avultados lucros obtidos permitiram uma segunda viagem em 1789⁴⁰.

A sociedade com Jacinto Domingues terminou. O infortúnio financeiro de Francisco Loureiro agudizou-se, enquanto os negócios de Jacinto prosperaram. Os naufrágios de embarcações de Francisco foram-se sucedendo, tendo perdido entre 1788 e 1791, 3 navios. A partir desse último ano, com a guerra

39 Ernestina Carreira, O comércio português no Gujarat na segunda metade do século XVIII: as famílias Loureiro e Ribeiro, em *Mare Liberum*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses (Ed.), Lisboa, 1995:8.

40 Ernestina Carreira, *O comércio português (...)*, Op. cit., p. 89.

franco-inglesa, ficou sem os clientes da ilha de França, provocando a sua derrocada financeira (Carreira, 1995:89)⁴¹.

É de referir que além das funções de índole comercial exercidas por Francisco Loureiro, ele juntou cargos de natureza política, como o de cônsul geral de todos os portos da costa do Malabar, ou seja, o de representante do governo de Goa em território britânico. O seu falecimento em 1806, e a substituição no cargo por Jean-Baptiste Goethals, negociante goês, ditou algum desconforto na família Loureiro, que conseguiu através do favor régio nomear João Gomes Loureiro para as funções de feitor e cônsul, em 1807. Em 1814, João Loureiro foi substituído pelo filho Henrique José Loureiro, até 1822.

Considerações finais

Muito teremos que investigar acerca do comércio português para estes territórios, pese embora, a dificuldade em consultarmos as fontes relativas ao antigo território português no oriente. A parceria entre investigadores parece-nos uma via a seguir, bem como a continuação do estudo das fontes primárias e o seu tratamento numa análise microanalítica.

41 Ernestina Carreira, O comércio português no Gujarat (...), *Op. cit.*, p. 89.

3.3 Um renomado boémio de Coimbra

→ João Afonso Machado

*Ao Conde de Arnoso D. José Vicente Pinheiro de Melo de Bragança,
meu querido Primo, que faleceu recentemente.*

Nasceu em Lisboa a 9 de Dezembro de 1881. Com 8 anos serviu no cerimonial de aclamação d’El-Rei D. Carlos, nosso Senhor, e assim foi amerceado com a dignidade de Moço-fidalgo com Exercício no Paço. Mas a vida na Corte jamais o seduziu e, indo estudar para Coimbra, colocou no seu trono a poesia, as tricanas, toda a boémia que o celebrizou. É mais um membro da Casa de Pindela.

Chamava-se Vicente Miguel de Paula Pinheiro de Melo. Filho secundo-génito de Bernardo Pinheiro Correia de Melo, o 1.º Conde de Arnoso, e depois (por autorização d’El-Rei D. Manuel II em 1912) o terceiro detentor deste título, visto o antecedente, o seu irmão João Maria Rodrigo Pinheiro da Figueira e Melo, tenente da Armada Real, ter morrido solteiro, muito jovem e sem geração. Ficou conhecido, na sua vida literária e quotidiana, pelo nome de Vicente Arnoso.

Sobre ele escrevi (in *O Morgadio de Pindela*, 1999) que escolhera «para si uma profissão que não existe – a de academista. Demorou-se dez anos pela universidade, cuidando meticulosamente de reprovar para não perder esse ofício. Até que, intimado pelo Pai, concluiu o bacharelato em Direito e foi nomeado adido à legação portuguesa em Berlim, chefiada pelo seu tio e padrinho, o 2.º Visconde de Pindela. Que doloroso transe! A República, oportuníssima, trouxe-o para casa de novo, logo em 1910. Dedicou, então, o resto dos seus dias à literatura. Mas a sua história fez-se principalmente em Coimbra, na lendária década por que se arrastaram os seus estudos.»

Teixeira de Pascoaes, no seu fundamental *Uma Fábula (o Advogado e o Poeta)*, assim o recordou: «O Vicente magro e alto, de fino rosto ou descolorado, à lisboeta, de bigodinho incipiente, e olhos grandes, que emanavam uma luz doce, e um sorrisinho, nos lábios, da mesma doçura». E eu, seu sobrinho, dediquei-lhe no acima referido estudo um capítulo inteiro de onde já extrai um parágrafo, e que prossegue deste jeito as suas peripécias coimbrãs:

«Dava-lhe hospedagem um eclesiástico, lente de Teologia, o Doutor Francisco Martins, ao que parece crendo fervorosamente que assim – por intercessão do Conde de Arnoso, secretário do Rei, – alcançaria a mitra episcopal. E muito sofreu por ela, sem que, porém, jamais fosse recompensado, como pretendia e certamente merecia. Entretanto, a Couraça de Lisboa, onde tinha residência, estremeçava, num sobressalto constante, sob a estúrdia que Vicente Arnoso por regra capitaneava. Como numa certa noite de luar em que resolveu amotinar o povo e veio para a rua, com mais cinco estudantes, aos gritos de “abaixo os jesuítas!, abaixo os jesuítas!”. Logo se espevitaram os candeeiros nas *repúblicas* vizinhas. A manifestação crescia – “morram os jesuítas!, morra a reacção!” –, a Alta entrou em colapso, ouviu-se cantar a Marselhesa, passaram à Baixa, o cortejo engrossava com a participação de outras gentes de Coimbra, paisanos e militares... Na frente, Vicente Arnoso, a sua capa hasteada na ponta de uma vara, a negra bandeira da revolta. Eram já centenas: “morra!, morra! E viva o Marquês de Pombal!”. Mas eis que alguns mais exaltados, e obviamente animados por verdadeiros intuitos políticos, entram a

apedrejar o Paço, junto à Sé Nova. De imediato o mentor da insurrecção e os seus iniciais companheiros fizeram barreira entre o templo e os calhaus conseguindo a custo apaziguar os vândalos. A brincadeira fora já longe de mais.»

Não avançarei sem antes dar conta da reverencial estima que dedicava ao poeta Afonso Lopes Vieira. Di-lo, na sua *Fábula*, uma vez mais, Teixeira de Pascoaes: «o Vicente, quando pronuncia a palavra Afonso, fica completamente reduzido a um ponto de admiração. Não era difícil, para ele, dada a formatura do seu corpo, semelhante à de um sinal admirativo.»

E foi até o grande escritor de S. Pedro de Muel, o autor da *Nova Demanda do Graal*, quem prefaciou o *Coimbra – Nobre Cidade*, as memórias de Vicente Pinheiro de Melo (Vicente Arnoso), vindas a público em 1909. Dizia assim Lopes Vieira nessas páginas introdutórias: «Entre os nossos companheiros tu eras o menos “literato” e o mais poeta. Porque eras tu quem possuía maior porção de alma capaz de comunicar com o Povo e com a Paisagem.» E invocando os tempos magníficos da velha boémia coimbrã, que ambos, pesarosos, tinham já abandonado, acrescentava: «no dia em que embarcaste com as tuas “cartas”, na estação, todos os teus vizinhos da Couraça e muito mais gente miúda vieram despedir-se de ti com lágrimas.»

Retomo a minha fala no sobredito *O Morgadio de Pindela*:

«Nesse adeus tão difícil – há-de ter parecido um adeus na beira do túmulo – o último abraço foi para a sua servente que soluçava (– “olhe, menino, veja se toma tento, que já não é sem tempo!” –) e gesticulava, o comboio a deixar para sempre a estação Velha, ia começar a monotonia de uma vida nova. Chamava-se Guilhermina, a servente, e era uma velha rezingona e desbocada – “o maluco saiu, o maluco não está em casa”, se acontecia o patrão ausentar-se e alguém o procurar. Guilhermina Pindela, é como se assinava. E, sem dúvida, nutria um vincado amor pelo seu Vicente, um “bom menino”, pois então, – encolhia os ombros, resignada, e explicava melhor: “lá a cabeça é que não regula... Raio de mulheres!...”»

São citações extraídas do aludido memorial *Coimbra – Nobre Cidade*. O insuspeito jornalista e escritor monárquico Rocha Martins confirma-as e eu vali-me dele, também, na consecução do meu trabalho de 1999:

«Efectivamente, era Vicente Arnoso um grande aficionado das tricanas. Da Raquel – “ó doce, ó clara Raquelinha da Couraça, vaso espiritual” – ; da Palmira “castelã sem castelo, refúgio dos pecadores”; da Isabel, “rosa mística, estrela da manhã”, da Maria José, “doce perfil de santa martirizada, em que o sol moribundo parece vir expirar, iluminando a serena tranquilidade do seu olhar doce”; da Assunção que morreu tuberculosa no hospital e ele acompanhou à última morada, onde pugnou fosse erguido um monumento homenageando as tricanas desaparecidas; e, sobretudo, da Deolinda, “a mais bonita das três irmãs da Alcária”, uma paixão imensa,



Fig. 1 Fotografia (assinada pelo próprio) de Vicente Arnoso trajando capa e batina e com a pasta e as fitas académicas.



Fig. 2 Pai e filho: Bernardo, 1.º Conde de Arnoso e Vicente, o 3.º Conde.

e Vicente Arnoso, as mãos tremendo-lhe de emoção, a atarem a “primeira fita de veludo preto” no colo (“esbelto, melodioso, quase imaterial como o de certas virgens de Fra Fillipo”) da sua amada, – a Deolinda que, em silêncio sofreu a dor de ver partir para a Alemanha o único homem a quem dera o seu coração, e que, até à morte, jamais tirou do pescoço esse bocado de veludo que passou a ter um nome: o *vicente*.»

Era um adorno que, da “largura de um dedo, que lhes afoga o pescoço”, se tornou uma peça omnipresente e fundamental das tricanas. Agora a palavra a Júlio Dantas, posta nos jornais da época que o Arquivo da Casa de Pindela guarda: «para compreender o poder de sedução do “vicente” é preciso ter visto, algum dia, a carnação luminosa e inconfundível da tricana (...). Sem a polpa transudante de luz, daquelas faces e daquele pescoço, sem uma carnação com essa vaga e opulenta tonalidade de ouro baço, sem aquele moreno luminoso que lembra a *patine* de certos marfins bisantinos, o traço negro do “vicente” de veludo não teria a décima parte do valor expressivo e da picante graça que fizeram a sua fortuna”.

Insistindo na reprodução do meu livro, ainda com pedaços de Júlio Dantas: «Por tal acessório se conheciam “à légua” as raparigas de Coimbra. E elas próprias diziam: “são as nossas pérolas”; ou, por vezes, a meia-voz, como quem tem um segredo: “é o nosso coração”».



Fig. 3 Caricatura acadêmica de Vicente Arnoso, ou Vicente Pindella, como também era conhecido.

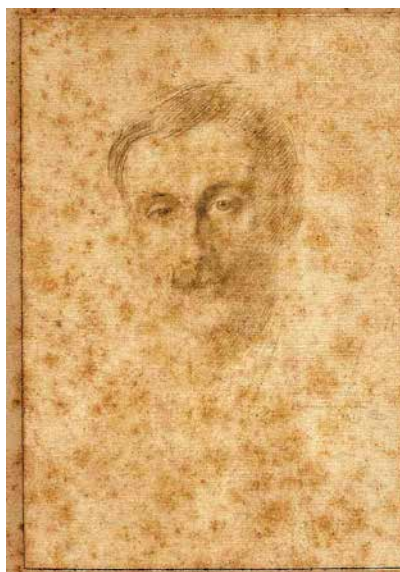


Fig. 4 Sanguínea de Vicente Arnoso.

Insisti, e continuo ainda a transcrever o meu capítulo:

«O *vicente* – as impressões digitais que o futuro 3.º Conde de Arnoso deixou na sua passagem pela Lusa Atenas. Uma insignificância ornamental que, nos anais académicos, ficou como símbolo dos amores estudantis, do encanto das moçoilas de cântaro à cabeça pela calçada fora, da aventura e do romance, que eram o reverso das áridas sebentas a deglutir. O *vicente* – um nome tão de Pindela doravante a integrar o glossário conimbricense, graças a um membro da Família a quem as tricanas, os seus companheiros, os que o conheciam chamavam apenas – o *Vicentinho*.»

Mas o tempo não parava, por mais que o Tio Vicente o demorasse. E (a fonte continua sendo *Coimbra – Nobre Cidade*):

«No dia em que enfim concluiu a formatura, e com ele um seu amigo, também renitente ao estudo, a façanha ficou assinalada em tabuleta, na porta da casa: “Raul Teixeira e Vicente Arnoso. Advogados habilitados”. Na manhã seguinte quem quer escrevera por baixo: “bravo, bravo, levou tempo mas sempre foi!...”»

E recupero o meu Morgadio de Pindela, para rematar:

«Começa então o seu calvário na Alemanha. Atado a uma secretária, irremediavelmente longe do Choupal, das tricanas e das guitarras, da boémia de tantos anos, é provável que versejasse para amenizar aquela provação. Coerente com a sua

essência monárquica, solidário com o tio, o Ministro Plenipotenciário, e aliviadíssimo, sobretudo, demitiu-se do seu cargo, aquando da implantação da República, e voltou a Portugal. Ainda em 1910 publicou “Dor que mata”, episódio dramático em um acto representado a primeira vez no Teatro Avenida, a 10 de Maio de 1917.

Mas o seu baptismo nestas lides cénicas ocorrera um ano antes, em 13 de Janeiro de 1916, No Teatro Nacional D. Maria II, com a peça em três actos “Coimbra, Terra de Amores” evocação saudosa da sua juventude e dos seus namoros. A plateia encheu-se de antigos estudantes. E um deles, Eurico de Seabra, comentou no jornal “O Século” o espectáculo a que assistira, e o sucesso de Vicente Arnos, dizendo: “se vissem a sua obra, abraçá-lo-iam os próprios iconoclastas e ferozes lentes que o reprovaram, e beijá-lo-iam, em desforço, comovidas, as lindas tricanas que o amaram e que ele amou. Coimbra, mãe dos poetas, beijá-lo-ia também, porque um dos seus filhos caros a louvou e toucou de rosas. Nós, que em Coimbra vivemos e que Coimbra sentimos, estendemos-lhe a mão e apertamo-lo contra o peito”.

Em 9 de Janeiro de 1919 estreia-se no Teatro República “O Último Senhor de S. Gião”, drama em três actos que versa os dias infelizes de um fidalgo arruinado e sujeito à rapacidade de um usurário. Enfim, da sua lavra são as poesias reunidas nos seguintes três títulos: “Cantigas... Leva-as o Vento”, “Quem Canta Seus Males Espanta” e “Cantigas e Mais Cantigas”. Trata-se, no seu conjunto, de construções líricas muito simples – predominando a quadra – em que sentimentos, emoções, a beleza dos seres e dos lugares se fazem ouvir melódica e bem ritmadamente.»

Eu daria agora mesmo este texto por findo. Não fora o caso de uma crónica escrita pelo próprio Vicente Arnos na *Ilustração Portuguesa*, edição de 27 de Janeiro de 1908, me ter recentemente surgido pela frente. Decidi transcrevê-la respeitando a ortografia original. Intitula-se ela

«As tascas de Coimbra

É pelas dez da noite, quando a cidade alta, em vésperas d’aulas, parece dispor-se a dormir, com pachorra, o somno reparador e triste das cidades provincianas, que o silêncio é quebrado subitamente, como por encanto, por largos bandos de rapazes, que, n’um supremo abandono pelos livros, largam em debandada para a Baixa!

Na calada da noite, n’um vago rumor aqui, um grito acolá, ou a esturdia rompe clamorosa e arruaceira, ou a ronda se embala docemente pacificada e amorosa n’uma serenata docemente triste.

Ha o passeio simples, discutidor e comunicativo, erguendo todas as duvidas e resolvendo todos os problemas, desde a existencia de Deus á cor dos olhos da linda vizinha da republica; ha o passeio poético á Lapa dos Esteios, de barco, no rio murmurante e placido, com o velho almirante Ratto ao leme e uma guitarra gemedora, canções e raparigas; ha as excurções mais longe às Torres e Tentugal...

Mas Coimbra raras vezes sae das suas estreitas ruas medievais na sua bohemia famosa.

Entre Santa Clara, os Arcos e as Ameias ella se encerra em tudo que tem de tradicional e inconfundivel.

Depois das dez, para surprehendel-a, é descer á Baixa e entrar nas tascas.

As tascas de Coimbra são características, mesmo no decorativo, tendo todas, porém, um supremo traço comum – o da intellectualidade!

Não se espantem, meus senhores.

A tasca coimbrã, quando eleita por um grupo academico, aviventada por uma *troupe*, afamada por algum cabecilha da bohemia – é um dos mais poderosos centros intellectuais.

Tudo se lá discute, desde o amor à revolução, politica, litteratura e arte!

Não ha thema que se não debata.

Com uma caneca de verdasco, ou um simples copo de aguardente – resolvem-se os tempos; ali desfilam filosofias, religiões, ali são inquiridas civilizações, interrogadas as grandes figuras historicas, julgadas, condemnadas, absolvidas e glorificadas.

Hugo e Baudelaire, Guerra Junqueiro e João de Deus, Balzac e Zola, Flaubert e Eça – ali comparecem cada dia, tremendo da sentença implacavel que ao dar da meia noite, batendo com o punho cerrado sobre as taboas de pinho da meza rude, lhes será deferida por pontífice litterario da rua do Norte, Palacios Confusos ou da rua do Borrvalho, que logo a roda aplaude sonoramente.

A Universidade é considerada por todo o estudante *brioso* como uma tasca tambem, a tasca maxima e olympica!

Mas com bem menos amaveis taverneiros!...

E quantas vezes, por isso, lá cae vencido n'um estenderete raso, humilhado e corrido, aquelle que era o altivo triumphador da véspera n'uma das outras acolhedoras e amigas tascas da Baixa!

Assim a tasca de Coimbra, diferente de todas as outas, tem sido, forçoso é dizel-o, para muitos bem mais proveitosa do que a propria Universidade e os seus lentes.

Tudo ali vem bater, projectos das mil e uma noites, heroes, escriptores, o ultimo livro, mulheres, viagens, tudo, pela noite velha, ali desce em discussões acaloradas, sobre as toscas mezas de pinho. Quantas vezes só a madrugada, radiante e clara, consegue vir pôr termo a uma discussão renhida em que se derrubou por terra, irreverentemente, algum idolo, ou um preconceito secular. Que de coisas veneraveis ali mortas!

Coimbra, a mais linda e amavel terra de Portugal, tem sido atravez dos anos o mais bello e suggestivo repositorio de scenas alegres d'uma vida estouvada de bohemia vivida no amor á mistura com a sua nota litteraria e sentimental.

Das tascas celebres pela tradição, chegou até aos nossos dias a das Tias Camellas.

Assim nos contam, com as lagrimas nos olhos, os rapazes d'esse tempo envelhecidos pela vida, através da saudade do coração sempre quente e viva, a poesia estranha da tasca das Camellas.

João Penha era n'ella o pontifice maximo.

Ali se juntavam de preferencia os rapazes literatos e bohemios de então, porque, diga-se de passagem, a literatura e a bohemia, desde longo tempo, se acostumaram a andar de mãos dadas. Sempre que hoje algum velho d'essa epoca nos fala através da sua saudade, sempre nova, das Tias Camellas, duas adoraveis velhinhas que davam de cear por meio e cinco aos estudantes, veem logo á baila, além do Penha, os nomes de Junqueiro, Gonçalves Crespo e tantos outros. É que a tasca das Camelas foi por assim dizer o cenaculo litterario da academia de ha trinta anos.

Ha quinze anos, quando abordámos Coimbra, das Tias Camello já nada restava a não ser a casa, além, na rua Larga, transformada n'uma tabacaria monotona e triste.

A morte, a pouco intervallo, arrebatára da vida, como dois ressequidos pergaminhos, as Tias Camellas, levando-as, com as saudades d'uma geração e algumas dividas em atrazo, para o céo, para essa eterna viagem d'onde se não volta mais. E assim a nossa geração decadente e sombria ficou, apenas, conhecendo a tasca das Camellas pelos versos sarcásticos e pungentes do poeta do Só:

“Nossa Senhora a dar de cear aos estudantes
Por 6 e 5. Mas ha! foi-se a Virgem d'antes
Tia Camella... só ficou a camelice.”

Entre todas as tascas celebres do nosso tempo, só duas conseguiram conservar, refractarias á civilização, toda a estranha poesia do passado: o *João de Brito* de Santa Clara e a *Joaquina Cardoso* do *Paço do Conde*.

O João de Brito era um maravilhoso retiro de que tudo ainda hoje existe, a não ser o pobre do João de Brito, que já lá vae.

Ficava junto ao velho mosteiro de Santa Clara. Era um verdadeiro scenario de balada!

Uma latada, quatro mezas de pinho, uma hora gemente, ao fundo o rio sereno e doce e lá no alto erguendo-se aerea e dominadora a cidade, revendo-se no Mondego n'uma miragem d'encanto, campeando lá no cimo, altiva e magestosa a Universidade e a sua torre, graciosa e soberana.

Foi alli, n'aquelle doce e poetico logar, que durante anos se juntaram algumas *troupes* de rapazes, alguns já hoje tornados pessoas pesadas e sérias pelos encargos da vida.

Os poetas Eugénio de Castro, Manuel da Silva Gayo, Affonso Lopes Vieira, Guedes Teixeira, D. Thomaz de Noronha e tantos outros foram durante anos os seus

mais assíduos frequentadores. Se aquelles sitios falassem, quanta alegria franca haviam de saber contar á geração de hoje, reservada, cathedratica e conselheiral. Não há ninguém que por lá não tenha passado que possa fazer uma pallida idéa das tardes do João de Brito.

Phantasticos anoiteceres em que as neblinas do rio envolviam brandamente, como um véu diáfano, um divino manto inconsútil, n'um mysterio de sonho e de quebranto, toda essa doce paizagem de novella.

A Joaquina Cardoso, do Paço do Conde, n'uma d'essas viellas medievaes da cidade baixa, foi tambem um dos mais procurados logares da Coimbra bohemia e noctivaga. A Piedade, a creada da tia Joaquina, uma morena d'olhos tristes, punha n'aquelle ingenuo scenario uma nota cheia de pureza e gravidade. Não houve poeta que por lá fosse que a não cantasse e ahi está, entre tantas outras, a atestal-o, essa deliciosa quadra do Affonso Lopes Vieira:

“Maria da Piedade
Que nome te foram pôr,
Tu que não tens piedade
De mim que tenho amor.”

A Piedade, a doce morena d'olhos tristes e magoados, ouvia indiferente todos os galanteios, afável e carinhosa, entre condescendente e compassiva, mas se alguém soltava algum dito mais forte logo discretamente ella desaparecia, silenciosamente.

A tia Joaquina! A boa e prazenteira tia Joaquina lá está hoje retirada do negocio, descançando de uma vida de trabalho n'uma risonha aldeia dos arredores de Coimbra.

A tia Joaquina, tão amavel para todos, ainda para os peores dos seus *filhos da academia*, bem merecia a notabilidade quasi glorificadora dos admiradores da sua culinaria e da sua resignada paciencia...

As ceias do Magrinho! O Magrinho do Lobo, da Sophia, do Choupal, do Terreiro do Mendonça.

Filho d'aquelle magrinho que já o Nobre cantara no Só:

“Mais tarde, em Coimbra, n'alguma ceia
Com mais rapazes no Magrinho”

Ceava-se a toda a hora! O Magrinho nunca conheceu dificuldades. A sua casa nenhuma a suplantava em alegria, cantava-se, dançava-se, e d'ali partiram para a bocca do cego Monteiro as nossas quadras d'amor e as cantigas contra os lentos.



Fig. 5 Vicente Arnoso, já então o 3.º conde deste título.

Foi lá, por uma suave noite, que o dr. Paiva e Pitta ficou, na boca das tricanas, consagrado na trova popular.

O *Ruivo da Sophia* foi muito tempo o ponto de reunião, o poiso obrigatorio d'uma das ultimas *troupes* de rapazes que souberam atravessar, n'um rumor de riso aberto, estouvado, franco, essa deliciosa quadra de Coimbra.

Presidia a ella Affonso Lopes Vieira, o mais prestigiado moço da sua geração, o mais amigo e o melhor da sua geração, o mais amigo e o melhor dos companheiros. Foi lá no Ruivo da Sophia que se se realizou a sua ceia da de despedida, que pelo pitoresco dos convidados produziu escandalo. Além dos seus companheiros de todos os dias, que eram o Emerico d'Alpoim, Thomaz de Noronha, quem escreve estas linhas e o José Duffner, um dos mais espirituosos rapazes do seu tempo, o poeta juntára, como que n'um desafio estranho, n'um torneio macabro, na mesma meza, todos os typos caracteristicos das ruas. Terra alguma os tem mais interessantes e impulsivos.

Eram elles o França Rolié, cocheiro aposentado, hoje já morto, que conhe-cera cinquenta gerações academicas e que o centenario da Sebenta acabou de consagrar, como lente da *Faculdade das tretas*.

O Quatorze, alto, solido como uma torre, facinora, vendedor ambulante de bananas, que tinha a pretensão de tratar por tu as primeiras personalidades do seu paiz.

Era o *Barnabé*, garoto discursador, que alguém compára ao dr. Callixto, com um pouco menos de instrucção, menos *pose* e menos corpo.

O Beb'Agua e por ultimo o cego Monteiro, o costumado companheiro dos poetas.

O França, que como decano presidia á ceia, começou logo, com uma grande amabilidade, por declarar que por uma grande attenção ao poeta não almoçára, nem lanchára, nem jantára ainda n'esse dia!!!

Não ha palavras que possam descrever o imprevisto e a raça d'essa noite.

Os discursos não tinham fim. Os apartes cruzavam-se uns sobre os outros.

O Quatorze, a certa altura, elle que passava a maior parte do tempo na cadeia, levantou-se e voltando-se para o poeta e para os seus amigos começou assim o seu discurso. «Aqui que n'este solemne momento nos achamos livres do judicial», e por aqui fora declamadoramente, em voz sonora, sereno e magestoso, continuou o seu discurso ponderoso e argumentador como o d'um alumno laureado da faculdade de direito.

E tantas outras, tantas! O *Feyo da Alta*, que um grupo de rapazes ilheus decidiu lançar, para sua ajuda, foi tão bem lançado que, passados mezes, quebrava fraudulentamente!

O *Julião das Iscas*! Um de nós, em troca d'uma ceia fiada propusera-lhe, n'uma certa noite, a immortalidade, e no dia seguinte logo, em cumprimento da sua palavra, acudia pressuroso a entregarlh'e a seguinte quadra do poeta Affonso Lopes Vieira, que levaria o seu renome aos seculos:

“Lampreia divina, ó divino arroz,
Comidos noite velha, em casa do Julião!...
Sem ter ceias assim, o que ha de ser de nós?
Soffre, meu paladar! Chora, meu coração!”

Os *Campos Elyseos*, hoje transformados em depósito de vinhos, o *Alexandre da Sophia*, o *Frias*, o *Fim do Mundo*, outros e outros, sem falar n'esses poeticos logares de S. Francisco das Torres e de Tentugal, ficarão ainda mais ou menos celebres na vida de Coimbra estouvada e alegre...

Da minha vida de estudante, onde tanta coisa passou roçando o meu coração e despertando o meu espirito, as tascas não foram a deixar-me uma nota menos impressiva.

Muitas recordações me ficaram a ellas sempre presas.

Em parte alguma a tasca representa o papel verdadeiramente civilizador que para a mocidade academica representa em Coimbra. Na *tasca* a embriaguez é, sobretudo, pode dizer-se, quasi sempre, só de espirito, e o jogo é o puro jogo de palavras, discussão e dialectica.

Por isso aquellas noites passadas, ou n'um apertado compartimento de rez-do-chão, de pinho não aparelhado, á luz do azeite, mortija e vaga, ou no quintalejo proximo sob uma parreira á radiante luz das estrelas, sempre animadas de conversação agitada e veemente, cortada de incidentes, vibrante e de amadora, creadora de iniciativas, inspiradora de idéas, todos unindo n'um affectivo laço fraternal, – aquellas noites serão para mim inolvidaveis.

Ali vi o rebate primeiro de alguns oradores já hoje notáveis, ali presentes escriptores, poetas já hoje illustres. As *tascas* eram por assim dizer o nosso *Instituto*.

As tascas! Forum, comicio, teatro, academia!

Passaram anos, e essa decantada bohemia d'onde tantos nomes vieram a immortalizar-se, desde João de Deus até hoje, parece dia a dia ir morrendo desde que os rapazes deram a envelhecer n'uma apagada e vil tristeza, procurando vêr Coimbra apenas pelo lado da *Aurora*, a *Bola*, o *Lente*, – que para nós foram apenas um futil motivo de troça e de riso no meio d'essa deliciosa vida, feita de sonho, gasta no culto amorosissimo e doce da mulher e da paisagem.

VICENTE ARNOSO»

O 3.º Conde de Arnoso casaria em Lisboa, a 19 de Setembro de 1919, com uma Senhora da Casa dos Condes de Tarouca. Houve descendência e o seu neto, D. José Vicente Pinheiro de Melo de Bragança, é quem, actualmente detém àquele título, em quinta vida, e representa este illustre ramo da Casa de Pindela.

Mas a existência do poeta e dramaturgo Vicente Arnoso seria de curta duração. Em 1924 ainda veio a Pindela, ao baptizado da sobrinha Maria Amália Pinheiro Machado (filha dos 3.ºs Viscondes de Pindela), sua afilhada. Morreu o ano seguinte, a 15 de Junho, na Capital. Porque a boémia lhe estava na alma, de onde se recusava sair, Rocha Martins via-o na Eternidade sempre em serenatas com o Hilário, a apoquentarem o S. Pedro, tal qual sofrera o pobre sacerdote que durante anos deu hospedagem ao “Vicentinho”, na Couraça de Lisboa.

3.4 A Comissão Promotora de Homenagem Póstuma a Camilo

→ Teresa Araújo

Resumo

Este trabalho surge na sequência do tratamento arquivístico do arquivo da Comissão Promotora de Homenagem Póstuma a Camilo, parte integrante do arquivo da Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos que se encontra a ser trabalhado para estar futuramente disponível ao público.

A construção de um sistema de Informação do arquivo *Casa de Camilo* exige uma convergência de saberes arquivísticos e historiográficos que juntos são um contributo inegável para a história local, nomeadamente a história de uma Comissão de notáveis famalicenses que estão na génese da criação de um museu dedicado a Camilo Castelo Branco na casa onde este viveu em S. Miguel Seide durante mais de duas décadas.

No ano em que se iniciam as comemorações do Bicentenário do nascimento de Camilo Castelo Branco será de toda a justiça fazer referência aos grandes impulsionadores da criação do museu camiliano em Seide, a Comissão de Homenagem Póstuma a Camilo. É graças a esta Comissão e aos seus esforços em levantar das cinzas a casa onde Camilo Castelo Branco viveu os últimos vinte e seis anos da sua vida, que hoje mais de cem anos passados, se perpetua, com estratégias obviamente diferentes, a memória do escritor e as suas vivências em S. Miguel de Seide.

Tudo começou no ano de 1915 quando um grupo de admiradores de Camilo, encabeçado por João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1.º Visconde de Pindela, José de Azevedo e Menezes, da Casa do Vinhal, e o jovem advogado Nuno Simões, convocaram as elites famalicenses para uma reunião no Salão Olímpia.

O assunto não poderia ser mais sério e consensual, agradando à maioria dos presentes: criar em S. Miguel de Seide, na casa onde Camilo passou os seus últimos anos de vida e onde escreveu um grande número das suas obras, um museu camiliano, que ligaria para sempre a imagem de Famalicão e das suas gentes ao grande escritor de *Amor de Perdição*, honrando desta forma o passado e ao mesmo tempo com os olhos postos no futuro.

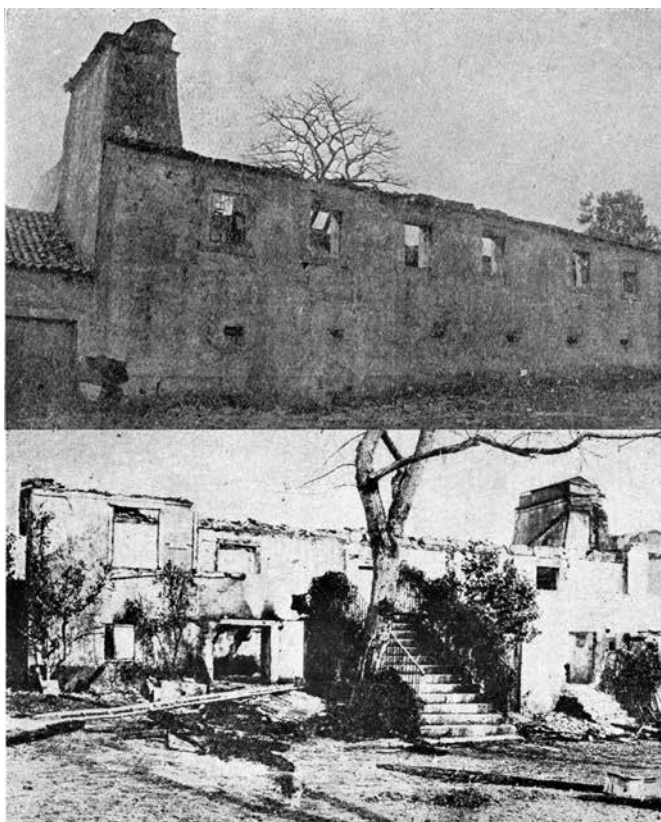
À semelhança do que acontecia fora de portas com cidades como Florença, Stratford ou Paris, que viram os seus nomes ligados a escritores como Dante, Shakespeare, e Victor Hugo, a Comissão sonhava perpetuar em S. Miguel de Seide, a escassos quilómetros de Vila Nova de Famalicão, a lembrança de Camilo Castelo Branco ao país e ao mundo.

Essa consagração da memória significaria ações concretas que estavam prontos a encetar, tanto mais que um mês antes dessa reunião, no dia 17 de março, no dia seguinte ao aniversário natalício de Camilo, um violento incêndio havia deflagrado na casa do escritor, destruindo-a irremediavelmente, muito embora a degradação que já se fazia sentir e era visível com o passar dos anos. Aliás, a casa já estaria desabitada desde a sua morte e com poucos pertences, que, entretanto, haviam sido levados para o chalé Silva Pinto, fronteiro à casa amarela, adquirida pelo filho de Camilo, Nuno, Visconde de S. Miguel de Seide e onde então viviam os seus filhos e viúva, D. Ana Correia¹.

Impunha-se por isso, levantar das cinzas o que restava da casa. Reedificá-la para depois instalar, não só o museu camiliano como a escola primária de Seide que funcionaria nos baixos do edifício. Com a anuência dos presentes é nomeada uma comissão encarregue de tal objetivo composta pelos seguintes elementos: José de Azevedo e Menezes, Daniel Augusto dos Santos, Francisco

1 Segundo notícia o jornal *Estrela do Minho* de 21 de março de 1915, a casa terá ficado totalmente destruída. Quando chegaram os bombeiros, avisados pelo pároco de Seide, Manuel Francisco de Carvalho, que se deslocou de bicicleta até a vila para os chamar, só encontraram de pé as paredes exteriores e a chaminé. Conseguindo-se, felizmente, pôr a salvo o retrato de Camilo e o sofá em que morreu.

Fig. 1 A casa depois do incêndio de 1915.
Fachada principal e posterior. Fonte: *Camilo
Homenageado: o escritor da Graça e da Beleza.*



Maria de Oliveira e Silva, José Robalo Ferreira, Francisco Correia de Mesquita Guimarães, Nuno Simões e ainda Manuel Pinto de Sousa, que substituiria Nuno Simões quando este foi chamado para o governo civil de Vila Real. Convém referir que muito provavelmente, e face ao avanço da idade, o Visconde de Pindela deve-se ter escusado a maior protagonismo, optando por não integrar esta Comissão, muito embora tivesse sido um dos seus mentores.

Conscientes que as suas atitudes e respetivas consequências dos seus atos, só poderiam ter sucesso se tivessem valor legal, esforçam-se desde o primeiro momento em legitimar todos os procedimentos. Basta analisar o arquivo da Comissão Promotora de Homenagem a Camilo existente na Casa de Camilo-Museu/Centro de Estudos que se encontra em fase de tratamento arquivístico, para nos darmos conta dos passos encetados neste sentido por José de Azevedo e Meneses, o presidente da Comissão e seu principal responsável e mentor. Desde a sua constituição legal no governo civil de Braga que legitima a associação criada com o nome de *Comissão de Homenagem Póstuma ao grande escritor Camilo Castelo Branco*, com sede no Campo Mouzinho de Albuquerque em Vila Nova de Famalicão, passando pela organização dos estatutos, até aos



Fig. 2 José de Azevedo e Meneses.
Fonte: Arquivo Casa de Camilo/
Museu-Centro de Estudos.

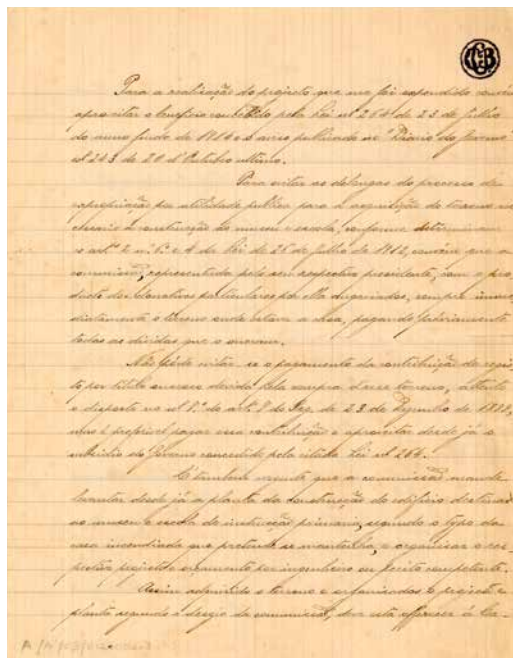


Fig. 3 Parecer do advogado Joaquim
Alves Torres. Fonte: Arquivo Casa de
Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

pareceres de advogados, tudo foi feito para dar legalidade às suas ações, em total e rigoroso cumprimento da lei.

O primeiro parecer foi dado logo em novembro desse ano pelo advogado da Póvoa de Varzim, Joaquim Alves Torres.

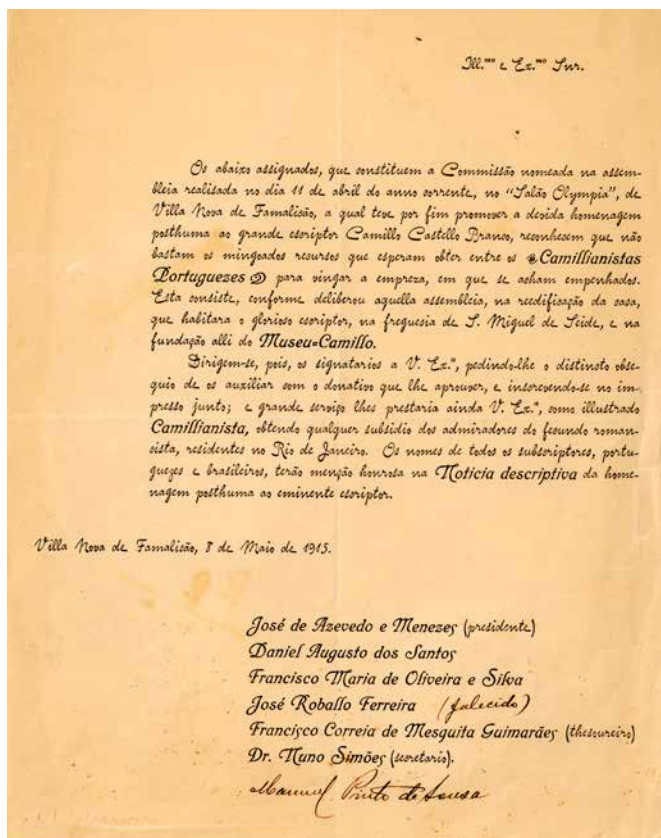
Era necessário saber agir, cumprindo os requisitos legais da empreitada a que se propunham. Por isso este advogado informa das diligências a serem tomadas, chamando a atenção para duas questões que considera fundamentais: por um lado, a necessidade da Comissão mandar fazer a planta e o respetivo projeto da obra do edificio destinado a museu camiliano e escola primária da freguesia *segundo o tipo da casa incendiada que pretendem que se mantenha*, e por outro, efetuar a compra da casa e do terreno aos familiares de Camilo². Esclarece ainda, que no seu entendimento jurídico será preferível utilizar os donativos conseguidos (dos particulares e da própria Comissão) na compra do terreno, pagando as dívidas que o oneram, no caso de as haver (e havia), isto sobretudo para evitar as demoras de um processo de apropriação por utilidade

² Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Parecer do advogado Joaquim Alves Torres sobre as intenções da Comissão de Homenagem, 1915*, não paginado.

Fig. 4 Carta-tipo solicitando o auxílio financeiro para reedificar as ruínas da casa de S. Miguel de Seide. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

pública para a aquisição do terreno destinado à construção do museu e escola, e usar as verbas conseguidas com a subscrição das diferentes câmaras municipais na execução do projeto.

Convém referir que estas subscrições pedidas aos diferentes municípios do país, e em particular do distrito de Braga e Viana do Castelo, bem como a todos os admiradores particulares do Mestre, foram um dos quatro pontos discutidos logo na primeira reunião da Comissão, ocorrida oito dias depois da assembleia de 11 de abril no Salão Olímpia.



Nessa reunião, além de tomarem posse os cargos diretivos foi decidido que o presidente, aí nomeado, José de Azevedo e Meneses, abrisse as negociações com os netos de Camilo e a mãe destes, D. Ana Rosa Correia, para a compra do terreno e demais objetos; que se convidasse um arquiteto para tratar da planta e fazer o projeto da obra; que se consultasse um advogado para dar legalidade ao processo em marcha e que se oficiasse pelas vias competentes quer o governo, quer as câmaras municipais do país no sentido de lhes pedir auxílio financeiro para a obra.

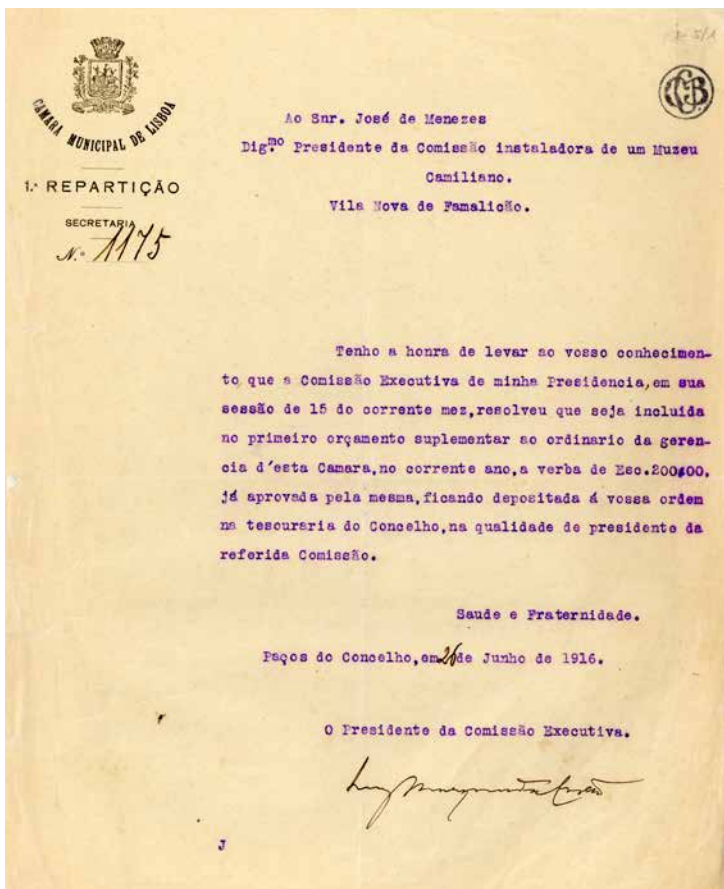


Fig. 5 Subscrição enviada pela câmara municipal de Lisboa à Comissão Promotora de Homenagem a Camilo Castelo Branco no valor de 200 escudos. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

Continuando no seu parecer acerca do projeto da Comissão, o advogado poveiro Joaquim Alves Torres informa ainda da obrigatoriedade do pagamento das contribuições de registo devido à compra do terreno, que diz não poder ser, de todo, evitadas, mas alerta da possibilidade em aproveitar o financiamento governamental concedido pela lei n.º 264, relativa a construções escolares³. Uma vez tratados estes assuntos, a Comissão deveria oferecer à câmara famalicense não só o terreno adquirido, mas também o produto angariado com as diferentes subscrições das autarquias.

Refere ainda, que no caso de a câmara municipal aceitar a oferta é seu parecer que esta vote no seu orçamento anual a verba necessária para a execução do projeto, e igualmente requerer ao Ministério da Instrução Pública a concessão de um subsídio que faz parte das verbas destinadas a construções escolares previstas na dita lei.

3 <https://files.diariodarepublica.pt/1s/1915/05/09700/04620463.pdf>

No entanto, relembra a necessidade de o fazerem rapidamente, pois o requerimento para tal deverá dar entrada no ministério até final desse mês de novembro, prazo limite para as candidaturas. Adverte ainda, para o facto de não se esquecerem de mencionar, quer na planta, quer na apresentação à câmara, quer no requerimento ao próprio ministro que a casa foi interiormente destruída por um incêndio, ficando apenas de pé as paredes de pedra exteriores. Reforçando com isso, que não só a Comissão deseja construir o edifício de raiz seguindo o mesmo estilo que tinha anteriormente, mas que se compromete a satisfazer as diretrizes estabelecidas para edifícios escolares, uma vez que a citada lei referir que só serão concedidos subsídios governamentais para novas construções escolares, não considerando adaptações ou reparações de edifícios.

Joaquim Alves Torres conclui o seu parecer referindo que a obra deve merecer o aplauso de todos, nomeadamente do próprio Ministério da Instrução, afirmando que por isso mesmo, não deverá ser difícil a obtenção do dito subsídio para as obras. Mas refere que será fundamental que a Comissão ou a câmara municipal de Vila Nova de Famalicão se responsabilizem, pelo menos, por metade do valor da despesa orçamentada para conseguirem o financiamento restante por parte do governo. Isto obviamente, e no caso, de se cumprirem as formalidades exigidas. Informa, no entanto, que no seu entendimento a única dificuldade será a falta de tempo no cumprimento dos prazos, uma vez que necessitam de organizar todo o processo até ao final desse mês de novembro, o prazo limite estabelecido por lei. Mas que caso não o consigam nesse ano económico, poderão sempre preparar tudo para tal ser votado no orçamento do ano seguinte, de 1916.

Tomando à letra, quer a incumbência da reunião de 18 de abril, quer o parecer deste advogado, José de Azevedo e Meneses, presidente da Comissão de Homenagem, convida o arquiteto do Porto, Carlos Fernandes Leituga para traçar a planta e respetivo projeto para a reconstrução da casa de Seide.

Não sendo um desconhecido, e com obra feita nos caminhos-de-ferro do Minho e Douro, Carlos Leituga apresentava-se como o arquiteto ideal com provas dadas para projetar o novo museu camiliano e a escola primária de Seide na antiga casa que Camilo habitara, desde que viera morar para Seide em dezembro de 1863. Meses depois da morte do seu anterior proprietário, Manuel Pinheiro Alves, o marido traído, cuja esposa, Ana Plácido, se havia enamorado do escritor de romances e novelas e cuja história de amor ilícito de ambos é sobejamente conhecida.

Mantendo os pontos basilares da casa incendiada de Camilo, o arquiteto teria, no entanto, de adaptar o edifício às novas necessidades funcionais: de escola e residência do professor com especificidades próprias.

Para isso subiu-o de nível, dando às salas de aula o pé direito e a cubagem necessária determinadas por lei. Além disso, as seis frestas no rés-do-chão da fachada principal, que confrontavam com o caminho público do Souto, existentes na casa antiga foram transformadas em quatro janelas e duas portas,

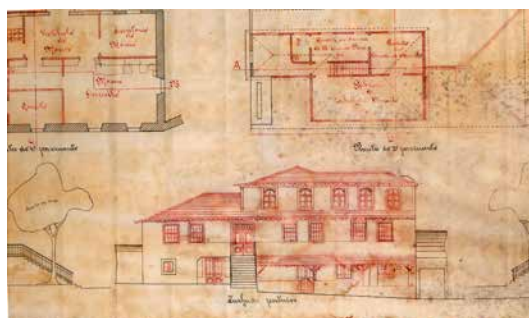
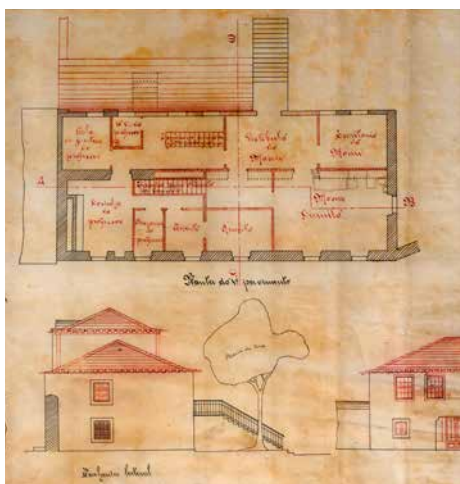
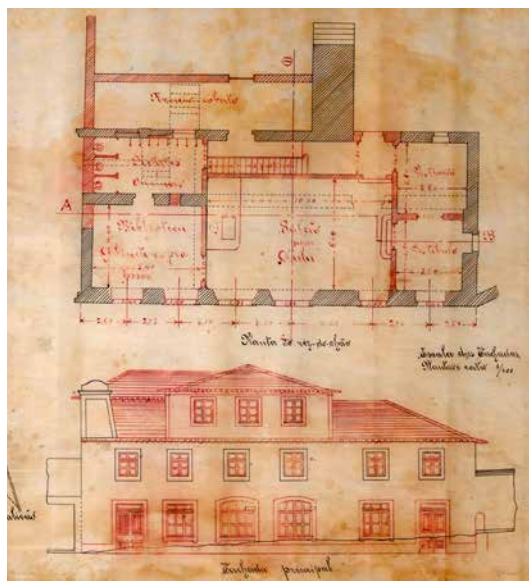
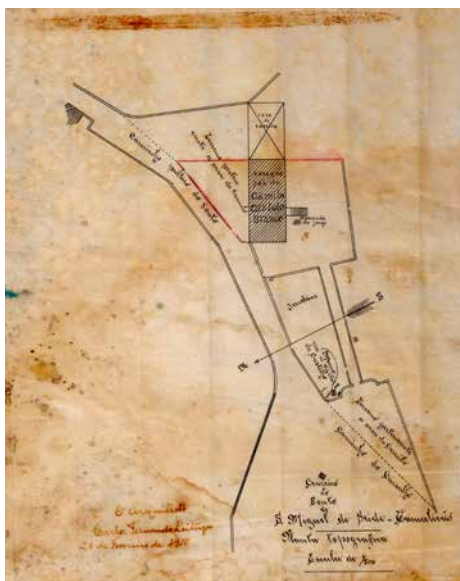


Fig. 6.0/6.1/6.2/6.3 Projeto da obra assinado pelo arquiteto Carlos Leituga. Planta e alçados da casa. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

torrando assim possível a instalação das duas salas de aula, com a luminosidade exigida. O alteamento do edifício obrigou a uma conseqüente elevação da escada de acesso ao primeiro pavimento. Escada que confina com a fachada posterior, descendo ao terreiro, às hortas e à saída da casa, sob a sombra da famosa acácia do Jorge, a robínia plantada por Camilo em homenagem a este seu filho.

Assim, a primitiva escada que existia com um só lanço de onze degraus passava a ter dois lanços, de onze degraus cada um, separados por um pátio, estando o lanço inferior oblíquo no sentido do caminho que dá saída a propriedade.

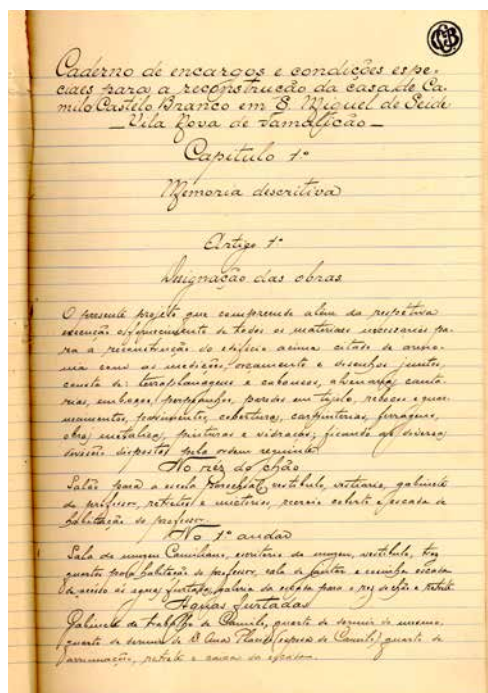


Fig. 7 Caderno de encargos e condições especiais para a reconstrução da casa de Camilo Castelo Branco em S. Miguel de Seide. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

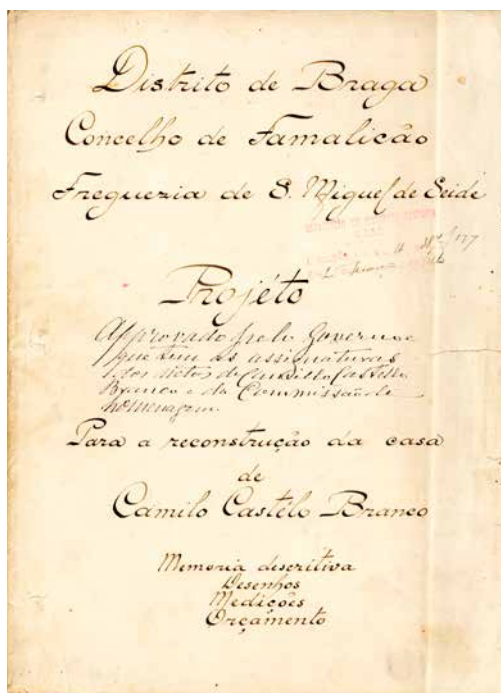


Fig. 8 Projeto aprovado pelo Governo. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/ Museu-Centro de Estudos.

A planta obedecendo aos requisitos governamentais é aprovada a 25 de março de 1916 conforme se pode analisar no despacho registado na mesma⁴.

Conseguido o arquiteto responsável pelo projeto, elaborada a respetiva planta, e encetadas as negociações com os familiares de Camilo com vista à compra da casa e terrenos adjacentes, a Comissão de Homenagem dá o passo determinante para reedificar o edifício e instalar as suas valências futuras: museu camiliano e escola primária.

Por escritura pública lavrada pelo notário Rodrigo Terroso, a 17 de abril de 1916 a Comissão Promotora de Homenagem Póstuma a Camilo Castelo Branco, um ano depois de ser constituída, compra a D. Ana Correia, viúva de Nuno Castelo Branco, e a seus filhos⁵, as ruínas da casa de S. Miguel de Seide, o quin-

4 Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Projeto aprovado pelo Governo que tem as assinaturas dos netos de Camilo Castelo Branco e da Comissão de Homenagem para a reconstrução da casa de Camilo Castelo Branco*, 25 de março de 1916.

5 Eram eles: Nuno Plácido Castelo Branco, Raquel Castelo Branco, solteiros, proprietários na freguesia de S. Miguel de Seide; Simão Botelho Castelo Branco, solteiro, proprietário e empregado comercial, residente em Coimbra; Camilo Castelo Branco, casado, ajudante de escrivão, residente em Braga.



Fig. 9 A Comissão Promotora no dia 17 de abril de 1916 aquando da assinatura da escritura de compra da casa com os familiares de Camillo. Fonte: Arquivo Casa de Camillo/Museu-Centro de Estudos.

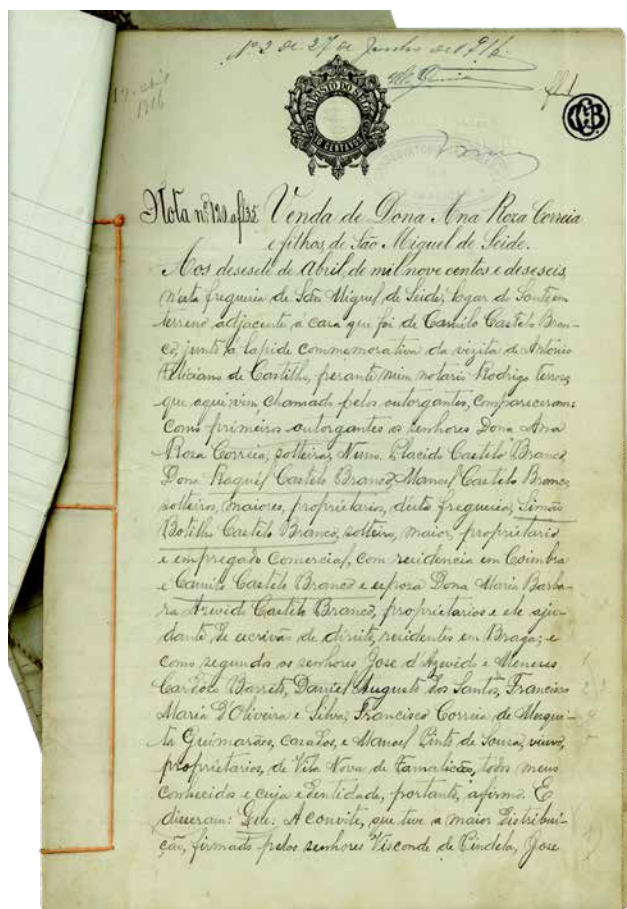
tal e terrenos adjuntos bem como a livraria do escritor e alguns documentos do seu arquivo pessoal, mobiliário e objetos de uso pessoal pelo valor total de dois mil escudos.

Segundo noticia o próprio Rodrigo Terroso, que além de notário e jornalista-correspondente do jornal portuense *O Primeiro de Janeiro* era um entusiasta e camilianista fervoroso na angariação de recursos, a ponto de lançar uma subscrição para os leitores deste jornal que quisessem ajudar na reconstrução da casa de Camilo, a Comissão tomava imediatamente posse de tudo. Exceção feita a uma cómoda ou contador de *Estilo Império* que somente seria entregue no dia em que o museu se instalasse, por ser de uso pessoal de D. Ana Correia⁶.

Mil e quinhentos escudos foi o valor pago pelos objetos e arquivo pessoal de Camilo que ainda restavam nas mãos da família. Tinham-se passado vinte e seis anos desde que Camilo falecera e os documentos e objetos pessoais não eram assim tantos. Muitos deles já teriam sido vendidos ou oferecidos. Como é o caso do chapéu alto à marialva, oferecido pela própria Viscondessa de Correia Botelho a um amigo, que falaremos seguidamente, entre outros que desapareceriam com o passar do tempo.

⁶ Arquivo Casa de Camillo/Museu-Centro de Estudos, *Escritura de compra e respetivo registo das ruínas da casa à nora e netos de Camillo Castello Branco*, 7 de abril de 1916, 6 fls.

Fig. 10 Escritura da venda da casa dos familiares de Camilo à Comissão Promotora de Homenagem. Fonte: Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.



No entanto, a Comissão refere os seguintes objetos comprados e que fariam parte do futuro museu camiliano: um relógio de corrente em ouro, um anel de ferro, uma caixa de rapé, um alfinete de gravata cravejado de rubis, um sinete, uma cigarreira, uma carteira, uma escova de borracha, uma carapuça de seda, dois bonés pretos, um lenço, uma bilheteira, um candeeiro de metal, uma floreira de louça, um lima penas, uma lira, uma faca de livros, uma régua, sete penas, um tinteiro, um sorvedor, três bustos de escritores: Herculano, Racine e Pascal, um relógio de mesa, uma jarra do Japão, um tinteiro de prata com estojo, um chapéu de coco, um relógio de parede, um candeeiro de vidro e algumas lunetas⁷.

7 Comissão de Homenagem Póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, *Famalicão 1915-1920, Camilo Homenageado: o escritor da Graça de da Beleza*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1920, pp. XII-XIII.

Também no que respeita ao mobiliário, à semelhança da casa habitada por Camilo e dos seus pertences de uso pessoal, imperava a modéstia⁸: duas secretárias de madeira de castanho com gavetas de ambos os lados, onde trabalhara nos últimos anos de vida, e ainda, três estantes grandes e envidraçadas, e mais cinco pequenas para cima de mesa, uma das quais para pousar o livro de leitura. Todas elas consertadas pela Comissão que efetuou o seu arranjo prévio. Havia ainda a cama onde Camilo dormia, feita em madeira africana e oferecida pelo seu amigo António Pereira Coutinho, Morgado de Pereira, que residira em África por alguns anos. Duas mesinhas de cabeceira, uma de cadeira de palhinha com abertura no espaldar para se fazer o curativo nas costas do escritor; outra de balanço, também de palhinha. Tudo de grande simplicidade, sem luxos de maior como seria a sua vivência diária em S. Miguel de Seide.

Quanto ao arquivo do escritor, o grosso da documentação entregue pela família é sobretudo composto pela correspondência recebida dos mais diversos destinatários, nomeadamente Tomás Ribeiro, ministro do rei D. Luís, entre muitos outros nomes. Um universo de mais de mil cartas de remetentes variados, desde a aristocracia passando pela alta finança até aos homens das Artes e das Letras, que a Comissão fez questão de inventariar e até publicar parte do seu conteúdo, não sem antes informar-se da legalidade de tal ato, uma vez que muitas delas tinham um teor privado inerente.

De facto, devemos registar a preocupação de José de Azevedo e Meneses em cumprir não só escrupulosamente as leis da República, mas em credibilizar todos os passos da Comissão, não havendo margens para que as suas ações fossem desacreditadas ou denegridas no futuro. Para isso, e uma vez mais consultam um jurisconsulto, antigo lente da Universidade de Coimbra, o advogado portuense Joaquim Fernandes com escritório na rua Ferreira Borges, que lhes dá o parecer negativo acerca da publicação na íntegra das cartas de Camilo. Afirmando mesmo que tal viola o art.º 575 do Código Civil.

No entanto, aconselha a Comissão a fazer um resumo das mesmas, com um extrato do seu conteúdo. Dizendo que *se tem valor literário, a propriedade dos seus autores não é prejudicada pois ninguém o altera ou esconde, nem tão pouco arroja a sua paternidade. Pois ao indicar o nome dos titulares da correspondência e limitando-se a Comissão a dar uma ideia geral desses assuntos, os direitos dos mesmos são respeitados*⁹.

Consciente que essa divulgação podia entrar em domínios que, de todo, não pretendiam, adverte ainda, e por isso, que no que respeita a assuntos íntimos de carácter confidencial que se manifestem nessas cartas, que tal não seja sequer mencionado de forma a proteger a privacidade dos intervenientes.

8 César, Amândio, *A casa assombrada de S. Miguel de Seide*, Lisboa, edições Fernando Pereira, pp. 18-19.

9 Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Parecer do advogado Francisco Joaquim Fernandes acerca da publicação das cartas de Camilo*, 12 de agosto de 1919.

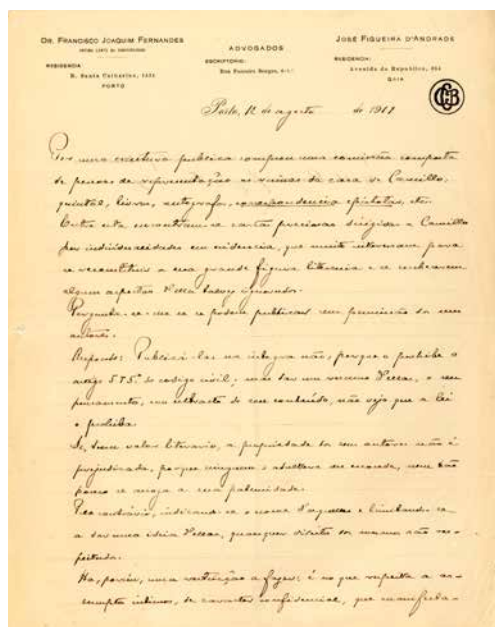


Fig. 11 Carta do advogado Joaquim Fernandes acerca da publicação das cartas dirigidas a Camilo por várias individualidades. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

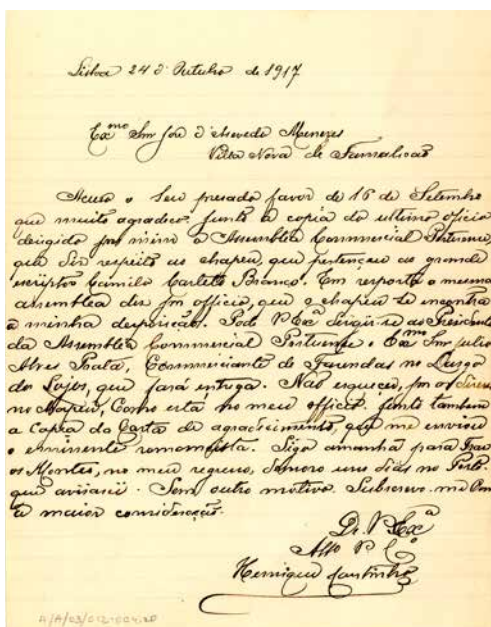


Fig. 12 Carta de Henrique Coutinho a José de Azevedo e Menezes, presidente da Comissão Promotora de Homenagem a Camilo, relativo à entrega do chapéu de Camilo para o futuro museu camiliano em Seide. Fonte: Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

Fazem parte ainda deste lote de objetos comprado pela Comissão, a livraria pessoal do escritor que contava com mais de quinhentos títulos. Tratavam-se sobretudo de livros que tinham escapado às vendas do passado, nomeadamente à venda que Camilo fizera em 1883¹⁰.

Paralelamente, e de forma a enriquecer o futuro museu camiliano, convém referir que a Comissão não poupou esforços em recuperar outros objetos e documentos que haviam pertencido a Camilo e que estavam fora da esfera familiar. É o caso do chapéu alto de seda de Camilo que lhe havia sido oferecido aquando do seu 59.º aniversário por Henrique Coutinho, um chapeleiro do Porto e cuja entrega está perfeitamente documentada no arquivo da Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

Quatro anos depois da morte de Camilo, em 1894, a Viscondessa de Correia Botelho querendo dar uma prova de deferência a este amigo do seu falecido marido, resolve devolver-lhe o dito chapéu como recordação e em nome da amizade que os unia. Por sua vez, Henrique Coutinho convicto que o chapéu

¹⁰ Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Leilão da livraria de Camilo em 1883*, 27 de dezembro de 1883.

estaria melhor numa instituição que preservasse a memória de Camilo decide entregá-lo à Sociedade Camilo Castelo Branco, do Porto. No entanto, com uma condição que se revelou fundamental: se por algum motivo essa associação deixasse de existir no futuro, e dessa forma deixar de perpetuar o nome do escritor, tal chapéu ser-lhe-ia devolvido para ele o ofertar a quem bem entendesse. Isso acabou por acontecer vinte e dois anos depois, em 1916, quando Henrique Coutinho pede à Assembleia Comercial Portuense, fiel depositária da antiga Sociedade Camilo Castelo Branco, que lhe devolva o chapéu.

O resto da história da devolução do chapéu alto de seda, à marialva, de Camilo e a sua entrega ao museu camiliano está perfeitamente esclarecida na documentação do arquivo da Comissão Promotora de Homenagem.

O mesmo acontece sobre outros objetos que pertenceram ao escritor, como o seu primeiro revólver, oferecido a José de Azevedo e Meneses pelo abade de Santo Tirso, o padre Joaquim Augusto Fonseca Pedrosa, filho do doutor Pedrosa, médico de Camilo. Segundo este padre, este revólver era pertença de Camilo e este havia-o oferecido a seu pai.

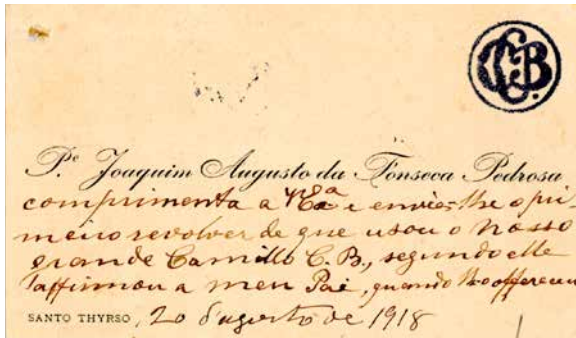


Fig. 13 Cartão de visita do padre Joaquim Augusto Pedrosa oferecendo a José de Azevedo e Meneses, presidente da Comissão Promotora de Homenagem a Camilo, o revólver que pertencera a Camilo para o futuro museu camiliano em Seide. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

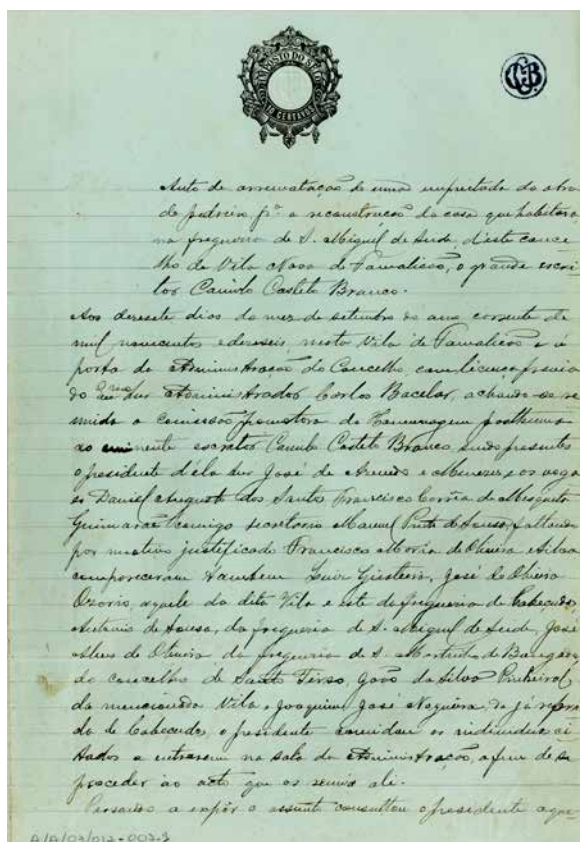
Entretanto, face às crescentes subscrições que chegam de todo o país, e do Brasil onde era grande o número de admiradores de Camilo Castelo Branco, a Comissão põe a lanços a obra de pedreiro. Esta seria arrematada pelo mestre-de-obras da freguesia de Cabeçudos, José de Oliveira Osório¹¹.

Conscientes que a obra só ganharia a dimensão pretendida se houvesse acessos diretos de Famalicão a Seide começam, com auxílio da câmara, a construção de uma estrada direta à casa de Camilo *para melhor prestar a visita ali aos admiradores do mestre*¹². Vinte e cinco a trinta minutos era o tempo que

11 Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Auto de arrematação de uma empreitada da obra de pedreiro para a reconstrução da casa de Camilo*, 17 de outubro de 1916, 4 fls.

12 Castro, Augusto de, "As ruínas de S. Miguel de Seide", in *In Memoriam de Camilo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925, p. 11.

Fig. 14 Auto de arrematação da empreitada da obra de pedreiro para a reconstrução da casa de Camilo. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.



demorava um automóvel ou um carro a chegar da vila a Seide. Demasiado tempo para uns escassos três quilómetros. Situação que se arrastou durante anos e foi a grande responsável pelo atraso na inauguração oficial do museu, que acabou por não ter nem a dimensão nem o brilho que a Comissão se impôs, e merecia, como culminar de anos de trabalho e de uma dedicação extrema.

No ano seguinte, na primavera de 1917, iniciou-se a obra de carpinteiro, sendo arrematada por José Maria Fernandes Lima pela quantia de mil seiscentos e quarenta e nove escudos. Uma quantia demasiado elevada, mas que dada a falta de licitações de valor inferior obrigou a Comissão a ter de contratualizar com este carpinteiro. Faltava a obra de trolha, entregue a José Pereira Basto, do Porto, que remataria as grandes despesas da reconstrução do edifício, que se achou praticamente completo no ano de 1919, como relatam os jornais locais.

Desde finais de 1918 que a imprensa local alertava para a finalização das obras da casa de Camilo e a conveniência da conclusão da estrada até Seide, de forma a poder-se inaugurar o museu e a escola primária.

A autarquia embora tivesse iniciado os trabalhos de abertura da estrada não tinha meios para a terminar. Formalizando por isso, junto do governo um

pedido de subsídio para a sua conclusão. A resposta governamental, a braços com a permanência de contingentes para as frentes europeia e moçambicana da Primeira Guerra Mundial, não se fazia sentir nem libertava as verbas com a brevidade que a imprensa famalicense e a Comissão desejava para desbloquear o impasse da inauguração que se ia adiando.

O prometido subsídio só chegaria em março de 1919, mas os trabalhos eram demorados e não andavam ao ritmo esperado. Entretanto, a Comissão vai continuando o seu ritmo de trabalho e tomando as diligências necessárias no sentido de instalar a escola e o museu na casa reconstruída.

Adquire-se o mobiliário para a sala de aulas a uma empresa de Freamunde que envia para Seide catorze carteiras, uma lousa e uma secretária para o professor da escola, António José Nogueira, entretanto nomeado, visto o anterior professor ter falecido¹³.

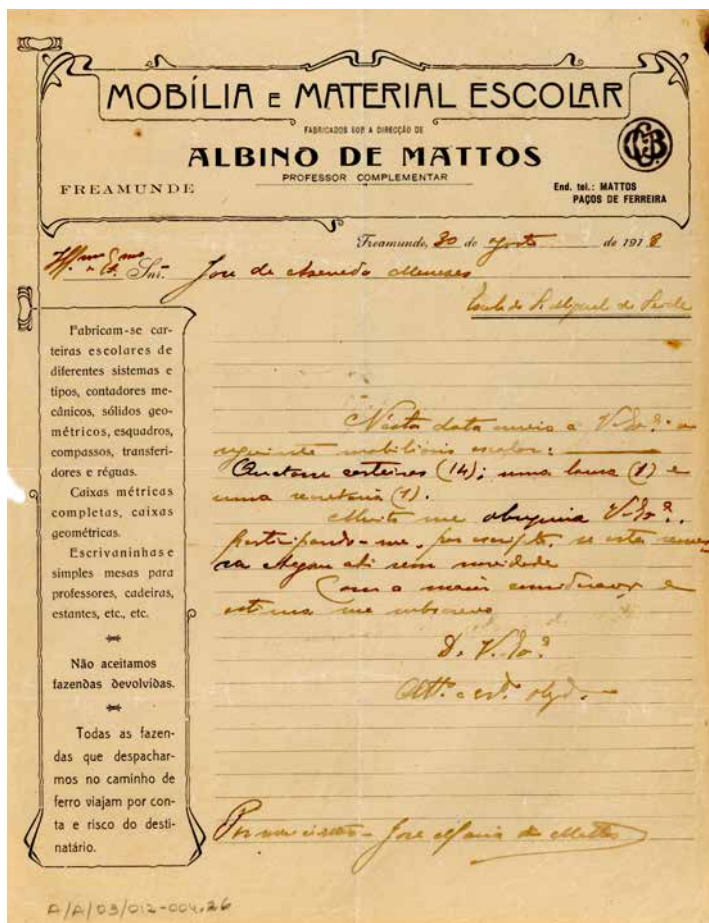


Fig. 15 Fatura de Albino de Mattos relativa à compra de material escolar para a sala de aula da escola de S. Miguel de Seide. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

13 Jornal Estrela do Minho, 18 de julho de 1915, p. 1.

Faz-se também o contrato para guarda do museu e da escola, em dezembro de 1918 com José Pereira de Azevedo, morador em Seide, com o salário mensal de nove escudos que ficaria responsável pela conservação do equipamento e dos bens existentes. Nomeadamente o papel de vigilante quando o museu abrisse ao público¹⁴.

Por seu turno, à semelhança dos museus consagrados a homens notáveis, a Comissão enceta contatos com os mais prestigiados artistas da época para ter em exposição no futuro museu retratos do seu mentor. O pintor José de Brito, amigo pessoal de Camilo, é convidado para executar um retrato do Mestre. Aceitando desde logo o convite, este pintor, professor da Escola de Belas Artes do Porto, oferece à Comissão uma gigantesca tela a óleo, permitindo igualmente a sua reprodução em bilhete-postal cuja venda reverteria a favor das obras da casa.

Outro nome grande das Artes de então, Jorge Colaço, célebre pelos seus azulejos em variadíssimas gares das estações de comboios oferece um retrato de Camilo em azulejo, que hoje vemos a decorar uma parede da casa dos Caseiros¹⁵.

Também nomes como Teixeira Lopes ou Malhoa quiseram associar-se à Comissão de Homenagem ofertando obras suas de Camilo para serem integradas no espólio do novo museu camiliano. O mesmo acontece com uma série de indivíduos, anónimos ou nem por isso, que decidem ofertar objetos museológicos mais ou menos simbólicos. Foi o caso do próprio elemento da Comissão de Homenagem que fez parte da primeira assembleia, Nuno Simões que ofereceu um busto de Camilo, em madeira, da autoria do escultor Diogo Macedo. Também Cruz de Magalhães, um dos maiores entusiastas de Camilo a nível nacional ofereceu uma escultura de Camilo da autoria de Ruy Teixeira Bastos.

Mas nem só de pintura ou escultura foram as ofertas que os camilianistas de norte a sul do país, incluindo do Brasil, deram à Comissão. Houve também livros e documentos destinados a enriquecer o acervo da nova casa-museu de Camilo. Foi o caso da célebre camiliana de Arzila, assim designado o conjunto de edições camilianas pertencentes ao académico de Coimbra, Augusto Arzila da Fonseca, que chega a Seide por via de José António da Cruz. Um livreiro de Braga, sócio-gerente da Livraria/Editora Cruz, que informa José de Azevedo e Meneses da venda no mercado desta camiliana pelo preço de três mil e quinhentos escudos e a sua total disponibilidade em conseguir trazê-la para o novo museu camiliano. Disponibilizando-se inclusivamente a arranjar financiamento para essa aquisição através da sua vasta rede de contactos. Conseguindo por seu intermédio que o Visconde de Moraes, residente no Rio de Janeiro, financie com o seu donativo a compra desta camiliana de Arzila da Fonseca,

14 Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Contrato de serviço assalariado para guarda do Museu e Escola Camilo Castelo Branco*, 31 dezembro 1918, 4 fls.

15 Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos, *Carta de Tomás Ribeiro Colaço sobre a feitura do retrato de Camilo em azulejos*, julho de 1919.

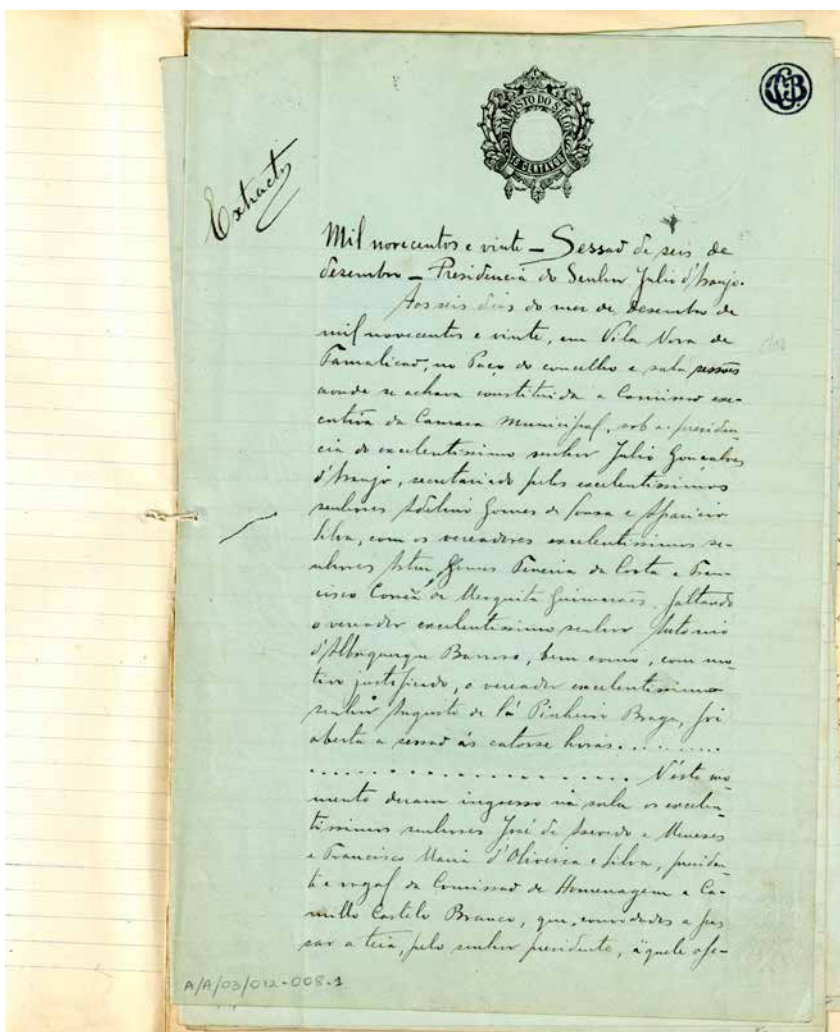


Fig. 16 Extrato da ata camarária de 6 de dezembro de 1920 relativa à entrega da Casa de Camilo ao município pela Comissão de Homenagem. Fonte: Arquivo Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

garantindo-lhe como contrapartida que uma das salas do museu onde seria instalada a dita biblioteca tivesse o seu nome.

Em 1920, cinco anos passados desde que se iniciara o sonho de levantar das cinzas a casa do Mestre, a Comissão de Homenagem Póstuma a Camilo Castelo Branco dava por completo o seu trabalho, muito embora não conseguisse como desejava a conclusão da estrada direta de Famalicão a Seide.

Tinha-se reconstruído a casa, conseguido a instalação do museu e da escola primária, e impunha-se por isso a entrega à guarda e manutenção da câmara como tinha, desde o primeiro momento, sido o seu intuito. Por isso, e farta de esperar pelos poderes públicos que concluíssem os acessos a Seide, no dia 28 de novembro de 1920, numa cerimónia modesta e sem o brilho e o

esplendor que a Comissão sempre pensou, desejou, e dizemos nós até merecia, fez-se a entrega formal ao município famalicense da casa de Camilo.

O próprio número de convidados foi restrito, limitando-se quase à família do escritor, nora e netos, que foram parte ativa em todo o processo, aos elementos da câmara e aos membros da Comissão de Homenagem passando pelo professor e alunos da escola de Seide que deram um certo colorido ao evento.

Com a formal entrega da Casa de Camilo à câmara municipal de Vila Nova de Famalicão a Comissão dava por finda a missão para a qual tinha sido constituída: a criação do Museu Camiliano, na casa que Camilo habitara em S. Miguel de Seide por mais de vinte e cinco anos.

A gestão do novo museu era agora da responsabilidade camarária e dos autarcas que a lideravam, ainda que debaixo do olhar atento de José de Azevedo Meneses que até ao fim dos seus dias nunca se desligou do Mestre e da sua tebaida e cuja dedicação foi sempre inquestionável, merecendo mais de cem anos passados o nosso reconhecimento.

Bibliografia

- Araújo, Veloso d', *Camilo em S. Miguel de Seide*, Braga, Livraria Cruz editora, 1925.
- Cabral, Alexandre, *Dicionário de Camilo Castelo Branco*, Lisboa, Caminho, 1989, pp. 151-152; 178-181.
- Castelo-Branco, Raquel, *Trinta anos em Seide*, Lisboa, Sociedade editorial ABC, Lda, 1925.
- Castro, Augusto de, "As ruínas de S. Miguel de Seide", in *In Memoriam de Camilo*, Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1925, pp. 11-17.
- César, Amândio, *A casa assombrada de S. Miguel de Seide*, Lisboa, Fernando Pereira editor, 1984.
- Comissão de Homenagem Póstuma ao escritor Camilo Castelo Branco, Famalicão 1915-1920, *Camilo Homenageado: o escritor da Graça e da Beleza*, Famalicão, Tipografia Minerva, 1920.
- Freire, João Paulo, *A casa de Camilo*, Porto, Companhia Portuguesa Editora, 1921.
- Oliveira, José Manuel, "A casa de Camilo", in *Boletim Casa de Camilo*, IV série, n. 1, 1999, pp. 134-161.

3.5 O papel do Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris na politização da emigração económica pelo PCP(ml)

→ **Cristina Clímaco**

A França, e em particular Paris, é um espaço privilegiado dos maiostas portugueses. O CMLP (Comité Marxista Leninista Português) foi fundado em Paris, em 1964, e após o desmantelamento da FAP/CMLP pela PIDE, o movimento subsiste praticamente apenas no exterior. Com base nos núcleos no estrangeiro (França e Bélgica), o “Comité do exterior” tenta preencher o vazio criado pela prisão de Francisco Martins Rodrigues¹, Rui d’Espiney e Pulido Valente, e relançar a organização. Mas não consegue inverter o processo de desagregação, que será efectivo em 1968, dando lugar a diversas facções, que não voltarão reencontrar-se². Uma destas facções desemboca no PCP(mi)³, liderado no exílio por Heduíno Gomes (pseudónimo Vilar). É neste quadro, de um movimento maoísta pulverizado, que se integra o colectivo “O Salto”, constituindo a face visível do PCP(mi), dado que os partidos e organizações políticas estrangeiras não têm existência legal em França, pelo que funcionam na clandestinidade. Nestas circunstâncias, a estrutura do colectivo “O Salto” confunde-se com a do jornal com o mesmo nome, órgão do Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris (CJTTP), publicado em Paris entre 1970 et 1974, cujo fim é a politização da emigração económica portuguesa.

- 1 João Madeira, *Francisco Martins Rodrigues. Documentos e papéis da clandestinidade e da prisão*, Lisboa, Ela por ela/Abrente Editora, 2015, pp. 40-178.
- 2 Sobre a FAP/CMLP e os diferentes grupos a que dão origem cf. nomeadamente João Madeira, “La «groupusculation» des «marxistes-leninistes» portugais dans l’émigration politique en France», in *Exil et migrations ibériques au XX^e siècle, Le temps de l’exil portugais (1926-1974)*, n.º 8, 2016, pp. 124-143; Miguel Cardina, *Margem de certa maneira. O maoísmo em Portugal, 1964-1974*, Lisboa, Tinta da China, 2011.
- 3 O PCP(mi) constituiu-se formalmente em 1970, ainda que apenas em 1971 tenha sido conhecida a sua fundação. A cisão de 1974, pouco antes do 25 de Abril, entre a facção do interior, liderada por “Mendes” (Carlos Janeiro) e a do exílio, leva à constituição de partidos distintos que reclamam o mesmo nome.

O Salto: colectivo de acção e jornal de mobilização

A fundação do CJTTP ascende a Julho de 1969, ainda que a sua existência legal date apenas de Novembro 1970, altura em que a associação é autorizada pelo Ministério do Interior. O Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, tal como outras associações de jovens trabalhadores, gravita na órbita da Liga Portuguesa do Ensino e da Cultura Popular, fundada em 1966, e do seu órgão, o *Jornal do Emigrante*. A Liga, da qual foram membros fundadores José António Saraiva⁴, Maria Lamas⁵ e Jorge Reis⁶, reúne várias tendências políticas, unidas no ideal de elevação do nível cultural da emigração portuguesa e de laicização do ensino.

Contudo, a vida interna da Liga é agitada, pontuada por lutas internas pelo controlo da direcção. Em 1969, a Liga atravessa uma fase de inacção, chegando mesmo a ser interrompida a publicação do *Jornal do Emigrante*. Apoiando-se nas associações de jovens trabalhadores⁷, Moisés Espírito Santo⁸ procura reanimar a Liga e o seu órgão. Os n.º 6 e 7 do *Jornal do Emigrante*, datados respectivamente de Janeiro e de Março de 1970 foram elaborados pelo CJTTP, que apesar do nome era composto

- 4 Viveu em Paris entre Fevereiro de 1961 e Junho de 1970, tendo regressado a Portugal após a morte de Salazar. Em 1972 parte para Amsterdão para dirigir o Instituto Português. Afasta-se da Liga pouco depois da sua fundação por divergências com a direcção. Yvette Santos, « Entre préoccupations intellectuelles et engagement politique. L’exil d’António José Saraiva en France », *Exils et migrations ibériques aux XX^e et XXI^e siècles*, n.º 8, 2016, pp. 68-84.
- 5 Exilada em Paris de 1962 a Dezembro de 1969. Maria Antónia Fiadeiro, *Maria Lamas. Biografia*, Lisboa, Quetzal Editores, 2003; José Gabriel Pereira Bastos, *Maria Lamas, mulher de causas (biografia breve)*, Torres Novas, Município de Torres Novas, 2017.
- 6 Militante comunista, entrou na clandestinidade em 1944, acabando por se exilar em Paris em 1949, onde residiu até à sua morte, em 2005.
- 7 Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Paris, Club dos Jovens Trabalhadores Portugueses de Houilles e Club Franco-Português da Juventude de Paris.
- 8 Refugia-se em França em 1963, onde permanece até 1981.

essencialmente por estudantes que se reuniam no Foyer International des Étudiants, uma residência de estudantes no boulevard Saint-Michel, da qual era porteiro Adolfo Ayala, antigo secretário de Delgado, e uma das figuras incontornáveis (e consensuais) do exílio parisiense. Mas muito rapidamente surgem dissensões sobre a linha editorial do jornal. Enquanto que para Álvaro Vasconcelos, militante do futuro PCP(mi), que chegara a Paris em 1969 vindo da Bélgica⁹, a imprensa é um instrumento para a transformação da sociedade portuguesa e o trabalho na emigração um meio de luta contra o regime e a guerra colonial, para Moisés Espírito Santo, membro da direcção da Liga do Ensino, o jornal deveria salvaguardar a independência relativamente às correntes políticas e servir de plataforma comum à oposição. A divergência leva à saída de Álvaro Vasconcelos, que arrasta consigo o CJTPP. O *Salto* nasce desta cisão e reivindica-se como a continuidade do *Jornal do Emigrante*. O primeiro número de *O Salto* é publicado em novembro de 1970, e para marcar a filiação, é distribuído a 10 de Novembro à entrada da Maison de la Mutualité, em noite de *soirée* artística organizada pela Liga do Ensino, à qual assistiam numerosos portugueses¹⁰. Segundo Álvaro Vasconcelos, a mudança de título deve-se ao facto de *Jornal do Emigrante* ser pouco mobilizador e não se coadunar com o ideal de transformação da sociedade que animava a equipa. Esta prefere *O Salto* no qual vê uma dimensão contestatária¹¹.

9 Refractário, exila-se na Bélgica no Outono de 1967. Residia em Moçambique, onde chegara com a família ainda criança. A escolha da Bélgica deve-se ao facto de ali residir o amigo Joaquim Cabrita. Álvaro de Vasconcelos, *Memórias em tempo de amnésia. Exílio sem saudade*, vol. II, Porto, edições Afrontamento, 2023.

10 Archives Nationales (França), 19850087/139, relatório da Prefeitura de Polícia de Paris, de 10 de Dezembro de 1970. A Mutualité é o espaço emblemático dos *meetings* e grandes eventos da esquerda francesa.

11 Em 1967 tinha saído o filme homónimo realizado por Christian de Chalonge, com música de Luís Clíia, sobre a emigração portuguesa, o que gerou alguma confusão

A Liga do Ensino consegue sustentar momentaneamente a investida maoísta, mas o *Jornal do Emigrante* só reaparece em Abril de 1971, sob a orientação de um nova direcção, eleita em Dezembro de 1970. Esta é composta por Silva Marques, militante do PCP expulso em 1969, Manuel Carvalho, José Manuel Espírito, Álvaro Silva e Vítor Lopes. Sob a direcção de Silva Marques, a Liga do Ensino é apoiada pela esquerda francesa, em particular pelo Partido Socialista Unificado (PSU), que vinha a radicalizar-se desde 1968¹². É também neste período que a Liga do Ensino se aproxima de *O Salto*. O assalto final à Liga, por parte dos maíostas, é dado em 1972 no âmbito das eleições para a direcção. *O Salto* obtém a maioria dos votos na assembleia-geral, ficando a Liga sob o seu controle. Em Junho de 1972 é publicado o último número do *Jornal do Emigrante* (n.º 12), sendo posteriormente anunciada a fusão entre as duas publicações. Doravante, a Liga do Ensino figura na lista das associações do colectivo *O Salto*. Já anteriormente, em 1971, o *Salto* e o *Novo Rumo*, jornal correspondente na Holanda, publicado pela associação Resistência e Trabalho, tinham fusionado com o objectivo de adoptar uma estratégia comum e partilhar recursos, numa tentativa de alargar e verticalizar a rede do PCP(mi).

A legislação francesa sobre a imprensa em língua estrangeira impõe que o director da publicação seja de nacionalidade francesa, pelo que o primeiro director de *O Salto* foi Annie Souque, uma francesa nascida em Saigão, técnica de laboratório, ligada a Portugal pelo casamento com José Nunes Caetano, um

quando saiu o jornal, apesar de não ter haver qualquer ligação.

12 Philippe Buton, *L'histoire du gauchisme, L'héritage de Mai 68*, Paris, Perrin, 2021. Sur le PSU cf. Noëlline Castagnez, Laurent Jalabert, Jean-François Sirinelli, Marc Lazar, Gilles Morin, *Le Parti socialiste unifié. Histoire et postérité*, Rennes, Presses Universitaires des Rennes, 2013; Bernard Ravenel, *Quand la gauche se réinventait. Le PSU, histoire d'un parti visionnaire, 1960-1989*, Paris, La Découverte, 2016.

dos redactores do jornal. A partir do n.º 8, de Fevereiro de 1972, a direcção do jornal passa para Bernard Weber, um antifascista conhecido no meio militante maojsta, que se mantém como director até praticamente ao fim da publicação. Trata-se em geral de personalidades francesas de esquerda, nem sempre politicamente próximas das publicações, mas que aceitam assumir a responsabilidade da publicação em solidariedade com as causas defendidas. A rede de apoio e de solidariedade de *O Salto* engloba os meios eclesiásticos progressistas. A sede do jornal e do MPTE, situa-se no n.º 56 da rua Fontaine-au-Roi, propriedade do Centro Picoulet, dirigido por um pastor protestante; as reuniões têm lugar no salão paroquial, no n.º 55, rue de Belleville, e as permanências em Paris do Comité de Desertores, ligado a *O Salto* e ao PCP(mi), são asseguradas em locais cedidos pela Cimade e pelos católicos progressistas.

O Salto é inicialmente quinzenal, passando a mensal a partir do número 13, de Novembro de 1972. O número de páginas oscila entre as 8 e as 12. A tiragem é de 3 mil exemplares¹³ (5 mil segundo a polícia francesa¹⁴). Em França, o jornal é distribuído nas principais cidades de implantação da emigração portuguesa através das Nouvelles Messageries de la Presse Parisienne, criadas no pós-guerra no âmbito da lei Bichet para assegurar a distribuição da imprensa francesa¹⁵. Em Paris e região parisiense, o jornal é vendido aos domingos de

manhã nos mercados frequentados pela emigração portuguesa, destacando-se os do boulevard Richard Lenoir, da Porte de Clichy, e sobretudo o de Villiers, nas imediações de Champigny, o maior bairro de barracas (*bidonville*) da Île-de-France¹⁶, onde chegaram a ser vendidos mais de cem exemplares num mesmo dia. A partir do n.º 4 encontra-se igualmente disponível em vários quiosques e livrarias progressistas da capital, nomeadamente na La Joie de Lire, da editora Maspero, um dos principais pontos de encontro do exílio português, onde uma das estantes era dedicada às publicações da oposição portuguesa, e L'Herbe Rouge, esta ligada aos maoístas. O jornal era igualmente vendido à porta dos HLM (habitação de renda moderada), nas festas associativas, nos encontros de futebol, e de modo geral em locais de aglomeração de portugueses, como cafés e associações. Para além da região parisiense, *O Salto* é distribuído em Bourges, Lião, Nantes e Grenoble. É também difundido na Bélgica, na Holanda, na Alemanha, no Luxemburgo e no Reino Unido, e a partir de Setembro/Outubro de 1973 na Suécia, através da rede associativa e dos comités de desertores. Os contactos com associações dos países limítrofes datam ainda do tempo do *Jornal do Emigrante*, nomeadamente com a associação Resistência e Trabalho, de Amsterdão. Uma estreita colaboração foi estabelecida com esta associação, que levou à organização conjunta de várias iniciativas culturais, colaboração que se manteve praticamente durante todo o período de publicação de *O Salto*, vindo a ruptura a ocorrer pouco antes do final de publicação. Introduzido clandestinamente em Portugal, *O Salto* é vendido clandestinamente em Lisboa, na livraria Barata, e numa outra livraria em Sacavém. As associações de estudantes terão contribuído igualmente para a circulação do jornal em Portugal.

13 A título comparativo *O Trabalhador*, jornal da Confederação Geral do Trabalho francesa para a imigração portuguesa, tirava entre 18 a 20 mil exemplares.

14 Archives Nationales (França), Ministério do Interior, 19850087/140. O jornal foi impresso na tipografia Joslin até ao n.º 6 mudando com frequência a partir desta data (Abex, Solal, Publi Sola, EP, Germinal) devido ao não pagamento das facturas, assim como a condições vantajosas que conseguiam obter. Na Solal estava empregado um militante da FAP, e na Germinal um indivíduo ligado ao FPLN de Argel. Brigitte Courot, entrevista de 9 de Fevereiro de 1992.

15 Jean-Yves Mollier, «La naissance des Nouvelles messageries de la presse parisienne», *L'âge d'or de la corruption parlementaire. 1930-1980*, sous la direction de Mollier, Jean-Yves, Paris, Perrin, 2018, pp. 215-250.

16 Marie-Christine Volovitch-Tavares, *Le Temps des baraques: les Portugais à Champigny*, Paris, Autrement, 1995.

No início da publicação, a equipe de redacção era composta por 6 pessoas (uma criada, dois pedreiros, um mecânico e estudante segundo o jornal). A partir de 1972, o número de colaboradores aumenta, em particular no final de 1973, em consequência da intensificação em Portugal da repressão policial sobre os meios estudantis. Numerosos estudantes maoístas ou afectos a esta corrente exilam-se; é nomeadamente o caso da futura jornalista Teresa de Sousa, que virá a colaborar no jornal. No período final, *O Salto* chegou a mobilizar cerca de 20 colaboradores¹⁷. A direcção do jornal manteve-se estável durante todo o período da publicação, assente essencialmente nos irmãos Vasconcelos, Álvaro e Luís. Ainda que o jornal se apresente como “feito por trabalhadores para os trabalhadores”¹⁸ são os estudantes que o animam e lhe dão vida. Estudantes cuja situação económica os obrigava a procurar um complemento financeiro para sobreviver no exílio, situação que exploram para se apresentar perante os leitores como trabalhadores. Muitos estudantes exilados trabalham em hotéis como recepcionistas nocturnos ou noutros empregos similares, que lhes deixavam tempo para assistir às aulas. Álvaro Vasconcelos foi nomeadamente intérprete na Cimade¹⁹, uma organização protestante nascida durante a II Guerra mundial para o auxílio aos refugiados, enquanto que o irmão trabalhou para a gráfica *Germinal*.

O CJTPP, que em 1972 conta com mais de 200 membros, foi uma rampa de lançamento

das actividades marxistas-leninistas no seio da emigração económica, tanto mais que a ligação do jornal *O Salto* ao PCP(ml) era conhecida por apenas alguns militantes. A estratégia do PCP(ml) era a de publicar um jornal que não fosse uma vitrine maiosta, porque se considerava que a eficácia da acção no seio da emigração económica repousava na independência do jornal e no seu carácter apolítico, mas matizado com laivos de antifascismo decorrentes da democracia francesa. Pretendia-se um jornal progressista que desenvolvesse uma actividade suficientemente larga para abarcar gente de vários quadrantes da esquerda. No sub-estrato, a emigração é vista como um vasto campo a laborar com vista ao recrutamento de futuros militantes.

O Salto justifica a sua fundação pela necessidade de um jornal “que nos diga porque é que somos obrigados a abandonar a nossa terra”²⁰, afirmando existir um espaço vazio que era necessário preencher, e colocando-se como contraponto “aos agentes do fascismo no seio da emigração”, ou seja a imprensa do governo português e dos bancos (*Correio português, O Emigrante, Portugal Popular*). Faz abstracção da imprensa das organizações progressistas francesas destinada aos emigrantes (*Presença Portuguesa* dos meios progressistas católicos, *O Trabalhador* (CGT), *O Emigrado português* (PCF) que também abordavam as mesmas temáticas dos direitos dos imigrantes portugueses e dos trabalhadores estrangeiros.

O jornal *O Salto* pretende ser um meio de mobilização e de organização da numerosa colónia emigrada portuguesa em França, e mais particularmente da residente na região parisiense, para a luta contra o Estado Novo e contra a guerra colonial. A emigração económica, vista pela extrema-esquerda como um campo de acção política, substituiu a classe operária no discurso da esquerda portuguesa, tanto mais que em França uma grande parte

17 Entrevista com Álvaro Vasconcelos, de 3 de Abril de 1992.

18 *O Salto*, n.º 1, de Novembro de 1970.

19 Sobre o auxílio da Cimade aos exilados portugueses cf. Victor Pereira, «La Cimade et les Portugais en France de 1957 à 1974: une aide sous le signe des guerres coloniales», Marianne Amar; Marie-Claude Blanc-Chaléard; Geneviève Dreyfus-Armand; Dzonivar Kevoian, *La Cimade et l'accueil des réfugiés*, Nanterre, Presses universitaires de Paris Ouest, 2013, pp. 141-155. A partir de 1970, com o avolumar da chegada de desertores e refractários, a Cimade deixou de se ocupar da emigração económica. Em 1973-1974, Álvaro Vasconcelos deu apoio aos exilados na região de Saint-Denis.

20 *O Salto*, n.º 1, Novembro de 1970.

dos emigrantes passou da situação de camponês à de operário. O *Salto* apresenta-se como um jornal feito por trabalhadores para os trabalhadores, sem ligações a grupos políticos, mas a orientação marxista-leninista é visível através de artigos ditirâmbicos da China e da Albânia, da solidariedade para com os povos do Vietnã, do Laos e do Camboja, a denúncia da invasão de Praga e do imperialismo soviético. O jornal evita temas de política francesa, excepto no que respeita à imigração, numa escolha deliberada da redacção. As características da emigração portuguesa, avessas ao envolvimento nas lutas sociais, ver uma apatia relativamente às questões políticas, levam o jornal a adoptar uma estratégia de penetração na colónia que evitasse que os imigrantes se encontrassem numa posição desconfortável relativamente ao país de acolhimento. Todavia, trata-se antes de mais de uma atitude pragmática dos editores que arriscavam a interdição do jornal e a expulsão de França se se envolvessem de modo visível na política francesa, infringindo uma espécie de acordo tácito em que as autoridades francesas toleravam as actividades políticas dos exilados por quanto estas permanecessem circunscritas à luta antidictatorial e se abstivessem de tratar assuntos de política interna francesa. A luta contra as circulares Marcellin-Fontanet, que abordaremos mais longe, na qual se destaca O *Salto*, marca uma viragem na atitude complacente da polícia francesa, depreendendo-se dos relatórios policiais uma certa exasperação pelo franqueamento por parte dos exilados da linha de conduta observada até então e, por outro lado, uma preocupação nascente com a nova composição do exílio.

Paralelamente ao jornal, o colectivo O *Salto* publica de forma irregular um suplemento dedicado à cultura, intitulado *O Salto e a Cultura popular*. Desde o início da publicação, o jornal propunha a organização mensal de sessões culturais temáticas. A primeira, logo a 11 de Novembro de 1971, é sobre a guerra no Sudeste Asiático, sob o título “A Luta dos Povos

é invencível”. As sessões deveriam dar lugar a um número do boletim cultural, a ser vendido separadamente de O *Salto*. Porém, apenas dois números do boletim chegaram a ser publicados.

O trabalho político na emigração

Os objectivos abertamente anunciados nas páginas do jornal são a consciencialização política dos emigrantes e a elevação do seu nível cultural, em que O *Salto* serviria de instrumento de trabalho para a politização da massa emigrante e para a unificação do movimento associativo. Os problemas da emigração, a guerra colonial, o noticiário nacional, a informação sobre as actividades associativas e sobre o MTPE constituem as principais secções do jornal, para além de uma rubrica internacional.

O trabalho político na emigração dividia-se em três eixos: combater o fascismo no seio da emigração; suscitar um amplo movimento contra a guerra colonial nos países de emigração; apoiar a luta em Portugal contra o regime. Relativamente ao primeiro, tema abordado no presente artigo, são dois os objectivos: elevar o nível cultural da emigração portuguesa através de um trabalho político, e, com uma vertente marcadamente mais política, a de promover a unidade da emigração através da promoção de uma organização transversal às varias comunidades portuguesas emigradas na Europa.

O *Salto* dedica particular atenção aos problemas da emigração: denúncia das condições de vida e de trabalho dos emigrantes, informação e conselhos práticos sobre os direitos no país de acolhimento, sobre os acordos de emigração, ou ainda sobre a situação das mulheres emigradas. Apresentando-se como um jornal antifascista e anticapitalista, procura alertar contra os “agentes do fascismo na emigração, ou seja para as estruturas de enquadramento da colónia pelo regime português, e sensibilizar para a exploração de que são vítimas os trabalhadores portugueses.

Na base do trabalho político de O *Salto* encontram-se as associações de emigrantes,

as quais serviriam, na concepção do PCP(mi), de correia de transmissão junto das massas. No que à emigração diz respeito, os objectivos imediatos são:

- impedir o controlo da emigração por parte das instituições do governo português e organizações privadas, em particular os bancos;
- estabelecer uma rede de apoio aos emigrantes clandestinos;
- facilitar as *démarches* dos emigrantes junto da administração francesa e informá-los dos seus direitos.

Para levar a cabo estas 3 tarefas, *O Salto* propõe a criação de um movimento unitário da emigração. Considerando que os problemas são transversais às várias colónias estabelecidas na Europa, *O Salto*, procura criar uma estrutura federativa de associações, que servisse de instrumento para a unidade da emigração portuguesa nos vários países da Europa ocidental. É neste contexto que é fundado o Movimento dos Trabalhadores Portugueses Europeus, em Fevereiro de 1972, mas que resta embrionário até 1973. Em França, o MTPE reúne uma dezena de associações, em particular na região parisiense. No exterior de França, pontuam nomeadamente a associação Resistência e Trabalho de Amsterdão, o Centro Cultural e Recreativo de Bruxelas, a Liga Portuguesa de Ensino de Londres, Associação Operária 1.º de Maio de Estugarda, o Centro Cultural de Neuss, e o Clube dos Trabalhadores Portugueses de Dusseldorf.

Em Abril de 1973, durante a 2.º Reunião inter-associações (RIA), que se realiza em Melun, as associações aderentes ao MTPE reúnem-se para clarificar a orientação a imprimir ao movimento e eleger uma nova direcção (comité permanente). A reunião contou com a participação de 40 delegados em representação de 14 associações. O CJTPP e a associação Resistência e Trabalho da Holanda apresentaram uma lista conjunta à direcção, que vence

as eleições por falta de adversários, conservando assim os militantes maoístas o controlo do MPTE.

O programa do MTPE reafirma como trabalho prioritário a aproximação entre os trabalhadores migrantes e os nacionais dos países de acolhimento, para “conduzir a luta contra a burguesia e as tendências reformistas, que visam dividir a classe operária e colocar os sindicatos amarelos [socialistas] contra os imigrantes”²¹. Reformistas que na terminologia maoísta designa os comunistas, e que segundo o MTPE eram a favor do controlo da imigração e das leis especiais do Governo francês contra os emigrantes, consubstanciadas nas circulares Fontanet e Marcellin. Como tarefa futura, o programa do MPTE prevê a organização do Sindicato dos Trabalhadores Portugueses Imigrantes.

Durante a 2.ª RIA são ainda discutidos o papel da imprensa e da cultura popular, as formas de luta antifascista, assim como as actividades a desenvolver no seio da emigração. Os meios de acção são a cultura popular, vista como um meio de propaganda, e o desporto, instrumento de mobilização dos jovens emigrantes e de iniciação à actividade política. É neste âmbito que é decidida a organização dos Jogos Florais.

A dinamização cultural assume um papel central na politização da emigração, aliando actividades tradicionais, como bailes e festas populares, com *meetings* políticos. Nas sessões culturais promovidas pelo *O Salto*/CJTPP actuavam cantores de intervenção como Tino Flores, Luís Cília, José Mário Branco, Zeca Afonso (apesar do jornal o considerar demasiado intelectual!), passavam-se filmes, representavam-se peças de teatro, organizavam-se espectáculos musicais... O teatro e a canção popular são tidos como os instrumentos por excelência da dinamização

21 *O Salto*, n.º 19, Julho de 1973.

cultural e de disseminação do maoísmo junto das massas emigrantes.

O teatro, considerado como «a arte que melhor serve o povo»²², impõe-se como actividade por excelência de promoção da doutrina revolucionária. As peças são criadas colectivamente pelos membros do CJTPP, tendo sido escritas duas: “O Emigrante”, em que são analisadas as causas da emigração clandestina, da deserção ao serviço militar e das difíceis condições de vida e de trabalho dos emigrantes em França (com representações em Paris, Nantes, Amsterdão e Bruxelas); e “O Patriota”, sobre a luta de libertação nas colónias e os desertores. Das peças de teatro dirá retrospectivamente Álvaro Vasconcelos “que não eram brilhantes, as personagens eram estátuas épicas e não seres humanos, mas eram politicamente relevantes e permitiram envolver exilados e emigrados em actividades contra o regime, sobretudo jovens refugiados e refractários e eram vistas com entusiasmo nos clubs de trabalhadores”²³. O objectivo é despertar a consciência política dos emigrantes, e em particular nos jovens, a partir de vivências pessoais e colectivas, pois como o assinala o jornal: “Uma peça de teatro escrita pelos trabalhadores contará a vida de um trabalhador, operário ou camponês; uma peça escrita pela burguesia contará apenas a história das pessoas que subsistem graças à exploração que exercem sobre nós”²⁴. O teatro, através da escrita colectiva das peças e da sua representação, proporciona ao PCP(ml) um potente meio de intervenção. Mas esta actividade, que goza de uma grande receptividade junto da emigração, não é seu apanágio pois muitas associações de emigrantes sem filiação política têm também grupos de teatro, assim como outros grupos políticos maoístas ou correntes políticas²⁵.

22 O *Salto*, n.º 1, Novembro de 1970.

23 Álvaro Vasconcelos, *Memórias... op. cit.*, pp. 136-137.

24 O *Salto*, n.º 1, Novembro de 1970.

25 Data também deste período a fundação do Teatro Operário pelo encenador Hélder Costa, pertencente

Concebidos para a promoção da unidade do movimento associativo, os Jogos Florais, foram o evento com maior impacto na emigração e poder de mobilização. Marcaram o imaginário e inscrevem-se na memória da emigração, quando, com o passar dos anos, a bruma caiu sobre o exílio. Organizados pelo O *Salto* e o *CJTPP*, realizam-se de 9 a 11 de Junho de 1973, na Cartoucherie de Vincennes, uma antiga fábrica de munições desactivada no bosque de Vincennes e transformada em teatro, graças à colaboração de Ariane Mnouckine, directora da companhia Théâtre du Soleil²⁶. Os Jogos Florais, enquanto grande festa da emigração, foram um espaço de sociabilidade informal, seguindo o modelo dos eventos organizados pelo PCF e organizações afectas, que o PCP(ml), mas mais largamente os grupos de extrema-esquerda franceses, recopiam, numa tentativa de chegar às massas e organizá-las²⁷.

No número de Abril de 1972, O *Salto* abre uma nova rubrica para a divulgação dos Jogos Florais, destinada à discussão do conceito de “cultura popular”. A entrevista com António José Saraiva²⁸ abre uma polémica virulenta sobre o que é a cultura popular e as suas fronteiras. O *Salto* define a “cultura popular” como sendo

ao grupo O Comunista, rival do PCP(ml). Para uma breve retrospectiva dos grupos de teatro na emigração em França, cf. Marie-Christine Volovitch-Tavares, “L’association Mémoire Viva-Mémoire Vive et sa collecte d’archives privées et associatives de l’immigration portugaise, avec l’exemple d’une archive sur les groupes de théâtre des exilés et immigrés (années 1960-1970)” e Vasco Martins, “Présences du Théâtre portugais en France”, *Exils et migrations ibériques aux XX^e et XXI^e siècles*, n.º 13-14, 2022, pp. 376-393.

26 Fundada em 1964 por Ariane Mnouckine e Philippe Léotard, a companhia instala-se em 1970 na Cartoucherie, que se encontrava bastante degradada. O Théâtre du Soleil rompe com as práticas tradicionais do teatro, criando novas formas, nomeadamente de escrita colectiva. A primeira peça representada na Cartoucherie é *1793*, em Junho de 1972, uma reflexão sobre a democracia popular. Sobre esta peça cf. Garcia, «1793, la cité révolutionnaire est au Théâtre du Soleil», *Études théâtrales*, vol. 59, n.º 1, 2014, pp. 114-126.

27 Philippe Buton, *L’histoire... op. cit.*, p. 112.

28 O *Salto*, n.º 14, Dezembro de 1972, p.8.

a forma de expressão dos proletários quando se dirigem às massas, devendo reflectir os problemas do quotidiano de operários e camponeses, enquanto que a “cultura burguesa” limita-se à forma de expressão da burguesia liberal (na qual inclui a oposição democrática), cujo desígnio era desviar o povo da luta política através de temas literários sem relação com a situação económica e social nacional²⁹. Enquanto que para António José Saraiva só há uma cultura, residindo a diferenciação na participação do povo na criação cultural e na sua difusão, assim sendo a cultura popular exprime-se pelo folclore, pela música e canções tradicionais, que, segundo o intelectual, se encontravam em vias de desaparecer devido à influência dos média. António José Saraiva contesta igualmente a existência de uma cultura de classe porque a participação cultural faz-se individualmente, levando ao estabelecimento de uma relação pessoal à cultura.

Para *O Salto* é a partilha de problemas comuns, em cuja base se encontra a exploração das classes populares pela burguesia, que cria o sentimento de pertença a uma classe e produz uma cultura específica. Por seu turno, António José Saraiva estabelece uma diferença entre a dificuldade de acesso à cultura por parte dos trabalhadores em Portugal e os que residem no estrangeiro. Se para os primeiros, a solução passa pelo aumento da participação popular na vida cultural nacional, para os segundos, em que houve uma ruptura com o país de origem, é necessário promover a cultura em torno de valores comuns, como o sentimento de pertença a uma nação, a uma língua e a uma cultura específica³⁰.

Outro ponto de divergência é o critério de atribuição dos prémios pelo júri literário, do qual António José Saraiva é membro. À qualidade artística e literária, defendida pelo intelectual e professor de literatura, deve sobrepor-se

segundo *O Salto* a mensagem revolucionária. Assim, um “leitor” propõe que apenas possam concorrer os “defensores da cultura popular”³¹, reflectindo o sectarismo do jornal, traço identitário comum aos diferentes grupos da extrema-esquerda portuguesa.

Enquanto grande festa da emigração portuguesa, os Jogos Florais recriam o ambiente popular das aldeias portuguesas, com quermesse, baile, espectáculos musicais, e tascas com vinho e pratos portugueses. Cerca de 5 mil pessoas passaram pela Cartoucherie durante os três dias dos I Jogos Florais.

O modelo dos Jogos Florais é o de um concurso por áreas culturais: literatura, artes e desporto. As modalidades foram o teatro, a recitação, a música e canção popular, a literatura, o cinema e fotografia, e o desporto. Na categoria teatro concorreram 7 peças, a maioria escrita pelos próprios grupos: Centro recreativo dos Portugais de Bourges, Encontro Português de Puteaux, Resistência e Trabalho, ATPAL, grupo “José Gregório”; outros adaptaram peças, nomeadamente “A mãe”, de Bertold Brecht. O concurso da melhor canção popular ficou marcado por um incidente com José Mário Branco, que concorreu com a canção “A cantiga é uma arma”, e favorita do público. Heduino Gomes/Vilar rotula a canção de pequeno-burguesa, e intervém junto do júri para que o 1.º prémio fosse atribuído à canção “Coro Final dos Trabalhadores”, interpretada por Gil Nave, militante do PCP(ml) na Holanda. Um prémio especial, UTPE-Solidariedade, é atribuído ao filme “Laureta et les autres”, de Dominique Danton, na categoria de melhor obra estrangeira sobre o povo português; o filme é sobre a luta de Laureta da Fonseca contra a destruição do bairro de lata de Massy, na periferia sul de Paris.

Diversas associações e organizações portuguesas marcaram presença nos Jogos Florais, vindas de vários países europeus da diáspora. No stand da Novaport, a agência noticiosa do

29 *O Salto*, n.º 10, Junho de 1972, p.8.

30 *O Salto*, n.º 14, Dezembro de 1972, p.8.

31 *O Salto*, n.º 15, Janeiro de 1973, p.7.

PCP(mi), é apresentada uma exposição sobre a imprensa operária, e no do PAIGC uma exposição de fotografias³². Ligadas a Portugal e aos movimentos de libertação das colónias portuguesas estão presentes: a Prolibris, editora do PCP(mi), a Associação de Apoio aos Povos sob domínio colonial Português, o Comité de Apoio aos Desertores e Refractários, o Centro de Convívio Outubro, o Comité de Desertores de Estocolmo, o Socorro Vermelho Português, a Liga contra o Imperialismo (Alemanha). Extravasando os círculos portugueses, a lista de associações e organismos presentes abre uma janela para a rede exterior de contactos do PCP(mi), onde se destacam as organizações anti-racistas e anti-imperialistas: a Organização de Libertação da Palestina, l'Association de Soutien aux Peuples sous Domination Coloniale Portugaise, os Comités pour l'annulation de la Circulaire Fontanet, as Amitiés Franco-Chinoise, os Clubs de Confraternisation et d'Action de la Jeunesse, a Association des Marocains en France, le Groupe d'Information et de Soutien aux Travailleurs Immigrés (GISTI), o Mouvement National et Soutien aux Peuples d'Indochine, os Comités Indochine-Palestine (afecto ao PCMLF-Front Rouge).

A ideia de organizar uma competição desportiva tinha sido lançada simultaneamente com a dos Jogos Florais, durante a 2.º RIA. Para o PCP(mi), o futebol era um desporto alianor das massas, que as afastava da política e dos problemas socio-económicos, mantendo-as na ignorância para impedir o seu levantamento³³. As equipas de futebol “tradicionalistas” eram uma mercadoria e os Clubs uma empresa capitalista. Assim, uma das frentes de luta seria o combate ao capitalismo no desporto, servindo o futebol de instrumento de formação dos emigrantes às bases do trabalho político³⁴. É nesta óptica

32 O PAIGC esteve presente nos I Jogos Florais através de uma delegação.

33 O Salto, n.º 9, Abril de 1972.

34 Por exemplo, através do espírito de equipe/grupo seriam inculcados hábitos de trabalho colectivo e de

que o MPTE lança a Federação Desportiva dos Trabalhadores Imigrados.

Em Julho de 1972 o MPTE organiza a primeira edição da Taça da União, com o objectivo de, a partir do trabalho realizado junto dos clubes desportivos, montar uma estrutura que organizasse o seu próprio campeonato e rivalizasse com a rede criada pelos bancos. A segunda edição da Taça da União tem lugar em 1973, na qual participam equipas da região parisiense (Paris, Puteaux, Nanterre, Villeneuve la Garenne, Gentilly). A final da Taça da União é disputada durante os Jogos Florais, com a participação de equipas vindas da Holanda, da Bélgica, da Alemanha e da Suécia³⁵.

É contudo no âmbito da contestação das circulares Fontanet-Marcellin, de inícios de 1972, que a actividade do CJTPP tem maior impacto, e que a actividade política dos seus membros começa a inquietar a polícia francesa. Em finais de 1973, o CJTPP tem cerca de 200 membros, segundo a Prefeitura de Polícia de Paris³⁶. O crescendo militante, no caso dos maoístas portugueses, é despelotado pelo acordo franco-português de mão de obra de Julho de 1971³⁷, cujas repercussões atingem sobretudo os jovens, e em particular os jovens em idade militar.

O acordo franco-português sobre emigração assinado em 1971 limita a 65 000 o número de entradas anuais de portugueses em França. Não alterando a situação dos emigrantes que se encontravam já em no país, estabelece contudo que, a partir de 13 de outubro de 1972, apenas possam ser admitidos em França os indivíduos

reunião.

35 O Salto, n.º 19, Julho de 1973, p. 9.

36 Archives Nationales (France), 19850087/139. Informação dos RG (Renseignements Généraux) de Outubro de 1973.

37 Marie-Christine Volovitch-Tavares, “L’immigration portugaise et l’impossible accord de main-d’œuvre franco-portugais”, Exils et migrations ibériques au XX^e siècle, n.º 7, 1999, pp. 121-137; Victor Pereira, *A Ditadura de Salazar e a emigração. O Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*, Lisboa, Temas & Debates, 2014.

que tivessem um contrato de trabalho, emitido em Portugal pela ONI, e que os indivíduos sem passaporte não poderiam ser regularizados. O acordo impõe ainda que para regularizar a situação em França, os emigrantes que entrassem depois de 1 de setembro de 1972 (data de entrada em vigor do acordo franco-português) teriam de apresentar um salvo-conduto emitido pela polícia de fronteira do posto de Hendaye.

O *Salto* interessa-se pelas consequências do acordo sobre a situação dos jovens, em particular dos clandestinos que chegavam em massa. Em 1970, dos 88.375 portugueses que entram em França, 19.996 têm menos de 23 anos, dos quais 17.334 têm entre 17 e 23 anos:

«O governo português deve ter pressionado a França para expulsar os jovens portugueses em idade de serem incorporados: se o governo francês não aceitou, foi porque era do interesse do patronato francês explorar uma mão-de-obra jovem (...). A verdade é que a imigração clandestina facilita a chegada a França de milhares de jovens em idade do serviço militar, que se recusam a servir de carne para canhão na criminosa guerra conduzida pelos grandes senhores do nosso país (...)³⁸.

O acordo sobre a imigração, e em particular no que diz respeito aos jovens, é para o *Salto* a prova do apoio da França ao regime português e à guerra colonial. Até 1971, os jovens refractários e desertores podiam facilmente regularizar a sua situação, fazendo-se passar por emigrantes económicos e preterindo o estatuto de exilado político. A partir de 1972 o número de pedidos de asilo político aumenta exponencialmente³⁹. Contudo, apesar dos acordos de 1971,

38 O *Salto*, n.º 11, Julho/Agosto de 1972, p. 1.

39 Sobre o estatuto de refugiado político dos portugueses em França, cf. Victor Pereira, “De l'exclusion à la protection: l'Ofpra et les réfugiés portugais entre 1952 et 1974”, *Réfugiés et apatrides. Administrer l'asile en France (1920-1960)*, Aline Angoustures, Dzovinar Kévonian, Claire Mouradian (eds), Rennes, Presses universitaires de Rennes, Comité d'histoire de l'Ofpra,

a emigração clandestina portuguesa continua a apresentar-se à fronteira de Hendaye: “ApANHAMOS o comboio da noite, chegados a Irun em vez de sairmos do lado do cais, descemos do lado da via (...). Contornámos um comboio que estava ali e... entrámos [em França]!”⁴⁰ De modo informal, o Ministério do Interior envia directivas aos Prefeitos para que continuem a legalizar os portugueses. Desconhecendo estas directivas, os movimentos de defesa dos emigrantes portugueses vão militar intensamente contra as circulares Fontanet-Marcellin de 1972⁴¹.

Os jornais progressistas *Témoignage Chrétien*, *Le Nouvel Observateur*, *Politique Hebdo*, *Tribune Socialiste* tomam posição contra os acordos de emigração e defendem o direito de asilo dos jovens portugueses⁴². É neste contexto que se constituem em França diversos comités de apoio a desertores e refractários⁴³, sob a égide de associações e de personalidades franceses de esquerda⁴⁴.

2017, pp. 243-266.

40 O *Salto*, n.º 14, Dezembro de 1972, p. 1.

41 Danièle Lochak, “Les circulaires Marcellin-Fontanet”, *Hommes & migrations*, n.º 1330, 2020, pp.14-17; Alexis Spire, *Etrangers à la carte: l'administration de l'immigration en France, 1945-1975*, Paris, Grasset, 2005; Michelle Zancarini-Fournel, “La construction d'un “problème national”: l'immigration. 1973, un tournant ?”, *Cahiers de la Méditerranée*, 2000, vol. 61, pp. 147-157.

42 O *Salto*, n.º 12, Setembro de 1972, p. 4.

43 Segundo os dados mais recentes teria havido 8.63 desertores, considerando os autores que se trata do limiar mais baixo. Miguel Cardina, Susana Martins, Cardina, Miguel e Martins, Susana. “Evading the war: deserters and draft evaders from the Portuguese army during the colonial war”, *E-journal of Portuguese History*, 17(2), 2019. Sobre a deserção cf. igualmente José Manuel Lopes Cordeiro, “A polémica sobre a deserção durante a guerra colonial, *A Violência política durante o séc. XX. Um balanço*, Ana Sofia Ferreira, João Madeira, Pau Casanellas (eds), Lisboa, Instituto de História Contemporânea, 2017, pp. 209-222; Miguel Cardina, “A deserção à guerra colonial: história, memória e política”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 38, 2.ª Série, 2020, pp. 181-204.

44 Por exemplo, o “Comité de soutien aux déserteurs portugais” constituiu-se com a égide de Pierre Sorlin, professor de história contemporânea no Centro Universitário Experimental de Vincennes

Face ao aumento do desemprego, o governo francês reforça a repressão contra os estrangeiros em situação irregular através de duas circulares que visam regular a entrada e a estadia dos estrangeiros em França, e cujo objectivo é limitar a imigração através da alteração das regras de atribuição dos títulos de estadia, impondo como condições prévias à entrada em França a apresentação de um contrato de trabalho e a obtenção de um alojamento. Em Março-Abril de 1973, os delegados das associações pertencentes ao MTPE reúnem-se em Paris para acordar as formas de luta contra as circulares. Estas passam, num primeiro momento, pela organização de sessões de esclarecimento e intervenção em associações, assim como a publicação de artigos na imprensa associativa, explicando o que são as circulares e quais as suas implicações para a emigração portuguesa. O *Salto* solidariza-se com a luta conduzida por António Silva, operário português na fábrica da Renault, que com dois outros companheiros (um pedreiro tunisino e um menor marroquino) iniciaram uma greve da fome em protesto contra as circulares, alegando a inconstitucionalidade das circulares. Com a ajuda dos juristas do GISTI entregam um pedido de abrogação da circular Fontanet junto do Conselho de Estado⁴⁵, reivindicando a atribuição de uma autorização de trabalho a partir do momento em que o imigrante tivesse encontrado um emprego, a legalização dos trabalhadores clandestinos, um alojamento condigno, e o direito a recorrer da decisão de não autorização de estadia e trabalho emitida pela administração francesa⁴⁶.

(futura Paris 8), especialista de cinema, autor de *Lénine, Trotsky, Estaline (1921-1927)*, Paris, Armand Colin, 1961. Por seu turno, o director do boletim Novaport é o orientalista Vincent Monteil, progressista, apoiante da causa árabe.

45 Sobre o caso António Silva, cf. Victor Pereira, «Les luttes des insoumis, réfractaires et déserteurs portugais en France», *Hommes & migrations*, n.º 1330, 2020, pp. 99-104.

46 O *Salto*, n.º 17, Março de 1973, p. 5.

Diversas manifestações contra as circulares são organizadas por estruturas de apoio aos imigrantes. Numa dessas manifestações, realizada a 13 de março de 1973, em Paris, que reúne cerca de 10 mil manifestantes, O *Salto* distribui um folheto em português apelando à participação dos trabalhadores portugueses na luta contra as circulares. Face à amplitude do movimento, o governo francês temporiza a aplicação das circulares, adiando por várias vezes a entrada em vigor, o que finalmente ocorrerá a 31 de Outubro de 1973. A temporização do governo francês é interpretada pelo O *Salto* como resultante da luta dos trabalhadores. A entrada em vigor da circular é seguida de medidas relativas ao reforço da repressão dos traficantes de mão-de-obra e dos “marchands de sommeil” assim como da melhoria das condições de vida e de alojamento dos imigrantes. Contudo, para O *Salto*, estas medidas destinam-se a reforçar o controlo da imigração por parte do governo e do patronato, e aumentar a repressão dando à polícia o poder de expulsar os trabalhadores sem alojamento⁴⁷. Após a entrada em vigor das circulares, a acção do O *Salto* em favor dos clandestinos portugueses passa a incidir sobre o apoio à regularização administrativa.

Não obstante, a crise económica é uma realidade nos inícios de 1974, que se traduz pela subida dos preços, a desvalorização do franco, a subida do desemprego, o fecho de fábricas... A opinião pública começa a denunciar a presença de estrangeiros como sendo a primeira causa do desemprego. E alguns sindicatos, nomeadamente de esquerda, pronunciam-se contra a imigração, considerando que o “limite de imigrantes” tinha sido alcançado: “O sindicato Force Ouvrière declarou a 11 de Dezembro que o número actual de 1.700.000 trabalhadores imigrados não pode ser neste momento ultrapassado em nenhum caso”⁴⁸. Esta porém é uma luta à qual O *Salto* não dará

47 O *Salto*, n.º 19, Julho de 1973, p. 5.

48 O *Salto*, n.º 22, Janeiro de 1974.

já continuidade, apanhado pelos acontecimentos internos e pela revolução em Portugal.

Pouco depois, levanta-se uma tempestade interna no seio do PCP(mi) com o confronto entre as direcções do exterior, facção Vilar (Heduíno Gomes) e do interior, facção “Mendes” (Carlos Janeiro), levando a um separar de águas com repercussões na emigração e à cisão entre os dois grupos já após o 25 de Abril⁴⁹. Mas já anteriormente, em Novembro de 1973 a associação Resistência e Trabalho, de Amesterdão, tinha saído do MPTE⁵⁰.

O 25 de Abril vem surpreender os responsáveis de *O Salto*, que antes de partirem para Portugal redigem um n.º especial, com data de 26 de Abril⁵¹. Um último número de *O Salto* será ainda publicado em Junho-Junho de 1974 (n.º 25), mas a Revolução do 25 de Abril é o toque de finados do movimento maoísta no exílio, com a luta deslocada doravante para Portugal.

Conclusão

Nas vésperas do 25 de Abril, o CJTPP, MTPE e o *O Salto* conhecem querelas internas que limitam a sua acção no seio da comunidade emigrada. A Revolução do 25 de Abril vem dar a estocada final na acção militante em favor dos emigrados e esvaziar os meios do exílio de maoístas e outros que regressam a Portugal, considerando que o centro da luta

política se deslocou para o interior do país⁵². A emigração económica fica órfã dos quadros intelectuais e organizativos, o que cria oportunidades para a emergência de novas militâncias, doravante centradas, na intenção e na acção, nos problemas específicos dos trabalhadores portugueses e menos nas estratégias político-partidárias. Uma nova geração de activistas emerge no seio da comunidade, aliando anti-gos exilados (agora emigrantes) com quadros oriundos do meio associativo, deslocando-se a luta do campo da luta antifascista para a defesa do direito dos estrangeiros.

Nas décadas que se seguiram ao 25 de Abril, a memória da emigração sobrepôs-se à memória das lutas antifascistas no exílio, que só recentemente começou a emergir nos espaços público e memorial. A recuperação da memória do exílio está intrinsecamente ligada à das lutas da emigração. Foram estas que ocuparam intelectualmente os jovens estudantes proporcionando-lhe um quadro de acção e experiências associativas e organizativas, e preparando-os para o combate político dos anos intensos anos de 1974-1975. O regresso a Portugal foi o fechar do livro cujas páginas urge voltar a percorrer numa leitura cruzada.

49 Sobre a organização interna do PCP(mi) cf. as memórias de José Manuel Fernandes, *Era uma vez a revolução*, Lisboa, Alêtheia, 2012; João Madeira, “Em frente pela reconstrução do Partido!” – A unificação dos grupos “marxistas-leninistas” e o processo revolucionário em Portugal”, *As esquerdas radicais ibéricas entre a ditadura e a democracia. Percursos cruzados*, Ana Sofia Ferreira, João Madeira (eds.), Lisboa, Colibri, 2020, pp. 41-46; Miguel Cardina, *Margem... op. cit.*

50 Esta associação, até então controlada pelo facção Heduíno Gomes/Vilar, é acusada de ter sido infiltrada por elementos rivais, e os seus promotores são denunciados nas páginas do jornal. *O Salto*, n.º 22, Janeiro de 1974.

51 Este número foi redigido por Júlio Dias e Álvaro Vasconcelos. Álvaro Vasconcelos, *Memórias... op. cit.*, p. 169.

52 Mantém-se na clandestinidade após o 25 de Abril, sendo impedido de concorrer às eleições para a Assembleia Constituinte por não revelar os nomes dos seus militantes ao Supremo Tribunal de Justiça, o que só ocorrerá em 26 de Março de 1976.

3.6 Santuário no Monte do Facho? Um sonho com cem anos!

→ Diogo Cardoso

O ano de 2024 tem sido apontado como o ano comemorativo dos cem anos da (re)construção da Capela de Santo António que, passando do antigo campo da feira – o Campo Mouzinho de Albuquerque – foi instalada na rua Alves Roçadas. Inaugurada a 13 de junho de 1924, celebrou, nas passadas festas Antoninas, o seu centenário; mas o que muitos não saberão é que há uma outra efeméride cujo centenário se assinala em 2024: o desejo de se ver erguido, no topo do Monte do Facho, um Santuário dedicado à Virgem Maria, sob o título de Nossa Senhora da Paz. E é precisamente este assunto que se traz a discussão, procurando-se perceber não só as origens deste desejo, mas também a forma como, aos poucos, a ideia foi esmorecendo. Para isso, percebamos, em primeiro lugar, o surgimento do culto à Rainha da Paz e a forma de como terá chegado ao nosso território. Posteriormente, será tempo de perceber a forma como a ideia foi despontando, quais os passos que se trilharam para a sua concretização e os motivos para o seu declínio que culminaram, em 1954, com a bênção de um cruzeiro e a entronização da imagem de Nossa Senhora na Capela de Santa Catarina. Subamos, pois, ao Facho para que, do alto do monte, possamos ouvir uma história centenária alicerçada num desejo secular, resultante num sonho por concretizar...

1. Títulos Marianos e o Enraizamento Local

Como sabemos, são muitas as invocações atribuídas à Virgem Maria e através delas, um vasto rol de patrocínios lhe estão consagrados, aos quais a piedade popular procura recorrer nos seus momentos de necessidade: se a Senhora da Guia é o farol para todos os caminhos da vida é à Senhora d'Abadia a quem se valem os devotos na solução dos males desconhecidos; a Senhora do Carmo é invocada como a salvação das Almas do Purgatório, a Senhora da Boa Hora é o auxílio nos momentos do parto e a Senhora da Conceição protege a nacionalidade portuguesa desde 1646. Também a região de Famalicão teve alguns títulos marianos de índole local, extremamente populares e festejados ao longo dos séculos, mas que se foram perdendo na volta dos tempos. É o caso da Senhora da Pedra Leital, em Requião, protetora das mulheres sem leite; da Senhora da Basta, em Landim, tida como a mãe dos lavradores e a solução para os períodos de cheias ou secas, ou ainda a Santa Maria de Perrelos, invocada outrora em Delães, como o remédio para as sezões, isto é, as febres altas e calafrios.

Mas, e a Senhora da Paz? Não parece possível averiguar, com precisão, o surgimento da invocação de Nossa Senhora da Paz. Talvez a tradição do Catolicismo em invocar a Virgem Maria sob múltiplos títulos no sentido da salvaguarda da humanidade em momentos de aflição, tenha motivado a que, em algum momento da História do Mundo, começasse a ser devotada sob a invocação de *Regina Pacis*, Rainha da Paz. Certo é que, em 1482, começavam a edificar na eterna cidade de Roma, a igreja de *Santa Maria della Pace*, o que nos faz ter a certeza de que, pelo menos desde o século XV, Maria é invocada pelos fiéis com este título.



E como é que a invocação de Nossa Senhora da Paz chegou ao território famalicense? Parece que esta é outra pergunta sem aparente resposta... Como dado certo, temos o facto de sabermos que, pelo menos desde o século XVII, este título mariano em análise é devotado na paróquia de Vilarinho das Cambas (**Imagem 1**). O *Livro de Usos e Costumes* desta comunidade, datado de 1702, elenca já a sua antiguidade, no ano assinalado (Queirós, 2023, p. 41). Sabemos, inclusive, que chegou a haver uma confraria homónima, sita na mencionada paróquia, bem como uma celebração festiva em sua honra, ocorrida anualmente, no dia 15 de agosto.

Se lermos atentamente as Memórias Paroquiais de 1758 e outros documentos complementares que podem ser analisados nos cartórios paroquiais e/ou arquivos distritais, percebemos o panorama devocional do arciprestado famalicense, em meados do século XVIII. O título mariano mais comum e multiplicado pelas dezenas de paróquias deste arciprestado era o de Nossa Senhora do Rosário, presente em, pelo menos, 64% do território e cuja divulgação se deveu, certamente, às pregações dos frades dominicanos que, sediados no Convento de São Domingos de Guimarães, saíam em missão pelas múltiplas paróquias das comunidades vizinhas, divulgando o seu culto mais querido: o da Virgem do Rosário.

Havia, porém, no século XVIII, algumas paróquias com títulos marianos, digamos, «exclusivos». Caso disso, são as invocações de Nossa Senhora de Guadalupe, em Seide (S. Paio); a de Nossa Senhora da Boa Nova, em Vale (S. Martinho); ou, claro está, o já apresentado caso de Nossa Senhora da Paz, em Vilarinho das Cambas. Parecem, então, não haver dúvidas que terá sido desta freguesia de Vilarinho que o culto terá irradiado para as comunidades que lhe são próximas. Por isso, não surpreende que, na vizinha paróquia do Calendário, esta invocação fosse já sobejamente (re)conhecida.

Aliado a este fator, não podemos deixar de atender ao período histórico vigente há 100 anos. Em 1924, o mundo recuperava do final da I Guerra Mundial (1914-1918) e da terrível pneumónica, que assolou o mundo entre 1918 e 1920, e que ficou popularmente conhecida como a «gripe espanhola» – a maior epidemia do século XX. Em homenagem aos soldados mortos em combate foi inaugurado, no dia 9 de abril de 1924, no centro da então Vila, junto da Igreja Matriz, o monumento «Aos Mortos da Grande Guerra» (**Imagem 2**). A palavra «paz» certamente havia reinado – durante anos – nas súplicas dos crentes, não só famalicenses, mas ao redor do mundo. Inclusive, vivíamos o período pós-Fátima, o que certamente fortaleceu a atenção da religiosidade popular, que foi testemunha do fenómeno que naquela região havia nascido, em 1917. A mensagem de Fátima, alicerçada na oração diária pela paz, pelo Papa e pela conversão dos pecadores, assim como a introdução da invocação de «Rainha da Paz», na Ladainha Lauretana¹, em muito terão influenciado a escolha do título mariano para titular do projeto do Monte do Facho.



Fig. 2 Monumento aos Mortos da Grande Guerra, Praça 9 de abril, Vila Nova de Famalicão. Autoria: Diogo Cardoso

2. Como foi surgindo a ideia...

O Monte do Facho (**Figura 3**), popularmente designado de Monte de Santa Catarina, em virtude da existência da ermida dedicada à Virgem e Mártir de Alexandria, implementada a meia-encosta, começou a ser povoado muito cedo. Testemunho disso mesmo é a existência do Castro do Facho, datado da Idade do Ferro, sito no cume do monte. Mais tarde, e tal como nos testemunha

1 A *Ladainha Lauretana*, ou Ladainha de Nossa Senhora, foi aprovada pelo Papa Sixto V (1521-1590), em 1587. Foi composta na cidade de Loreto, em Itália, e evoca muitos dos títulos atribuídos à Virgem Maria com base nos escritos bíblicos, nos documentos doutrinários e na piedade popular. A invocação de «Rainha da Paz» foi introduzida na Ladainha no ano de 1917, pelo Papa Bento XV (1854-1922).

Fig. 3 Monte do Facho (ou Monte de Sta. Catarina),
Calendário. Autoria: Diogo Cardoso



A ideia parece ter começado a surgir em meados de 1920, após a publicação de uma crónica sobre o Monte do Facho, escrita por Alberto Veloso d’Araújo (1897-1952), na revista *Agros*, que então dirigia. Sendo engenheiro agrónomo e bastante conhecedor do espaço, via naquele lugar a possibilidade de aproveitamento para a instalação de um local turístico que, depois de devidamente arborizado³ e de melhorados os acessos, podia tornar-se na maior atração do concelho. A este conceito, rapidamente se uniu o comendador José de Azevedo e Menezes Cardoso Barreto (1849-1938), residente na Casa do Vinhal, em Vila Nova de Famalicão, e cujo principal almejo era o melhoramento das vias de acesso ao Monte do Facho. Este, que mais tarde ia ser descrito como «o maior e mais dedicado amigo desse grande e valioso empreendimento de incontestável valor para a nossa terra»⁴, instituiu a *Comissão dos Melhoramentos do Monte do Facho*, que foi composta não só pelos nomes acima expostos, mas também pelo então pároco do Calendário, Zeferino José de Sampaio; o Arcipreste de Vila

2 Fernandes, 1997, p. 154.

3 “alguém me falou um dia no aproveitamento desse monte, apenas vestido pelo tojo e rosmaninho, rasteira vegetação, para um futuro mais largo e proveitoso” (Araújo, 1923, p. 11).

4 *Estrela do Minho* – 1924.06.29, p. 1.

Sta. Catarina e o Monte do Facho

Santa Catarina (**Figura 4**) viveu em Alexandria, no Egito e, segundo a tradição, era dotada de uma inteligência e sabedoria eloquentes. Viviam-se os tempos de perseguição aos cristãos, o que resultou na condenação da jovem donzela que, conduzida diante do Imperador, demonstrou a falsidade dos cultos idolátricos, professando a sua fé em Cristo. Como consequência, tentaram dilacerar-lhe as carnes com uma roda de lâminas cortantes, mas acabaram por degolá-la, em 305. A tradição afirma que, em vez de sangue, jorrou leite do seu pescoço, como prova da sua inocência.

Tida como uma das Grandes Mártires do Cristianismo, tem lugar de destaque na devoção popular dos crentes. O seu culto, a par do de Santa Bárbara e Santa Margarida, foi muito divulgado ao longo de toda a Idade Média, tendo chegado à Península Ibérica no tempo das Cruzadas. Está inscrita no Martirológico Romano no dia 25 de novembro.



Fig. 4 Santa Catarina do Monte do Facho.
Autoria: Diogo Cardoso.

Nova de Famalicão, Monsenhor Torres Carneiro; Duarte Vasco de Magalhães Aguiar e Vasco de Carvalho (1888-1961), cujo arquivo pessoal disponível na Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, foi uma mais-valia para a interpretação deste tema.

Escolhido o local e, claro está, a invocação mariana, faltavam os recursos. Para isso, serviu-se a comissão dos semanários locais para dar vozes à sua aspiração. Assim, em 1923, foi publicada na primeira página do semanário *Estrela do Minho* uma breve crónica que tecia os mais belos elogios ao Monte do Facho e à forma de como os famalicenses podiam servir-se dele para, tal como os municípios circundantes, instalar no seu topo, um santuário aliado a uma estância turística:

«O monte do Facho é um ponto de vista admirável, verdadeiramente soberbo. Poucos o conhecem e merecia ser admirado por todos. Até agora nunca se pensou em aproveitar esse ponto de vista. Agora, felizmente, alguma coisa se tenta nesse sentido. Um grupo de homens da nossa terra, tendo à frente a figura simpática do grande homem de bem que é o sr. José de Azevedo e Menezes, tenta levar avante

a ideia de aproveitar parte daquele monte para arborizar criteriosamente e edificar uma ermidadinha à invocação da Senhora da Paz, possivelmente o início de uma construção grandiosa, como tantas outras que nos maravilham pela sua sublime arquitectura.»⁵

Vejamos, por isso, o contexto turístico-devocional circundante. Em 1863, o Santuário do Sameiro começava a ganhar forma. Mais tarde, seguiu-se o Santuário do Monte de Santa Luzia, em Viana do Castelo, que começou a ser construído em 1904; em 1919, a Irmandade de Nossa Senhora da Assunção, em Santo Tirso, já almejava a construção do edifício que hoje coroa o Monte Córdova; e Famalicão não queria ficar atrás.

Percebemos assim que, cerca de três anos depois da publicação da crónica de Alberto Veloso d'Araújo, o desejo do Santuário já movia algumas linhas nos semanários locais; porém, algo parecia impedir a sua concretização: a possibilidade da instalação de um sanatório para os tuberculosos militares, num antigo edifício já instalado no monte.⁶ Ofendido como o propósito, Álvaro Vilar escreveu uma crónica, integralmente publicada no *Estrela do Minho*, criticando a ideia e elencando as múltiplas desvantagens à sua concretização.

«Em primeiro lugar o local é impróprio para nele se estabelecer um Sanatório com aquele fim, já pela altitude que é diminuta, já pela exposição que é desabrigada, embora à primeira vista pareça favorável, não falando na insuficiência de água tão necessária nestas casas, que é de difícil condução para aquele local.

Em segundo lugar, (...) os ventos dominantes e mais frequentes nesta região os ventos mareiros, carregados de vapor d'água, que se condensa em grande parte e durante um grande período do ano (...).

Em terceiro lugar, escusado será dizer que, em virtude da constância de ventos mareiros que sopram do local do pseudo-sanatório para a parte mais baixa, onde se encontra a Vila, a permanência ali dos infelizes tuberculosos, será nociva à população circunvizinha. Há tantos locais mais apropriados para esse fim, que seria um crime (...) tentar-se ali fazer a obra.»⁷

Através do mesmo testemunho, ganhámos noção de que, por aquela altura, o esboço do projeto já estava desenvolvido e que a estátua da Virgem que iria coroar o monte estava, também ela, com um projeto definido.

5 *Estrela do Minho*, 1923.02.04, p. 1.

6 «Famalicão ia agora construir um retiro agradável, salutar, pitoresco e anagógico (...). Mas agora que isto se pensava, uma obra se vai tentar, num local próximo do Monte do Facho (...). Trata-se, segundo informações que me foram ultimamente dadas, de adaptar aquela anti-estética e até anti-higiénica construção que há muitos anos se sergue solitária no Monte da Magida, a que chamam, talvez por ironia, Sanatório, em Sanatório de Tuberculosos Militares» – *Estrela do Minho*, 1923.07.08, p. 2.

7 *Estrela do Minho* – 1923.07.08, p. 2.



Figura 5 Capela de Sta. Catarina e o Muchinho (nas traseiras da Capela). Fonte: Estrela da Manhã, 13.04.1968, p. 3.

A sua devoção no Monte do Facho, no Calendário, datará – sensivelmente – do século XVI, podendo ser anterior. Há referências à Capela datadas de 1633, que asseguram já a sua antiguidade^{*} e, segundo a tradição, o local da edificação da Capela deve-se a um acontecimento miraculoso: a aparição de Santa Catarina! Para marcar o local, foi erguido o afamado Muchinho que procurava assinalar essa mesma memória; porém, sabemos que não está no seu sítio original, tal como testemunha a **Figura 5**.

* «consta, porém, de documentos, que vimos, que já em 1633 se celebrava n'esta missa há annos.» (Carvalho, 1936, f. 6).

«O projecto do Parque do Facho, confiando à execução do amigo Veloso d'Araújo, está já debuxado, procurando ele no seu trabalho fazer do Facho uma miniatura do esplêndido Parque da Pena em Sintra (...). O hábil architecto Almeida Segurado⁸, de Lisboa, (...) cheio de talento e um espirito aberto à concepção da arte, que, a convite do Veloso d'Araújo, veio ao Facho estudar um projecto de grandeza futura para aquele local, mostrou-me, há dias, no Café Martinho, em Lisboa, num admirável debuxo a lápis, a artística e grandiosa obra, tão nossa, tão portugueza, que imaginou para a construção do monumento a Nossa Senhora da Paz.»⁹

Desconhecemos os avanços ou recuos da possibilidade de implementação do sanatório no Monte do Facho; o certo é que, em setembro de 1923, reuniu a população famalicense no *Salão Olimpia* para que lhe fosse apresentada a proposta para os melhoramentos do monte, cuja primeira empreitada resultaria na abertura de uma estrada que estabelecesse ligação entre o sopé e o topo do monte. De modo a custear esse trabalho, foi igualmente sugerida a constituição de uma sociedade por quotas.¹⁰ O projeto era de tal ordem ambicioso que se ponderou recolher donativos e benfeitores, não só da área de Famalicão, como além-fronteiras, tanto no Brasil¹¹, como nas colónias africanas¹²; e percebemos,

⁸ Jorge de Almeida Segurado (1898-1990) foi um dos pioneiros na implementação dos ideais modernistas no ramo arquitetónico português.

⁹ *Estrela do Minho* – 1923.07.08, p. 2.

¹⁰ *Estrela do Minho* – 1923.09.23, p. 1.

¹¹ *Estrela do Minho* – 1923.09.30, p. 1.

¹² *Estrela do Minho* – 1924.02.24, p. 1.

efetivamente, a grandiosidade do almejo desta comissão, depois de lermos com atenção a longa descrição que redigiu Gabriel Severo, cronista do semanário *Estrela do Minho*, nos primórdios de 1924. Através desta importantíssima reportagem ficamos a bem conhecer a aspiração construtiva projetada, pelo já aludido, Alberto Veloso d'Araújo; e é ótimo o seu testemunho pois, embora tenha havido bastante pesquisa, não foi possível encontrar os esboços do projeto, nem tampouco as plantas ou desenhos que sabemos terem existido. Ficámos reduzidos, então, às descrições e informações contidas nas crónicas dos semanários:

«Nela se esboçam o parque, os arruados, largos, jardins, maciços e lago como que porfiando tornar éden o que era ermo (...), via confortável e valorizada a encosta íngreme e dolorosa ao piso! Entabularam-se negociações para troca ou compra de terrenos, adquiriram-se penhas e tudo, não sem muito trabalho e vontade de vencer. O projecto do futuro hotel, trabalho bellissimo, estilo D. João V, é devido, bem como o de todas as obras a contruir, ao listre architecto sr. Segurado (...). Este hotel, será como que uma rosa d'oiro abrilhantando o belo conjunto de toda aquela quasi oriental maravilha, que será um facto em menos de um lustro (...). A estátua da Senhora da Paz, em pedestal *eifelico* sobre as duas ingentes moles graníticas com acesso espiralado de corrimão de ferro encamisando-se em trepadreiras aromatizantes, como as dos jardins suspensos da decantada Babilonia? Pois, seja! Também essa maravilha original teremos, devida a dois génios: o da architectura incarnado no architecto sr. Jorge de Almeida Segurado; e o da estatuaria, no emérito artista sr. Alberto Morais do Vale¹³, ambos de Lisboa (...). E o templo? Devagar... oh! aspirações, devagar! Roma e Pavia, não se fizeram... Tenhamos fé na Virgem! Os santuários da Peneda, Abadia de Bouro, Alívio, Porto d'Ave, Sameiro, Remédios, Aparecida, El Pilar de Saragoça, Lourdes, Notre Dame, Loreto, etc., quasi começaram por simples ermidas e levaram anos, séculos até chegarem ao actual esplendor, e bastou a fé para isso! Confiemos também na activíssima e corajosa Comissão dos Melhoramentos do Facho.»¹⁴

Para além do descrito acima, as reportagens que foram sendo publicadas ao longo do mesmo ano de 1924, elucidam-nos relativamente a pormenores que procuravam, não só informar o leitor sobre o desejo que – na época – parecia estar a ganhar forma, mas também a promoção da obra e da sociedade por quotas que se ia estabelecendo, procurando assim dar resposta às naturais necessidades financeiras que um projeto desta envergadura necessitava.

Pelo que nos é possível auferir, percebemos que a estátua de Nossa Senhora da Paz iria ser exposta no ponto mais alto do monte, entre dois grandes penedos. O já aludido arquiteto, Almeida Segurado, procurava unificar dois grandes blocos graníticos através de uma estrutura em sistema de arcaria, cuja

¹³ Alberto Morais do Vale (1901-1955) foi conceituado escultor, ceramista e professor português.

¹⁴ *Estrela do Minho* – 1924.01.20, p. 1.

inspiração viria, segundo a imprensa local, do portal da igreja românica de São Tiago d'Antas. Marcada pela corrente romântica da arquitetura, até porque o *Estrela do Minho* dá destaque aos apontamentos (neo)românicos e (neo)góticos do projeto, os *penedos de N. Sra. da Paz*, eram apontados como um projeto simples, mas de originalidade ímpar.

«Superiormente a cada arco, no terraço, há dois pequenos bancos; e em baixo, encostados às escadas, coloca o hábil arquitecto também mais dois, mas grandes, que em dia de romaria devem fazer bom serviço. A construção deve impor-se majestosamente coroando o Monte. Entre a bela disposição do arvoredo, ergue-se altivamente a construção dos penedos, tudo em honra da Senhora da Paz que não tem em parte alguma monumento semelhante. E o Facho será, pois, um verdadeiro foco de *turismo*, já pela invulgaridade do monumento, já pelo belo panorama que encantando a todos, inspirou ao sr. dr. Alberto Veloso a bela ideia que está frutificando e que a boa vontade dos famalicenses coroará em o mais magnífico êxito.»¹⁵

Acredita-se que o Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga, tenha servido de muita inspiração para aquilo que se projetava para o Monte do Facho. A procura exaustiva na arborização do espaço, a abertura de largos e ajardinamento, mas principalmente a possível implementação de um lago artificial, projetado para as imediações da Capela de Santa Catarina¹⁶, foram certamente inspirados na bucólica, romântica e pitoresca cerca do Bom Jesus do Monte – desenvolvida a partir de 1877, pela comissão chefiada por António Brandão Pereira.

3. Rascunhos de uma (eventual) Confraria de N. Sra. da Paz

De entre as personalidades que sabemos terem sido uma espécie de motor da concretização dos almejos do Facho, há duas que merecem destaque: José de Azevedo e Menezes e Vasco de Carvalho. Incentivado pelo primeiro, Vasco de Carvalho começou a projetar nos finais de 1926, o projeto para os Estatutos da (eventual) Confraria de Nossa Senhora da Paz do Monte do Facho. Serviram-lhe de inspiração, tal como o próprio escreve, as Confrarias de Nossa Senhora do Sameiro e do Bom Jesus do Monte (**Figura 6**). Os vários capítulos descritos no manuscrito procuram regular os deveres e direitos da confraria, tais como a eleição da Mesa Administrativa – naturalmente composta por juiz, presidente, secretário e tesoureiro, mas também por um ministro de culto, vedor das almas, vedor da fazenda e mordomos.

¹⁵ *Estrela do Minho* – 1924.03.30, p. 2.

¹⁶ «Sabemos ainda, haver desde já a lembrança de fazer ao lado da capela de Santa Catarina, um grande lago, em óptimas condições de se prestar a diversos fins, na arborização da nova estrada e monte, para que tudo ali vá tomando aos poucos um aspecto daquilo que se pretende» – *Estrela do Minho*, 1926.09.12, p. 3.

Fig. 6 Projeto do Estatuto da Confraria de Nossa Senhora da Paz do Monte do Facho. Fonte: Carvalho, 1927, f. 1.

Projeto do
Estatuto da Confraria
de Nossa Senhora da Paz
do Monte do Facho - Santa Catarina
de
São Julião de Balnearios, em
V^o N^o de Famalicões

Extrato do Estatuto
das confrarias de S. Jacinto e
Bom Jesus do Monte de Braga, aumentado e
preparado por
Vasco Bernardes
26 de Março de 1927

1927 começou este trabalho
em outubro de Novembro de 1925

Foram entretanto, passados a limpo, os
José de Almeida e Almeida - Vintal, em
26-3-27

O manuscrito descreve igualmente os critérios para a admissão de novos confrades, subdividindo-os em distintas categorias e a relação dos honorários que haviam de cumprir mediante a esfera aos quais estavam associados: confrades auxiliares, confrades beneméritos, confrades benfeitores e confrades honorários. Estabelece, também, as obrigatoriedades devocionais e culturais, desde a festividade em honra de Nossa Senhora da Paz, precedida de um tríduo preparatório, celebrado na Igreja Paroquial ou na Capela de Santa Catarina, até à conclusão das obras do Santuário.

- «1.º Todos os anunciados gozarão as regalias e graças espirituais concedidas à Confraria;
- 2.º Todos terão o sufrágio da sua alma com cinco missas rezadas, com aplicação da indulgência;
- 3.º A serem acompanhados pelos confrades (...) aquando da sua morte (...) quando não distem mais de cinco quilómetros da igreja paroquial de S. Julião do Calendário;
- 4.º As 25 missas mandadas celebrar anualmente em altar público, pelos confrades vivos e defuntos;
- 5.º Reconhecidamente pobres indigentes, doentes ou inválidos, a um subsídio, tirado do rendimento da Confraria, quando possível um caixão, mas sempre quando o cofre o permita e dentro das verbas orçadas para este fim» (Carvalho, 1927, ff. 6-7).

4. O Declínio do Projeto...

Não foi possível apurar – em concreto – quais as razões que motivaram ao declínio do projeto; o certo é que a partir de meados de 1924, nada mais há de referência às obras, no *Estrela do Minho*. Por essa mesma razão, José Casimiro tomou a liberdade de redigir uma crónica, na tentativa de reavivar o desejo do desenvolvimento turístico-religioso de Vila Nova Famalicão. Serviu-se, mais uma vez, do reconhecido semanário para esclarecer aos famalicenses as razões da ingloria do desenrolar da obra: a falta de verbas capazes de satisfazer as necessidades de tão grande projeto.

Porém, o Facho não estava esquecido e continuava a ser (re)visitado com regularidade e a principal atração continuava a ser, como hoje, a festividade em honra de Santa Catarina que se realizava, anualmente, nos dias 28 e 29 de junho. O povo continuava a acudir em massa àquela que era reconhecida como a «festa do concelho», procurando – tal como atualmente – o patrocínio da Virgem e Mártir de Alexandria para a solução e cura dos males da cabeça. Talvez fossem estas as razões que contribuíam para que a Câmara Municipal comparticipasse avultadamente esta grande romaria, mas cujo valor era «quasi nulo para o muito que é indispensável fazer»¹⁷. Mesmo tendo consciência do patrocínio e provável interesse da autarquia local no desenvolvimento turístico do Monte do Facho, o certo é que, tal como José Casimiro nos expôs, a autarquia local tinha outros projetos aos quais teria, igualmente, de dar resposta: desde o saneamento à luz elétrica, passando pelo desenvolvimento da rede viária e «aformoseamento da Vila»¹⁸. Surgiu, posteriormente, a crítica à forma de como a Comissão do Facho se pronunciava em relação à eventual ajuda da Comissão Nacional de Turismo:

17 *Estrela do Minho* – 1930.04.13, p. 1

18 *Estrela do Minho* – 1930.04.13, p. 1.

«em vez de os interessados solicitarem da respectiva Comissão Nacional de Turismo a sua acção a favor do desenvolvimento das suas terras, e realçando, portanto, as suas belezas naturais, anda aquela entidade, de terra em terra, a procurar localidades que pelo seu pitoresco e altitude e demais condições aprazíveis pela sua beleza e naturais encantos, possam vir a ser aproveitadas para nelas empregar a sua eficácia!»¹⁹

5. O Ano Mariano de 1954

Longos anos se passaram e desde aí não houve mais respostas, crónicas ou incentivos. As notícias locais deixaram de mencionar os avanços e eventuais recuos do projeto; e quando a ideia parecia estar totalmente desaparecida da mente das gentes do Calendário e, conseqüentemente, de Famalicão, eis que chegamos ao ano de 1954 – o ano mariano comemorativo do centenário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição, pelo Papa Pio XII (1792-1878), no dia 8 de dezembro de 1854.

Algumas paróquias quiseram associar-se a esta efeméride, procurando assinalá-la com grandes transformações na vivência paroquial e comunitária. Gondifelos inaugurou a sua (nova) igreja paroquial a 17 de outubro de 1954.²⁰ Joane, Jesufrei e Vilarinho das Cambas escolheram este ano para iniciarem as obras das suas (novas) igrejas, ao passo que a freguesia do Calendário ergueu, no alto do Facho, um cruzeiro; ocorrendo a sua bênção no último domingo do mês de setembro de 1954.

Noticiou o afamado *Diário do Minho*, que o dia da bênção do Cruzeiro comemorativo do Ano Mariano (**Figura 7**) foi acompanhado por uma festividade em honra de Nossa Senhora da Paz que resultou, entre outros fatores, na entronização da sua imagem na Capela de Santa Catarina (**Figura 8**).

«Para que todos os paroquianos desta freguesia tivessem oportunidade de lucrar o Jubileu do Ano Mariano, ora decorrente, realizou-se no passado domingo uma romagem à capelinha de Santa Catarina, no monte do mesmo nome, onde se efectuaram várias cerimónias religiosas.

A procissão em que se incorporaram muitas dezenas de fiéis e representações dos organismos católicos saiu da igreja paroquial cerca das 9 horas, presidida pelo nosso pároco Pe. Aviz de Brito, ladeado pelo filho desta terra Pe. Manuel Veloso. Processionalmente, em andor ricamente ornamentado, foi conduzida a imagem de N.ª S.ª da Paz até à referida capelinha.

Ali celebrou a santa missa, o Rev. Pe. Manuel Veloso que no momento oportuno dirigiu aos peregrinos uma alocução apropriada. No fim do santo sacrifício os romeiros escalaram a encosta nascente do monte até ao lugar denominado «Casa do

¹⁹ *Estrela do Minho* – 1930.04.13, p. 1.

²⁰ *Jornal de Famalicão* – 1954.10.23, p. 1.

Francês» onde foi benzedo com o cerimonial costumado um cruzeiro que ficará perpetuando a comemoração do Ano Mariano.

Merece relevo especial esta procissão pois desde a primeira hora em que o Rev. Pe. Aviz de Brito tomou os destinos desta freguesia, a festa de Santa Catarina tem sofrido sensível recristianização.»²¹



Fig. 7 Programa das Comemorações do Ano Mariano.
Fonte: BMCCB, V. N. de Famalicão (Cód. de Ref. | Cota:
PT/BMCCB/EVC.01863| VC 1373-1).



Fig. 8 N. Sra. Paz,
Monte do Facho.
Autoria: Diogo Cardoso.

Ficámos, assim, a conhecer um almejado sonho com cerca de 100 anos. É certo que não houve possibilidade de (re)encontrar o projeto e todos os desenhos que sabemos terem existido. Talvez um dia se consiga conhecer o paradeiro de tão importantes documentos que nos auxiliem a investigar, com mais profundidade, tudo quando era desejável fazer no «pitoresco» Monte do Facho. Um século depois, Famalicão não tem o Santuário de Nossa Senhora da Paz, o hotel não surgiu, a alameda também não e até o lago continua por abrir. O turismo não floresceu e a Confraria não foi instituída, mas a imagem da Senhora foi adquirida, levada em procissão à Capela de Santa Catarina, em 1954, e o Cruzeiro comemorativo lá está, erguido no alto do Facho. Podemos não ter festividades em honra da Senhora da Paz, mas continuamos com a romaria de Santa Catarina. Podemos não ter o grandiosamente desejado Santuário, mas temos uma singela Capela erguida a meia-encosta há largos séculos e que, anualmente, atrai milhares de visitantes, peregrinos ou curiosos àquela que é uma das festas religiosas mais afamadas e concorridas do concelho. Os pedidos de paz continuam a ter força nas orações dos crentes e até os não-crentes evocam a concórdia. Os períodos históricos são – como sabemos – cíclicos e vão-se

21 *Diário do Minho* – 1954.09.30.

repetindo com alguma regularidade. Há cem anos, num contexto de guerras e pestes, Calendário deu o pontapé de saída em prol do desenvolvimento de um projeto ambicioso, é certo, mas não inconcretizável. Um século depois, a história repete-se: uma pandemia, múltiplas guerras e um eventual desejo de colocar Famalicão na rota do turismo religioso. A semente que foi lançada há cem anos, não deu frutos. E se a regássemos?

“Famalicense, subi conosco o Facho. Fitai os horizontes. Recreai o espírito enlevando-vos naquela beleza panorâmica que lá do alto disfrutais. Tonificai-vos com o ar puro da montanha. Sentir-vos-eis mais perto de Deus e abominareis a vida mesquinha que o povoado vos proporciona. E se Famalicão, toda ela é linda, que formoso e aprazível que o Facho que é!... Trabalhem, pois, pelo Facho pitoresco. Será a melhor maneira de engrandecermos a nossa terra.”²²

22 *Estrela do Minho* – 1930.04.13, p. 1.

Bibliografia

Diário do Minho, ano de 1954.

Estrela do Minho, anos de 1923 a 1930.

Jornal de Famalicão, anos de 1935 a 1954.

Araújo, Alberto Veloso de (1923). *Os melhoramentos do Monte-do-Facho em Famalicão, breves considerações acêrca do turismo em Portugal e dos projectos daqueles melhoramentos: (discurso pronunciado numa Assembleia Magna do Povo de Famalicão, no Salão Olímpia, em Setembro de 1923)*. [s.l.]: [s.n.].

Carvalho, Vasco de (1927). *Projêto do Estatuto da Confraria de Nossa Senhora da Páz do Monte do Facho – Santa Catarina de São Julião do Calendário em V.ª N.ª de Famalicão* [Manuscrito]. Acessível na BMCCB, Vila Nova de Famalicão (Cód. de Ref. | Cota: PT/BMCCB/EVC.03526 | VC 2780).

Carvalho, Vasco de (1936). *Freguesia de (S. Julião) de Calendário de Vila Nova de Famalicão* [Cópia Datilografada]. Acessível na BMCCB, Vila Nova de Famalicão (Cód. de Ref. | Cota: PT/BMCCB/EVC.02398 | VC 2499).

Fernandes, A. de Almeida (1997). *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal de Tarouca.

No Monte do Facho. Acessível na BMCCB, V. N. de Famalicão (Cód. de Ref. | Cota: PT/BMCCB/EVC.01863| VC 1373-1).

Queirós, Diogo Fernando Cardoso (2023). *Vilarinho das Cambas: História e Memória de uma Comunidade Paroquial*. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

3.7 Património histórico e cultural: génese, evolução e impacto das linhas ferroviárias em Vila Nova de Famalicão como fatores determinantes no crescimento e desenvolvimento territorial entre 1875 e 1977

→ **Nestor Borges**

Resumo

A valorização e dinamização do património histórico de um território torna-se cada vez mais fundamental para melhor compreender e preservar a identidade e memória coletiva do seu povo, contribuindo, simultaneamente, para solidificar a democratização da educação e da cultura.

As linhas ferroviárias em Vila Nova de Famalicão constituem, indubitavelmente, uma das faces mais visíveis da reminiscência das comunidades como também o reconhecimento de um imensurável património que teve o mérito de induzir uma perspetiva de melhoramento e de modernidade.

Esta herança cultural traduz-se atualmente num conjunto de locais com valor histórico, germinado de pessoas para pessoas, que importa conhecer, estudar e salvaguardar, mas também promover e divulgar como elemento imaterial vivo de interesse relevante seja pelo domínio identitário ou por via de um potencial turístico.

Neste âmbito, o estudo breve que se expõe na presente edição do Boletim Municipal, enquadra-se no trabalho de pesquisa e de investigação científica desenvolvido ao longo dos últimos dois anos, de modo complementar ao exercício de ações pedagógicas a título profissional, que visam o conhecimento e a promoção do património ferroviário num contexto de proximidade, quer das comunidades famalicenses, como de cidadãos, famílias ou grupos provenientes de vários pontos do país, que sob o interesse da presente temática visitam Vila Nova de Famalicão.

A cadência de informação dirige-nos a um artigo balizado num espaço temporal com pouco mais de 100 anos, das origens ao período pós 25 de Abril de 1974. Deste modo, procuramos num primeiro momento partir em busca da génese das linhas ferroviárias e do impacto do comboio como meio de transporte de pessoas e mercadorias que influenciou o modo de vida dos habitantes no concelho, para constatar a importância que exerceu na mudança da paisagem urbana e na formação de hábitos sociais, mas também da predominância empresarial e comercial, que, nalguns casos, se fortificaram lado a lado com a existência de diversas estruturas ferroviárias e com evidentes benefícios para a comunidade.

Palavras-Chave

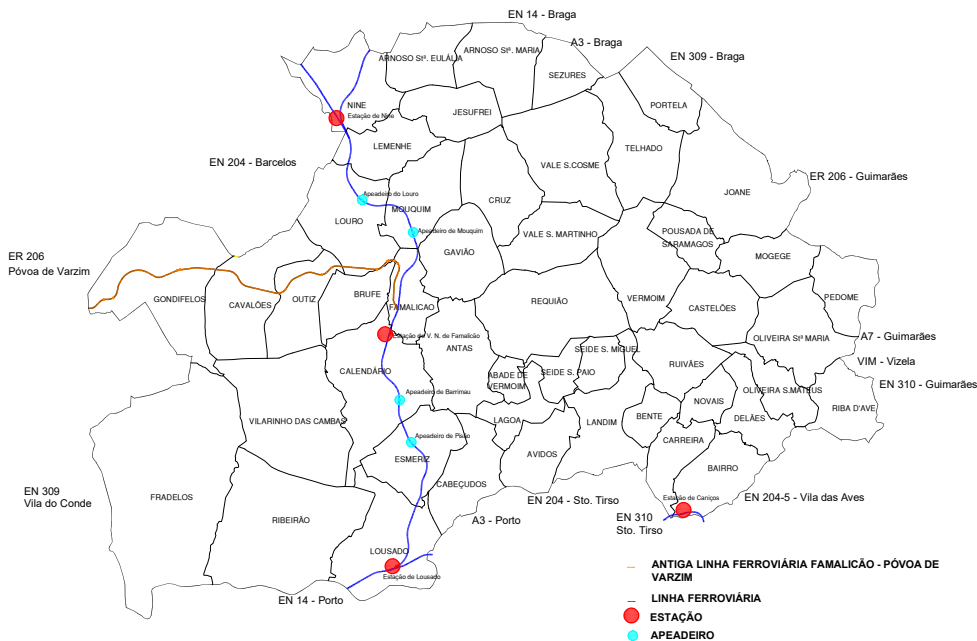
Património – comboio – impacto – paisagem urbana – comunidade.

Breve cronologia

Tempo	Espaço	Principais factos/acometimentos
1825	Inglaterra – entre as localidades de Stockton e Darlington	Advento do caminho-de-ferro, com inauguração da primeira linha em 27 de setembro
1856	Portugal – entre Lisboa e o Carregado (Linha do Leste)	Primeira viagem de comboio realizada em Portugal, a 28 de outubro
1867	Lisboa – Carta de Lei do Rei D. Luís	Decretado o início dos estudos da construção de uma linha ferroviária para ligar o Porto a Braga, por Famalicão
1873	Linha do Porto à Póvoa de Varzim	Início da construção da primeira linha ferroviária em via estreita
1875	Famalicão – Linha do Minho, de Lousado a Nine	Inauguração da ligação do Porto a Braga por comboio, a 20 de maio, com entrada em Lousado, paragem em Famalicão, chegada a Nine e derivação para Braga – Ramal de Braga
1881	Ramal de Famalicão – Linha do Porto à Póvoa e Famalicão	Inaugurado a 12 de junho, depois de completada a última fase, desde as Fontainhas (1878) com apeadeiro em Balazar (Póvoa de Varzim) e entrada em Famalicão por Gondifelos
1883	Famalicão – Linha de Guimarães	A primeira fase foi contruída entre a Trofa e Vizela, por Lousado e com estação em Bairro (Caniços), inaugurada em 31 de dezembro, tendo chegado a Guimarães no ano seguinte, em 1884, e a Fafe em 1907
1937	Lousado	Colocada nova ponte de ferro sobre o rio Ave, substituindo a ponte construída em 1875
1947	Portugal	As Companhias de caminho-de-ferro fundem-se para dar lugar a uma concessão única: decreto lei que aprova os novos estatutos da CP, Comboios de Portugal
1949	Lousado	A linha entre Famalicão e Lousado passa a algaliada (via estreita dentro da via larga) permitindo comboios diretos da Póvoa de Varzim a Guimarães e Fafe, com concordância em Lousado
1977	Portugal	Fim da circulação dos comboios a vapor, um marco histórico que ficou assinalado a 25 de março e que determinou o encerramento das oficinas de Lousado, mais tarde convertidas em Museu (18 de maio de 1980)

Elemento cartográfico

Mapa das linhas ferroviárias no concelho de Vila Nova de Famalicão



Fonte: Departamento de Ordenamento e Gestão Urbanística (DOGU) – Serviço de Informação Geográfica (SIG) – do Município de Vila Nova de Famalicão.

1. Apontamento historiográfico

Há aproximadamente 200 anos, a invenção da locomotiva a vapor para transporte de cargas e de passageiros em caminhos-de-ferro, associada à era da revolução industrial inglesa, representou um feito marcante na história mundial dos transportes, com ascendência significativa tanto na economia como na sociedade, mas também no planeamento do território.

A fundação da primeira linha férrea, inaugurada em Inglaterra a **27 de setembro de 1825**, que se estendia por 61 km de distância numa região predominantemente mineira, entre as localidades de Stockton e de Darlington, deveu-se ao engenheiro mecânico George Stephenson (1781-1848)¹, que tinha

1 Considerado o grande mentor da ferrovia, a ele se deve a primeira locomotiva a vapor a transportar passageiros numa linha ferroviária pública, bem como a base para a bitola que viria posteriormente a ser usada pela maioria dos países. Construída por George e pela empresa do seu filho Robert, a “Robert Stephenson & Company”, a primeira viagem realizou-se em 1825, entre Stockton e Darlington. Do mesmo modo, foi também o autor do projeto de construção da primeira linha ferroviária interurbana do mundo, a “Liverpool & Manchester Railway”, que abriu em 1830.

igualmente formação em engenharia civil, originando um verdadeiro movimento reformista tanto nas deslocações como nas comunicações, na medida em que veio transformar o modo de vida das pessoas e das empresas, ao mesmo tempo que irrompia pela paisagem como algo distinto².

Seguidamente à inauguração da “Stockton & Darlington Railway”, a procura por melhores transportes e os investimentos abundantes que daqui resultaram, conduziu à constituição de uma rede de caminhos-de-ferro que transformou a Grã-Bretanha e rapidamente se estendeu um pouco por todo o mundo. As mercadorias poderiam agora ser transportadas de forma célere e acessível com ligação aos portos de mar, e na sequência, nasceram novas indústrias, acompanhadas do crescimento de vilas ou pequenas cidades, onde as pessoas começaram a deslocar-se para áreas anteriormente inacessíveis em busca de trabalho, negócios ou mesmo de lazer.

No caso português, a construção de caminhos-de-ferro começou a projetar-se no reinado de D. Maria II, rainha que em 1844 foi responsável pela criação da Companhia das Obras Públicas, precisamente com o intuito de avançar com os primeiros estudos de construção da via férrea em Portugal, mas que apenas num segundo momento conseguiu administrar mais força ao projeto, quando, em 1852, fundou o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (ALEGRIA, 1999).

Em termos conjunturais, o país vivia tempos de alguma acalmia política proporcionada pela Regeneração³, permitindo que os melhoramentos materiais avançassem. Com efeito, construíram-se várias infraestruturas que serviriam de base para renovar a economia nacional, estimular a procura e a produção nacional.

Coube ao novo governo sanear as contas públicas, através da reestruturação da dívida externa, e lançar as bases do desenvolvimento sustentado no liberalismo económico, medidas estruturais que ficaram conhecidas como Fontismo⁴, preconizando a aposta nas infraestruturas, caminhos-de-ferro, estra-

2 A invenção da máquina a vapor mudou o mundo. Os motores a vapor, inicialmente projetados para utilização em minas, onde as bombas e a energia de transporte eram determinantes, conduziram aos primeiros protótipos de locomotivas que assim surgiram em torno de fábricas de carvão e ferro, em Inglaterra, começando a fixar trabalhadores às localidades, construindo-se habitações unifamiliares e lojas comerciais, alterando significativamente a urbanidade dos lugares.

3 Corrente ou movimento que tinha como segundo vetor de ação, o fomento do crescimento económico, centrado na construção de infraestruturas de transportes e comunicações, numa primeira tentativa de quebrar o isolamento de vastas regiões do país, e de apoio ao desenvolvimento industrial e comercial. Foi com esses últimos objetivos que se instituiu o Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, confiado a Fontes Pereira de Melo, um dos mais dinâmicos e interventivos políticos da época em Portugal.

4 Dedicado a António Maria Fontes Pereira de Melo (Lisboa, 1819-1887) que deu um impulso enormíssimo na construção de estradas, introduziu os caminhos-de-ferro, criando também o estudo da indústria e da agricultura em Portugal, com a fundação do “Instituto Industrial” e do “Instituto Agrícola”.

das, portos, pontes, telégrafos, e na eficácia dos serviços postais, como forma de unificar o mercado nacional e estimular a produtividade com a rapidez das trocas (PINHEIRO, 1999).

Após a morte prematura da rainha D. Maria II, em 1853, sucedendo no trono o filho D. Pedro V, continuaram os progressos assinaláveis registados até então, contrariando avanços e recuos das primeiras negociações com empresas e capitalistas estrangeiros, sobretudo ingleses e franceses.

Assim, ficavam reunidas as condições para o assentamento de carris de ferro na capital com destino à região de Santarém, para a aquisição das primeiras locomotivas e carruagens, até que chegou o dia da inauguração da primeira viagem em Portugal, a **28 de outubro de 1856**, precisamente entre Lisboa e o Carregado⁵.

Não obstante o entusiasmo motivado pela chegada do comboio ao nosso país, o projeto de expansão de linhas férreas começou de modo lento e descontinuado, tendo em conta a disponibilidade de produtos industriais metalúrgicos para construção e exploração das vias (GAIO, 1957).

A prioridade era efetuar a ligação entre Lisboa e a fronteira espanhola e a partir deste ponto estabelecer comunicações com o estrangeiro. Passados dez anos, em 1863, foi aberta a Linha do Sul até Évora e também a ligação com a fronteira espanhola (Linha de Leste). No ano seguinte estava concluída a Linha do Norte, entre Lisboa e Vila Nova de Gaia, envolvendo as principais cidades do litoral português, onde estava sediado o núcleo do tecido industrial, que assim ficavam ligadas por intermédio do comboio.

Seguidamente, entre 1871 e 1890 lançaram-se novas linhas, destacando-se as do Minho, Douro, Beira Alta e o prolongamento para Sul, em direção a Faro.

Porém, e ao invés da procura de passageiros, o desenvolvimento em torno do transporte de mercadorias não foi o esperado. O mercado interno não se desenvolveu face às expectativas criadas, era pequeno e consumia pouco, havia forte concorrência internacional aos produtos portugueses, a industrialização foi tímida e na agricultura a renovação foi quase inexistente. Portugal voltava assim a depender largamente de capitais estrangeiros (TEIXEIRA, 1938).

Apesar deste cenário, o país apresentou melhorias e algum desenvolvimento, pese embora a diferença entre Portugal e os países mais ricos da Europa se tivesse agravado, pelo simples facto de estes terem crescido mais depressa.

Contudo, após 1890, o crescimento industrial intensificou-se devido à crise internacional que trouxe necessidades produtivas, e às medidas protecionistas de Oliveira Martins⁶, desenvolvendo-se os setores químico, dos cimentos e das

5 O comboio composto por 14 carruagens, completou os 37 Km de extensão em bitola de 1,44 m perante algumas contrariedades, resultantes sobretudo da insuficiente potência da locomotiva, mas com uma viagem que marcou de forma indelével o início do transporte ferroviário em Portugal.

6 Joaquim Pedro de Oliveira Martins (Lisboa, 1845-1894), em 1874 dirigiu a construção da Linha do Porto à Póvoa e a Famalicão. Em 1880 foi eleito presidente da Sociedade de Geografia Comercial do Porto e, quatro anos depois, diretor do Museu Industrial e Comercial do Porto.

conservas, mas também o setor do têxtil, verificando-se um verdadeiro “boom industrial” a partir de 1896, que beneficiou o desempenho dos transportes e das vias de comunicação.

Nesta conjuntura, a chegada do comboio a Famalicão dera-se em 1875, aquando da viagem inaugural do primeiro troço da Linha do Minho⁷, na ligação do Porto a Braga, tendo sido criado um Ramal para esta cidade a partir de uma bifurcação em Nine.

Dispondo na época de uma condição socioeconómica considerável num contexto regional, fruto da implementação de alguma indústria, mas sobretudo da exploração agrícola, o território famalicense, inserido na região da Bacia Hidrográfica do Ave, não evidenciava ainda uma ocupação urbana em larga escala e as vias de comunicação restringiam-se a uma rede viária. Contudo, a Vila de Famalicão apresentava-se como um centro nevrálgico da ligação entre os dois principais distritos do norte de Portugal – Porto e Braga, e um importante elo de ligação entre concelhos vizinhos⁸.

Por consequência, o surgimento de estações ferroviárias no concelho viria a despoletar pequenos aglomerados nas imediações destas, e por arrasto, a edificação de estruturas laborais, equipamentos para serviços e até mesmo habitações.

A evolução do lugar onde se instalava a estação ferroviária viria inclusivamente a interferir com o desenvolvimento da rede viária de acesso à mesma e, por seu turno, à formação de uma nova malha urbana.

Mais do que qualquer outro fator, seria a implementação industrial a ter um papel preponderante na área reservada à proximidade com as estações ferroviárias (CARVALHO, 2003). A ocupação inicial do território foi efetivamente marcada pela instalação de oficinas e fábricas, sob duas condições privilegiadas, junto aos rios, pela utilização da água como fonte de energia, e o mais próximo das vias de comunicação possível, tanto para a chegada das matérias-primas como pelo escoamento do produto final. Neste âmbito, o caminho-de-ferro tornar-se-ia preponderante e as propostas e alterações a novos projetos evidenciaram o objetivo dos empresários e empreendedores em tirar partido da utilização do comboio como meio de transporte de mercadorias.

7 A Linha do Minho é designada como “corredor ferroviário” entre as cidades do Porto e Valença, com ligação a Vigo. Foi concluído em 6 de agosto de 1882, com a chegada à fronteira. Em 15 de julho de 1915 seria inaugurada a continuação da Linha até Monção mas este lanço viria a ser encerrado a 31 de dezembro de 1989.

8 O caminho-de-ferro interferiu decisivamente com o período de alguma estagnação verificada em Famalicão nos finais do século XIX. A partir deste momento, o processo de evolução urbana alargou-se através do papel estruturador do território atribuído até então à rede viária, e em particular às estradas nacionais que irradiavam de Famalicão para as principais cidades do noroeste português, criando uma teia de acessibilidades que definiu a importância da nova centralidade territorial.

Por seu turno, a facilidade do transporte de pessoas, mas também de bagagens e expediente, com especial incidência no despacho de encomendas e correio postal, tornou-se um privilégio na época e um serviço praticamente indispensável no quotidiano.

2. Em destaque

O dia **20 de maio de 1875** ficou assinalado pela chegada do comboio a Famalicão.

Na ampla leitura a diversos jornais da época⁹, impõe-se o registo que sintetizamos neste parágrafo:

Os relógios da estação marcavam onze horas e quarenta e cinco minutos quando a locomotiva “Porto” partiu de Campanhã (na época, Estação do Pinheiro) em direção a Braga, com uma vasta e ilustre comitiva liderada pelos monarcas D. Luís e D. Maria Pia.

Com breves paragens em Rio Tinto, Ermesinde, S. Romão do Coronado e Trofa, a entrada do comboio em território famalicense, pela ponte de ferro sobre o rio Ave (Trofa-Lousado), assinalou-se pouco antes das doze horas e trinta minutos, seguindo-se uma passagem lenta na estação de Lousado, onde centenas de pessoas acenavam efusivamente, lançando pétalas de flores sobre a carruagem real.

Minutos depois, o comboio efetuava a primeira paragem na vila de Famalicão, numa estação sumptuosamente decorada, e com uma imensidão de gente que recebeu o comboio sob um forte e audível aplauso. Recebidos pelo presidente da Câmara Municipal em exercício, José Joaquim da Cruz Trovisqueira, os monarcas e restante comitiva oficial deslocaram-se à plataforma da estação onde foram recebidos pelas 3 bandas filarmónicas do concelho, seguindo-se um breve discurso de boas vindas e de felicitações.

Não tardou muito, o comboio seguiu viagem até Nine, onde, nesta estação, foram igualmente recebidos por uma banda de música e por um clima de festa proporcionado pela população local. A chegada a Braga deu-se perto das catorze horas.

Efetivamente, o assentamento desta empreitada, desde Campanhã, no Porto, foi projetado para uma extensão de 54 km, até Braga, com um caderno de encargos complexo, não apenas pelos trabalhos de terraplanagem e alvenaria de todo o traçado, como também pelas pontes e construções de edifícios, como estações e/ou apeadeiros, oficinas, armazéns e outros anexos de apoio à ferrovia.

Este acontecimento, que gerou amplo entusiasmo social, e motivação económica, precede de um processo longo e moroso, que conheceu o momento

⁹ De acordo com os periódicos mencionados no capítulo das Fontes, sob consulta a diversos números publicados, dentro da baliza temporal das suas edições por séries – último quartel do século XIX e primeira metade do século XX.

mais realista em 11 de junho de 1872, aquando do início dos trabalhos de construção da Linha do Minho, que, em simultâneo, avançaram juntamente com a obra da Linha do Douro¹⁰.

Uma aposta ganha, porque, em boa verdade, apenas três meses após a inauguração da Linha do Minho, a Companhia Real dos Caminhos-de-Ferro apresentava números surpreendentes, quer no movimento de passageiros, mais de 80 mil pessoas, como de receita de bilheteira, acima dos 33 mil réis, e ainda, acima dos 10 mil réis do transporte de mercadorias¹¹. Números que desde logo estabeleceram o princípio de que o caminho-de-ferro, apesar de dispendioso, tratava-se mais de um investimento do que uma despesa para o estado português, e um enorme benefício para as população e empresas (ARAGÃO, 1956).

Em território famalicense, para além das estações de Lousado, Famalicão e Nine, a obra de maior vulto, e de notável engenharia, foi efetivamente a ponte de ferro sobre o rio Ave, concluída em 1875, ligando a Trofa (na época, concelho de Santo Tirso) a Lousado, renovada e ampliada praticamente seis décadas depois, correspondendo a um projeto inovador e de enorme reconhecimento, nos seus 65 metros de comprimento.

Entretanto, com o avanço da Linha do Minho de Nine para Valença, em 1877, por Barcelos e Viana do Castelo, e que originara a denominação do troço entre Nine e Braga como “Ramal de Braga”, encontravam-se concluídos no concelho de Famalicão os pontos edificadas na categoria de apeadeiros, designadamente Esmeriz (ou Pisão, que na época recebera o nome do lugar e não da freguesia de Esmeriz) e Barrimau (também nome do lugar da freguesia de Calendário) entre Lousado e Calendário/Famalicão, bem como Louro e Mouquim, entre Calendário/Famalicão e Nine.

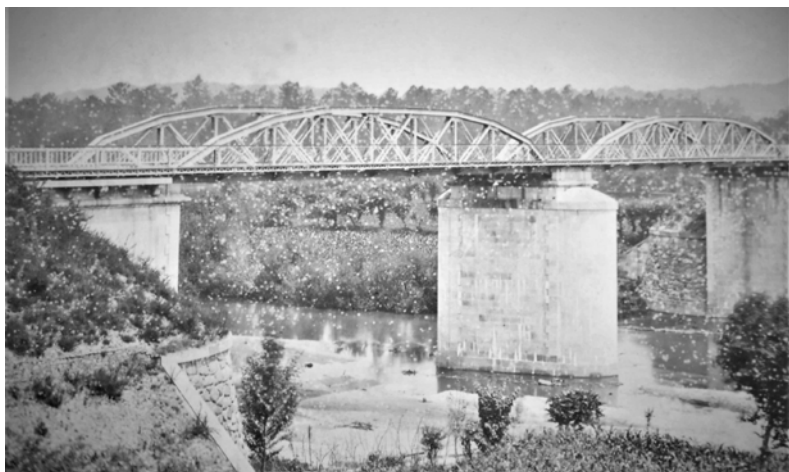
Estavam assim criadas as bases e as condições físicas para o crescimento do transporte ferroviário e desenvolvimento do território no concelho, que seria posteriormente complementado com as linhas até ao Porto, pela Póvoa de Varzim, e até Fafe, por Guimarães, com predominância também para a construção de uma notável obra de engenharia em Caniços, concluída em 1883, designadamente a ponte férrea sobre o rio Ave, na zona de confluência com o rio Vizela, ligando Bairro a Vila das Aves, por comboio.

10 Boletim da CP – OIPPC – Mensal, n.º 251, maio de 1950: separata sobre uma retrospectiva dos 75 anos da Linha do Douro.

11 Gazeta dos Caminhos de Ferro, Revistas quinzenais, entre 1957 e 1958, artigos de opinião pelo Eng.º Carlos Manito Torres sobre “A evolução das linhas portuguesas e o seu significado ferroviário”.



Estação de Famalicão nos finais do século XIX.
Fonte: Postal Ilustrado no Arquivo Municipal
Alberto Sampaio.



Ponte de ferro sobre o rio Ave em finais do século XIX,
ligação ferroviária Trofa – Lousado. Fonte: Arquivo
Fotográfico da Junta de Freguesia de Lousado.



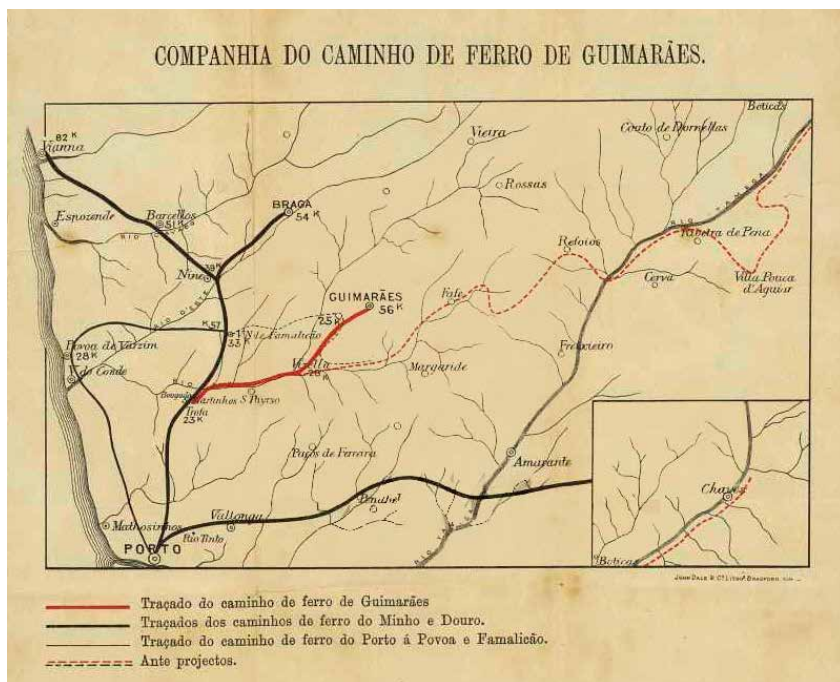
Ponte de ferro sobre o rio Ave em finais do século XIX,
ligação ferroviária Aves – Bairro. Fonte: Arquivo
Fotográfico da Junta de Freguesia de Bairro.

3. Linhas e estruturas ferroviárias

Nos finais do século XIX, o concelho de Famalicão encontrava-se servido por três linhas ferroviárias:

- A Linha do Minho, entre Lousado e Nine, traçado concluído e inaugurado até Braga (Ramal de Braga) em 1875, a 20 de maio;
- O Ramal de Famalicão, na Linha do Porto à Póvoa de Varzim e a Famalicão, entre Gondifelos e Calendário, inaugurada em 1881, na véspera do feriado de Santo António; e,
- A Linha de Guimarães, em Lousado e em Bairro (Caniços), aberta à exploração no dia 31 de dezembro de 1883.

Panorama geral dos caminhos-de-ferro a norte de Portugal, no final do século XIX, destacando-se o projeto de prolongamento da Linha de Guimarães até Chaves, que, no entanto, não viria a passar de Fafe (1907) – Fonte: Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, Guimarães.



O percurso definido para cada uma destas, manteve-se praticamente inalterado até aos dias de hoje, pese embora uma ou outra variação nas zonas adjacentes às estações ferroviárias, como se verificou em Lousado, na sequência das obras de eletrificação das linhas e da passagem da bitola métrica para bitola ibérica, já na primeira década do ano 2000.

Na Linha do Minho, o traçado entre Lousado e Nine possui uma distância de 14 km, com 7 paragens, das quais 3 em estações e 4 em apeadeiros. Chegou a ter 8 paragens, com a de Pisão, apeadeiro mais tarde demolido após

a construção de um novo a 200 metros para norte, ficando a fusão a designar-se apenas como Esmeriz.

O início dos trabalhos de construção deste troço verificou-se no dia 8 de julho de 1872, estando previstas as instalações de oficinas de apoio em Lousado e Nine pela Companhia Real¹², o que veio a suceder-se, pese embora, mais tarde, as oficinas de Lousado ficassem mais direcionadas para o apoio à Linha de Guimarães, unicamente de via estreita ou bitola métrica, cuja gestão e administração ficaria entregue à Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães – CCFG¹³. Por seu turno, o complexo oficial de Nine ficou capacitado como instalação de depósito de máquinas, cocheira, oficina e armazém dos serviços de obras metálicas, mas este sob a égide da Companhia Real, tendo em conta que o projeto até Valença merecia “honras de Estado” (DIAS, 1881).

Deste modo, a 21 de maio de 1875, no dia imediatamente a seguir ao ato solene de inauguração, deu-se a abertura à exploração pública do troço entre Campanhã e Nine, bem como a abertura à exploração pública do Ramal de Braga.

No Ramal de Famalicão, na Linha do Porto à Póvoa e Famalicão (que precedia do Porto-Trindade até à Póvoa de Varzim), o traçado em território famalicense possuía 9 Km, com 5 paragens, das quais 4 em apeadeiros, Gondifelos, Cavalões, Outiz e Barradas, e 1 em estação, com a designação de Famalicão, pese embora o edifício tenha sido construído dentro dos limites da freguesia de Calendário, por motivos geoestratégicos, de que falaremos a seguir.

Na linha de Guimarães, entre Lousado e Bairro, distam 9 km, 2 paragens no concelho de Vila Nova de Famalicão, ou seja, nas estações de Lousado e de Caniços, em Bairro. Após Lousado, a linha entra no concelho de Santo Tirso, e volta depois ao concelho de Famalicão, em Bairro, regressando novamente ao concelho de Santo Tirso por Vila das Aves e daqui seguindo até Guimarães (e Fafe, entre 1907 e 1986), por Vizela.

Em Lousado, e apesar do comboio ter chegado a esta freguesia em 1875 por intermédio da Linha do Minho – entretanto algaliada, isto é, com via estreita dentro da via larga – foi constituída a Companhia dos Caminhos de Ferro de Guimarães, onde chegou a ter sede, com o objetivo de explorar a Linha de Bougado (Trofa) a Guimarães. Esta autorização fora concedida ainda em 1879 a António de Moura Soares Veloso e a António Ferreira da Silva Brito, visconde

12 Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses – CRCFP. Fundada em 11 de maio de 1860, pelo empresário espanhol *José Salamanca Mayol*. A designação foi alterada meses depois da Implantação da República Portuguesa, num processo decorrido entre 1910 e 1911, para Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (CCFP).

13 Esteve sediada na Rua de Cedofeita, no Porto, com filiais nas estações de Guimarães, Vizeira, Lordelo, Vila das Aves-Negrelas, Caniços, Santo Tirso, Lousado, e Trofa. Fundiu-se com a Companhia do Porto à Póvoa e Famalicão, formando a Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal, em 14 de janeiro de 1927.

da Ermida (SILVA, 2004). Neste local foi então ampliado o complexo oficial, originando um conjunto vertical de serviços gerais no apoio à construção desta importante Linha, e, mais tarde, na produção ou reparação de alguns materiais em madeira ou ferro, para além de oficinas de alguma manutenção ao material circulante.



Estação de Lousado.



Estação de Nine.



Estação de Famicão.



Estação de Caniços (Bairro).



Lousado, via algaliada, entre Trofa e Famicão.



Lousado, linha de concordância.



Apeadeiro de Gondifelos.



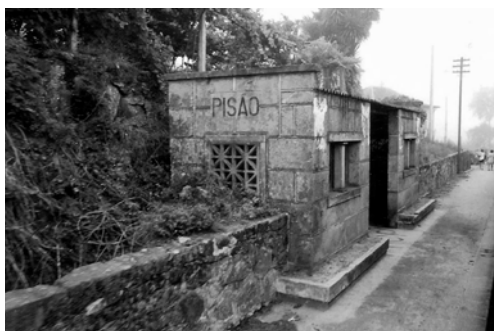
Apeadeiro de Cavalões.



Apeadeiro de Outiz.



Apeadeiro de Barradas (Louro).



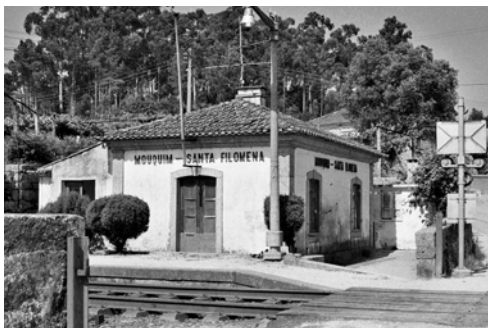
Apeadeiro do Pisão – Esmeriz.



Apeadeiro de Barrimau (Calendário).



Apeadeiro do Louro.



Apeadeiro de Mouquim – Santa Filomena.



Extinta Secção Museológica de Lousado.



Cocheira e antigo armazém na Estação de Nine.

Fonte: Imagens que constam do Arquivo Fotográfico do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado, no caso específico das estações ferroviárias, datadas dos anos 70/80 do século passado, e no caso dos apeadeiros retiradas do Portal Familiarão ID Património.

4. Evolução demográfica e impacto socioeconómico

Vila Nova de Famalicão insere-se na sub-região do Médio Ave, patenteando hoje um tecido socioeconómico forte, associado sobretudo ao setor industrial, mas também ponderado pela estrutura de ocupação urbana que começa a evidenciar desde há algumas décadas.

Neste panorama, a importância principal coube sempre à rede rodoviária, pela iniciativa exercida no romper de terrenos e no desbravamento destes para criar acessibilidades condicentes, numa primeira instância, com as necessidades das explorações agrícolas.

Este processo tornou-se evolutivo ao ponto de envolver a sua operacionalidade e por consequência, mexer com a estrutura urbana, cujo desenvolvimento favoreceu, assim, a expansão dos aglomerados existentes.

Expansão esta tantas vezes apoiada no aparecimento e persistência de uma estação ferroviária, um equipamento estrutural que contribuiu para a génese de serviços e de comércio, enquadrados harmoniosamente na formação e crescimento da urbe (PORTAS, 1986).

Contudo, nem sempre a urbanização conferiu grande predomínio à industrialização, reservando apenas algumas áreas junto às linhas de caminho-de-ferro, de forma a que os perímetros urbanos das freguesias pudessem escolher o melhor espaço para crescerem, procurando-se assim unificar atividades industriais de maior divergência com as áreas residenciais. Em Famalicão, exemplo disto foi a linha ferroviária de ligação à Póvoa de Varzim, que praticamente se manteve em território de características rurais.

Neste âmbito, e pela análise efetuada ao impacto que as linhas ferroviárias trouxeram à evolução dos principais aglomerados populacionais, optamos por analisar os dados estabelecendo um critério justificado pela seguinte cronologia:

1864/1878 – período dos primeiros recenseamentos e antes da abertura das linhas ferroviárias

1890 – período antes da “revolução industrial” na Bacia do Ave

1911 – período após a implantação da República

1950 – período após o domínio da CP em resultado da fusão das Companhias existentes

1981 – período pós 25 de Abril de 1974

	População					
	1864	1878	1890	1911	1950	1981
Lousado – Linha do Minho (1875)	467	654	700	875	1.640	3.137
Esmeriz (/Pisão) – Linha do Minho	396	398	500	542	905	1.413
Barrimau (Calendário) – Linha do Minho	1.117	1.298	1.615	2.266	4.255	7.974
Famalicão (Freguesia)	1.502	1.791	1.917	2.314	3.356	4.036
Louro – Linha do Minho	862	915	1.017	1.164	1.609	2.515
Mouquim – Linha do Minho	445	507	497	580	782	1.262
Nine – Linha do Minho (e Ramal de Braga)	761	806	820	1.108	1.803	2.300
Famalicão (Freguesia)		1.791	1.917	2.314	3.356	4.036
Barradas (Louro) – Linha da Póvoa (1881)		915	1.017	1.164	1.609	2.515
Outiz – Linha da Póvoa		207	227	250	544	705
Cavalões – Linha da Póvoa		562	538	640	651	990
Gondifelos – Linha da Póvoa		905	827	984	1.336	1.857
Lousado – Linha de Guimarães (1883)		654	700	875	1.640	3.137
Caníços (Bairro) – Linha de Guimarães		636	686	972	2.704	3.620

Fonte: Dados demográficos recolhidos do Portal do Instituto Nacional de Estatística – INE. Os números sobre fundo, em 1864 e 1878, destacam o “antes da chegada” do comboio às freguesias.

Enquanto fator económico, destaca-se claramente o ano de 1890 pelo salto demográfico verificado para a entrada no século XX, onde a existência de caminhos-de-ferro já tinha influenciado muitas escolhas na implantação de pequenas indústrias e de oficinas, facto que despertou ainda o maior interesse pela aposta na implementação do setor têxtil, por parte de capitalistas locais ou oriundos da cidade do Porto, que investiram em fábricas e maquinarias dando emprego a milhares de operários (ALVES, 1987).

Mas principalmente o ano de 1911, não tanto por razões políticas e de mudança de regime, e sim pela afirmação da “revolução industrial” que desde 1896 se tinha verificado em Famalicão como também em toda a região do vale do Ave.

Junto às quedas de água dos rios e o mais próximo possível das melhores vias de comunicação, implantaram-se centenas de empresas e inúmeras famílias fixaram a sua residência à volta destas.

O território moldou-se, com pontos de índole mais comercial e industrial, induzindo claramente a constatação de uma paisagem que começou a tornar-se mais urbana (PORTAS, 1986).

Principais fábricas, com significativo número de operários, no vale do Ave

Ano	Designação	Acessibilidades
Negrelos	1845 Fábrica do Rio Vizela	EN 105 (antiga estrada real Porto-Guimarães)
Fafe	1873 Fábrica do Bugio	EN 207 (Fafe-Guimarães)
Guimarães	1884 Fábrica do Castanheiro	EN 105 (antiga estrada real Porto-Guimarães) + Caminho-de-Ferro
Fafe	1887 Fábrica do Ferro	EN 207 (Fafe-Guimarães)
	1945 Fafe 7 Guimarães/Vizela 92 Vila Nova de Famalicão 36 Santo Tirso/Trofa 36 Vila do Conde 3	79 % utilizam o Caminho-de-Ferro

Fonte: Dados recolhidos dos Inquéritos Industriais.

Principais fábricas, com significativo número de operários, em Vila Nova de Famalicão

	Ano	Designação	Acessibilidades
Riba de Ave	1875	Fiação de Lanifícios do Barão da Trovisqueira	EN 310 (antiga estrada real Porto-Guimarães)
	1890	Inquérito Industrial regista 26 fábricas do setor algodoeiro com 8 ou mais operários no concelho	2 utilizam o Caminho-de-Ferro
Calendário	1892	A Boa Reguladora	utiliza o Caminho-de-Ferro
Pedome	1896	Ribeiro, Guimarães & Salazar (Fábrica do Caído)	EN 310 (antiga estrada real Porto-Guimarães)
Riba de Ave	1896	Sampaio, Ferreira & Cia Lda	EN 310 (antiga estrada real Porto-Guimarães)
Bairro	1905	ETEL – Empresa Têxtil Eléctrica Lda (Fábrica de Caniços)	Caminho-de-Ferro
Riba de Ave	1909	Oliveira & Ferreira Lda	EN 310 (antiga estrada real Porto-Guimarães)
Lousado	1938	Mabor	EN 14 e Caminho-de-Ferro
	1945	Existência de 36 fábricas têxteis no concelho com dimensão de escala nacional	23 utilizam o Caminho-de-Ferro

Fonte: Dados recolhidos dos Inquéritos Industriais e Relatórios Anuais (1939/49) publicados em jornais locais.

As tabelas acima referenciadas constituem o resultado do estudo de investigação efetuado a diversos documentos, como Inquéritos Industriais, e jornais da época. Refletem a beneficiação que as principais empresas tiveram com a existência do “caminho-de-ferro”, tanto na procura deste meio de transporte como principalmente no aumento exponencial da sua utilização que, por meados do século XX, encontrava-se na base das acessibilidades e, pode mesmo dizer-se, na conexão do comboio como fator de ligação entre produção e mercado.

Efetivamente, em número muito reduzido antes da chegada do comboio, os grandes complexos industriais implantaram-se na região entre os finais do século XIX e princípios do século XX, sob dois fatores preponderantes: a exploração dos recursos hídricos e da consequente energia hidráulica e hidroelétrica, bem como as acessibilidades.

Curiosamente, em 1890 a crise que se instalou no país traduziu-se numa janela de oportunidade, na medida em que começou a despoletar um clima vantajoso com o estabelecimento da Pauta Alfandegária, como vimos anteriormente com políticas de proteção à indústria e que, poucos anos depois, incentivou o impulso da iniciativa empreendedora na criação de novas fábricas

(SILVA, 2004). Deste modo, estas empresas que começaram a surgir no território do Ave, teriam um papel preponderante na estrutura do alinhamento dos complexos industriais, que assim determinaram o surgimento de núcleos urbanos em seu redor e que ainda hoje facilmente se identificam.

Em Famalicão, estabeleceu-se primeiro a têxtil algodoeira – Fiação e Tecidos – , depois vestuário, agroalimentar, metalomecânica e automóvel. Mas não só. O caso modelar da fábrica “A Boa Reguladora”, demonstra que nos primórdios se procuraram verticalizar as empresas, tendo como meta as melhores acessibilidades e estratégias:

- 1892 – Fundação da empresa Carvalho, Irmão & Cia, que veio a designar-se “A Boa Reguladora”;
- 1897 – Participação na Exposição Industrial do Porto;
- 1897 – A Fábrica aumenta para 34 o número de máquinas a vapor;
- 1901 – A empresa promove uma campanha de anúncios não apenas como fábrica de relógios, como também carpintaria, serração, moagem, e marcenaria a vapor, e ainda a ligação privilegiada ao caminho de ferro;
- 1907 – Construção da sua central elétrica a vapor passando a fornecer iluminação pública à Vila de Famalicão, e freguesias envolventes, incluindo estações ferroviárias; por fim,
- 1908 – Começam a sair milhares de relógios para todo o mundo, encontrando-se muitos deles em pleno funcionamento em estações e apeadeiros de caminhos-de-ferro, sendo as Companhias Ferroviárias um dos melhores fornecedores.

Outros dois exemplos paradigmáticos verificaram-se com o industrial famalicense Narciso Ferreira¹⁴. Primeiro, na década de 1910 quando instalou a Empresa Têxtil Elétrica em Caniços (Bairro) o mais próximo possível da estação ferroviária, e depois em 1927 quando apoiou veementemente a construção de uma nova linha ferroviária desde Caniços até Arco do Baulhe, com estação em Riba de Ave – a Linha do Ave¹⁵ – , projeto que não se concretizou.

A proximidade com a estação de caminho-de-ferro foi, deste modo, a fundamentação resolutiva da estratégia empresarial que apontava à facilidade do acesso aos mercados, o mesmo será dizer, ao escoamento e distribuição do produto final.

14 Nascido em Pedome a 7 de julho de 1862, faleceu em Riba de Ave a 23 de março de 1933, tendo sido condecorado em 1929 pela sua benemerência social e empreendedorismo industrial.

15 Formada uma Comissão para proceder à revisão do plano ferroviário nacional, um dos projetos propostos foi a Linha do Ave, que visava a ligação entre Guimarães e Braga, com cruzamento nas Taipas onde uma nova linha férrea partia de Caniços (Bairro) até à Linha do Tâmega, pela Póvoa de Lanhoso. In Gazeta dos Caminhos de Ferro, n.º 1145, ano de 1935.

Tratou-se, em todo o caso, de um fator primordial de fixação de pessoas ao território e de desenvolvimento da economia local, traduzindo-se no aparecimento de uma nova centralidade urbana, que afetou a paisagem, rompendo com novas artérias de ligação entre lugares, mais habitação, comércio e serviços, mas também o cuidado com arranjos urbanísticos e sítios aprazíveis denotando uma melhoria na qualidade de vida nestes espaços.

Não foi por mero acaso que junto das estações ferroviárias se embelezaram as novas artérias com passeios e jardins, mas sobretudo se estabeleceram pontos comerciais de interesse a quem viajava, como cafés, quiosques, barbeiros, floristas, sapateiros, frutarias, talhos, peixarias, padarias, e nalguns casos, farmácias – como a exemplo, em Nine, que atualmente permanece com a designação de “Farmácia da Estação”.



Empresa industrial “A Boa Reguladora”, 1896.
Fonte: Arquivo Fotográfico Digital do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado.



Serviços e comércio em frente à Estação de Nine, 1896.
Fonte: Arquivo Fotográfico Digital do Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado.

5. Evolução na paisagem

Como observamos anteriormente, a construção da estação ferroviária em Famalicão, na ligação por comboio entre Porto e Braga, induziu ao surgimento de uma nova centralidade para a Vila, suportada por acessibilidades alicerçadas de raiz e para as quais muito contribuiu a instalação de oficinas e fábricas, de estabelecimentos comerciais, mas sobretudo de habitações e acessibilidades.

A linha ferroviária sustinha assim uma relação de proximidade entre as freguesias do concelho por um lado, e entre municípios da região por outro, que foi evoluindo com o tempo e moldando o território (ARAGÃO, 1956). Esta premissa teve o seu começo desde logo no troço entre Lousado e Famalicão quando se projetou a via algaliada, ou seja, a dotação deste percurso de comboio em linha duplicada, com a via estreita (bitola métrica) assente dentro da via larga (bitola ibérica). Com esta solução, as ligações com outras linhas, nomeadamente a da Póvoa e a de Guimarães tornou-se viável, o mesmo é dizer que a ligação entre concelhos do vale do Ave era uma realidade.

Ora, este facto, foi preponderante na escolha deste território para a implementação de projetos industriais e comerciais, bem como de projetos de vida para as pessoas. E deste modo, a transformação da paisagem tornou-se muito vinculada, acelerando mesmo a um ritmo considerável, sobretudo a partir dos inícios do século XX (SILVA, 2004).

A condição de que a evolução dos caminhos-de-ferro iria caminhar lado a lado com os interesses das pessoas e com a evolução da paisagem (BRANDÃO, 1878), mais urbana e simultaneamente mais qualitativa pelo investimento rural igualmente verificado, ficou demonstrada também em meados deste mesmo século.

Por seu turno, no ano de 1947 renascia a CP – Comboios de Portugal, resultando da fusão das Companhias até aqui existentes no país, e assim possibilitando a integração de património e de estratégias articuladas entre a ferrovia e a rodovia. Com efeito, um novo pacote de obras foi assegurado com a reconstrução de estações e apeadeiros, renovação das linhas e investimento do material circulante, ostentando a disposição geográfica de Famalicão como determinante nó de comunicação entre regiões do noroeste peninsular.

Por altura do aparecimento da locomotiva a vapor em Inglaterra, recuando, por isso, 200 anos, a vila de Famalicão circunscrevia-se num raio de 2 km de distância entre as pouco mais de três centenas de habitações então existentes e ligadas entre si por ruas estreitas e muito movimentadas, servindo cerca de mil e quinhentos residentes.

Contudo, em meados do século XIX, quando se anunciava para breve a chegada do comboio a Portugal, rapidamente se percebeu a importância da vila como nó do tráfego urbano, não apenas na ligação da estrada real entre Porto e Braga como também adivinhando o impacto que uma futura via férrea entre estas duas cidades, iria desencadear em Famalicão.

Efetivamente, não tardou muito até se perceber a perspectiva do surto evolutivo que as linhas dos caminhos-de-ferro iriam causar e, conseqüentemente, a necessidade em exercer um rigoroso planeamento urbanístico, fruto das mudanças e transformações estruturantes que o território iria sofrer.

Concretizada a chegada do comboio a Famalicão, a modernidade da época apoderou-se da urbe, com a notória transformação nas proximidades do caminho-de-ferro, não apenas pela ligação entre capitais de distrito, mas também enquanto concelho que desempenhava um papel de charneira na ligação à Póvoa de Varzim e a Guimarães, irradiando ligações privilegiadas para todos os sentidos.

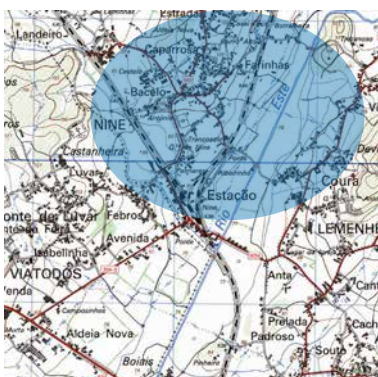
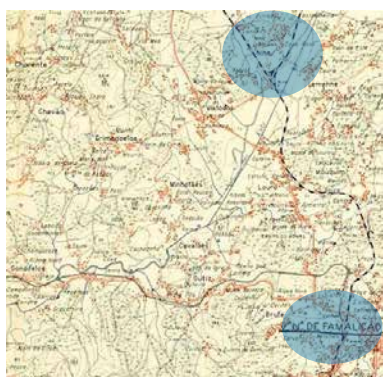
Em boa verdade, com o surgimento das linhas ferroviárias, as ruas deixaram de ser uma condição para serem um complemento aos traços de modernidade (ALVES, 1987). A evolução do território, em grande medida impulsionada pela travessia das linhas ferroviárias levou a um aumento exponencial de população, à instalação de mais empresas, traduzindo-se em mais emprego, melhores acessibilidades, e por consequência, evolução urbana.

A repercussão das linhas ferroviárias em Fimalicção foi de facto notável no domínio da indústria e do comércio, e basta uma observação atenta às antigas cartas militares – e aos reduzidos pontos negros que assinalam habitações ou outros edifícios – comparando-as com outras mais recentes, ou mesmo com fotos aéreas, para verificar o quanto a paisagem se modificou sob o impacto do aparecimento do comboio neste território, com fixação exponencial de habitações também mais visível junto das vias férreas.



1.

1. extrato de carta militar em Lousado (1890) em comparação com uma fotografia aérea dos inícios da década de 2000. Fonte DOGU-SIG, Município de Fimalicção.



2.

2. Extrato de carta militar no vetor Fimalicção – Nine – Gondifelos (1890) em comparação com extratos das cartas militares de Nine, à direita, e em baixo, entre Fimalicção e Gondifelos, nos anos 70 do século passado. Fonte DOGU-SIG, Município de Fimalicção.



3.7 Património histórico e cultural: génese, evolução e impacto das linhas ferroviárias em Vila Nova de Famalicção como fatores determinantes no crescimento e desenvolvimento territorial entre 1875 e 1977



3. Lugar de Caniços, em Bairro, com a sequência de extratos de carta militar de 1890 e de 1977, e foto aérea dos inícios da década de 2000, assinalando à esquerda a nova localização da Estação (100 m para nascente). Fonte DOGU-SIG, Município de Fomalim.



6. Impacto na comunidade

A reabilitação do antigo complexo oficinal de apoio à Linha de Guimarães em Museu Ferroviário, na freguesia de Lousado, constitui o melhor exemplo do impacto que o património ferroviário legou na comunidade fomalicense.

Em 1977, assim que terminou a circulação dos comboios a vapor/carvão, ganhou maior força a ideia de se elaborar um projeto de valorização e de dinamização que visava a preservação do património histórico ferroviário. O mentor da iniciativa foi Armando Ginestal Machado¹⁶, engenheiro e aficionado por este património, que em Lousado começou a juntar peças e materiais em desuso, oriundos das estruturas ferroviárias, num pequeno núcleo museológico contíguo à antiga estação.

¹⁶ Nasceu em Santarém, numa família dedicada ao republicanismo. O pai, António Ginestal Machado, foi Ministro da Instrução Pública antes de chegar a presidente do Ministério durante a 1.ª República. Frequentou o Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, onde estudou Engenharia. Após, iniciou a sua carreira na Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, colaborando com os aliados na organização dos transportes ferroviários durante a Segunda Guerra Mundial.

A partir da década de 1970, dedicou-se à preservação do património ferroviário em Portugal. Em 1979, por sua iniciativa, foram criadas as primeiras Secções Museológicas dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, em Lousado, Valença e Santarém. Faleceu em 1991. Dedicada a si nasceu a Fundação Museu Nacional Ferroviário, pelo Decreto-Lei n.º 38/2005 de 17 de fevereiro.

A perceção de possibilitar a visita ao Museu, como oferta cultural e educativa, tornou-se realidade com o encerramento das oficinas, transitando o pequeno núcleo para o complexo do lado oposto da Linha de Guimarães, após o projeto arquitetónico de reabilitação dos espaços edificados.

Depois da sua inauguração e abertura ao público a 18 de maio de 1980, Dia Internacional dos Museus, foi a vez de pensar nas oficinas de Nine, tentando criar-se uma estrutura com semelhante dinâmica. Todavia, isso não veio a acontecer embora tenha sido preservado todo o material circulante ali existente, beneficiando a antiga cocheira de obras de restauro. Ambas existem hoje como memória viva de inúmeras vivências, fazendo parte da identidade das respetivas comunidades e marca indelével do território de Vila Nova de Famalicão.

Contudo, o impacto criado na comunidade em geral era bem maior em tempos mais recuados. Bastará recordar que a estação de caminhos-de-ferro estava dotada de telefone público e de serviço postal, aqui ocorrendo muitos cidadãos, que inclusivamente, apresentavam reclamações pelos atrasos, e por mais comboios. Entre as décadas de 20 e 30 do século passado, foram inúmeras as reclamações por comboios suprimidos pelas Companhias que justificavam a medida como indispensável para equilibrar contas, causando por um lado, embaraço e protesto, e contribuindo, por outro, para o aumento da concorrência para as “camionetas”.

Recuar no passado e pensar no impacto que o comboio produziu nos cidadãos é também recordar as viagens de comboio para a praia, na Póvoa de Varzim, e para o cinema ou teatro, no Porto, ao domingo, que outros não conseguiam usufruir por não disporem de comboio. Mas também como meio de transporte para o trabalho ou para a escola, tal como hoje continua a suceder, com as múltiplas vantagens e benefícios, sendo mais económico, rápido, confortável, seguro e amigo do ambiente.

Estes exemplos comprovam que não podemos dissociar o nascimento ou desenvolvimento das urbanizações com a implantação das linhas ferroviárias. A construção de vilas e cidades por onde passam estas linhas, ficaram profundamente marcadas por estas e de facto, sobretudo a partir de meados do século XX, os planos de urbanização são elaborados sob o efeito que direta ou indiretamente exerce a presença ou a existência do caminho-de-ferro.

Com o passar do tempo, emergiram sempre conceitos inovadores pensando nas estruturas urbanísticas de forma a servir as populações e a cidadania ativa numa correlação indispensável entre soluções arquitetónicas, território e paisagem.

Atualmente, a evolução dos centros urbanos como os vemos, convencionaram-se em ruturas com o espaço construído, mas também na identidade com o passado, moldado de pessoas para pessoas.

Pode concluir-se com perseverança que há um “antes” e um “depois” nas localidades onde o comboio é uma realidade e faz parte integrante de uma identidade.

Considerações Finais

Através do presente artigo procuramos traçar as linhas gerais de uma temática absorvente no âmbito do património ferroviário nacional, designadamente da história dos “caminhos-de-ferro” em Vila Nova de Famalicão.

Embora limitados pelo espaço disponível nesta publicação, na abordagem aos itens tratados, transparece o reconhecimento de que os títulos podem ser desenvolvidos cada um por si com o mesmo rigor científico, mas também com maior expansão e envolvimento.

Por agora, importou revelar os principais factos e acontecimentos que a chegada do comboio trouxe a este território, como fator determinante na fixação de pessoas e de empresas, na circulação de bens e produtos, tal como na transformação da paisagem.

O contributo deste apontamento historiográfico, certamente reforçará memórias e deixará expectativas para saber mais acerca desta importante temática, algo que cuidaremos em próximas oportunidades, assimilando outros contributos e revelando as memórias vivas de que se encontram reunidas nos trabalhos de investigação desenvolvidos ultimamente pelo Museu em Lousado e espalhadas um pouco por todo o concelho, por quem de forma direta ou indireta possui ligações à ferrovia, sendo detentores de um património imaterial digno de ser registado e revelado.

Procuramos assim caracterizar as relações entre património, comboio, paisagem urbana e comunidade, com relevância para o aparecimento das linhas ferroviárias e o conseqüente impacto na dimensão urbana em Vila Nova de Famalicão.

A reflexão que o presente trabalho pode suscitar, permite enquadrar a envolvimento da relação do território famalicense com a ferrovia e obter linhas de pensamento sobre próximos artigos de opinião e de investigação. Conclui-se que a dimensão dos procedimentos de instalação, ampliação, alteração e renovação das estruturas ferroviárias, bem como das acessibilidades, foram processos fundamentais na definição e na transformação do território com vista a servir a comunidade e dotá-la de melhor qualidade de vida.

Fontes consultadas

- ALEGRIA, Maria Fernanda (1999) – A questão ferroviária – Vol. 2 – Para a história do Caminho de Ferro em Portugal – O tráfego de passageiros e mercadorias; Estudos Ferroviários II, Lisboa.
- ALVES, Rui Vaz (1987) – O Comboio na Cidade, ISCTE, Lisboa.
- ARAGÃO, Frederico de Quadros (1956) – Caminhos de ferro portugueses. Esboço da sua história, edição da CP.
- BRANDÃO, Francisco Sousa (1878) – A rede dos caminhos de ferro em Portugal. «ROPM», Lisboa.
- CARVALHO, Jorge (2003) – Ordenar a Cidade, 1.ª edição, Coimbra.
- DIAS, João José Pereira (1881) – Memória acerca dos caminhos de ferro no distrito de Braga, Lisboa.
- GAIO, Eduardo Frutuoso (1957) – Apontamentos da história dos caminhos de ferro em Portugal, Sintra.
- PINHEIRO, Magda de Avelar (1999) – A questão ferroviária – Vol. 2 – Para a história do caminho de Ferro em Portugal – A construção dos caminhos-de-ferro e a encomenda de produtos industriais em Portugal (1872-1961); Estudos Ferroviários II, Lisboa.
- PORTAS, Nuno (1986) – Modelo territorial e intervenção no Médio Ave, Porto.
- SILVA, Casimiro; SILVA, Samuel (2004) – Memórias do comboio de Guimarães, Ideal, Guimarães.
- TEIXEIRA, Jorge (1938) – Origens, fundação e evolução da CP, Lisboa.
- Arquivo fotográfico digital – Gestão partilhada, Rede de Museus/Museu Nacional Ferroviário – Núcleo de Lousado.
- Famalicão ID – património – Arquivo Fotográfico e Documental, Portal famalicao.id.org.
- Inquérito Industrial – Inquéritos entre 1890 e 1911, Direção Geral do Comércio e Indústria, Imprensa Nacional, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística – Recenseamentos e Estatísticas Demográficas – Dados e resultados finais, portal ine.pt.
- Jornal “A Gazeta de Famalicão” – Artigos publicados entre 1884 e 1919.
- Jornal “A Gazeta do Minho” – Artigos publicados entre 1892 e 1898.
- Jornal “Estrela do Minho” – Artigos publicados entre 1897 e 1950.
- Jornal “Estrela da Manhã” – Semanário, entre 1961 e 1977.
- Jornal “Famalicense” – Artigos publicados entre 1894 e 1914.
- Jornal “O Lusitano” – Artigos publicados entre 1900 e 1902.
- Jornal “O Porvir” – Artigos publicados entre 1895 e 1914.
- Jornal “O Regenerador” – Artigos publicados entre 1899 e 1910.
- Boletim da CP – vários números entre maio de 1929 e dezembro de 1964.
- Revista “Gazeta dos Caminhos de Ferro” – vários números entre 1902 e 1971.

3.8 Guia de Fundos do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

→ Luísa Alvim

Resumo

Este trabalho apresenta o Guia de Fundos e coleções do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão, pela primeira vez organizado e editado, com o objetivo de contribuir para o conhecimento da história administrativa e biográfica, assim como a história custodial e arquivística, dos seus fundos e coleções. A criação deste *Guia* fornece a descrição geral do acervo, sendo um contributo para a passagem do Arquivo de uma função custodial e técnica para uma nova etapa que valoriza o paradigma comunicativo, proporcionando aos cidadãos e investigadores uma visão clara e concisa do seu conteúdo. Quanto ao método de trabalho, reuniu-se e analisou-se informações sobre os fundos, tendo sido consultados uma variedade

de fontes bibliográficas. Criaram-se informações de acesso a cada fundo, apresentados no capítulo dos resultados, intitulado – Guia de Fundos, com a descrição do âmbito e conteúdo, o sistema de organização, as condições de acesso e reprodução, os idiomas, as características físicas, localização, fontes e bibliografia, entre outros. Conclui-se que o Arquivo Municipal, com a apresentação deste guia, contribui para a transparência, demonstrando a todos os cidadãos e investigadores como os documentos e processos arquivísticos históricos foram tratados e disponibilizados *online*, e permitindo que a investigação, sobre a história da região de Vila Nova de Famalicão seja mais tangível e enriquecida com fontes históricas acessíveis a todos.

Introdução

A tradicional visão custodial e jurídica-administrativa sobre os arquivos, enquanto locais de acesso restrito sucede, fruto dos progressos da ciência histórica e do crescente gosto do público por esta disciplina, a uma progressiva abertura à investigação. A mediação da informação constitui-se como elemento central na transição entre a visão tradicional custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista e a visão pós-custodial, informacional e científica (Silva, 2010) que hoje opera nas práticas arquivísticas.

O conceito de utilizador dos arquivos tende a aproximar-se do conceito de cliente, que cumpre satisfazer por meio do desenvolvimento e disponibilização de serviços adaptados às suas necessidades. A afirmação do direito de acesso dos cidadãos à informação potencia esta missão, num período cada vez mais pautado pela aposta na disponibilização de conteúdos em ambientes digitais e na consulta não mediada (Silva, 2009).

O Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMAS), cujo patrono é Alberto Sampaio, cumpre as suas funções em assegurar a aquisição, conservação, organização e a comunicação da documentação à sua guarda. Sendo que esta última tarefa constitui uma função primordial do arquivo – a comunicabilidade – que consiste em facultar aos utilizadores, atuais ou potenciais, informações, referências e documentos de que dispõe. Assim, numa mudança de postura epistemológica fundamental, o AMAS apresenta pela primeira vez o *Guia de Fundos* e *coleções*, que tem como principal objetivo orientar e comunicar informações e requisitos, sem a necessidade de assistência técnica, dando conhecimento e orientando o utilizador sobre o âmbito, conteúdo e datação do património arquivístico, entre outras informações mais precisas.

Este trabalho apresenta a primeira edição do *Guia de Fundos* do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão valorizando a função de difusão do conhecimento do seu acervo

documental de valor histórico, promovendo a criação do catálogo *online*, com os fundos e coleções existentes, validado por um software que permite a consulta da descrição arquivística, das autoridades e das imagens digitais dos documentos históricos.

Caraterização do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

O Arquivo Municipal iniciou as suas funções em 1836 com a instauração do concelho e da câmara municipal. O documento mais antigo do acervo pertence ao Fundo Colegiada de São Tiago de Antas, do século XV, que faz parte de uma série de pergaminhos.

Quanto à estrutura administrativa, o arquivo municipal enquadra-se na Divisão de Bibliotecas e Arquivos, serviço que está integrado organicamente no Departamento de Desenvolvimento Social, da Direção Geral Municipal da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Atualmente, o arquivo possui cerca de treze funcionários, inseridos em grupos de trabalho e serviços técnicos, encontrando-se instalado em dois edifícios, localizados em diferentes partes do concelho: na cidade, na Rua Adriano Pinto Basto (arquivo administrativo e arquivo histórico); e no espaço comercial Lago Discount, na freguesia de Ribeirão (arquivo intermédio).

Conforme estipula o Regulamento da Rede de Equipamentos de Leitura e Arquivo (2021), as principais missões do Arquivo Municipal Alberto Sampaio direcionam-se para a promoção, salvaguarda, valorização, divulgação, acesso e fruição do património arquivístico do Município de Vila Nova de Famalicão. Assim, compete ao arquivo municipal gerir de forma integrada os arquivos municipais, assegurando o acesso em condições de segurança e rapidez; identificar os fundos arquivísticos públicos ou privados, quaisquer que seja o seu suporte, com interesse histórico para o Município de Vila Nova de Famalicão e encorajar e promover a sua transferência para o arquivo municipal;

promover e apoiar ações de estudo, investigação e divulgação da documentação existente nos arquivos; propor e desenvolver programas de promoção do arquivo, que potenciem a sua função cultural e educativa promovendo a formação de novos públicos e a promoção dos seus fundos e assegurar a divulgação e disponibilização dos fundos existentes.

O AMAS é detentor de um acervo documental bastante diversificado, desde o século XV até à atualidade, constituído por fundos e coleções de documentação de natureza gráfica e textual, cartográfica, arquitetónica e fotográfica. Desta forma, a estrutura do quadro de classificação documental, onde se organiza o acervo do arquivo, reflete essa mesma diversidade de conjuntos documentais, de proveniência interna e externa, referentes ao município e região de V.N. de Famalicão.

Tratando-se de um serviço municipal, o arquivo tem como principal responsabilidade a gestão da documentação pública, sendo que o conjunto documental mais representativo consiste no fundo da *Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, onde se integra toda a documentação produzida e preservada por esta entidade, relativa ao seu âmbito de competências e ao conjunto de atividades desenvolvidas ao longo da sua história. De forma complementar a este fundo, o Arquivo detém igualmente documentação associada, como os fundos da *Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão*, *Câmara do Couto de Landim*, *Junta de Paróquia de Antas*, *Junta de Paróquia de Lagoa* e *Junta Escolar do concelho*. Quanto a Arquivos Judiciais, possuiu os fundos *Juízos de Paz de freguesias de Fradelos e Vermoim*, *Oliveira de Santa Maria*, *Ruivães*, *São Miguel das Aves*, *São Tiago de Antas* e *Tribunal do Trabalho de Vila Nova de Famalicão*. Os Arquivos Privados estão reunidos em: *Confrarias (Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz, Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro, Confraria de Nossa Senhora do Rosário*

da freguesia de Pedome); *Colegiadas (Colegiada de São Tiago de Antas)*; *Arquivos Pessoais (Alberto Sampaio, Joaquim José Sousa Fernandes, Daniel Rodrigues, José de Azevedo e Menezes)*; *Arquivos de Família (Casa de Pindela)*; *Arquivos de Associações, Coletividades e Comissões (Rotary Club de Vila Nova Famalicão, Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão, Comissão de Homenagem a Camilo Castelo Branco)* e *Arquivos de Empresas (A Boa Reguladora)*. Em paralelo, o Arquivo possui Coleções, provenientes de entidades particulares e coletivas, que demonstram a evolução da cidade, em todos os seus aspetos e perspetivas, retratando factos e eventos, desde finais do século XIX até à atualidade, como é possível constatar na documentação fotográfica *Sousa Cristino, Humberto Fonseca e Coleção de Fotografia*, assim como na *Coleção de Postais*, que revelam a evolução arquitetónica e o crescimento urbanístico da cidade, o desenvolvimento económico, entre outros, desde o século XIX até ao século XX.

Os instrumentos de pesquisa existentes são o *Guia de Fundos*, *Inventários* e o *Catálogo online*. O horário de funcionamento do Arquivo ao público é de 2.ª a 5.ª feira das 9h30 às 17h30 e 6.ª feira das 9h30 às 11h30. O acesso às instalações do Arquivo é livre e gratuito, para todos os cidadãos, bem como o acesso à documentação em formato digital, disponível no sítio web do arquivo, mediante pesquisa. O acesso à sala de leitura, para consulta de documentação, efetua-se através de pedido, de forma presencial ou por agendamento prévio, sendo que a documentação com restrições de acesso e de utilização, por motivos legais, contratuais ou de conservação, está sujeita a acesso condicionado ou proibido. Quanto ao acesso às instalações do Arquivo, pode ser efetuado através de transportes públicos e privados, de acordo com as diversas localizações na cidade.

O Arquivo Municipal presta serviços de apoio à investigação, à pesquisa de informação

e à consulta da documentação, nomeadamente, através de: equipa técnica de suporte; biblioteca de apoio; equipamento informático para visualização de registos descritivos e de documentação disponível em formato digital e disponibiliza serviços de reprodução da documentação, em formato digital, mediante o pagamento de taxas associadas, de acordo com as tabelas de preços e de taxas municipais em vigor. Este serviço dispõe de área de serviço público, de utilização livre, nas suas instalações, nomeadamente: atendimento informativo; acesso a exposições temáticas; organização de visitas guiadas; acesso a instalações sanitárias.

No âmbito das suas atuais competências e responsabilidades, o Arquivo presta serviços técnicos especializados, de apoio à gestão da documentação e da informação do município, designadamente: conservação de documentação de diversas tipologias e suportes documentais; digitalização de documentação e transferência de suporte, numa estratégia de preservação e de divulgação; avaliação, seleção e eliminação de documentação produzida pelos serviços municipais, de acordo com a legislação em vigor; análise e recolha de conjuntos documentais relativos à memória da cidade e do concelho, de acordo com critérios legais e de relevância do conteúdo; disponibilização do catálogo *online* (<https://www.arquivoalbertosampaio.org/>); organização de exposições temáticas, com base na documentação de arquivo; organização de visitas guiadas e de serviço educativo, de forma a divulgar o arquivo e o acervo documental, direcionado para todos os públicos e apoio à investigação.

Metodologia

No que se refere à metodologia e técnicas utilizadas na organização deste Guia de Fundos, em primeiro lugar, diferenciaram-se os fundos e coleções em três classes: Arquivos Públicos, Arquivos Judiciais e Arquivos Privados (Confrarias, Colegiadas, Pessoais, Família, Associações e Coletividades, Empresas e Coleções). Dentro

de cada classe descrevem-se sucintamente cada um dos fundos e/ou coleções.

Previamente, para tornar um fundo e uma coleção acessíveis para pesquisa, reuniram-se e analisaram-se informações sobre eles, organizaram-se os materiais numa ordem e criaram-se recursos de localização apropriados para que o utilizador possa identificar e localizar materiais relevantes e disponíveis para pesquisa. Por fim, criaram-se recursos de localização para fornecer acesso aos fundos e às coleções. Para organizar fisicamente os materiais de forma adequada e reunir a documentação necessária para criar meios de busca apropriados, o arquivista consultou uma variedade de fontes externas e estudou cuidadosamente o conteúdo. As informações de acesso incluem: a história administrativa/biográfica, a história custodial e arquivística, o âmbito e conteúdo, o sistema de organização, as condições de acesso e reprodução, os idiomas, as características físicas, localização, fontes e bibliografia, entre outras. A apresentação dos fundos seguiu as regras da ISAD (G) (2008) e da ODA (2011).

Resultados – Guia de Fundos

Neste capítulo apresentam-se de forma sucinta todos os fundos e coleções do AMAS, no formato de Guia de Fundos, estruturado em três classes por tipologia de arquivos: 1. Arquivos Públicos, 2. Arquivos Judiciais e 3. Arquivos Privados (Confrarias; Colegiadas; Pessoais; Família; Associações, Coletividades e Comissões; Empresas e Coleções).

1. ARQUIVOS PÚBLICOS

1.1 Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CMVNF.
- **Título** Fundo Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1685-2024.
- **Nível de descrição** Fundo.

- **Dimensão e suporte** Em avaliação e organização; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** O arquivo da Câmara Municipal de Famalicão é composto por documentação desde 1685, já que em meados do século XIX, foram copiados vários aforamentos de terrenos feitos pela Câmara de Barcelos, e engloba documentação de todos os serviços municipais, além de outras estruturas que a legislação municipal foi criando ao longo dos anos como, por exemplo o Senado Municipal, durante a Primeira República, o Conselho Municipal, recriação do Estado Novo, em moldes diferentes, de um organismo da Monarquia Constitucional, a Comissão Concelhia da Administração dos Bens do Estado, aparecida na sequência da Lei da Separação, e várias comissões municipais (de Higiene, do Recenseamento Militar, do Recenseamento Eleitoral, do Recenseamento do Júri da Comarca, etc.). Este sistema de informação abrange documentos relativos aos órgãos do município, serviços administrativos, património, serviços financeiros, impostos, eleições, funções militares, segurança pública, justiça, controlo das atividades económicas, urbanismo, obras municipais, serviços urbanos, saúde e assistência, educação e cultura.
- **História custodial e arquivística** Os incêndios, em abril e maio de 1952, destruíram o edifício onde funcionavam os Paços do Concelho desde 1881. O arquivo municipal sofreu uma enorme destruição, prolongada por anos sucessivos de incúria na preservação dos documentos. A partir de 1 de julho de 1983, recolheu-se e organizou-se a documentação que viria a integrar o Arquivo Municipal, sendo instalado nos antigos Paços do Concelho, onde o historiador Vasco de Carvalho e a listagem de obras aprovada pela Câmara e autorizada pelo Ministério das Obras Públicas, nos anos de 1946-1949, já

tinha preconizado. A organização do arquivo iniciada em 1983 abrangeu apenas o arquivo histórico e, em fevereiro de 1984, o arquivo intermédio foi anexado ao esforço de criação do sistema de arquivo da Câmara Municipal.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Documentação produzida e acumulada, no âmbito das atividades e das competências de gestão autárquica exercidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Sistema de organização** Orgânica e funcional. Ordenação numérica. Digitalizado parcialmente.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** O acesso às instalações do Arquivo Municipal é livre e gratuito, para todos os cidadãos, bem como o acesso à documentação em formato digital, disponível no sítio web do arquivo. O acesso à sala de leitura, para consulta de documentação, efetua-se através de pedido, de forma presencial ou por agendamento prévio, mediante a apresentação de documento de identificação válido, sendo que a documentação com restrições de acesso e de utilização, por motivos legais, contratuais ou de conservação, está sujeita a acesso condicionado ou proibido.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, António Joaquim. (2015). As primeiras décadas do município. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 34-102). Câmara Municipal V. N. Famalicão.

1.2 Câmara do Couto de Landim

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CCL.
- **Título** Câmara do Couto de Landim.
- **Data(s)** 1775-1836.
- **Nível de descrição** Fundo.

- **Dimensão e suporte** 5 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara do Couto de Landim.
- **História administrativa/biográfica** O couto de Landim deve ter sido estabelecido entre 1093 e 1096, aquando da construção do Mosteiro de Landim, dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, localizado na freguesia de Landim. Este mosteiro é dos primórdios da nacionalidade, tendo seu senhorio jurisdicional sobre os povos que habitavam o couto, até à data da extinção do mosteiro, em 1770, com a lei do Marquês do Pombal. A maior parte das propriedades situavam-se nas freguesias que integram o Couto e o Julgado de Vermoim. Quando a situação coutal terminou em 1790, pela lei de 19 de julho, que retirou os direitos aos antigos donatários, extinguiu coutos, etc., permitiu a organização e constituição de comarcas nos lugares dos coutos extintos, devendo ter sido criado nessa data o Concelho de Landim. Em virtude da divisão administrativa e judicial do reino de Portugal, pelas leis de 9 fevereiro de 1834, 28 de fevereiro, 21 de março, 18 de julho e 7 de agosto 1835, desaparece o concelho de Landim e surge o de V. N. de Famalicão, a 28 de novembro com a primeira reunião camarária. O Concelho de Landim ainda perdurou em serviços, após 31 de dezembro de 1835, relativos às receitas dos foros, taxas de vinho e matadouro, e em despesas com Expostos, não tendo poderes judiciais nem atuação administrativa. As contas finais foram comprovadas a 31 de dezembro de 1836, e extinguiu-se este concelho.
- **História custodial e arquivística** O Fundo da Câmara do Couto de Landim foi incorporado na Câmara Municipal de Famalicão, depois de 31 de dezembro de 1836. Provavelmente a maioria dos documentos do fundo arderam no incêndio do Paços do Concelho de V. N. de Famalicão em 1952. Antes deste acontecimento, Vasco de Carvalho, em 1942, tinha inventariado 22 documentos deste fundo, referenciados no livro *Aspectos de Vila Nova – Justiça*, mas não constam os cinco livros de tombos que atualmente existem.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Documentação produzida entre 1775 e 1836, no âmbito das atividades exercidas pela Câmara do Couto de Landim. Inclui documentação relativa aos tombos de bens e prazos do Couto de Landim.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Carvalho, V. (1947). *Aspectos de Vila Nova – Justiça*. V.N. Famalicão: Ed. autor.
Castro, M. Fátima (2005). O Couto de Landim: notas sobre a sua origem. In *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições.

1.3 Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/ACVNF.
- **Título** Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1851-1935.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 323 unidades de instalação; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Administração do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A história dos administradores do concelho de Vila Nova de Famalicão está marcada pelo papel

preponderante que o primeiro administrador, Francisco Jerónimo de Vasconcelos e Castro, teve na criação do novo concelho de Vila Nova de Famalicão, pondo termo à luta pela autonomia em relação a Barcelos que já durava, pelo menos, desde meados do século XVIII. Os administradores do concelho, além das suas vastíssimas competências, tinham um privilégio vertido no artigo 97, do Código Administrativo de 1842, que determinava que “o administrador do concelho tem entrada e voto consultivo em todas as sessões da Câmara, ou esta delibere só ou com o Conselho Municipal, e toma assento ao lado esquerdo do Presidente”. Os administradores dos concelhos foram criados pelos decretos de 25 de abril e 18 de julho de 1835. As administrações dos concelhos foram extintas pelo decreto n.º 14.812, de 31 de dezembro de 1927, mantendo-se a figura do administrador do concelho até à publicação do Código Administrativo de 1936. Em fevereiro de 1928, surgiu o decreto que completou aquela extinção, com a faculdade de as Câmaras Municipais poderem criar Secções Administrativas nas quais seriam tratados os assuntos adstritos aos antigos administradores. Com o Código de 1936 foram igualmente extintas estas Secções Administrativas, embora surgissem em 1937 os Serviços Administrativos, mas estes já na dependência do Vice-Presidente da Câmara que tinha herdado as funções policiais dos antigos administradores do concelho.

- **História custodial e arquivística** O arquivo da Administração do Concelho possui documentação que reflete as suas funções de natureza policial e de controlo de diversas atividades, desde o recenseamento e recrutamento militar ao registo de passaportes, passando pela tutela das contas de juntas de paróquia e confrarias.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** O Fundo está organizado por secções Serviços Administrativos, Serviço Militar, Segurança Pública, Fiscalização de Corporações Religiosas, Assistência Social e Controlo de Atividades Económicas.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Faria, D. (2015). O Município na monarquia constitucional e na primeira República. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (v.1, 18-29). Câmara Municipal V.N. Famalicão.

1.4 Projeto do Novo Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal, etc. da CMVNF – Januário Godinho

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JG/PNEPCT.
- **Título** Projeto do Novo Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal, etc. da CMVNF – Januário Godinho.
- **Data(s)** 1944-2011.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 246 documentos; papel e metal.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão; Arquiteto Januário Godinho.
- **História administrativa/biográfica** Januário Godinho foi um arquiteto português nascido em 1910, em Ovar, e falecido em 1990. Estudou na Escola Superior de Belas Artes do Porto, entre 1925 e 1930, tendo obtido o diploma com o estudo para o Hotel do

Parque-Vidago em 1941, onde começa a esboçar algumas das preocupações que o perseguem ao longo da sua carreira, como a leitura e interpretação do lugar, o ritual dos acessos, a relação entre paisagem e espaço interior e a criteriosa escolha de materiais. Inicia o seu período de estágio na década de 1930, em colaboração com o arquiteto portuense Rogério de Azevedo, participando ativamente no desenvolvimento do seu trabalho, entre o modernismo e a aproximação que faz ao regionalismo. As suas principais obras são: Mercado do Peixe de Massarelos, Porto (1932); pousadas realizadas para a Hidroelétrica do Cávado (1949-1959), para Vila Nova, Salamonde, Sidroz e Pisões; Casa Afonso Barbosa, Famalicão (1941); Edifício dos Paços do Concelho, Tribunal e Finanças de V.N de Famalicão; a Sede da Hidroelétrica, Porto (1953); Palácios da Justiça de Tomar (1951), de Vila do Conde (1953), de Ovar (1960) e de Lisboa (1960), em coautoria com João Andersen; Edifício Calouste Gulbenkian no LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa (1961), Planos de Urbanização de Coimbra (1968) e de Amarante (1965).

- **História custodial e arquivística** O Projecto Novo Edifício dos Paços de Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão do arquiteto Januário Godinho, com datas de produção entre 1952-1974, depositado na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, constitui um testemunho notável da obra deste arquiteto.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** As peças que compõem o arquivo apresentavam-se dispersas por vários departamentos do município, estavam parcialmente compiladas por temas e separados em dossiers. Procedeu-se a uma reorganização do projeto e peças acessórias, de acordo com a organização original do processo. A organização compõem-se de séries

e ao nível da série e o critério de ordenação é numérico. As séries referem-se ao mobiliário, pormenores de arquitetura, concursos de fornecimento, concursos públicos diversos, correspondência.

- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, sítio Web <https://projetojanuariogodinho.wordpress.com/>.
- **Fontes e bibliografia**
Tsou, A.; Silva, A. J.; Almeida, J.; Alvim, L. (2019). A Organização de um projeto de arquitetura com valor histórico: O caso do Novo edifício dos Paços do Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão. In *ICAA2019 – International Congress on Architectural Archives*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70577/3/ICAA_2019_Proceedings_abr21.pdf.
Tsou, A. (2016). *Arquitetura Moderna: A obra de Januário Godinho em Vila Nova de Famalicão*. CEAA. <http://hdl.handle.net/10174/27665>.

1.5 Junta de Paróquia de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPA.
- **Título** Junta de Paróquia de Antas.
- **Data(s)** 1878-1895.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** As Juntas de Freguesia têm a sua origem nas freguesias religiosas, conhecidas por Juntas de Paróquia. A sua instituição data de 1830, tendo

sido decretado que em cada Paróquia passa a integrar uma Junta nomeada pelos vizinhos da Paróquia, encarregue de promover e administrar os negócios de interesse local. Além dos membros nomeados em função do número de fogos, a Junta era composta por um secretário que servia como escrivão do regedor. As funções do Regedor de Paróquia eram vastas e distintas, competia-lhe fazer auto de todas as transgressões das posturas municipais, manter a ordem pública, evitando tumultos ou motins, recolher as crianças abandonadas e remetê-las à Roda dos Enjeitados do Concelho, vigiar estalagens e tabernas e adotar medidas de saúde pública, entre outras competências que visavam a boa governação da paróquia junto das restantes autoridades administrativas. À Junta de Paróquia competia cuidar e reparar a Igreja, cuidar das despesas do culto, administrar rendimentos ou esmolas, conservar um registo dos casamentos, nascimentos e óbitos, para além de outras funções que lhes eram atribuídas consoante se estavam situadas ou não dentro das cidades e vilas ou nos arredores. Embora tenham sido extintas pelo Decreto de 16 de maio de 1832, as Juntas de Paróquia voltaram a ser autorizadas pela Lei de 25 de Abril de 1835, cujas atribuições foram instituídas pelo Decreto de 18 de julho do mesmo ano, passando então a existir em cada Junta de Paróquia um Comissário. O código Administrativo de 1842 e seguintes mantêm na generalidade as mesmas funções do Regedor e da Junta de Paróquia, mas esta passa a integrar um Pároco. Embora com algumas interrupções, a figura do pároco manteve-se até à implantação da República.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Faz parte deste fundo um livro de Recibos da Junta de Paróquia, do ano de 1878 a 1895.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.

- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Santos, J.A. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.

1.6 Junta de Paróquia de Lagoa

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPL.
- **Título** Junta de Paróquia de Lagoa.
- **Data(s)** 1878-1895.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Junta de Paróquia de Antas.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Faz parte deste fundo um livro de Receita e Despesa da Junta de Paróquia, do ano de 1878 a 1895.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Santos, J.A. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.

1.7 Junta Escolar do concelho de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JEVNF.
- **Título** Junta Escolar do Concelho de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1835-1884.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 2 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Ministério da Instrução Pública. Junta Escolar de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Em 1870, é extinta a Direção-Geral da Instrução Pública que integrava o Ministério do Reino e criou-se, para tratar dos assuntos da educação, o Ministério da Instrução Pública. António da Costa (de Macedo), primeiro-ministro da Instrução Pública, durante os seus escassos 69 dias de governo elabora a reforma da instrução primária pelo Decreto de 16 de agosto de 1870. A preocupação principal era a descentralização do ensino primário e a entrega às câmaras as escolas primárias. Cada câmara nomeava uma junta escolar composta por três vogais, escolhidos entre os vereadores ou outros cidadãos que coadjuvavam as câmaras no exercício das suas funções, que incluíam a nomeação de professores. As juntas escolares viriam, mais tarde, pelo Decreto n.º 5787-A, de maio de 1919, a adquirir maior relevância administrativa e legal. A administração das escolas primárias e a assistência dos alunos competia, dentro de cada concelho, a uma junta escolar. Era constituída pelos vereadores da Fazenda e da Instrução da câmara municipal, por um representante das juntas de freguesia do concelho, por três professores do ensino primário eleitos pelos professores do concelho, pelo inspetor do círculo ou seu delegado e pelo secretário de finanças do concelho. As atribuições das juntas escolares eram vastas: elaboração do orçamento anual do

ensino primário do concelho; construção de edifícios; aquisição de material didático; pagamento de vencimentos de professores; assistência aos alunos necessitados e criação de cursos noturnos e dominicais. As juntas escolares foram extintas pelo Decreto n.º 10776 de 19 de maio de 1926.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo é composto por: Secção A Serviços Administrativos – Expediente (1 livro) e Série Registos de escrituras (1 livro).
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da Reforma Pombalina à 1.ª República*. Assírio e Alvim.

2. ARQUIVOS JUDICIAIS

2.1 Juízo de Paz das freguesias de Fradelos e Vermoim

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPFV
- **Título** Juízo de Paz das freguesias de Fradelos e Vermoim.
- **Data(s)** 1835.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A Carta Constitucional de 1826 introduziu os tribunais ou julgados de paz, essencialmente

destinados a tentarem a conciliação entre pessoas desavindas, para evitar que se envolvessem em questões judiciais a que pelas demoras, gastos e outros incómodos que acarretam, que só se deviam recorrer depois de esgotada a possibilidade de uma solução pacífica. Aos Juizes de Paz cabiam inúmeras e importantes tarefas inerentes à sua condição de apaziguadores e garantes da paz e tranquilidade públicas. Tinham de conciliar e compor as partes, separar e apaziguar ajuntamentos e motins, obrigar vadios, mendigos, turbulentos, bêbados e meretrizes a assinarem termo de bem viver, mandar fazer exame em casos de morte, ferimento e agressão física, informar o Juiz dos Órfãos ou o Juiz de Direito sobre quem eram os órfãos, que bens possuíam, quem havia falecido, com ou sem testamento, com ou sem herdeiros.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pela Certidão do Registo das Conciliações.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.2 Juízo de Paz da freguesia de Santa Maria de Oliveira

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSMO.

- **Título** Juízo de Paz da freguesia de Santa Maria de Oliveira.
- **Data(s)** 1834 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 2 livros; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro das Conciliações de 1834 a 1835 e pelo Registo das Conciliações datado de 1835 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.3 Juízo de Paz da freguesia de Ruivães

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPR.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de Ruivães.
- **Data(s)** 1835 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro das Conciliações de 1835 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.4 Juízo de Paz da freguesia de São Miguel das Aves

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSMA.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de São Miguel das Aves.
- **Data(s)** 1834 a 1836.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **História custodial e arquivística** A freguesia de São Miguel das Aves pertenceu, inicialmente, ao concelho de Vila Nova de Famalicão. Carvalho da Costa chama-lhe “São Miguel de Entre Ambas as Aves”, registando como sua anexa, a freguesia de São Salvador do Campo, ambas no termo de Barcelos. Pertence à diocese de Braga. Atualmente é Vila das Aves, Santo Tirso.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.

- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Livro do Registo das Conciliações de 1834 a 1836.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga*. Estudo e inventário. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.5 Juízo de Paz da freguesia de São Tiago de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JPSTA.
- **Título** Juízo de Paz da freguesia de São Tiago de Antas.
- **Data(s)** 1872.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Julgado de Paz de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** Ver Juízo de Paz das freg. de Fradelos e Vermoim.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é constituído pelo Registo das Conciliações de 1872.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta

o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.

- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e inventário*. Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho.

2.6 Tribunal de Trabalho de Braga 3.º Vara – Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/TTB-VNF.
- **Título** Tribunal de Trabalho de Braga 3.º Vara – Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1968-1983.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 60 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Círculo Judicial de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Autos de execução e Autos de Transgressão.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, com algumas restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3. ARQUIVOS PRIVADOS

3.1 Confrarias

3.1.1 Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CACST.
- **Título** Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz.
- **Data(s)** 1873 a 1898.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria das Almas da freguesia de São Tiago da Cruz.
- **História administrativa/biográfica** Em Portugal as confrarias assumiram a forma de associação voluntária em que se agrupavam os irmãos para um auxílio mútuo, tanto no material como no espiritual. O surto da criação das confrarias teve lugar a partir do séc. XII e XIII, mas foi após o Concílio de Trento (1545 a 1563) que estas sofreram um incremento. As autoridades eclesiásticas desenvolveram esforços através do incentivo e até da pressão para instituir as confrarias mais úteis aos objetivos da Reforma católica. Coube ao Concílio de Trento definir com rigor as suas competências. Foi a partir deste que tomou corpo a divisão das confrarias laicas e eclesiásticas: as primeiras eram fundadas sem a intervenção da autoridade eclesiástica enquanto as segundas deviam a sua criação a um prelado, submetiam os seus estatutos à autorização do bispo e estavam sujeitas a visitas. A referência obrigatória de qualquer confraria era constituída por um altar com as respetivas imagens, altar esse que se podia situar numa igreja de qualquer tipo: paroquial, conventual, uma simples ermida. Enquanto confrarias paroquiais, uma das principais funções era a manutenção da igreja paroquial e do culto: os confrades podiam cotizar-se para pagar as obras e despesas da igreja, revezavam-se para conservar os altares em ordem, organizavam as procissões e festas religiosas, tinham ainda obrigações precisas de, quando morria um deles, zelar para morresse sacramentado, efetuar o transporte do corpo de casa para a igreja, fornecer círios para o funeral, acompanhar

o velório e o enterro. As atividades assistenciais eram exercidas no âmbito restrito dos confrades: os únicos indivíduos externos à confraria que recebiam assistência eram os mendigos e forasteiros que morriam na paróquia. Outra forma de prestar assistência, embora não isenta de ambiguidade, era o empréstimo de dinheiro a juros aos confrades. No que concerne ao recrutamento estas circunscreviam-se geralmente aos fregueses. Tudo indica que pertencia a pelo menos uma das confrarias existentes na paróquia. Com o decorrer dos tempos as confrarias sofreram mudanças, nomeadamente com o Regime Liberal e com a Implantação da República. Com o regime Liberal passaram a ser mais fiscalizadas e também aumentou a sua sujeição às autoridades civis. A partir da publicação do Código Administrativo de 1842 ficam sujeitas às autoridades civis. O papel fiscalizador destas associações, reservado desde 1832 aos administradores do concelho, passou para as mãos dos governadores civis. Os estatutos passaram a ser aprovados pelas respetivas autoridades. A Portaria de 30 de dezembro de 1852 estabelecia que as novas irmandades eram obrigadas a requerer a aprovação dos seus estatutos e ainda uma licença para se constituírem.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1873 a 1898.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.

• Fontes e bibliografia

Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.1.2 Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSSL.
- **Título** Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro.
- **Data(s)** 1881 a 1894.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria do Santíssimo Sacramento da freguesia do Louro.
- **História administrativa/biográfica** Ver Confraria das Almas da freg. de São Tiago da Cruz
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1881 a 1894.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.1.3 Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CNSRP.
- **Título** Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome.
- **Data(s)** 1858 a 1892.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Confraria de Nossa Senhora do Rosário da freguesia de Pedome.
- **História administrativa/biográfica** Ver Confraria das Almas da freg. de São Tiago da Cruz.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Este fundo é composto pelo Livro de Receita e Despesa dos anos 1858 a 1892.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>.

3.2 Colegiadas

3.2.1 Colegiada de São Tiago de Antas

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSTA.
- **Título** Colegiada de São Tiago de Antas.
- **Data(s)** 1400 a 1909.

- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 658 documentos (598 em papel; 60 pergaminhos).
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Colegiada de São Tiago de Antas.
- **História administrativa/biográfica** A escassez documental impede-nos de sabermos quando, em que condições e por quem foi fundada a colegiada de S. Tiago de Antas, tornando-se necessário lançar mão de todos os elementos disponíveis no sentido de uma aproximação à data dos primórdios desta colegiada. Assim, nas inquirições de 1220, pelo depoimento do pároco Pedro Mendes e dos restantes jurados não se vislumbra qualquer indício de que a colegiada já existisse, disseram, apenas, que o rei tinha aí algumas entradas e que lhe pagam o terço, que por fossadeira davam três bragais, que o rei não era padroeiro ou patrono da igreja e que esta igreja tinha searas e dezoito casais. Em 1258, foi também o pároco, João Pires, que, sob juramento, respondeu aos inquiridores, informando-os, minuciosamente, de quanto aí se pagava ao rei, que em Cinzães tinha sido povoado, havia pouco, 1/4 de casal, que estava ermo, e que nesta freguesia tinham sido criados diversos filhos e filhas de cavaleiros, tendo-se honrado, desta forma, diversas quintas e casais, onde os mordomos do rei não entravam, acrescentando, com que pagavam voz e coima e fossadeira. Mas não se detectam sinais de colegiada, que terá sido instituída entre 1258 e 1295. Com efeito, no contrato de aforamento de meio casal que a colegiada tinha em Vilarinho, feito a Sancha Lourenço, em de 20 de fevereiro de 1295, a colegiada de S. Tiago de Antas já existia, pois, neste contrato, além do abade ou prior, Afonso Rodrigues, outorgaram também os seis clérigos desta igreja. Enquanto não surgirem documentos mais explícitos, podemos afirmar que esta colegiada é posterior a 1258 e anterior a 20 de fevereiro de 1295.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Conjunto de documentos dos quais mais de 50% são cartas de empenhamento (património fundiário da Igreja de S. Tiago de Antas). Composto por 60 documentos em pergaminho e 598 documentos em papel.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. As condições de acesso aos documentos estão sujeitas ao estado físico de cada um dos documentos. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução. Os documentos em pergaminho com restrições de consulta.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Latim.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia**
Marques, J. (2005). A terra de Vermoim na Idade Média. In *História de V.N. de Famalicão*. Câmara Municipal de V.N.Famalicão.
Salgado, B. (1976). *O Tombo da Igreja de S. Tiago de Antas de 20 de Setembro de 1555*. Gabinete do Vale do Rio Ave.
Silva, A. J. (1983). O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 4, 37-45.
Soares, F. N. (1998). A Reforma católica no Concelho de V. N. Famalicão: Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 15, 9-55.
Vieira, A. M. (2000). Paróquia de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 17, 107-123.

3.3 Arquivos pessoais

3.3.1 Alberto Sampaio

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/AS.
- **Título** Alberto Sampaio.
- **Data(s)** 1852 a 1941.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 12 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Alberto Sampaio.
- **História administrativa/biográfica** Uma parte significativa do acervo arquivo pessoal de Alberto Sampaio encontra-se na posse da família e a sua vasta biblioteca integra o espólio do Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães. O arquivo que aqui se descreve refere-se somente a uma parte daquilo que seria o todo da produção de informação desta personalidade. Este arquivo é um conjunto documental que se enquadra na categoria dos arquivos privados e se insere nos denominados arquivos pessoais.
- **História custodial e arquivística** Em 2011, foi realizado um inventário, resultante da compra da documentação, em 1994, pelo Município de Vila Nova de Famalicão à família. Este inventário descreve minuciosamente todas as unidades documentais e apresenta o arquivo organizado em séries com as seguintes designações: documentos relacionados com a obra, documentos relacionados com a investigação, correspondência recebida e expedida, documentos relacionados com a Universidade de Coimbra, documentos relacionados com a sua atividade intelectual e cívica em Guimarães, documentos literários, documentos sobre agricultura e vitivinicultura e documentos pessoais. Os documentos foram organizados fisicamente segundo esta estrutura organizativa e acondicionados em doze caixas temáticas correspondentes às séries.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Compra.

- **Âmbito e conteúdo** O arquivo Alberto Sampaio (AS), conservado no AMAS é composto por 866 unidades documentais, compreendidas entre os anos de 1852 a 1941. Abarca várias tipologias documentais, como correspondência, manuscritos, provas tipográficas, cadernos. Encontram-se também inúmeros maços de notas manuscritas provenientes de investigação para elaboração das obras posteriormente publicadas, assim como apontamentos com referências bibliográficas sobre práticas e experiências agrícolas, sobre a vitivinicultura, etc.
- **Sistema de organização** Sistema de informação.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Fundo Documental de Alberto Sampaio.
- **Fontes e bibliografia**
Faria, E. N. (2011). *Fundo documental de Alberto Sampaio*. Trabalho não publicado. Em consulta no AMAS.
Faria, E. N.; Martins, A. (2012). *Fotobiografia de Alberto Sampaio: A paixão das origens*. Guimarães: Capital Europeia da Cultura.

3.3.2 Joaquim José Sousa Fernandes

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/SF.
- **Título** Joaquim José Sousa Fernandes.
- **Data(s)** 1849-1928.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 50 caixas.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Joaquim José Sousa Fernandes.
- **História administrativa/biográfica** Joaquim José de Sousa Fernandes nasceu em Vila Nova de Famalicão, a 24 de janeiro de 1849. Emigrou muito novo, com 13 anos, para o

Brasil. No Rio de Janeiro foi inicialmente caixeiro, ao mesmo tempo que prosseguia os estudos. A aposta na sua educação foi crucial para uma fulgurante trajetória, onde ascendeu ao cargo de Presidente Honorário do Retiro Literário Português. Defensor e propagandista dos ideais republicanos, a sua ação política em V.N. Famalicão revelou-se determinante para a criação de uma Comissão Municipal. Em 1895, foi redator do primeiro semanário republicano de Vila Nova de Famalicão, «O Porvir», no qual viria a ocupar o lugar de diretor. Fundador da Revista Nova Alvorada. A seguir à implantação da República, exerceu os cargos de Administrador do Concelho e de Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (1910-1913). A fundação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco marcou o seu mandato à frente da autarquia. Na sua atividade intelectual destacam-se o desempenho com que exerceu o lugar de Diretor da Casa Museu de Camilo, depois da saída, em 1924, de José de Azevedo e Menezes, e os livros que deu à estampa: Pequenos Estudos e Telas de Viagem. Foi eleito deputado pelo círculo de Braga (1911), passando a senador pelo mesmo círculo. Morreu em 13 de abril de 1928, na sua casa de Mões, em Vila Nova de Famalicão.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Série Correspondência recebida entre 1862 e 1928 (8091 cartas): Familiar, Amigos, Trabalho, Jornalismo-Literatura, Política. Série Documentos.
- **Sistema de organização** Temático. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.

- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.

- **Fontes e bibliografia**

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (1988). *Sexagésimo aniversário da morte do Senador Sousa Fernandes: Exposição 9 a 31 julho 1988*. C.M.V.N.F.

Paiva, O. (2017). Cartas que navegam, estudo de caso de um «brasileiro» do Minho entre o século XIX e o XX. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 8, 391-407.

3.3.3 Daniel Rodrigues

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/DR.
- **Título** Daniel Rodrigues.
- **Data(s)** 1890 a 1990.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 237 documentos; papel, madeira.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Daniel Rodrigues.
- **História administrativa/biográfica** Daniel José Rodrigues nasceu na freguesia de Britelo, concelho de Celorico de Basto, a 8 de maio de 1877. Terminou o curso em 1900, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde participou no movimento da propaganda republicana. Iniciou a carreira profissional, como subdelegado do Procurador Régio, em Macedo de Cavaleiros. Teve vários cargos, em meados de outubro de 1910, foi chamado a Lisboa pelo Bernardino Machado, para tomar posse do lugar de Delegado do Procurador da República, tendo sido escolhido pelo Governo Provisório para promotor público, nomeado vogal da Comissão de Inquérito aos Tribunais Cíveis de 1.ª instância, de Lisboa. Em 1912, foi Presidente da Comissão Municipal de Lisboa, do Partido Republicano Português e da Comissão Administrativa do Centro Republicano. Ligado ao Partido Democrático e a Afonso Costa, foi nomeado Governador Civil de Lisboa. Em 1913, foi eleito deputado por

Penafiel e Senado. Participou na Revolução de maio de 1915 e ocupou cargos diversos. Foi nomeado vogal secretário da Intendência dos Bens dos Inimigos, organismo do Ministério das Finanças e Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos, em 1917. Ocupou a pasta das Finanças em 1917. A fase seguinte da sua carreira ficaria assinalada pelo grande incremento da Caixa Geral de Depósitos, que a tornou numa grande instituição de crédito, do Estado. Nas eleições municipais de 1920, seria eleito para a Câmara Municipal de Lisboa e reeleito nas eleições de 1922. Foi Ministro das Finanças, no Governo Rodrigues Gaspar. Do 28 de Maio de 1926 a 1931, data em que deixou de exercer as funções de Administrador-Geral da Caixa Geral de Depósitos, a vida de Daniel Rodrigues foi um contínuo sobressalto, com o seu trabalho na Caixa constantemente interrompido por prisões e momentos de clandestinidade, e terminou a sua atividade em Vila Nova de Famalicão.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Doação da família, em 12 de novembro 1987, à Câmara Municipal de V.N. Famalicão. Fundo organizado em oito séries.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Portugueses.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Bacelar, A. (1989). Perfil de Daniel Rodrigues. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 123-126. Rego, R. (1989). Conferência. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 126-127.

Rodrigues, Daniel. (1990). *Correspondência de Sousa Fernandes*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.

Rosas, F. (1989). Conferência. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 128-133.

Silva, A. J. (1989). Introdução. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 9, 119-121.

3.3.4 José de Azevedo Menezes

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/JAM.
- **Título** José de Azevedo Menezes.
- **Data(s)** 1818 a 1918.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 445 u.i.; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** José de Azevedo Menezes.
- **História administrativa/biográfica** Fama-license ilustre, José de Azevedo e Menezes (1849-1938) foi um erudito que colaborou em variadíssimos jornais: *Novidades*, *O Primeiro de Janeiro*, *Nova Alvorada*, *Correio do Minho*, *Progresso Católico* e *A Palavra*, do Porto, de que foi um dos fundadores. Publicou *Ninharias* (1911) e projetou reunir em 6 vols. a vasta colaboração dispersa. Exerceu cargos importantes: 2.º provedor do Hospital de S. João de Deus (1880-1881), presidente da Câmara Municipal (1896-1898), presidente e fundador da Conferência de S. Vicente de Paulo, tendo sido um dos inspiradores da reconstrução da casa de São Miguel de Seide, destruída pelo incêndio de 1915, e que é hoje a Casa-Museu de Camilo.
- **História custodial e arquivística** O Fundo José de Azevedo e Menezes entrou no Arquivo Municipal Alberto Sampaio em 10/06/2015 data em que foi assinado o contrato de doação numa cerimónia que teve lugar na Casa do Vinhal, propriedade da família de José de Azevedo e Menezes, com as presenças do Presidente da Câmara

Municipal e do bisneto de JAM, Martim Lopes de Azevedo e Menezes.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** O arquivo apresentava uma estrutura original própria que se manteve. O plano de classificação estabelecido abrange: Série 001 Correspondência recebida, Série 002 Documentos de investigação histórica, Série 003 Documentos Camilianos, Série 004 Documentos sobre política, Série 005 Documentos sobre o arquivo de JAM, Série 006 Documentos pessoais de JAM, Série 007 Correspondência para outros familiares de JAM.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Correspondência de José de Azevedo e Menezes: 1878-1933. (2018-2109). introd., leitura e notas Emília Nóvoa Faria. Húmus.

3.4 Arquivos de família

3.4.1 Arquivo Casa de Pindela

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/ACP.
- **Título** Arquivo Casa de Pindela.
- **Data(s)** 1538 a 1980.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 90 caixas; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Gerações da Casa de Pindela.
- **História administrativa/biográfica** Optou-se pela designação Arquivo Casa de Pindela para se obter uma unicidade dos acervos doados, pois pertencem à mesma história biográfica, familiar e administrativa da Casa

- de Pindela, ao longo de quinze gerações e seis subsistemas de famílias interligados, nomeadamente António Machado da Guerra, Casa Refalcão, Condes de Arnoso, Casa de Vila Real, Braamcamp de Almeida Castelo-Branco, Rangel e Quadros. O acervo designado por APCP contém várias tipologias de documentos, como cartas de compras, aforamentos, sentenças de arrematação, escrituras de transação, escrituras de troca, arrendamentos, obrigações, escrituras a dinheiro, pagamentos, sentenças, cartas precatórias, sentenças cíveis, testamentos, minutas de testamentos, escrituras de casamento, certidões de legado de missas e apontamentos pessoais, etc. Este acervo diz respeito à 1.ª Geração da família até à 15.ª Geração. São sobretudo documentos provenientes da Administração da Casa de Pindela e são descritos na subsecção geração correspondente. O acervo designado EEVP – correspondência dos Viscondes de Pindela – corresponde à 13.ª, 14.ª e 15.ª Geração da Família da Casa de Pindela (1.º, 2.º e 3.º Visconde de Pindela), na série Correspondência.
- **História custodial e arquivística** O Arquivo Casa de Pindela foi incorporado no Arquivo Municipal, após a celebração do contrato de doação, que foi deliberado e aprovado na C.M.V.N. Famalicão, em Reunião de Câmara ordinária e pública, em 5 novembro 2015. Esta doação foi constituída por documentos de natureza diversa, desde peças judiciais, testamentos, correspondência e outros. Como se refere no contrato de doação, o acervo documental estava dividido em duas partes, a primeira constituída por escrituras de natureza diversa e segunda constituída por correspondência recebida e enviada a personalidades célebres dos meios políticos, diplomáticos e culturais dos séculos XIX e XX. Este acervo não possuía qualquer organização. A documentação do primeiro acervo foi organizada e arquivada em pastas pelo do Abade de Tagilde, a pedido de Vicente Pinheiro, 2.º Visconde de Pindela.
 - **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
 - **Âmbito e conteúdo** O Arquivo Casa de Pindela foi organizado em 15 gerações da família, por secções, subsecções, séries e ordenado cronologicamente dentro das mesmas. Fazem parte deste sistema outros subsistemas de famílias: António Machado da Guerra e Ana Fagundes de Mendanha; Casa Refalcão; Condes de Arnoso; Casa de Vila Real; Braamcamp de Almeida Castelo-Branco e Rangel e Quadros.
 - **Sistema de organização** Sistema de informação.
 - **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
 - **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Latim, Francês, Alemão, Inglês, Castelhana, etc.
 - **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário Casa de Pindela.
 - **Fontes e bibliografia**
Alvim, L. (2023). Arquivo Casa de Pindela: uma abordagem sistémica. In 14.º Congresso Nacional BAD. BAD.
Machado, J. A. (1999). *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- ### 3.5 Arquivos de associações, coletividades e comissões
- #### 3.5.1 Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão
- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/AHBVF.
 - **Título** Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão.
 - **Data(s)** 1890 a 2004.
 - **Nível de descrição** Fundo.
 - **Dimensão e suporte** 195 u.i. em 56 caixas.

- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** A fundação da Associação foi em 1890 com aprovação dos Estatutos e a eleição dos Corpos Sociais da Associação e do Comando da Corporação com a direção, Presidente Daniel Augusto dos Santos, na Assembleia-Geral: Presidente – Joaquim José Sousa Fernandes e no Comando: 1.º Comandante – Francisco Maria de Oliveira e Silva. Em 1940 a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários completou 50 anos ao serviço. Em 1966, foi a inauguração do novo quartel e as suas Bodas de Diamante. Inauguração do novo e atual quartel foi em 1985. As Festas do centenário foram em 1990.
- **História custodial e arquivística** O fundo foi arranjado e organizado pelo AMAS.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Contrato de comodato.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão é composto por: Secção A Associação, Secção B Comando, Secção C Arquivo Hilário Carvalho, Secção D Iconografia.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário da AHBVF.
- **Fontes e bibliografia** Guião da Exposição Bombeiros de Famalicão 125 anos de solidariedade. (2015). C.M.V.N.F.

3.5.2 Rotary Club de Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/RCF.
- **Título** Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1946 a 2023.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 16 caixas; papel, bronze, tecido e plástico.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- **História administrativa/biográfica** O Club chegou a Vila Nova de Famalicão em 21 de fevereiro de 1970, apadrinhado pelo Rotary Club de Guimarães. Tendo passado mais de 110 anos desde que advogado Paul Harris formou o Rotary Club de Chicago, no dia 23 de fevereiro de 1905, para que profissionais de diferentes setores pudessem interagir fortalecer os seus vínculos de amizade e ajudar diferentes comunidades. Em 2020, O Rotary Club de V.N. Famalicão fez meio século de história de uma rede global de líderes comunitários amigos e vizinhos que veem um mundo onde as pessoas se unem e entram em ação para causar mudanças duradouras em si mesmas, nas suas comunidades. Servir ao próximo, difundir a integridade e promover a boa vontade, paz e compreensão mundial por meio da consolidação de boas relações entre líderes profissionais, empresariais e comunitários é a missão do Rotary Club.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Contrato de comodato.
- **Âmbito e conteúdo** O plano de classificação com várias secções: Secção A Rotary Club de Vila Nova de Famalicão (Série 001 Correspondência recebida, Série 002 Correspondência enviada, Série 003 Documentos, Série 004 Publicações periódicas, Série 005 Livros, Série 006 Documentos Gráficos, Série 007 Documentos tridimensionais, Série 008 Documentos multimédia, Série 009 Quadros, Série 010 Fotografias). Secção B Fundação Rotária Portuguesa. Série 001 Documentos,

Série 002 Publicações periódicas, Série 003 Livros. Secção C Rotary International.

- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português, Inglês e Francês.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Rotary Club de V.N. Famalicão.
- **Fontes e bibliografia** Cinquentenário do Rotary Club de Vila Nova de Famalicão. (2020). Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.

3.5.3 Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CHCCB.
- **Título** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco.
- **Data(s)** 1915 a 1921.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 1 livro; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco.
- **História administrativa/biográfica** Em 1915, João Machado Pinheiro Correia de Melo, 1.º visconde de Pindela, juntamente com José de Azevedo e Menezes e Nuno Simões, foram subscritores de uma carta aberta que convidava a população de Famalicão a participar numa reunião no Salão Olympia para se discutir o projeto do Museu Camilo. No dia 11 de abril reuniu-se a mesa, presidida pelo 1º visconde de Pindela e propôs-se à assembleia a constituição de uma comissão,

denominada Comissão promotora da homenagem póstuma ao grande escritor Camilo Castelo Branco, composta por: José de Azevedo e Menezes, Francisco Correia de Mesquita, Nuno Simões, Daniel Augusto dos Santos, Francisco Maria de Oliveira e Silva, José Robalo Ferreira. No 18 de abril de 1915, a Comissão reuniu, na Casa do Vinhal, para a nomeação dos titulares aos cargos Presidente – José de Azevedo e Menezes, Secretário – Nuno Simões, Tesoureiro – Francisco Correia de Mesquita Guimarães.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** O fundo é constituído pelo Livro de Actas da Comissão Promotora da Homenagem póstuma a ao grande escritor Camilo Castelo Branco, de 11 abril 1915 a 5 junho de 1921.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, Inventário do Arquivo Municipal.
- **Fontes e bibliografia** Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco (1915-1921). Livro de Atas. Manuscrito.

3.6 Arquivos de empresas

3.6.1 A Boa Reguladora

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/BR.
- **Título** A Boa Reguladora.
- **Data(s)** 1892-2007.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** Em tratamento.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** A Boa Reguladora.

- **História administrativa/biográfica** A Boa Reguladora resultou de uma sociedade formalmente constituída em 1892, por escritura registada no cartório notarial de Vila Nova de Famalicão, entre João José de São Paulo, negociante e natural do Porto, e José Gomes da Costa Carvalho, proprietário e natural de Mouquim, com capital ilimitado e em partes iguais. Destinada ao comércio de relógios ou de objectos relacionados com relojoaria e particularmente ao seu fabrico. Tendo falecido João São Paulo em 1895 a sociedade foi reconstituída com José Carvalho e seu o seu irmão Lino de Carvalho, dado na escritura como relojoeiro, e o principal credor Joaquim Martins de Oliveira Rocha. A firma assume então a designação Carvalho, Irmão & C^a, ficando os dois irmãos como sócios de capital e de indústria e Oliveira Rocha apenas como sócio capitalista. Prevendo-se desde logo a possibilidade de transferência da fábrica para outra localidade. Não havendo bens imóveis, a fábrica foi logo transferida para Vila Nova de Famalicão e implantaram fábrica junto à linha férrea, em Calendário. Nos inícios do século, a empresa já denominada A Boa Reguladora, de J. Carvalho & Irmão, anunciava não só como fábrica de relógios, mas também como carpintaria mecânica, serração e moagem.
- **História custodial e arquivística** A ITRON – Sistemas de medição, Lda, dona legítima do arquivo da extinta empresa “Boa Reguladora”, fez uma doação ao arquivo municipal da extinta empresa, em novembro de 2022, aprovado em Reunião de Câmara Municipal de V.N. Famalicão, em 23 de março de 2023.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Em tratamento.
- **Sistema de organização** Orgânico e funcional. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Em tratamento.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*, em tratamento.
- **Fontes e bibliografia** Alves, J. (2005). A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspectiva histórica. In *Capela, J. V. (coord.). História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições, 457-458. Costa, Miguel Dias (texto); Carvalho, António Augusto (cord.). (1992). *100 anos Reguladora 1892-1992*. V.N. Famalicão.

3.7 Coleções

3.7.1 Coleção Sousa Cristino

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CSC.
- **Título** Coleção Sousa Cristino.
- **Data(s)** 1876 a 1972.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 283 negativos de fotografias.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** António José Sousa Cristino.
- **História administrativa/biográfica** António José de Sousa Cristino nasceu em 1858. No entanto, as suas tradições familiares conduziram-no a Famalicão, já que o pai, também chamado António José de Sousa Cristino, tinha nascido em Cabeçudos. Sousa Cristino dedicou-se principalmente produção e comercialização de vinhos. A qualidade do seu trabalho levou-o a receber várias medalhas em exposições no país e no estrangeiro. A nível político, foi um militante ativo do Partido Progressista, durante a monarquia, sendo amigo pessoal de José Luciano de Castro. Fez parte da vereação municipal no mandato de 1893-1895 e, na mesma época, foi vice-provedor da Santa Casa da Misericórdia, numa mesa regedora presidida pelo 2.º Barão de Joane. Fez ainda parte dos corpos gerentes do Sindicato Agrícola de Famalicão. Faleceu na sua Quinta do Reguengo, em Cabeçudos, em 1928.
- **História custodial e arquivística** Os documentos da Quinta do Reguengo foram

doados ao Arquivo Municipal no final da década de 1980. Do arquivo desta casa consta uma coleção de retratos de estúdio, datados de 1870 a 1900. Dela fazem parte trabalhos das mais importantes casas fotográficas do Porto e uma de Lisboa: Alfred Fillon, M. Fritz (ativa entre a década de 1850 e 1873), Emílio Biel (que comprou a casa Fritz), Celestin Bernard e a 'Photographia União', de António Correia da Fonseca. Existem também retratos enviados do Brasil, onde vários familiares se encontravam.

- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** A coleção de fotografias datada entre 1876 a 1972. Retrata a vivência da família Sousa Cristino e dos que desfrutaram do seu convívio, no quotidiano e nas festas. Destacam-se as imagens do local onde habitavam – Quinta do Reguengo – e da Quinta da Palmeira – local de diversão e de convívio. Esta coleção tem imagens de desfiles populares, indústria, caça, pesca, agricultura (medas, vindima, apanha da batata), meios de transporte e muitos retratos de família. Esta coleção está digital no sistema GEAD (Coleção PT.MVCT.FF.SC.00204) que pode ser consultada internamente no Arquivo Municipal.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.2 Coleção Humberto Fonseca

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CHF.
- **Título** Coleção Humberto Fonseca.
- **Data(s)** 1897 a 19--?

- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 958 negativos de vidro; 626 positivos; 606 reproduções em papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Humberto Fonseca.
- **História administrativa/biográfica**

Humberto de Pestana Velosa Camacho da Fonseca nasceu a 5 de novembro de 1877, na freguesia da Lapa, em Lisboa, e passou os primeiros anos da sua vida com os avós. Sua avó Luísa Augusta era aia da rainha D. Amélia. Casou a 23 de junho de 1906, na cidade do Porto, com Beatriz do Rosário Ervina Cardoso e de João Cardoso Júnior, industrial. Foi João Cardoso Júnior que em 1865 comprou a Quinta do Chouso, em Lemente, V.N. Famalicão, com cerca de 60 hectares e uma casa em estilo abasileirado, para onde transferiu a sua residência. Aos poucos foi comprando campos terrenos em volta, até formar uma extensa propriedade que chegava até ao Monte da Senhora do Carmo e a Nine. Foi um artista apaixonado pela fotografia, andando sempre com uma máquina, fotografando tudo o que o cercava, as pontes romanas, os campos, os caminhos e as pessoas de aldeia, os recantos pitorescos da Quinta, a azáfama das vindimas e das desfolhadas, os passeios pelo rio Leça, os picnics elegantes, as reuniões de família, os seus amigos, os barcos, Lemenhe, o Porto, Leça, Vila Nova Famalicão e arredores. Deixou cerca de duas mil fotografias que são o retrato de uma época. Revelava as fotografias num estúdio que montou na Quinta do Chouso, com aparelhos que mandou fazer. Autodidata em música, tocava piano, guitarra e viola baixo. Foi uma das cem primeiras pessoas a ter carta de automóvel em Portugal. Foi marinho, chegando a ser campeão nacional de motonáutica. Enquanto monárquico, foi perseguido nos tempos agitados da implantação da República em Portugal. Por isso deixou o Porto e refugiou-se na Casa da Cotovia, em Lemenhe, desenhada e construída por

ele próprio. Só anos mais tarde é que passou a viver com a família na Quinta do Chouso, onde morreu em 1940.

- **História custodial e arquivística** A coleção de fotografia foi doada por Fernando Fonseca, neto de Humberto Fonseca, ao município de V.N. Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Doação.
- **Âmbito e conteúdo** Coleção de negativos de vidro e positivos. Esta coleção está digital no sistema GEAD que pode ser consultada internamente no Arquivo Municipal.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.

3.7.3 Coleção de Fotografia Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CF.
- **Título** Coleção de Fotografia Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1943 a 1970.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** Fotografias.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito.
- **Âmbito e conteúdo** Em tratamento.
- **Sistema de organização** Temática. Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais.

A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.

- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.4 Coleção de Postais Vila Nova de Famalicão

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CF.
- **Título** Coleção de Postais Vila Nova de Famalicão.
- **Data(s)** 1900 a 1990.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 171 postais; papel.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Depósito, compra, doação.
- **Âmbito e conteúdo** Fundo constituído por 26 séries que correspondem a editoras/tipografias: Tipografia Minerva 1902-1906; António da Silva Pimenta; M. J. Dias; Fotografia do Bolhão; Tipografia Minerva 1912; Francisco Correia de Mesquita Guimarães; Foto Alvão; Tipografia Minerva 1925-1927; Tipografia Minerva 1929, Centro de Novidades; Tipografia Minerva 1930-1950; Foto Correia; Câmara Municipal V.N. Famalicão. Foto Beleza; Casa Santa Filomena; Casa Voga. Foto Humberto; Centro de Caridade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; Grafipost Editores; Artes Gráficas Lda; Rodrigo F. da Silva; Rodrigo F. da Silva. FISA; Rodrigo F. da Silva. LIFER; A. Sousa Lopes. Foto Humberto; A. Sousa Lopes. Foto Adriano; A. Sousa Lopes. Foto Cruzarte; Âncora; Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão – Famalicão Antigo; Diversos.
- **Sistema de organização** Por Editora/Tipografia. Ordenação numérica.

- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais. A reprodução de documentos encontra-se sujeita a algumas restrições tendo em conta o seu estado de conservação, o fim a que se destina a reprodução.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.

3.7.5 Coleção de Fotografias da Exposição Humberto Fonseca

- **Código de referência** PT/MVNF/AMAS/CFEHF.
- **Título** Coleção de Fotografias da Exposição Humberto Fonseca.
- **Data(s)** 1998.
- **Nível de descrição** Fundo.
- **Dimensão e suporte** 184 fotografias coladas em Kapa line.
- **Nome(s) do(s) produtor(es)** Humberto Fonseca.
- **História custodial e arquivística** Conjunto de fotografias oriundas Coleção Humberto Fonseca para uma exposição realizada no átrio da Câmara Municipal de V.N. Famalicão em 1998. A numeração das fotografias é igual à numeração do catálogo “Humberto Fonseca” editado pela Câmara Municipal.
- **Fonte imediata de aquisição e transferência** Produção da exposição pela Câmara Municipal V.N. de Famalicão.
- **Âmbito e conteúdo** Coleção constituída por 184 fotografias (24 × 30 cm) coladas em Kapa line com dimensão 30 × 40 cm.
- **Sistema de organização** Ordenação numérica.
- **Condições de acesso e condições de reprodução** Comunicável, sem restrições legais.
- **Idioma(s) e escrita(s)** Português.
- **Instrumentos de descrição** Catálogo *online*.
- **Fontes e bibliografia** Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.

Considerações finais

Pretende-se com este trabalho contribuir para o conhecimento da história administrativa e biográfica, assim como a história custodial e arquivística, dos fundos e coleções do Arquivo Municipal de V. N. de Famalicão.

Reconstruiu-se o acervo arquivístico, efetuando uma organização intelectual sobre os fundos, criando planos de classificação e descrição da documentação, para permitir o acesso aos fundos e a sua disponibilização em catálogo *online*, possibilitando ao cidadão e ao investigador o conhecimento sobre a memória e o património do concelho.

Bibliografia

- Alves, J. (2005). A Indústria em Vila Nova de Famalicão: Uma perspectiva histórica. Em *Capela, J. V. (coord.), História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições, 457-458.
- Alvim, L. (2023). Arquivo Casa de Pindela: uma abordagem sistémica. Em 14.º Congresso Nacional BAD. BAD. <https://doi.org/10.48798/congressobad.2929>
- Araújo, M. (2018). *Na vida e na morte: as confrarias de Braga na Época Moderna*. Institución Fernando El Católico. <https://hdl.handle.net/1822/82325>
- Bárbara, A. M. (1979). *Subsídios para o Estudo da Educação em Portugal, da Reforma Pombalina à 1.ª República*. Assírio e Alvim.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. (1988). *Sexagésimo aniversário da morte do Senador Sousa Fernandes: Exposição 9 a 31 julho 1988*. C.M.V.N.F.
- Carvalho, V. (1947). *Aspectos de Vila Nova – Justiça*. V.N. Famalicão: Ed. autor.
- Castro, M. Fátima (2005). O Couto de Landim: notas sobre a sua origem. Em *História de Vila Nova de Famalicão*. Quasi Edições.
- Cinquentenário do Rotary Club de Vila Nova de Famalicão. (2020). Rotary Club de Vila Nova de Famalicão.
- Comissão Promotora da Homenagem Póstuma ao Grande Escritor Camilo Castelo Branco (1915-1921). Livro de Atas. Manuscrito.
- Correspondência de José de Azevedo e Menezes: 1878-1933. (2018-2109). introd., leitura e notas Emília Nóvoa Faria. Húmus.
- Costa, Miguel Dias (texto); Carvalho, António Augusto (cord.). (1992). *100 anos Reguladora 1892-1992*. V.N. Famalicão.
- Direção Geral de Arquivos. Grupo de Trabalho de Normalização da Descrição em Arquivo. (2011). ODA: *Orientações para a Descrição Arquivística*. DGARQ.
- Faria, D. (2015). O Município na monarquia constitucional e na primeira República. In *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 18-29). Câmara Municipal V.N. Famalicão.
- Faria, E. N. (2011). *Fundo documental de Alberto Sampaio*. Trabalho não publicado. Em consulta no AMAS.
- Faria, E. N.; Martins, A. (2012). *Fotobiografia de Alberto Sampaio: A paixão das origens*. G. Capital Europeia da Cultura.
- Humberto Fonseca. (1998). C.M.V.N. Famalicão. ISBN: 972-9152-49-7.
- ICA (2002). *ISAD (G) – Norma Internacional de Descrição de Instituições com acervo arquivístico: Comité de Normas de Descrição*. Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.
- Machado, J. A. (1999). *O Morgadio de Pindela*. Ed. autor.
- Marques, J. (2005). A terra de Vermoim na Idade Média. Em *História de V.N. de Famalicão*. Câmara Municipal de V.N. Famalicão.
- Paiva, O. (2017). Cartas que navegam, estudo de caso de um «brasileiro» do Minho entre o século XIX e o XX. *CEM: Cultura, Espaço & Memória*, 8, 391-407.
- Regulamento da Rede de Equipamentos de Leitura e Arquivo. (2021, 20 outubro). Diário da República. Série 2 (n.º 211).
- Rodrigues, Daniel. (1990). *Correspondência de Sousa Fernandes*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Salgado, B. (1976). *O Tombo da Igreja de S. Tiago de Antas de 20 de Setembro de 1555*. Gabinete do Vale do Rio Ave.
- Santos, J. (1995). *As Freguesias. História e Actualidade*. Celta Editora.
- Silva, A. J. (1983). O Cartório da Igreja de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 4, 37-45.
- Silva, A. J. (2015). As primeiras décadas do município. Em *As portas da História de Vila Nova de Famalicão: 1835-2015* (vol. 1, 34-102). Câmara Municipal V.N. Famalicão.
- Silva, A. M. (1987). *Julgados de Paz no Arquivo Distrital de Braga. Estudo e inventário*. Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho.
- Silva, A.M. (2009). Mediações e mediadores em Ciência da Informação. *Prisma.com*, 9, 68-104. <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/2057>
- Silva, A. M. (2010). Literacia Informacional e o Processo Formativo: Desafios aos Profissionais da Informação. Em *Actas do Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas*. <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/224>
- Silva, A. M. (2015). Arquivo, biblioteca, museu, sistema de informação: em busca da clarificação possível... *Cadernos BAD*, 1, 103-124. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/79392/2/102723.pdf>
- Soares, F. N. (1998). A Reforma católica no Concelho de V. N. Famalicão: Visitações quinhentistas de S. Tiago de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de V.N. Famalicão*, 15, 9-55.
- Tsou, A. (2016). *Arquitetura Moderna: A obra de Januário Godinho em Vila Nova de Famalicão*. CEEA. <http://hdl.handle.net/10174/27665>
- Tsou, A.; Silva, A. J.; Almeida, J. e Alvim, L. (2019). A Organização de um projeto de arquitetura com valor histórico: O caso do Novo edifício dos Paços do Concelho, Tribunal de Vila Nova de Famalicão. Em *ICAA2019 – International Congress on Architectural Archives*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/70577/3/ICAA_2019_Proceedings_abr21.pdf
- Vieira, A. M. (2000). Paróquia de Antas. *Boletim Cultural da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão*, 17, 107-123.

3.9 A assistência aos tuberculosos em Vila Nova de Famalicão no início do século XX

→ Paula Costa

Resumo

Nos finais do séc. XIX, em Portugal, a tuberculose foi considerada uma das doenças com maior taxa de mortalidade, tendo assumido graves proporções atingindo todas as camadas sociais, com maior incidência nas mais desfavorecidas. Em Vila Nova de Famalicão, são inúmeras as notícias publicadas nos jornais locais acerca de atos altruístas dos seus habitantes e dos emigrantes, principalmente do Brasil, no apoio aos doentes desfavorecidos do concelho. Realçam-se também, as atividades das várias instituições famalicenses no combate à propagação da doença e no auxílio aos doentes tuberculosos, nomeadamente a Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão, o Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia, a Assistência aos Tuberculosos do Concelho de Vila Nova de Famalicão, o Dispensário de Higiene e Profilaxia Social, a Assistência aos Tuberculosos de S. Julião do Calendário, por fim, o Dispensário de Assistência Nacional aos Tuberculosos de Vila Nova de Famalicão.

Palavras-chave

Instituições caritativas; Assistência aos tuberculosos; Vila Nova de Famalicão.

Introdução

Em Portugal, nos finais do século XIX, a tuberculose assumiu grandes proporções. Foi uma doença muito contagiosa que atingiu indistintamente todas as camadas sociais, com maior incidência nas mais desfavorecidas, associada a más condições de vida e falta de higiene, provocando uma maior proliferação da mesma.

Os centros de ensino médico em Portugal tiveram um papel relevante na difusão de saberes médicos, clínicos, cirúrgicos e científicos acerca da tuberculose, e como exigiam a apresentação duma dissertação na finalização dos cursos médicos, foram produzidos muitos trabalhos académicos sobre esta área (Vieira, 2016, p. 107, 410), no qual se destaca o famalicense Joaquim Dias de Sá (Sá, 1901) que apresentou, à Escola Médica Cirúrgica do Porto, o trabalho *Lucta contra a tuberculose: these inaugural*.

A doença e os sintomas da tuberculose serviram de inspiração a escritores, pintores e compositores. “*Os sintomas da doença (palidez, emaciação e febres) ajudavam a construir o fascínio pelos estados sentimentais da alma e pela atmosfera melancólica em que viviam os tísicos*” (Vieira, 2016, p. 189). Na literatura portuguesa, temos o exemplo da personagem Teresa no *Amor de Perdição*, de Camilo Castelo Branco.

Com o intuito de combater a doença, em 1899, foi criada a *Assistência Nacional dos Tuberculosos*, pela Rainha D. Amélia. Tinha como principais objetivos a construção de hospitais marítimos, sanatórios, dispensários e institutos, com a intenção de prestar aplicações terapêuticas, bem como, apoiar economicamente doentes carenciados.

Em Lisboa, foi criada a *Liga Nacional Contra a Tuberculose*, com a finalidade de divulgação de conhecimentos sobre a doença, a prevenção, a regulamentação e a organização dos sanatórios e dispensários, tendo organizado congressos nacionais sobre a doença em 1901, 1902, 1904 e 1907. No início do séc. XX, as confrarias e as irmandades eram obrigadas a incluir 10% nos seus orçamentos para um fundo destinado aos hospitais para auxiliar os doentes tuberculosos (Sousa, 4 de fevereiro 1900, p. 2). Com o propósito de combater e evitar a propagação, foram criadas em todo o país, incluindo em Vila Nova de Famalicão, instituições caritativas de auxílio aos tuberculosos mais desfavorecidos, com o contributo de vários beneméritos. São inúmeras as notícias publicadas nos jornais locais acerca de atos altruístas dos famalicenses, nos quais se destacam os emigrantes famalicenses no Brasil.

No concelho de Vila Nova de Famalicão, foram criadas várias instituições que se dedicaram a esta causa social que são apresentadas nos diferentes capítulos deste trabalho. Em 1902, inaugurada a 29 de novembro de 1903, a instituição caritativa *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*, da responsabilidade da *Real e Benemérita Associação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão* para o auxílio aos tuberculosos mais desfavorecidos do concelho (capítulo 1); surgiu, em 1904, o *Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia*,

nome atribuído em homenagem ao seu benemérito (capítulo 2); em 1933, a *Assistência aos Tuberculosos do Concelho de Vila Nova de Famalicão* (capítulo 3), projeto que não prosseguiu, mas posteriormente foi concretizado em 1935, com o *Dispensário de Higiene e Profilaxia Social*, pertencente à *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Famalicenses* (capítulo 4); em 1945, surgiu a *Assistência aos Tuberculosos de S. Julião do Calendário* (capítulo 5) e, por fim, em 1956 o *Dispensário de Assistência Nacional aos Tuberculosos de Vila Nova de Famalicão* (capítulo 6).

1. A Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão

O jornal *Estrela do Minho* (Sousa, 16 de junho 1901, p. 1) noticiou a intenção da direção da *Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Famalicão* em socorrer os tuberculosos pobres famalicenses:

“Por iniciativa de um distinto membro da direção dos bombeiros voluntários, vai tentar-se n’esta villa a humanitária cruzada, infinitamente caridosa, de socorrer os tuberculosos, á semelhança do que em outras terras do paiz se está fazendo, onde o exemplo da rainha senhora D. Amélia se tem ramificado proficuamente a santa cruzada de bem fazer.”

No mesmo jornal, a corporação apelou à generosidade dos famalicenses, referindo que a intenção será em apoiar um ou dois doentes que não possuíssem recursos, aumentando o número dependendo da receita obtida através de donativos. Assim, nasceu a *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*, dentro desta corporação, em 1902, com ato inaugural a 29 de novembro de 1903, cerimónia efetuada nos Paços do Concelho, presidida pelo Dr. Delfim de Carvalho, presidente da Associação e médico na nova instituição (Sousa, 29 de novembro 1903, p.1). Apoiou os doentes pobres tuberculosos com tratamentos médicos, entrega de medicamentos, dinheiro, roupas de cama e agasalhos, bem como, desinfecção da habitação e encargos com o funeral (ATPF, 1901-1932); aos doentes apenas era exigido um atestado de pobreza, passado pelo regedor da freguesia e um atestado médico, facultativo, para comprovar a doença. Nas figuras 1 a 3, observam-se os documentos, do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão (AMVNF), do processo da doente Balbina de Araújo, da freguesia de Gavião, que usufruiu do apoio da desta Associação, a partir de julho de 1904 até agosto de 1908, mês do seu falecimento, com o registo de doente número vigésimo nono (Documentos diversos, 1901-1932).

O primeiro fundo desta Associação foi constituído pelo produto angariado no espetáculo da Companhia de Teatro Lisbonense, instalado no Campo da Feira, em Vila Nova de Famalicão, em março de 1902, juntamente com vários outros donativos. Posteriormente, a *Real Associação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão*, com a colaboração de um grupo de famalicenses promoveu três quermesses, respetivamente nos dias 15, 22 e 29 de novembro

Em nome do signatário do Dr. Cívico
 municipal

Atento que a Lei de 18 de Maio de 1911, de
 criação do Serviço de Saúde Pública, dá
 lugar a publicação e execução da
 Lei de 18 de Maio de 1911, e portanto ao
 cumprimento das disposições da
 Lei de 18 de Maio de 1911

PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005/000003

Fig. 1 Atestado do cirurgião.
 Fonte: Documentos diversos, 1901-1932. PT/MVNF/
 AMAS/AHBVF/C/0005/000003

Atende em atestado assinado em nome do
 Dr. Cívico municipal do Município de Vila
 Nova de Famalicão, e portanto ao cumprimento
 das disposições da Lei de 18 de Maio de 1911, e
 portanto ao cumprimento das disposições da
 Lei de 18 de Maio de 1911, e portanto ao
 cumprimento das disposições da Lei de 18 de
 Maio de 1911

Dr. Cívico Municipal de Vila Nova de Famalicão

PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005/000004

Fig. 2 Atestado do regedor.
 Fonte: Documentos diversos, 1901-1932.
 PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005/000004

Real Associação H. de Bombeiros Voluntários
 V. N. DE FAMILIÇÃO

ASSISTENCIA
 aos
 TUBERCULOSOS POBRES

Nome do Doente: *António de Oliveira*
 Estado do Doente: *Estádo doente*
 Filiação: *Freguesia de Vila Nova de Famalicão*

Ano	Mês	Dia	Quantia	Nome do Doente	Ano	Mês	Dia	Quantia	Nome do Doente
1916	Agosto	1	4.00	António	1916	Outubro	15	2.00	António
	Set	1	2.00	António		Nov	1	2.00	António
	Out	1	2.00	António		Dez	1	2.00	António
	Jan	1	2.00	António		Jan	1	2.00	António
	Fev	1	2.00	António		Fev	1	2.00	António
	Mar	1	2.00	António		Mar	1	2.00	António
	Abr	1	2.00	António		Abr	1	2.00	António
	Mai	1	2.00	António		Mai	1	2.00	António
	Jun	1	2.00	António		Jun	1	2.00	António
	Jul	1	2.00	António		Jul	1	2.00	António
	Ago	1	2.00	António		Ago	1	2.00	António
	Set	1	2.00	António		Set	1	2.00	António
	Out	1	2.00	António		Out	1	2.00	António
	Nov	1	2.00	António		Nov	1	2.00	António
	Dez	1	2.00	António		Dez	1	2.00	António
	Jan	1	2.00	António		Jan	1	2.00	António
	Fev	1	2.00	António		Fev	1	2.00	António
	Mar	1	2.00	António		Mar	1	2.00	António
	Abr	1	2.00	António		Abr	1	2.00	António
	Mai	1	2.00	António		Mai	1	2.00	António
	Jun	1	2.00	António		Jun	1	2.00	António
	Jul	1	2.00	António		Jul	1	2.00	António
	Ago	1	2.00	António		Ago	1	2.00	António
	Set	1	2.00	António		Set	1	2.00	António
	Out	1	2.00	António		Out	1	2.00	António
	Nov	1	2.00	António		Nov	1	2.00	António
	Dez	1	2.00	António		Dez	1	2.00	António

PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005/000005

Fig. 3 Subsídio.
 Fonte: Documentos diversos, 1901-1932. PT/
 MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005/000005

de 1903, no Campo da Feira. Esta iniciativa obteve bastante adesão, sendo noticiada na imprensa famalicense, que publicou listas com os nomes e tipo de donativo dos benfeitores famalicenses, tal como benfeitores de outras localidades (Sousa, 1, 6, 15, 22 de novembro 1903, p.1, 2). Na assembleia geral da Associação, de 27 de dezembro de 1903, foi eleita uma comissão para gerir o fundo da *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*, constituída pelos famalicenses António Ferreira de Matos, Higinio Veloso de Macedo e Alberto Barbosa. Com o objetivo de aumentar este fundo, a comissão encarregou-se de distribuir caixas de esmolas pelas casas comerciais e repartições públicas. Os apelos contínuos vão dando frutos e nos jornais locais vão sendo publicadas notícias acerca de donativos à *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*. Das iniciativas que foram surgindo destacamos, o “bizarro oferecimento” do livro de versos *Malmequeres* de Albino Bastos (1904), da Póvoa de Lanhoso, cujo autor apenas ofereceu o conteúdo literário, a sua impressão e distribuição ficou a cargo da Comissão da Assistência (figs. 4 e 5). Numa sessão diária da Associação, a direção da *Real Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Famalicão* decidiu o envio de circulares para diferentes destinatários, nomeadamente para os emigrantes no Brasil, acompanhada por um cartão de um membro da associação que tivesse relações pessoais com o destinatário, tendo o presidente Delfim de Carvalho sugerido o nome de seu primo António da Silva Maia (IATSM, 1911b).

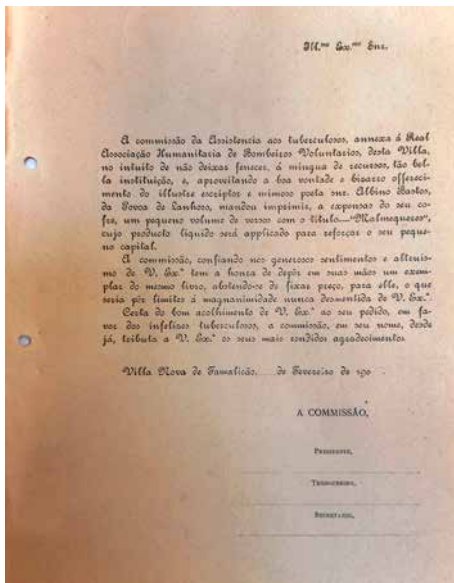


Fig. 4 Circular da Comissão da Assistência dos Tuberculosos Pobres de Famalicão. Fonte: Documentos diversos, 1901-1932. PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005.

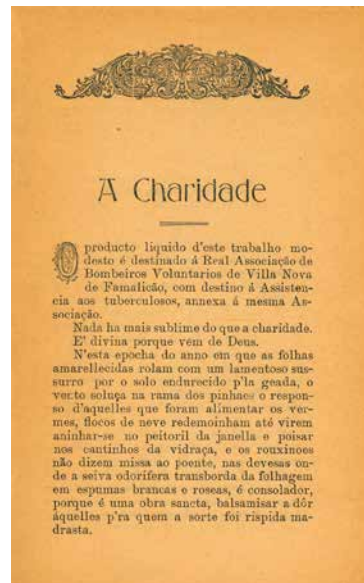


Fig. 5 Prefácio do livro *Malmequeres* (Bastos, 1904). Fonte: Biblioteca Municipal Camilo castelo Branco.

Paralelamente, no sentido de atingir um maior número de pessoas, o presidente e médico Delfim de Carvalho publicou, entre 1903 e 1904, vários artigos com o objetivo de divulgar saberes acerca da doença da tuberculose: *I Causas produtoras da tuberculose* (Carvalho, 5 de dezembro 1903 p.1); *II Hygiene dos escarros* (Carvalho, 12, 19, 25 de dezembro 1903, p. 1); *III Habitações* (Carvalho, 2, 9, 23, 30 janeiro 1904, p.1); *IV Salubridade das habitações* (Carvalho, 12, 19, 26 março 1904, p.1; 2, 9 abril 1904, p.2,1); *V Hygiene alimentar* (Carvalho, 23 abril; 6 agosto 1904, p.1); *VI Alcoolismo* (Carvalho, 20, 27 agosto 1904, p.1).

Como já referido, o apoio aos tuberculosos mais desfavorecidos pela *Real Associação dos Bombeiros Voluntários de Famalicão*, foi anterior à criação da *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*. Sousa (15 de agosto de 1902) referiu o falecimento de um “*infeliz tuberculoso*”, morador na Avenida da Trovisqueira. A mesma notícia refere o apoio dos Bombeiros, que para além do auxílio na doença, ajudaram economicamente a viúva e os filhos. Refere também (Sousa, 24 de maio de 1903) um novo medicamento que prometia a cura da tuberculose, testado pelo médico Delfim de Carvalho:

“Não se fala senão na Sanosiin, nome que um celebre clínico alemão deu ao medicamento com o qual pretende ter descoberto a cura da tuberculose, em qualquer grau de adiantamento da doença. (...) Em Famalicão, por iniciativa da Corporação de Bombeiros Voluntários, vai o seu presidente e distinto médico dr. Delfim Carvalho experimenta-lo também desde já, aguardando apenas a chegada do remédio para proceder às experiências rigorosas em tres doentes tuberculosos protegidos pelo fundo de tuberculose, administrado pela mesma corporação.”

Segundo dados existentes no livro *Registo de Doentes da Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão* (ATPF, 1901-1932), 39 doentes tuberculosos foram beneficiados por esta instituição caritativa, entre os anos de 1904 a 1911. No quadro 1, observa-se o número e ano de inscrição do doente, sexo, freguesia, estado civil e situação clínica. No ano de 1907 não foram registados novos doentes.

Quadro 1

Doentes registados na *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão*, de 1904 a 1911

N.º de inscrição	Ano	Sexo	Freguesia	Estado civil	Faleceram
1	1904	M	V. N. de Famalicão	casado	9
2		F	Calendário	solteira	
3		M	V. N. de Famalicão	-	
4		F	Esmeriz	-	
5		F	V. N. de Famalicão	solteira	
6		M	Requião	casado	
7		M	Castelões	solteiro	
8		F	Gavião	casada	
9		M	Joane	solteiro	
10		M	Landim	casado	
11		M	V. N. de Famalicão	-	
12		F	Mouquim	casada	
13		M	Nine	casado	
14		F	Antas	solteira	
15		F	Landim	-	
16		M	Landim	casado	
17		M	Mogege	casado	
18		F	Vermoim	-	
19		M	Landim	solteiro	
20		F	Telhado	solteira	
21	1905	M	Antas	viúvo	6
22		M	Calendário	casado	
23		F	Gavião	-	
24		F	V. N. de Famalicão	casada	
25		M	Calendário	-	
26	1906	M	Calendário	casado	3
27		M	Antas	solteira	
28		F	Telhado	casada	
29		F	Gavião	solteira	
30		M	Bairro	casado	
31		F	V. N. de Famalicão	solteira	
32		M	Requião	solteiro	
	1907	-	-	-	2
33	1908	F	Calendário	solteira	1
34	1909	M	V. N. de Famalicão	casado	1
35		F	Antas	Solteira	
36		M	V. N. de Famalicão	Casado	
37	1910	M	V. N. de Famalicão	solteiro	2
38		M	Vermoim	casado	
39	1911	F	Antas	solteira	1

Fonte: ATPF, 1901-1932. PT/MVNF/AMAS/AHBVF/A-A/002/0039.

Os jornais locais acompanharam a evolução desta doença no concelho, sendo que desde 1904 a 1906 foram os anos com mais registos de doentes e falecimentos e ainda em 1911, M. P. Sousa, no jornal *Estrela do Minho*, alertava para a falta de desinfeção das casas onde faleciam doentes tuberculosos:

“Queixa-se muita gente de que tendo falecido na rua Candido dos Reis, antiga rua Direita, quatro pessoas tuberculosas nenhuma d’essas habitações tenha sido desinfectada convenientemente como a lei ordena. O caso, a ser verdade, é muito grave e como tal para elle chamamos a atenção da autoridade respectiva.”

Perante a inexistência de livros de registo de doentes tuberculosos a partir de 1912, apenas foi possível obter dados através dos livros de *Receita e Despesa; Balancetes da Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicao* (ATPF, 1901-1932); Durante os anos 1912 a 1931, receberam apoio desta instituição, vinte doentes, dos quais nove do sexo masculino e onze do sexo feminino, sendo estas as últimas referências desta associação caritativa.

2. Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia

A 2 de fevereiro de 1904 realizou-se uma assembleia extraordinária no salão nobre da Câmara Municipal, convocada por Delfim de Carvalho, para dar conhecimento do capital angariado no Rio de Janeiro, por iniciativa do famalicense António da Silva Maia. Esta subscrição atingiu o valor de 23:000\$000 (moeda brasileira), do qual 6:000\$00 foi uma oferta deste benemérito, com a finalidade de criar uma instituição, cujo objetivo era assistir os tuberculosos pobres do concelho de Vila Nova de Famalicao (IATSM, 1906). O apoio dado por este famalicense foi fundamental para as atividades do Instituto.

O benemérito António da Silva Maia (1864-1913) foi natural da freguesia de Antas, concelho de Vila de Famalicao e faleceu no Rio de Janeiro. Emigrou para o Brasil, onde se destacou no comércio e no apoio social, no Rio de Janeiro. Em 1901, fez parte da primeira direção do *Centro de Comércio do Café*, com o cargo de tesoureiro; presidiu na gerência de 1907-1908; gerente da secção de café *Theodor Wille & C.ª.*; sócio da firma de café *Louis Boher & C.ª.*; apoiou instituições de solidariedade social e religiosas; presidiu a *Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V*; apoio na procura de emprego e no regresso à pátria dos seus conhecidos ou conterrâneos; Irmão tesoureiro graduado da *Irmandade do Santíssimo Sacramento da Candelária*; sócio benemérito da *Real e Benemérita Sociedade Portuguesa de Beneficência*, entre outros. Em Portugal ficou conhecido pelos seus atos altruístas, nomeadamente na assistência aos tuberculosos desfavorecidos do concelho de Vila Nova de Famalicao. Foi condecorado com a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, seguido da atribuição do título de Conselheiro.

No dia 28 de fevereiro de 1904, realizou-se uma reunião da assembleia geral, no salão nobre da Câmara Municipal, com a finalidade de discutir e aprovar

o projeto dos estatutos e eleger a direção do Instituto Silva Maia. Os estatutos foram aprovados por Alvará do Governo Civil de Braga, em 19 de abril. Através dos estatutos, verifica-se que o principal objetivo era a assistência aos tuberculosos desfavorecidos do concelho, sem distinção de sexo ou idade, com prova de infeção ou com predisposição para a doença; residência ou naturalidade no concelho, exigindo-se a apresentação de um atestado de pobreza do pároco e do regedor da freguesia do domicílio (IATSM, 1911a).

A primeira direção do Instituto foi constituída pelos famalicenses: presidente – Padre Manuel Alves Torres Carneiro; vice-presidente – Dr. Delfim José Pinto de Carvalho; 1.º secretário – Padre Gabriel Rodrigues da Fonseca, 2.º secretário – Francisco da Silva Faria; tesoureiro – Alfredo Rodrigues da Costa; adjunto – Francisco Correia de Mesquita Guimarães e mordomo – José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto. A primeira sessão foi realizada na residência do sócio Francisco Correia de Mesquita Guimarães, devido à inexistência de uma sede, onde se tomaram várias decisões, com destaque para a colocação de um retrato a óleo do patrono deste Instituto, António da Silva Maia (fig. 6).



Fig. 6 Pintura a óleo do retrato de António Silva Maia.
Fonte: Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão.

Na sessão da assembleia de 28 de junho de 1904, foi felicitado o sócio honorário, António da Silva Maia, por ter sido agraciado com a *Carta do Conselho do Governo Português*, que reconhecia o seu altruísmo pelo capital angariado no Rio de Janeiro, para assistência aos desfavorecidos tuberculosos do concelho de Vila Nova de Famalicão. Na mesma sessão, o vice-presidente,

Delfim de Carvalho, na qualidade de médico, informou que prestaria gratuitamente todo o serviço clínico do Instituto. A sede foi instalada provisoriamente, a partir de 1 de julho de 1904, nas dependências da casa pertencente a António Ferreira de Sousa Torres, passando definitivamente para a casa arrendada pelo Instituto, onde estava instalada a *Associação de Socorros Mútuos Famalicensenses*, onde funcionou até setembro de 1905. Para o serviço do dispensário e secretaria foi criado um posto de trabalho (IATSM, 1906).

A admissão dos doentes era realizada em conformidade com os estatutos, depois de apresentados os atestados, dirigiam-se ao dispensário para serem examinados pelo médico do Instituto para confirmação da doença, caso não fosse possível, o mesmo poderia ser efetuado no domicílio. Comprovando-se a doença, ficavam registados, em livro próprio, o diagnóstico, os antecedentes de saúde e respetivo tratamento. Ao doente, para além do tratamento médico, era fornecido um subsídio para a sua alimentação, roupas de cama e agasalhos e “além de uma escarradeira de banquinha, uma outra de bolso”, bem como, uma desinfecção do domicílio, que se estendia em caso de falecimento (IATSM, 1906).

Em agosto de 1904, a comissão técnica incumbida, da escolha de um novo local para construção do Sanatório do Instituto, foi do parecer que este deveria ser construído na vertente sul do Monte de Santa Catarina, a cerca de dois quilómetros da vila, uma vez que reunia o maior número de condições exigidas e ocupava uma área de 12.000 metros quadrados. António da Silva Maia custeou os terrenos e enviou 120\$000 réis para as obras, promovendo uma nova angariação de fundos, no Rio de Janeiro, que atingiu a importância de 500\$000 réis. Na figura 7 visualiza-se a planta do sanatório com a descrição (IATSM, 1906):

“Com a fachada voltada ao sul, como se vê na planta junta, o edifício tem de comprimento 20 metros por 10 de fundo. Na direcção de norte a sul está dividido quasi a meio por um corredor de 2 metros de largo, separando assim toda a parte sul, destinada aos aposentos dos doentes e galerias para a cura d’ar, da parte norte onde ficam instaladas as salas de jantar para os dois sexos, cozinha e arrecadações. Isoladas do edifício, mas com facil e imediato acesso, ficam as sentinas instaladas nos dois recantos posteriores do edifício: uma a nascente e outra a poente.

Esta divisão é referente ao primeiro pavimento do Sanatorio, quasi ao rez-do-chão, correspondendo-lhe o segundo superior, que ocupa mais do terço medio, do corpo do edificio, que está igualmente dividido por um corredor nas mesmas condições do primeiro e a elle parallelo, dividindo igualmente a parte sul tambem com galeria de ar, destinado aos doentes, da parte norte onde se acha o salão para as sessões da Directoria e as dependencias para o pessoal hospitalar.

Na parte media e sul do primeiro pavimento, fica uma sala espaçosa, destinada á observação dos doentes e a todo o serviço medico e de laboratório.”

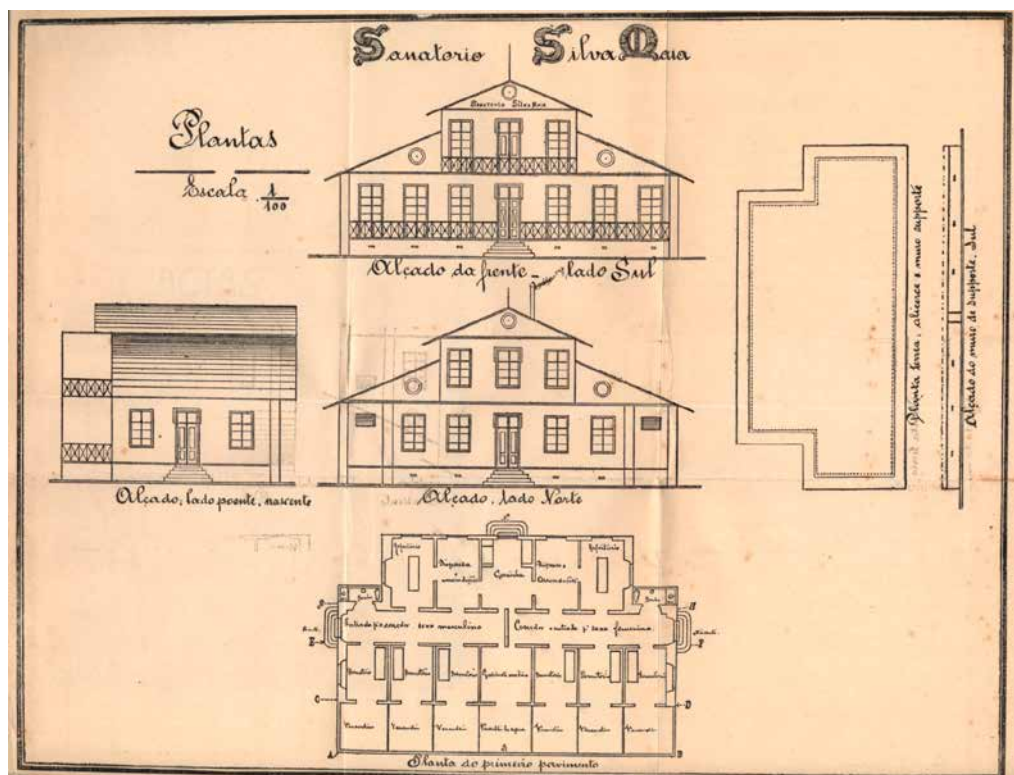


Fig. 7 Planta do Sanatório Silva Maia.
Fonte: IATSM, 1906.

Paralelamente registaram-se donativos, na sessão da assembleia de 30 de setembro de 1904, a oferta de uma máquina de desinfecção, pelo sócio benfeitor Álvaro de Castelões; a 9 de novembro a oferta de medicamentos, pelo sócio Rodrigo Ferreira de Carvalho; em novembro a oferta de 50\$000 réis por João José da Silva, sendo 24\$000 réis para a remissão de sócio e 26\$000 para fundo disponível, o que lhe valeu a nomeação de sócio benfeitor (IATSM, 1904). Ente outros, os donativos de António Silva Maia continuaram, segundo o registo da sessão de 12 de março de 1910, até ao dia 29 de novembro de 1909, tendo atingido o valor de 7.421\$315 réis (IATSM, 1910). Durante a primeira gerência do Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia (1 de julho de 1904 a 31 de dezembro de 1905) foi despendido com os doentes tuberculosos a importância de 456\$560 réis. Estiveram inscritos 16 doentes tuberculosos, sete do sexo masculino e nove do sexo feminino, como se observa no quadro 2, juntamente com os dados relativos ao número e ano de inscrição, sexo, freguesia, idade, profissão e condição médica, no anexo 1 pode consultar-se o relatório do médico Delfim de Carvalho (IATSM, 1906).

Quadro 2

Assistência a doentes tuberculosos no Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia

N.º de inscrição	Ano de inscrição	Sexo	Freguesia	Idade	Profissão	Com Melhorias	Sem melhorias	Falecido
1	1904	M	Joane	27	Tecelão			*
2		F	Arnosos S. Eul.	17	-			*
3		M	Gavião	35	Mineiro	*		
4		F	Antas	23	Costureira			*
5		F	Joane	26	Tecedeira			*
6		F	Gavião	27	Serviçal			*
7		M	Mouquim	31	Envernizador			*
8		M	Antas	27	Carpinteiro			*
9		F	Telhado	22	-	*		
10	1905	F	Carreira	70	Jornaleira		*	
11		M	Joane	40	Tecelão			*
12		F	Vermoim	24	Costureira	*		
13		F	V.N. Famalicão	36	Costureira		*	
14		M	Antas	50	Carpinteiro			*
15		M	Calendário	33	Sapateiro		*	
16		F	Calendário	16	Doméstica	*		

Fonte (IATSM, 1906).

Em sessão da assembleia de 30 de agosto de 1906, foi deliberado o concurso para o médico do Instituto, uma vez que este serviço foi prestado gratuitamente por Delfim de Carvalho, com um ordenado de sessenta mil réis anuais. No início do ano de 1907, foi nomeada uma nova direção presidida por José de Azevedo e Meneses Cardoso Barreto, com nomeação da primeira *Comissão de Exame de Contas e Escrituração* constituída por Joaquim José de Sousa Fernandes, Joaquim António Xavier de Faria e Manuel Pinto de Sousa. Na sessão da assembleia de 27 de janeiro, apresentaram-se contas para a aprovação de seis doentes, referindo uma alteração no apoio aos doentes tuberculosos inscritos:

“– Que todos os doentes tratados pelo instituto, que nos primeiros tempos recebiam para a sua alimentação o subsídio pecuniário de 150 reis diários, recebem atualmente e com mais aproveitamento, os géneros alimentícios, segundo as indicações medicas. – Que atualmente estão inscritos seis doentes, havendo mais um do que o número indicado, porque um dos tuberculosos recebe apenas litro e meio de leite por dia e, com tao diminuta despesa não quis a diretoria deixar de admitir mais

outro, que a muito requerera a sua inscrição e que estavam nas condições de ser admitidos. Que os doentes inscriptos são os seguintes: Manuel Jose Teixeira, de São Miguel de Seide; Elisio d'Araujo, de São Theago d'Antas; Margarida de Souza, de Joanne; Affonso Cardozo d'Almeida, de Requião; Jose Joaquim Moreira Junior, de São Sampaio de Seide, e Balbina d'Araujo de Gavião. Todos estes doentes, em pessoas de suas familias, vemm aos sabbados receber os generos, que consistem, para cada um, um kilo de carne, digo de bacalhau, um kilo d'arroz, duzentos e cinquenta grammas d'assucar, meio kilo de carne de coser e meio kilo de carne para bifes, havendo apenas um que recebe diariamente um litro e meio de leite e quinhentas grammas d'assucar, de quinze em quinze dias."

Três dos doentes referidos anteriormente, estiveram inscritos simultaneamente, no ano de 1906, na *Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicao* e no *Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia*.

Durante várias sessões da assembleia do Instituto foi registado o desenvolvimento das obras do sanatório. As obras de enchimento, cal grossa, tapamentos e divisões interiores, foram referenciadas na sessão de 22 de maio de 1908, com a finalidade de "*conservação do edificio e conforto dos doentes que de futuro o venham a habitar*". Conclui-se que nesta data o sanatório ainda não estava preparado para receber doentes (IATSM, 1908).

Em janeiro de 1909, foi nomeada nova direção, com o presidente Francisco Maria de Oliveira, vice-presidente Joaquim António Xavier Faria, 1.º secretário Henrique Garcia Pereira Martins, 2.º secretário Gaspar Pinto de Sousa, tesoureiro Joaquim Malvar e adjunto Jaime Valongo. Na sessão de 27 de junho de 1909, foi apreciado o ofício enviado pelo Conselheiro António da Silva Maia, presidente da *Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V*, do Rio de Janeiro, que menciona a intenção de internar no futuro sanatório cinco doentes tuberculosos, que no Brasil estavam a ser subsidiados por aquela instituição. O pedido foi aceite com a condição de pagamento de 1.500 réis diários e outras despesas obrigatórias. Foi proposto pelo médico Delfim de Carvalho, que apenas se admitissem doentes do 1.º e no máximo 2.º grau da doença, evitando assim doentes cuja cura seria impossível. O jornal *O Regenerador em 1909*, noticiou o descrédito do Instituto, principalmente porque queria acolher doentes de fora do concelho e sem cura (IATSM, 1911b). Sobre este assunto existe referência da troca de correspondência entre Francisco Maria de Oliveira e Silva, presidente do Instituto e o Conselheiro António da Silva Maia, presidente da *Real e Benemérita Caixa de Socorros D. Pedro V*. O Conselheiro Silva Maia referiu que enviou uma carta ao seu primo Delfim de Carvalho, informando do seu descontentamento "*mas a V. Ex.ª tomarei a liberdade de pedir que não o desalentem estas pequenas contrariedades, antes sirvam de fortalecer a vontade serena e forte de quem tem sido exemplo no desempenho da nobre missão que tomará e que outra não há mais digna*". Para combater esta campanha de descrédito do Instituto, a direção, através de um questionário, tentou obter pareceres de vários médicos

da especialidade, que foi publicado. O médico Tito Fontes que participou no questionário, em carta datada de 30 de junho de 1910, ao terminar a mesma fez um apelo a Delfim de Carvalho (IATSM, 1911b):

“Apenas lhe peço em nome dos tuberculosos pobres do concelho de Famalicão, que não distraia o seu precioso tempo por causa de criticos pouco consistentes, e que com o seu conselho, com a sua actividade e com a sua cultura intelectual continue a auxiliar uma modesta mas humanitária empreza, que bem merece de todos os que a ella se teem dedicado, desde o seu benemérito fundador, até aos seus desinteressados colaboradores.”

No 1.º semestre de 1909 até 1910, faleceram dois doentes que transitaram de 1907 (n.º 29 e n.º 30) e dois doentes inscritos em 1908 (n.º 41 e n.º 42). Dos novos inscritos faleceram oito, teve alta um e transitaram para a gerência de 1909-1911, quatro doentes, como se observa no quadro 3, juntamente com os dados relativos ao número e data de inscrição, sexo, idade, profissão e condição médica (IATSM, 1911b), o relatório do médico Delfim de Carvalho sobre os mesmos doentes pode ser consultado no anexo 2.

Quadro 3

Assistência a doentes tuberculosos no Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia

N.º de inscrição	Ano de inscrição	Sexo	Idade	Profissão	Com Melhorias	Sem Melhorias	Falecido
43	1909	M	32	Serralheiro	*		
44		F	36	Guarda Ferrov.			*
45		F	38	Tipografo			*
46		F	28	Costureira			*
47		M	24	Chapeleiro			
48		F	21	Costureira		*	
49		F	20	Tecedeira			*
50		F	31	Costureira		*	
51		M	23	Encadernador			*
52		1910	M	-	Pedreiro		
53	M		27	Sapateiro			*
54	M		57	Sapateiro			*
55	M		40	Pedreiro		*	

Fonte: (IATSM, 1911b).

Em maio de 1910, o sanatório ainda não estaria pronto para receber doentes, como podemos verificar na sessão da assembleia de 13 de maio de 1910 (IATSM, 1910):

“O senhor Oliveira e Silva disse, que tendo aparecido, por varias vezes, doentes affectados de tuberculose pedindo entrada no Sanatorio, para a cura d’ar, e como o estabelecimento ainda não funcionou e, portanto, a Directoria não pode tomar a responsabilidade do seu tratamento.”

Na sessão da assembleia de 13 de maio de 1910, ficou deliberado mudar a sede do Instituto para uma divisão do prédio do *Clube de Caçadores de Vila Nova de Famalicão*, tendo funcionado até setembro de 1911. O médico Delfim de Carvalho, na sessão de 12 de fevereiro de 1911, informou que existiam três vagas para doentes, reconhecendo que os rendimentos são escassos, pela diminuição de sócios contribuintes, sendo urgente a construção de uma estrada para o sanatório, sendo este um fator relevante na aceitação de doentes. No jornal *Estrela do Minho* (Sousa, 25 de março 1911, p.2) noticiou o tratamento contra a tuberculose usado pelo médico do Instituto, Delfim de Carvalho:

“(…) o ilustre clinico do Instituto sr. Dr. Delfim de Carvalho faz algumas considerações interessantes a propósito do tratamento da tuberculose. Segundo a sua auctorizada opinião, o tratamento mais racional d’esta doença deve ser feito pelos preparados do arsénico, principalmente pelo arsénico orgânico. Sobre estes assumpto aquele experimentado clinico faz referencias ao celebre 606, outro preparado arsenical, não o considerando especifico da syphilis, mas sim um medicamento aliás de alto valor, no tratamento de várias doenças (…)”.

Na sessão de 29 de julho de 1911, foi pedido ao Ministro do Interior que o subsídio concedido para a *Assistência Nacional aos Tuberculosos de Lisboa* à Câmara Municipal, passasse a ser concedido a favor do Instituto. Em fevereiro de 1912, registou-se o falecimento do Comendador Bernardino Costa e Sá que deixou um legado ao Instituto, no seu testamento. Na sessão de 11 de outubro de 1913 foi deliberado subsidiar excepcionalmente uma doente tuberculosa sem família que se encontrava num estado de pobreza absoluta, com duzentos réis diários, um colchão e dois lençóis. Mais uma vez, se concluiu que o sanatório não estava pronto para receber doentes.

A partir do ano económico 1918, o Instituto despendeu com os doentes tuberculosos as seguintes verbas: em 1918, 190\$00 escudos com subsídios em géneros; 4\$20 escudos com medicamentos e 10\$90 com roupas; 1918/1919, 248\$13 escudos em géneros e 1\$42 escudos em medicamentos; 1919/1920, 253\$40 escudos em géneros e 14\$01 escudos em medicamentos e desinfetantes; 1921/1922, 109\$70 escudos em géneros; 1922/1923, 228\$50 escudos em géneros e 18\$45 escudos em medicamentos; 1923/1924, 288\$50 escudos

em géneros (IATSM, 1904-1921; 1911b). Observa-se nas figs. 9 a 11, recibos de despesas com doentes tuberculosos:

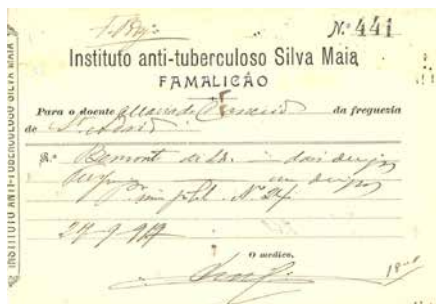


Fig. 8 Recibo passado a doente tuberculosa, 1919. Fonte: Arquivo SCMVNF.



Fig. 9 Recibo da Farmácia Valongo, 1922. Fonte: Arquivo SCMVNF.

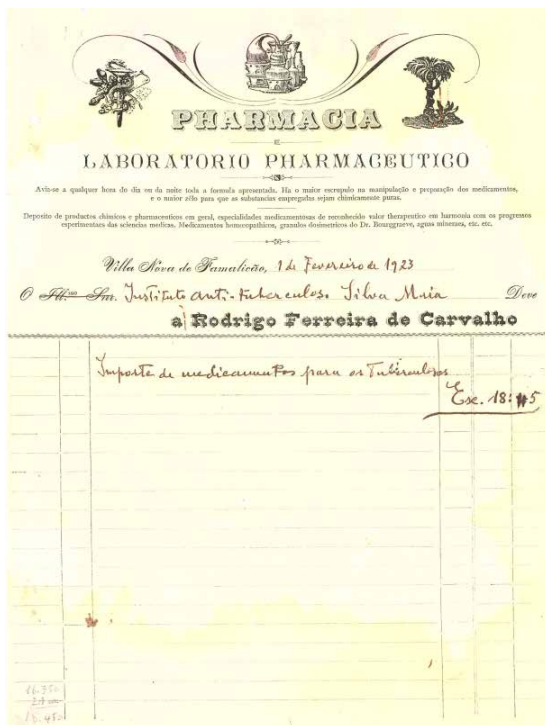


Fig. 10 Recibo da Farmácia Rodrigo de Carvalho, 1923. Fonte: Arquivo SCMVNF.

Na primeira sessão de 1919, a 20 de abril, a direção aumentou o ordenado anual do médico para a quantia de 90\$00 escudos. No mesmo ano, em sessão de 21 de junho, foi nomeada nova direção presidida por Alfredo Rodrigues da Costa, vice-presidente Francisco Correia de Mesquita Guimarães, 1.º secretário Manuel Correia de Azevedo, 2.º secretário Gaspar Pinto de Sousa, tesoureiro António Ferreira de Carvalho. Nos anos seguintes, até 1924, continuam a realizar-se sessões para apresentar relatórios de contas do Instituto. Em assembleia extraordinária de 17 de agosto de 1924, Delfim de Carvalho, presidente do Instituto, “mostrava o estado de ruína em que se encontrava o edifício do sanatório do Instituto Silva Maia, no monte de Santa Catarina, freguesia do Calendário, em consequência da falta de reparações e bem assim devidas ao vandalismo causado por individuos mal fasejos e ainda por não estar

concluído, o que muito concorreu para que o edificio sofresse a acção do tempo, e cresce ainda que por falta de recursos tem sido impossível colocar ali um guarda que impedisse os estragos nêle causados, e até frequentes roubos de materiais, como sejam – portas, fechaduras, telhas, etc. Atendendo que os recursos do Instituto eram muito reduzidos e não sendo possível reformar e concluir o edificio, impunha-se a necessidade de vender de todo o material (...)”. Esta decisão foi aprovada por unanimidade, no valor de 7.500\$00, por Manuel Ferreira Brandão e Artur Garcia de Carvalho. A direção reuniu a 16 de setembro de 1924, ficando deliberado que o produto da venda seria em benefício do Instituto, para subsidiar os doentes tuberculosos. Em 21 de março de 1926, realizou-se uma das últimas sessões da assembleia geral do Instituto, com a presença de alguns sócios, foi convidado o médico Delfim de Carvalho para dar conhecimento da situação do Instituto (Livro de Actas da Assembleia Geral do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia”, 5 junho 1904-21 março 1926, fls. 27-28):

“Atravessava infelizmente um período de decadência, não só por falta de recursos, mas até por falta de sócios (...). Esta instituição que prosperou sempre durante a vida do seu fundador, começou a decair pouco tempo depois do falecimento deste benfeitor (...). Atravessando nós agora uma fase pavorosa pelo aumento extraordinário da mortalidade pela tuberculose, devemos empregar todo o nosso esforço para que esta necessária instituição não desapareça. Para conseguirmos este fim apenas um meio vejo para dar-lhe o impulso necessário: é anexa-lo ao Hospital da Misericórdia desta Vila.”

Foi criada uma moção para salvaguardar os interesses e a independência do Instituto, a nomeação de uma comissão constituída pelo médico Delfim de Carvalho, Francisco Correia de Mesquita Guimarães e Joaquim José de Sousa Fernandes. A direção reuniu pela última vez, em sessão de 30 de novembro de 1926, para apresentar contas das gerências anteriores (Livro de Actas da Directoria do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” (20 junho 1904-30 novembro 1926), fls. 113-114)

“Disse o Senhor Presidente que convocou a Mesa Directora deste Instituto, a fim de apresentar as contas de receita e despesa, de mil novecentos e vinte e vinte e um, mil nove centos e vinte um e vinte e dois, mil nove centos e vinte e dois e vinte e três, mil nove centos e vinte e três e mil nove centos e vinte e quatro, que já foram aprovadas, na epocha competente, deixando-se de apresentar as dos anos económicos de mil nove centos e vinte e quatro e vinte e cinco, e mil nove centos e vinte e cinco e vinte e seis, pela razão de não se colher receita alguma nem se fazerem despêsas nesses anos, com os tuberculosos, e agora passar esse serviço e a sua administração para a gerência da Santa Casa da Misericórdia, desta vila, pela portaria do Ministerio das Finanças de trese de outubro findo, publicado no Diário do Governo, segunda série, numero duzentos e quarenta e sete, de vinte do

referido mês, e a quem vão ser entregues todos os haveres desta Instituição, ficando por isso esta Directoria sem efeito. Resolveu pois se enviassem as referidas contas ás entidades superiores para a sua aprovação.”

A aceitação desta proposta foi efetuada na sessão extraordinária de 28 de março de 1926 da Santa Casa da Misericórdia, concretizando assim, a aneção do Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia à Santa Casa da Misericórdia (SCMVNF). Em sessão extraordinária de 22 de abril de 1927, da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão, faz-se a primeira referência ao apoio a uma doente tuberculosa (Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N.º 6 (4 abril 1926-8 agosto 1943), fl. 29):

“(…) Disse o Senhor Provedor que tendo havido diversas opiniões sobre se deveria ou não ser internada a doente Laurinda Monteiro Guimarães, serviçal de Jaime Valongo, d’esta Vila, foi este o motivo desta reunião extraordinaria. Assim assistiu tambem o médico Dr. Delfim de Carvalho que declarou não dever ser internada a referida doente visto tratar-se de um doente com uma doença incurável – a tuberculose. Em face desta opinião do médico, a Mês resolveu terminantemente que não fosse internada, mas sim que se lhe desse dos rendimentos do Instituto Silva Maia, que esta Santa Casa administra, a quantia de cem escudos por uma só vez e mensalmente seis escudos, tudo isto dentro das forças dos rendimentos d’aquele Instituto.”

Na sessão de 4 de fevereiro de 1929, a Mesa da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão deliberou autorizar Vasco de Carvalho a converter o penedo, existente no terreno pertencente ao Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia, em pedra para seguidamente, se proceder à sua venda, com o objetivo de angariar fundos a favor do Instituto. A SCMVNF continuou a prestar assistência aos doentes tuberculosos, com o registo de doentes no *Livro Silva Maia*, entre os anos de 1929 a 1955, foram inscritos 252 novos doentes tuberculosos, dos quais faleceram 148. No quadro 4, observa-se o número de doentes registados, distribuídos por 37 freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão e total de doentes falecidos.

Quadro 4

Doentes registados no *Livro Silva Maia*, entre os anos de 1929 a 1955

Freguesia / Ano	1929	1930-1939	1940-1949	1950-1955
Abade de Vermoim		1		
Arnosos Sta. Eulália		3		
Antas	1	9	7	4
Avidos			1	
Bairro		1		
Bente		1		
Brufe		6	2	3
Cabeçudos		3		1
Calendário		25	7	12
Carreira		1		
Cavalões	1	2	2	
Cruz		1	1	1
Delães		1		
Esmeriz		4		1
Frados		1		
Gavião		8	1	4
Joane		9		
Lagoa			1	
Landim	1	6		1
Louro		7	3	1
Mogege	1			
Mouquim		1	2	2
Nine			1	8
Oliveira Sta. Maria		2		
Outiz		1		
Pedome		2	1	
Pousada de S.		2		
Requião		6	1	
Ribeirão		2	2	5
Ruivães		1		1
Seide S. Miguel		1		
Seide S. Paio		1		
Telhado	1	3		
Vale S. Cosme			1	
Vale S. Martinho		2		1
Vermoim		1		
V. N. de Famalicão	3	21	19	12
Faleceram	5	86	41	16

Fonte: Livro Silva Maia (1029-1955).

3. Assistência aos Tuberculosos do Concelho de Vila Nova de Famalicão

Por iniciativa de António Carvalho de Faria Júnior, foi fundado em Vila Nova de Famalicão a *Assistência aos Tuberculosos do Concelho*, no mês de maio de 1933. A Comissão Central era constituída por: António Carvalho de Faria Júnior, António Carvalho de Faria, Abílio Ferreira de Carvalho, Artur Garcia de Carvalho, Manuel José da Costa Moreira, Alberto Correia de Paiva e José Casimiro da Silva. Tinha como finalidade apoiar os doentes tuberculosos do concelho, bem como a construção de um sanatório, com um quarto destinado a cada freguesia. Com a intuito de chegar a toda a população famalicense, foram organizadas comissões com o mesmo número de membros em todas as freguesias do concelho, convidando para a constituição das mesmas, professores, médicos e os párocos.

Na sua primeira reunião, a 11 de maio de 1933, no salão nobre da *Associação Comercial e Industrial*, com a presença dos sete membros da comissão central, foi deliberado convidar todos os párocos, para nas suas igrejas, elucidarem os seus paroquianos acerca da doença da tuberculose. Defendiam a teoria de que “o *microbio de tuberculose não resiste aos raios de sol, e que o ar livre é alimento de um organismo contaminado*” (Silva, 7, 14 maio 1933, p.1). Esta iniciativa não vingou, mas em 1935, o projeto foi recuperado pela fundação do *Dispensário de Higiene e Profilaxia Social*. Para além de António de Carvalho Faria Júnior, grande entusiasta da antiga comissão, juntaram-se Álvaro Bezerra e Alfredo Pereira.

4. Dispensário de Higiene e Profilaxia Social

A 29 de junho de 1935 a *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Famalicenses*, nas comemorações do 8.º aniversário da sua fundação, inauguraram de forma oficial o *Dispensário de Higiene e Profilaxia Social*, para assistir os doentes desfavorecidos do concelho, sobretudo os tuberculosos, com sede na Associação. Este Dispensário contava com a colaboração de um corpo clínico, constituído pelos médicos famalicenses Artur Terroso, Sousa Fernandes, José Gomes da Costa Carneiro e Almeida Leal, que para além de consultas gratuitas, procediam ao respetivo tratamento. Vigiavam doentes com suspeita de tuberculose, tratando os que não poderiam ser internados, isolando-os nas suas casas e esclarecendo-os sobre medidas profiláticas. Para beneficiar deste apoio, os doentes tinham de apresentar atestado de pobreza ou indigência passado pela Junta de Freguesia ou pelo regedor, juntamente com a declaração do pároco da freguesia, conforme o modelo fornecido pelo Dispensário (Silva, 16 de junho 1933, p.1). Segundo o médico Almeida Leal “(...) *não limita este dispensário a sua acção á tuberculose porque para realizar a verdadeira profilaxia desta doença é preciso tratar os portadores de tantos outros males capazes de prepararem terreno bom para a sua propagação e esforçar-se-á por ser um centro de cultura do publico e de divulgação sanitária*

indicando, a quem as ignore, as medidas profiláticas necessárias” (Leal, 9 de junho 1935, p. 1).

No final do mês de julho já tinham sido socorridos 42 doentes. O Dispensário forneceu medicamentos, 129 consultas e tratamentos, 10 visitas domiciliárias gratuitas, sendo quatro efetuadas de madrugada. Destes 42 doentes, 18 tinham doenças respiratórias, dos quais seis eram tuberculosos, quatro com suspeita de tuberculose, cinco com bronquite crônica, três restantes com pleurite aguda, seis com doenças venéreas, sendo 5 destes diagnosticados com sífilis. O Dispensário contou com os valiosos esforços do diretor clínico, o médico Jaime de Almeida Leal, bem como o contributo dos sócios (Silva, 18 de agosto 1935, p.3). O Dispensário tinha inscritos até ao mês de setembro de 1935, 98 doentes; efetuado 450 consultas, tratamentos e 21 visitas domiciliárias (Silva, 10 de novembro 1935, p. 1). A 31 dezembro de 1935 e 6 de janeiro de 1936, realizaram-se dois espetáculos no Salão Olimpia, iniciativa de um grupo de famalicenses, em benefício dos tuberculosos pobres apoiados pela *Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Famalicenses* (Reinaldo, 5, 12 de janeiro 1936, p. 1). A partir de setembro de 1936, o Dispensário passou a vacinar gratuitamente crianças contra a varíola e, em 1937, os adultos. Em novembro de 1936 o Dispensário recebeu, de Narciso Pereira da Silva, seis cobertores para distribuir por igual número de tuberculosos pobres. De agosto de 1936 até ao final do ano o Dispensário efetuou 100 consultas e 201 tratamentos (J. C. da Silva, 1936).

5. Assistência aos Tuberculosos de S. Julião do Calendário

Devido ao aumento de doentes tuberculosos na freguesia de Calendário, principalmente entre as classes mais desfavorecidas, foi organizado um serviço de assistência, constituído por uma comissão constituída pelo grupo: Helena de Sousa Ribas, Joaquina Faria da Silva Moreira, Maria Bertila Garcia de Carvalho, Laura Angélica de Carvalho Matos, Arminda dos Reis Oliveira, Berta Veloso de Araújo, Carmen Folhadela de Carvalho, Argentina Carneiro Brandão, Lídia Paiva Simões e Firmina Gonçalves Ribeiro Bezerra. Esta comissão ficou incumbida de percorrer a freguesia para angariação de donativos (Silva, 17 de junho 1945, p. 2).

O serviço de assistência foi organizado em junho de 1945, e a 31 de dezembro já tinha distribuído medicamentos e géneros alimentares no valor de 5.222\$24 escudos. Foram contemplados cerca de doze doentes que receberam auxílio quinzenal. No Natal, os mesmos doentes receberam agasalhos no valor de cerca de 2.000\$00 escudos. Inicialmente esta assistência dependia de quotas mensais dos sócios e donativos. Os doentes foram identificados e observados por um médico, vigiados através de visitas periódicas com entrega de medicamentos, alimentação, agasalhos, conselhos básicos de higiene e profilaxia. Para isso contavam com a valiosa colaboração da classe médica famalicense, com destaque para o Dr. Leonardo Ilhão (Silva, 8 de julho 1947, p. 2).

Em 1947, a comissão obteve um subsídio de dez contos, do Governo Português através do subsecretário de Estado da Assistência Social Trigo de

Negreiros, continuando este apoio nos anos seguintes com o valor de seis mil escudos. J. C. da Silva (12 de dezembro de 1948) teceu grandes elogios ao trabalho da *Assistência aos Tuberculosos de S. Julião de Calendário*:

“São muitos milhares de escudos que todos os anos são angariados e distribuídos pelos tuberculosos pobres do Calendário, num reforço de alimentação que tem poupado muitas crianças à ameaça do terrível mal. É toda uma assistência moral e material que impressiona pela eficiência que se vem observado, quer no campo preventivo, quer na cura de alguns doentes, quer especialmente na profilaxia, isto é, nos hábitos de higiene e nos cuidados que os doentes requerem para ser detido ou reduzido o contágio”.

No mesmo editorial alude-se ao pedido da comissão para se agradecer publicamente a Nuno Simões, que auxiliou e deu a conhecer, ao subsecretário de Estado da Assistência Social, a dimensão da obra assistencial; e agradece-se aos proprietários do Salão Olimpia pelo valor angariado nos espetáculos e nas sessões de cinema, ao longo de vários anos.

Entretanto, houve “um alastramento da tuberculose que é verdadeiramente aterrador” (Silva, 4 de dezembro 1949, p. 4) na freguesia de Calendário, causando preocupação entre a população, sendo que a comissão já assistia vinte e cinco tuberculosos pobres, mas com alguma dificuldade. A mesma notícia informa que o subsecretário da Assistência Social concedeu um novo subsídio de 6.000\$00 a esta instituição.

Com o intuito de dar a conhecer o trabalho realizado em 1950 da *Assistência aos Tuberculosos de S. Julião do Calendário*, Argentina Carneiro Brandão concedeu uma entrevista ao jornal Estrela do Minho (Silva, 21 de janeiro 1951, pp. 1-2) onde se informa de vários assuntos: a assistência a vinte e dois doentes tuberculosos; para além do subsídio de seis mil escudos do governo, receberam mil escudos de Nuno Simões; despenderam com apoio aos doentes tuberculosos a quantia de 16.351\$54 escudos com produtos alimentares, 3.479\$10 escudos com medicamentos e 318\$50 escudos com agasalhos. Termina-se esta entrevista apelando à generosidade e frisando que sem o auxílio do Estado, de Nuno Simões, e outros nada poderiam fazer. Os donativos dos benfeitores são referidos na imprensa local (Silva, 23 de dezembro, 1951, p. 6):

“Do sr. Dr. Nuno Simões, o amigo número um daquela utilíssima e extremamente simpática instituição, 1.000\$00; do estimado calendarenses e importante no Rio de Janeiro, sr. Mauricio Lima, presentemente na sua «Vila Brasil», 500\$00; do também estimado calendarenses e grande comerciante no Rio de Janeiro, presentemente na sua casa de Barrimau, sr. Domingos Pereira, 100\$00; João Valério, activo comerciante e dedicado calendarenses adventício, 50\$00.”

No início do ano de 1955, os herdeiros de Helena de Sousa Dias Ribas, presidente da instituição, falecida no final do ano anterior, entregaram a quantia de cinco mil escudos. A 27 de junho de 1957 foi constituída uma associação, na freguesia de Calendário, denominada *Centro Paroquial de Assistência aos Tuberculosos Pobres de Calendário*, anteriormente designada de Centro Paroquial de Assistência aos Pobres (PT/SGMAI/GCBRG/HB/001/04746).

6. Dispensário de Assistência Nacional aos Tuberculosos de Vila Nova de Famalicão

A 8 de maio de 1947, Vila Nova de Famalicão recebeu o Dr. Castelo Branco, diretor do Instituto da *Assistência Nacional aos Tuberculosos*, com o objetivo de escolher o local para a construção do Dispensário Antituberculoso e juntamente com o Presidente da Câmara, percorreram vários terrenos no centro da vila, tendo feito o mesmo, a 11 de novembro, Trigo de Negreiros, subsecretário da Assistência Social (CMVNF, 1949).

A 18 de maio de 1952, o jornal *Estrela do Minho* publicou a carta de Nuno Simões dirigida ao Presidente da Comissão Municipal de Assistência de Vila Nova de Famalicão, onde mais uma vez dá provas do seu altruísmo, informando do acompanhamento dos trabalhos realizados pelo Trigo de Negreiros e os Serviços de Assistência no concelho de Vila Nova de Famalicão, reconhecendo que o que tem sido realizado tem sido insuficiente no combate à tuberculose no concelho. Tendo conhecimento de que a entidade oficial tinha intenção de construir um dispensário antituberculoso, Nuno Simões ofereceu a quantia de vinte mil escudos para a aquisição do terreno e lamenta apenas *“não poder aumentá-la e ampliar muito este como os outros insignificantes contributos que para o combate à miséria, à ignorância e à doença na minha aldeia e concelho natais e em outros a que me ligam laços de amizade, venho procurar dar”* (Silva, 18 de maio 1952, pp. 1-2). O Dispensário foi inaugurado a 5 de dezembro de 1956, dois anos após estar concluído, pelo subsecretário da Assistência Social, Melo e Costa. Coube ao tisiologista braçarense, Augusto Cerqueira Gomes, a direção desta nova instituição (Silva, 22 de julho 1956, p. 1).

Considerações finais

Este trabalho apresenta as instituições concelhias, as suas atividades e seus benfeitores no combate à doença da tuberculose: Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão (1902); Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia (1904); Assistência aos Tuberculosos do Concelho de Vila Nova de Famalicão (1933); Dispensário de Higiene e Profilaxia Social (1935); Assistência aos Tuberculosos de S. Julião do Calendário (1945); por fim o Dispensário de Assistência Nacional aos Tuberculosos de Vila Nova de Famalicão (1956).

Pretendeu-se dar a conhecer a história concelhia e as personalidades que mais se destacaram no auxílio económico e na angariação de fundos no início do

século XX, mas depara-se na segunda metade do século ainda muitos doentes desfavorecidos.

A comunidade local contribuiu na angariação de fundos através da realização de eventos beneficentes e na participação em sessões de cariz social promovidas pelo Salão Olimpia, um dos benfeitores destas instituições. Assim como, o auxílio económico dos benfeitores “brasileiros”, crucial na constituição de património das mesmas instituições.

A revisão literária efetuada, sobre este tema na região de Vila Nova de Famalicão, é um contributo para o conhecimento da assistência social e médica à doença da tuberculose, da intervenção dos cidadãos e dos governos locais para o combate.

Foi muito importante a ação de alguns publicistas como Manuel Pinto de Sousa e José Casimiro da Silva, com os artigos que escreveram na imprensa. Reconhece-se a importância dos jornais locais na literacia da saúde numa época que poucos tinham o ensino básico e não estavam esclarecidas as causas e a forma de combate à doença.

Bibliografia

- Bastos, A. (1904). *Malmequeres (versos)*. Tipografia Aliança.
- Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão [CMVNF]. (1949). *Quatro anos de Gerência: 1945 a 1948*. Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Carvalho, D. (1903, dezembro, 5). I Causas produtoras de tuberculose. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1903, dezembro, 12). II Hygiene dos escarros. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1903, dezembro, 19). II Hygiene dos escarros. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1903, dezembro, 25). II Hygiene dos escarros. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, janeiro, 2). III Habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, janeiro, 9). III Habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, janeiro, 23). III Habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, janeiro, 30). III Habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, março, 12). IV Salubridade das habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, março, 19). IV Salubridade das habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, março, 26). IV Salubridade das habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, abril, 2). IV Salubridade das habitações. *O Regenerador*, p. 2.
- Carvalho, D. (1904, abril, 9). IV Salubridade das habitações. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, abril, 23). V Hygiene alimentar. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, agosto, 6). V Hygiene alimentar. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, agosto, 20). VI Alcoolismo. *O Regenerador*, p. 1.
- Carvalho, D. (1904, agosto, 27). VI Alcoolismo. *O Regenerador*, p. 1.
- Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia [IATSM]. (1906). *Relatório do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” de Villa Nova de Famalicão relativo à primeira gerência de 1904-1905*. Tipografia Minerva.
- Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia [IATSM]. (1911a). *Estatutos do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” de Villa Nova de Famalicão (Reforma)*. Tipografia Aliança.
- Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia [IATSM]. (1911b). *Relatório do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” de Villa Nova de Famalicão: gerencia do 1.º semestre de 1909 e do anno económico de 1909-1910*. Tipografia Minerva.
- Leal, A. (1935, junho, 9). Assistência a doentes. *Estrela do Minho*, p. 1.

- Reinaldo. (1936, janeiro, 5). Récita de Caridade. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Reinaldo. (1936, janeiro, 12). Récita de Caridade. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Sá, J. D. (1901). *Lucta contra a tuberculose: these inaugural*. Tipografia Minerva.
- Silva, J. C. (1933, maio, 7). Semana da tuberculose. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Silva, J. C. (1933, maio, 14). Assistência aos tuberculosos do concelho. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Silva, J. C. (1935, junho, 16). Dispensário de Higiene e Profilaxia. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Silva, J. C. (1935, agosto, 18). Bombeiros V. Famalicenses. *Estrela do Minho*, p. 3.
- Silva, J. C. (1935, novembro, 10). Bombeiros Voluntários Famalicenses. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Silva, J. C. (1945, junho, 17). Assistência aos Tuberculosos S. Julião do Calendário. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Silva, J. C. (1947, junho, 8). O que é a obra de Assistência aos Tuberculosos Pobres de Calendário, pp. 1-2
- Silva, J. C. (1948, dezembro, 12). Uma obra linda e uma obra grande. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Silva, J. C. (1949, dezembro, 4). Assistência Social. *Estrela do Minho*, p. 1, 4.
- Silva, J. C. (1951, janeiro, 21). Uma obra formosíssima na vizinha Calendário. *Estrela do Minho*, pp. 1-2.
- Silva, J. C. (1951, dezembro, 23). Assistência aos Tuberculosos Pobres do Calendário. *Estrela do Minho*, p. 6.
- Silva, J. C. (1952, maio, 18). O Dr. Nuno Simões e as Obras Assistenciais da nossa terra: um importante donativo de 20 contos. *Estrela do Minho*, pp. 1-2.
- Sousa, M. P. (1900, fevereiro, 4). Fundo para a tuberculose. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1901, junho, 16). Assistência aos tuberculosos. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Sousa, M. P. (1902, agosto, 15). Tuberculose. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1903, maio, 24). Tuberculose. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1903, novembro, 1). Kermesse. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Sousa, M. P. (1903, novembro, 6). Para os tuberculosos. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1903, novembro, 15). Para os tuberculosos. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1903, novembro, 22). Para os tuberculosos. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1903, novembro, 29). Para os tuberculosos. *Estrela do Minho*, p. 1.
- Sousa, M. P. (1911, março, 25) Instituto Anti-Tuberculoso Silva Maia. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Sousa, M. P. (1911, maio, 7). Muito grave. *Estrela do Minho*, p. 2.
- Vieira, I. C. (2016). *Conhecer, tratar e combater a «peste branca»: a tisiologia e a luta contra a tuberculose em Portugal: (1853-1975)*. CITCEM/Edições Afrontamento.

Fontes Manuscritas

Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão:

Assistência aos Tuberculosos Pobres de Famalicão [ATPF]. (1904-1932). Livro Receita e Despesa. PT/MVNF/AMAS/AHBVF/A-A/002/0039.

Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Famalicão [AHBVVNF]. (1901-1932). Documentos diversos. PT/MVNF/AMAS/AHBVF/C/0005.

Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova de Famalicão (SCMVNF):

Livro de Actas da Assembleia Geral do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” (5 junho 1904-21 março 1926), fls. 27-28.

Livro de Actas da Directoria do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” (20 junho 1904-30 novembro 1926), fls. 2, 10, 32, 36, 49, 54, 63, 65-66, 74-75, 77, 80, 92, 113-114.

Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N.º 5 (3 agosto 1907-28 março 1926), f. 197.

Livro de Actas das Sessões da Mesa Regedora N.º 6 (4 abril 1926-8 agosto 1943), fls. 11-13, 29.

Livro Receita e Despesa do Instituto Anti-Tuberculoso “Silva Maia” N.º 1 (6 agosto 1904-30 junho 1921), fls. 203, 217, 231, 249, 255 e 261.

Livro Silva Maia (1929-1955), fls. 1-43.

Arquivo da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna:

Centro Paroquial de Assistência aos Tuberculosos Pobres de Calendário, anteriormente designada de Centro Paroquial de Assistência aos Pobres. PT/SGMAI/GCBRG/HB/001/04746.

Anexo 1

In IATSM, 1906.

- «**Inscrição n.º 1, em julho de 1904:** Doente do sexo masculino, casado, 27 anos, tecelão. Adquiriu a doença após as manobras d'Outubro de 1903. Habitava como militar impedido, a casa d'um oficial do exercito, cuja esposa sofria do peito. Na freguesia da sua residencia, onde a doença se manifestou, a tuberculose é ahí muitissimo frequente. Não ha antecedentes hereditários. Diagnostico: tuberculose pulmonar direita com hemoptyses, no período de fusão. Fallecido em 4 d'Outubro de 1904.
- Inscrição n.º 2, em julho de 1904:** Doente do sexo feminino, 17 annos, solteira, filha natural. Não há antecedentes hereditarios da linha materna. Limphatismo da doente e n'uma outra sua irmã mais nova. Insalubridade da habitação e insufficiencia alimentar notaveis. Na sua freguesia é tambem frequente a tuberculose. Diagnostico: Tuberculose pulmonar bi-lateral; amolecimento no pulmão direito e infiltração no esquerdo. Fallecido em 17 d'Agosto de 1904.
- Inscrição n.º 3, julho de 1904:** Doente do sexo masculino, de 35 annos, casado, mineiro. Antecedentes hereditarios: o pae falecido por doença pulmonar, uma irmã com hemoptyses. Reside ha dois annos n'uma freguesia onde a tuberculose é rara. Diagnostico: Tuberculose no pulmão direito no primeiro periodo, com hemoptyses. Melhorado. Passou para 1906.
- Inscrição n.º 4 em julho de 1904:** Doente do sexo feminino, de 23 annos, solteira, costureira. Não ha antecedentes hereditarios. Amenorrhæa e lencorrhæa como antecedentes da doente. Diagnostico: Tuberculose do pulmão direito em fusão. Hemoptyses. Fallecida em 23 de setembro de 1904.
- Inscrição n.º 5 em Agosto de 1904:** Doente do sexo feminino, 26 annos, casada, tecedeira. Habita a mesma freguesia do doente n.º 1. Nada se apurou em relação aos seus antecedentes hereditarios. Ha amenorrhæa e lencorrhæa. Diagnostico: Tuberculose no pulmão esquerdo com amolecimento. Fallecido em 28 d'Outubro de 1904.
- Inscrição n.º 6 em Setembro de 1904:** Doente do sexo feminino, 27 annos, casada, serviçal. Habita a mesma freguesia do doente n.º 3. Não ha antecedentes hereditarios. Antecedentes sifilíticos da doente: A doença foi contrahida na cidade do Porto. Diagnostico: Tuberculose no pulmão direito, em fusão, com hemoptyses. Fallecida em 31 de Janeiro de 1905.
- Inscrição n.º 7 em Outubro de 1904:** Doente do sexo masculino, 31 annos, casado, ervenizador. Não ha antecedentes hereditarios. Os paes ainda vivos e regularmente robustos; os avós falecidos em idade muito avançada. É um alcoólico. Diagnostico: Tuberculose do pulmão direito e larynge com hemoptyse. No período de fusão. Fallecido em 18 de Novembro de 1904.
- Inscrição n.º 8, em Novembro de 1904:** Doente do sexo masculino, 27 annos, casado, carpinteiro. Paes tuberculosos. Diagnostico: Tuberculose pulmonar direita e da larynge, com hemoptyses. No período de fusão. Fallecido em 27 de dezembro de 1904.
- Inscrição n.º 9, em Dezembro de 1904:** Doente do sexo feminino, 22 annos, solteira. Amenorrhæa. O pae é de constituição fraca, assim como o são quatro irmãs e dois irmãos da doente. Diagnostico: Mal de Pott e infiltração de pulmão direito. Hemoptyses. Muito melhorada. Passou para 1906.
- Inscrição n.º 10, em Janeiro de 1905:** Doente do sexo feminino, 70 annos, casada, jornaleira. Nada se apurou com relação aos seus antecedentes. Diagnostico: Tuberculoses do pulmão direito com amolecimento. Alta em 16 d'Agosto de 1905. No mesmo estado.
- Inscrição n.º 11, em Dezembro de 1904:** Doente do sexo masculino, 40 annos, casado, tecelão. É natural da freguesia do doente n.º 1, onde reside. Sem antecedentes hereditarios. Diagnostico: Tuberculose pulmonar direita em fusão. Fallecido em 27 de Janeiro de 1905.
- Inscrição n.º 12, em Fevereiro de 1905:** Doente do sexo feminino, 24 annos, costureira. Sem antecedentes hereditários. Diagnostico: Tuberculose insipiente do pulmão esquerdo. Melhorada: Teve alta em 16 de Agosto de 1905.
- Inscrição n.º 13, em Fevereiro de 1905:** Doente do sexo feminino, 36 annos, viúva, costureira. A mãe e um irmão morreram tuberculosos. Soffreu, em creança, de tumores escrofulosos no pescoço. Diagnostico: Tuberculose pulmonar direita com amolecimento e infiltração no pulmão esquerdo. Passou para 1906.

- Inscrição n.º 14, em Fevereiro de 1905:** Doente do sexo masculino, 50 anos, viúvo, carpinteiro, pae do doente n.º 8. A mulher morreu tuberculosa. Diagnostico: Tuberculose do pulmão direito e esquerdo no periodo de amolecimento. Fallecido em 11 de Dezembro de 1905.
- Inscrição n.º 15, em Fevereiro de 1905:** Doente do sexo masculino, 23 anos, casado, sapateiro, Não ha antecedentes hereditários. Diagnostico; Tuberculose pulmonar esquerda em fusão. Passou para 1906.
- Inscrição n.º 16, em Setembro de 1905:** Doente do sexo feminino, 16 anos, solteira, serviço de casa. Não ha antecedentes hereditarios. Diagnostico; Tuberculose insipiente do pulmão esquerdo. Passou para 1906.

Considerações finais

Do numero limitado de tuberculosos tratados pelo Instituto durante esta primeira gerência, que foi de 18 mezes, não se conclua que a tuberculose no concelho seja doença rara na classe dos trabalhadores e indigentes. Um considerável numero de tuberculosos affluu ao Dispensario durante este período, eram ser requerendo a sua inscrição, os quaes não podéram ser atendidos, em virtude dos poucos recursos de que dispõe ainda a instituição. Era infelizmente impossivel atender a todos os doentes, sem grave prejuizo do tratamento dos inscriptos.

Dos 16 admitidos faleceram, como se vê no respectivo mappa, 9; melhoraram 4; passaram para a gerência seguinte 3 e tiveram alta 2.

Convem declarar que a alta aos dois tuberculosos foi unicamente resolvida, em virtude de grande affluencia de doentes incidindo n'aquelles em que as suas condições eram menos precárias. Sendo certo também que é impossivel ao Instituto trata-los permanentemente para evitar, como é obvio, os inconvenientes que pôdem resultar para a importancia d'este Instituto, com constantes recusas na admissão de novos doentes.

Não são, como igualmente se vê do movimento dos doentes insignificantes os beneficios prestados pelo Dispensario: os doentes nos 3, 9, 12 e 15 melhoraram e é de supor que o n.º 16 em breve tenha alta, em consequência do seu estado ser actualmente já bastante lisonjeiro, podendo registrar-se um caso de cura, pelo menos aparente, permitindo assim que o doente possa empregar-se nas suas occupações ordinárias.

Os beneficios d'esta Instituição refletem-se também e muito directamente na familia dos tuberculosos pela aquisição de noções mais preciosas sobre o contagio da tuberculose, sobre as suas causas e condições hygienicas a que se deve atender, para evitar a sua propagação.

Registo a este proposito as requisições que agora se vão fazendo ao Instituto para desinfecções nos domicilios, onde se dão casos de tuberculose, pratica esta aliás significativa e que por assim dizer era desconhecida antes da sua fundação. Não quer isto dizer que o Instituto esteja já armado com todos os elementos necessarios n'um posto de desinfecção, mas, sem embargo d'isso e com os recursos que dispõe, beneficiou tanto quanto lhe foi possivel os domicilios dos doentes inscriptos, que faleceram.

Mais vantajosos serão indubitavelmente os resultados quando esta benemérita instituição poder prestar os seus serviços no Dispensário e Sanatório.

Dispensário do Instituto Anti-Tuberculoso «Silva Maia», 31 de dezembro de 1905.

O MEDICO, Delfim de Carvalho.»

Anexo 2

In IATSM, 1911b.

«Inscrição durante o anno de 1909

- N.º 43** – Inscripto em 2 d'abril. Doente do sexo masculino, casado, 32 anos, serralheiro. Ascendentes robustos. É alcoólico, soffrendo há bastante tempo d'uma dyspepsia originaria no abuso das bebidas alcoólicas. Diagnostico: Tuberculose no vertice do pulmão esquerdo com invasão da larynge, no 1.º periodo. Hemoptyses. Passou para julho de 1910, bastante melhorado.

- N.º 44** – Inscrito em 9 d’abril. Doente do sexo feminino, viúva 36 annos, guarda dos Caminhos de Ferro do Minho. Nada se encontra nos seus antecedentes pessoais e hereditarios. Diagnostico. Tuberculose pulmonar bilateral, em fusão no pulmão esquerdo. Fallecida em 10 de maio de 1909.
- N.º 45** – Inscrito em 7 de maio. Doente do sexo masculino, 38 annos, casado, typographo. É alcoólico. Diagnostico. Tuberculose pulmonar no ultimo periodo. Hemoptyses frequentes. Fallecido em 13 d’Agosto de 1909.
- N.º 46** – Inscrito em 7 de julho. Doente do sexo feminino, solteira, 28 annos, costureira. É descendente d’um pae escrofuloso. Anemia há cêrca de 7 annos e deficiência alimentar. Diagnostico: Tuberculose bilateral, em fusão no pulmão direito. Hemoptyses. Fallecida em 12 d’Agosto de 1909
- N.º 47** – Inscrito em 21 d’Agosto. Doente do sexo masculino, viúvo, 24 annos, chapeleiro. É alcoólico e de vida desregrada. Diagnostico. Tuberculose pulmonar bilateral no 2.º periodo. Hemoptyses frequentes. Alta em 27 de novembro, por desobediência e desacatos.
- N.º 48** – Inscrito em 27 d’agosto. Doente do sexo feminino, solteira, 21 annos, costoreira. Anemia e dysmenorrhêa ha três annos. Diagnostico. Tuberculose do pulmão esquerdo no periodo de amolecimento. Passou para julho de 1910
- N.º 49** – Inscrito em 2 de setembro. Doente do sexo feminino, solteira, 20 annos, tecedeira. Nunca foi menstruada. Há quatro annos que sofre d’uma entrite com diarrhêa quasi continua. Diagnostico – Tuberculose do pulmão direito no 3.º periodo, consecutivo à tuberculose abdominal(?). Fallecida em 27 de novembro de 1909.
- N.º 50** – Inscrito em 2 de dezembro. Doente do sexo feminino, viúva, 31 annos, costoreira. O marido morreu tuberculoso: tem uma parenta proxima affectada de tuberculose pulmonar. Diagnostico – Tuberculose do pulmão esquerdo, apenas infiltrado no vertice. Hemoptyses. Passou para julho de 1910.
- N.º 51** – Inscrito em 9 de dezembro. Doente do sexo masculino, casado, 23 annos, encadernador. Pouco desenvolvido – Ha tres annos que sofreu de gripe de forma thoracica. Diagnostico – Tuberculose no 2.º periodo, do pulmão esquerdo, e laryngite. Hemoptyses frequentes. Fallecido em 2 de janeiro de 1910.

Inscrição durante o 1.º semestre de 1910

- N.º 52** – Inscrito em 2 de março. Doente do sexo masculino, casado, pedreiro. Nada se apurou nos seus antecedentes. Diagnostico. Tuberculose pulmonar bilateral, no periodo d’amolecimento, e laryngite. Fallecido em 10 do mesmo mez.
- N.º 53** – Inscrito em 23 de março. Doente do sexo masculino, casado, 27 annos, sapateiro. Na historia do doente encontra-se um tio e uma prima falecidos de tuberculose, tendo tambem fallecido o pae de doença de peito. Diagnostico. Tuberculose pulmonar bilateral do 1.º periodo com grande enfraquecimento geral. Fallecido em 31 de maio de 1910.
- N.º 54** – Inscrito em 20 de junho. Doente do sexo masculino, casado 57 annos, sapateiro. Um filho falecido de tuberculose pulmonar. Estava inscripto no Instituto. É algum tanto alcoolico. Diagnostico. Tuberculose do pulmão esquerdo ao ultimo periodo. Fallecido em 30 do mesmo mez.
- N.º 55** – Inscrito em 29 de junho. Doente do sexo masculino, casado 40 annos, pedreiro e tamanqueiro. Soffria ha poucos mezes d’uma Hemorrhagia pulmonar abundante por causa d’um resfriamento. Diagnostico. Tuberculose do pulmão direito no 1.º periodo. Hemoptyses. Passou para julho de 1910.»

3.10 Uma experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa

→ Carlo Bifulco e
Manuela Araújo

A experiência desenvolvida

A agenda do Parque da Devesa, em Vila Nova de Famalicão, convida os cidadãos de todas as idades para inúmeras atividades, científicas, culturais, desportivas, de saúde e bem-estar. Neste quadro geral, em maio de 2024, foi experimentada uma sessão de uma prática de bem-estar que desde 1982, a partir do Japão se está a espalhar por todo o mundo. Esta prática no Japão é chamada “imersão na floresta”, 森林浴 que é transliterado in *Shinrin Yoku*, que na literatura científica internacional é traduzida como *Forest Bathing*.

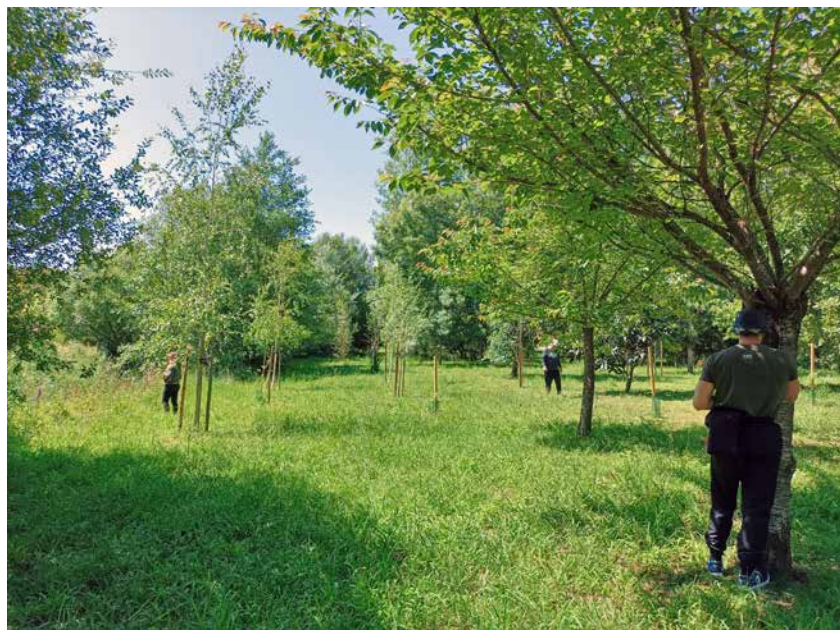
Esta primeira sessão, anunciada nos canais usuais das atividades propostas no parque, envolveu treze participantes, entre público em geral e elementos da Equipa de Gestão do Parque da Devesa.



Fig. 1 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Círculo de apresentação.

A sessão decorreu das 10h30 às 13h30. No início houve uma apresentação verbal da atividade que seria desenvolvida e das pessoas que participavam nesta experiência; depois, ao longo de um percurso circular com cerca de 1500 metros, os participantes, em lugares escolhidos especificamente para cada atividade, foram convidados a focar a sua atenção na interação dos seus sentidos com o ambiente envolvente, a desacelerar o próprio caminho concentrando a sua atenção nas próprias sensações, andando à procura de cores e do que era perto e do que era longe; foram convidados também a procurar um lugar que fosse apelativo no qual pudessem descansar, e árvores com as quais entrassem em contacto.

Fig. 2 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa:
Explorando a natureza com os sentidos.



O POMS é um teste psicológico padrão formulado por McNair *et al.* (1971) e foi utilizado pela primeira vez no âmbito do Forest Bathing por Qing Li *et al.* (2012) e utilizado por Park *et al.* (2010), na análise dos efeitos do forest bathing em 24 florestas japonesas.

O Forest Bathing e a sua eficácia

O *Forest Bathing* (cuja tradução em português foi patenteada e não pode ser usada...) não é uma atividade desportiva, e por isso não é preciso um físico atlético, como quando se enfrenta uma subida pelos trilhos dos cumes das montanhas; não é uma excursão naturalística nas quais aos participantes são apresentadas e identificadas plantas, árvores e animais; não é um passeio

ecológico no qual se explica como funciona o ecossistema. É uma prática que tem o objetivo principal de reconectar as pessoas com a natureza e que normalmente demora entre duas horas e meia e três horas. Preferencialmente desenvolve-se em áreas com poucas diferenças de nível, percorrendo curtas distâncias, normalmente cerca de um quilómetro, e fazendo algumas paragens. Para se desenvolver atividades de *Forest Bathing* é comum procurar-se locais facilmente acessíveis. Deste modo, também pessoas com algumas deficiências podem praticá-las sem problemas.

Sendo o objetivo entrar em contacto com a natureza e sentirmo-nos intimamente parte dela, claramente deve-se atuar numa área na qual a presença da natureza seja preeminente.



Fig. 3 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Desacelerando em pares.

As investigações mostraram que a prática do *Forest Bathing* reduz os sintomas de ansiedade, depressão, raiva, reduz o stress e as hormonas do stress, e melhora a força física. Foram demonstradas (Li *et al.*, 2009; 2010, 2011) correlações positivas entre o desenvolvimento das práticas e:

- o crescimento em número e atividade das células NK do sistema imunitário,
- a redução da presença de adrenalina, noradrenalina e cortisol no organismo,
- o aumento da duração do sono,
- o aumento dos níveis de serotonina.

Fig. 4 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa:
Sentir-se parte da natureza.



Com os resultados dos seus estudos publicados em revistas científicas e posteriormente recolhidos nos seus livros, o Prof. Qing Li demonstrou que os benefícios do Forest Bathing são os resultados da resposta do nosso organismo à exposição aos monoterpenos¹ (ISPS-CNR, 2012) e iões negativos presentes em florestas e ambientes naturais (Krueger, 1976; NIKKEN RESEARCH INSTITUTE, s.d.). Outros investigadores (Ulrich, 1979, 1983; Kellert, 1993; Kaplan, 1995; Stigsdotter & Grahn, 2002; Wilson, 2004; Ohly *et al.*, 2016; Wyles *et al.*, 2019) trabalharam nos arquétipos da paisagem e nos seus efeitos psicológicos e emocionais, ativados pelas atividades de conexão com a natureza praticados pelos participantes, encontrando resultados que reforçam a congruência dos efeitos gerais das atividades de *Forest Bathing* nas pessoas.

1 Monoterpenos são hidrocarbonetos (C10) produzidos pelas plantas (fitoquímicos), são os principais constituintes dos óleos essenciais, e são emitidos pelas folhas de árvores em quantidades consideráveis.

Vale a pena dizer que a investigação científica sobre os monoterpenos e os benefícios do Forest Bathing está a evoluir rapidamente e a produzir cada vez mais resultados, bastando fazer uma pesquisa na internet utilizando estas palavras-chave para encontrar artigos mais recentes e focados em aspetos mais particulares.

Tudo isto para dizer que o *Forest Bathing* é um assunto sério (Rotte et al. 2019).

A génese do Parque da Devesa

O Parque da Devesa é o resultado de uma aspiração da população de Vila Nova de Famalicão que vem pelo menos dos anos 50 do século passado. Essa aspiração refere-se a um território situado a nascente do centro urbano e ao longo do rio Pelhe, onde existiam quintas agrícolas abandonadas por décadas, e que constava como espaço verde nos instrumentos de gestão territorial antigos – desde as intenções do Antepiano de Urbanização de Vila Nova de Famalicão de 1951, e posteriormente no Plano Parcial de Urbanização da Zona Oriental da Cidade, de 1971, onde constava como “espaço verde e corredores verdes”.

Em 2002, o Presidente da Câmara Municipal, Armindo Costa, assumiu como objetivo a criação de um parque nessa zona; a compra da Quinta da Devesa foi aprovada em Assembleia Municipal em 20 de fevereiro de 2009, a assinatura do auto de consignação da empreitada foi em 14 de junho de 2011, e o Parque da Devesa foi inaugurado em 28 de setembro de 2012 (Município de Vila Nova de Famalicão, 2012).



Fig. 5 Parque da Devesa, outubro 2018.

A construção do parque, para além do Município, envolveu uma Parceria para a Regeneração Urbana, com os parceiros ADRAVE, a Associação de Moradores das Lameiras, a CESPU e o CITEVE. O arquiteto responsável foi o famalicense Noé Diniz, e para além dos espaços verdes, percursos, requalificação das margens do rio, foram reconstruídos os edifícios habitacionais e rurais preexistentes, dando origem à Casa do Território, aos Serviços Educativos, sítio da Arqueologia e ao restaurante / cafetaria. Foram ainda, construídos, de raiz, o Anfiteatro, e o edifício de apoio ao parque.

O rio Pelhe foi um elemento crucial e estruturante do projeto do parque, tendo sido reabilitado quer a nível da despoluição da água quer a nível da requalificação das margens; foram criados espelhos de água através da construção de açudes, e foi reconstruído o moinho, que agora tem função pedagógica com as suas paredes em vidro. Sendo a água um elemento importante na paisagem e vivência do parque, foi criado um lago na zona sul do parque, promovendo também a biodiversidade, a aprazibilidade do parque e ainda fornecendo água para a rega do mesmo.

Doze anos depois da sua abertura, o Parque da Devesa, pelo espaço em si, pela gestão sustentável e pelas dinâmicas que empreende e que recebe, configura-se como um polo de atração muito forte na cidade de Vila Nova de Famalicão, quer a nível de lazer e desporto, quer a nível de atividades educativas e culturais, sendo muito frequentado e acarinhado pelos famalicenses.

Zonamentos e estratégias de gestão do Parque da Devesa

O Parque da Devesa é constituído por diversas zonas, representando funções, paisagens e habitats diferentes, que se vão descobrindo ao percorrer o parque pelos seus caminhos principal ou secundários, ou mesmo pelos percursos provisórios que na primavera e verão são desenhados e “cortados” por entre o prado alto.

Como estratégias de promoção da biodiversidade, para além de não se cortar a vegetação nas margens do rio (salvo em alguns pequenos troços), há zonas, sobretudo as inclinadas, em que o prado só é cortado sazonalmente, 2 ou 3 vezes por ano; desta forma, a vegetação herbácea dá flor, fruto e semente, ressemeando-se e permitindo alimentar várias espécies de vertebrados e invertebrados, que por sua vez são alimento para outras espécies; acresce ainda que são preservados maciços arbustivos espontâneos, como codeços, tojos ou estevinhas, especialmente nas zonas altas, que funcionam como zonas de abrigo e proteção de várias espécies de vertebrados e como alimento para polinizadores. Deverá ser também assinalado que na manutenção corrente do parque não são utilizados pesticidas nem adubos de síntese, salvo em algum caso pontual devidamente fundamentado (por exemplo a eliminação dos ninhos de vespa asiática).

Aquando da construção do parque, foram mantidas a maioria das árvores autóctones preexistentes na quinta, como carvalhos, sobreiros, choupos

e salgueiros, mas também espécimes importantes de exóticas não invasoras, como as sequoias, pseudotsugas e as camélias centenárias; mantiveram-se também alguns eucaliptos com o objetivo de precaver zonas de sombra, que face à extensa área do parque, não eram muitas. No entanto, uma grande parte da vegetação existente, e devido ao abandono de décadas, eram árvores e arbustos de espécies invasoras, sobretudo acácias como as mimosas ou austrálias, que foram removidas. Posteriormente foram plantadas, na altura da construção, perto de duas mil árvores e arbustos novos.

A área verde do parque dividiu-se nos seguintes zonamentos (Moreira, 2015):

1 – Maciços de bordadura – nas orlas mais exteriores do parque, constituídas essencialmente por conjuntos densos de árvores coníferas e outras árvores de folha persistente, como os ciprestes, as casuarinas, e os pinheiros, cujo objetivo foi separar visual e fisicamente do centro urbano, para que quem usufrua do parque se possa abstrair do bulício da cidade.

2 – Bosque: na parte mais alta e inclinada do parque, foram preservadas as sequoias, os carvalhos e pseudotsugas, e foram plantadas muitas árvores, sobretudo autóctones, com o objetivo de promover a biodiversidade, como os carvalhos, os castanheiros, as nogueiras, os pinheiros mansos; mas também foi previsto um bosque de bordos e de bétulas.

3 – Maciços de transição: sobretudo entre o caminho principal e os secundários foram plantadas árvores e arbustos prevendo a transição de zonas fortemente arborizadas para as zonas mais amplas de prado, onde encontramos carvalhos, faias, fotínias, carpas e também várias fruteiras que foram mantidas das quintas originais.



Fig. 6 Parque da Devesa, abril 2024

4 – Faixa de vegetação ripícola: ao longo do rio foram preservados vários exemplares de choupos, salgueiros, amieiros, freixos e ulmeiros, e foram plantadas novas árvores destas espécies. Após a requalificação das margens, uma extensão grande das mesmas ficou mais despida; no entanto, com o objetivo de promover a biodiversidade e a fixação das margens, em 2014 deixou de ser cortada a vegetação nas margens, o que fez com que se instalassem espontaneamente, em grande parte dessas zonas, muitos amieiros e também salgueiros que já se encontram hoje com um porte considerável.

5 – Zonas extensas de prados: uma grande parte da área verde do Parque da Devesa tem instalados prados floridos, cujo objetivo é promover a biodiversidade, permitindo o surgimento de espécies espontâneas, e também de sustentabilidade, pois a necessidade de rega é incomparavelmente inferior aos relvados ornamentais, que foram previstos apenas junto aos edifícios.

Em 2017-2018, e na sequência da queda ou morte de algumas árvores das originais, devido a intempéries ou que terão sofrido com as obras em 2011-2012, bem como da necessidade de se preverem mais zonas de sombra, foi realizado um projeto paisagista pela empresa XScapes (2018), “Assessoria de projeto e definição de linhas estratégicas para valorização do ecossistema do Parque da Devesa”. Este projeto teve como objetivos definir linhas de evolução e manutenção dos cobertos vegetais como potencial de biodiversidade florística e faunística e gerir as vistas existentes como um potencial de fruição estética e funcional. Foram definidas 3 tipologias de vegetação: clareira, mata esparsa e mata densa, tendo em conta, no desenho, já a sua consolidação futura. Foram também definidos diferentes habitats mediante a origem das espécies existentes em cada zona, com base nos quais foram selecionadas as novas espécies a plantar.

A partir deste projeto, foram já efetuadas plantações, em 2021 e 2023 de mais de mil árvores e também várias dezenas de arbustos, que se encontram em crescimento e que permitirão no futuro a consolidação dos diferentes habitats do parque, a fruição de mais zonas de sombra e o aumento da biodiversidade.

Onde aproveitar das árvores e das florestas

Nem todas as florestas são iguais, nem o são os espaços naturais. Por outro lado, na Europa com toda a sua história milenar, não existe um território que não tenha sido explorado ou modificado pelo Homem. Hoje, os territórios que mais se assemelham a espaços naturais – em que a natureza pôde gerir com os seus mecanismos – são aqueles que ficaram durante muito tempo inacessíveis; um exemplo deles é o território que outrora foi chamado a “Cortina de Ferro”, onde ninguém podia estar, que separou a Europa Ocidental dos países COMECON e que ultimamente foi classificado como corredor ecológico “o Cinturão Verde Europeu” (European Greenbelt, 2018). Mesmo quando falamos de uma floresta, por exemplo um pinhal composto apenas por pinheiros



Fig. 7 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Falando sobre o seu lugar na natureza.

bravos, estamos a falar de um espaço que poderíamos melhor definir como quase natural ou paranatural, talvez construído pelo homem com a reflorestação. Neste contexto geral, para fazer *Forest Bathing*, será melhor uma floresta de talhadia, que é cortada a cada 15-30 anos, ou uma floresta de árvores altas que é cortada a cada 100 anos? será melhor ir para um local onde encontramos árvores de apenas uma espécie ou onde podemos encontrar diferenças nas espécies, nos ambientes e no espaço que visitamos?

Os critérios para definir um espaço, um percurso, como adequado à prática de *Forest Bathing* podem responder a diversas exigências. Por exemplo, se a minha atividade durar três horas, quantas horas de viagem estou disposto a fazer para lá chegar com o meu carro? E quanto tempo terei de caminhar até encontrar o local onde iniciar? Estaremos longe de fontes de poluição ou de perturbação sonora? Será fácil encontrar um parque de estacionamento ou uma série de serviços de apoio como restaurantes, bares, sanitários? O percurso inclui subidas e descidas íngremes ou pode ser percorrido facilmente sem um físico particularmente treinado? Pelo caminho vamos encontrar uma paisagem sempre igual ou poderemos ter alternâncias de floresta e clareiras, alternância de locais sombrios e soalheiros, ou talvez uma pequena ribeira? A presença de animais será importante ou poderão assustar e incomodar quem não está habituado a espaços rurais? A presença de elementos construídos ou artificiais poderá ser tolerável ou não?

Fig. 8 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Círculo de partilha.



Não só as árvores, mas também as outras plantas produzem monoterpenos. São sobretudo estes compostos que influenciam o bem-estar das pessoas através do sistema parassimpático. Sabemos quais as plantas e quais as árvores que produzem maiores quantidades de monoterpenos, quais os monoterpenos que uma espécie produz (Pio *et al.*, 1993; ISPS-CNR, 2012; Meneguzzo *et al.*, 2019; Bach *et al.*, 2020). Se os monoterpenos são substâncias voláteis, seremos capazes de os respirar quando está vento? Algumas publicações dizem-nos que na Europa Mediterrânica há determinados momentos do dia em que a emissão de monoterpenos é maior, e meses em que é maior do que noutros, ainda que, por exemplo, o sargaço (*Cistus monspeliensis*) emita mais no inverno, ao contrário das outras espécies (Meneguzzo *et al.*, 2019).

Parece difícil encontrar locais que deem respostas positivas a todas estas questões, na maioria dos casos alguns requisitos serão cumpridos, outros não.

O Parque da Devesa tem um acesso muito cómodo e rápido, dispõe de uma série de serviços de apoio, tem uma área de 26 ha onde é fácil encontrar um percurso com cerca de 1500 m e espaços amplos onde a envolvente urbana não é visível. Não existem fábricas poluentes nas proximidades e basta apenas evitar o momento em que as sirenes soam para não ter perturbações sonoras. O Parque da Devesa, numa zona com poucos e pequenos desníveis, apresenta um mosaico de diferentes ambientes, com grandes espaços abertos e de fácil acesso, nos meses de primavera flores multicoloridas, zonas arborizadas com espécies mistas, grupos de arbustos de várias alturas, um rio com algumas pontes para o atravessar, um lago, pequenos animais como patos, coelhos, pássaros,



Fig. 9 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: A ouvir o que as árvores nos dizem.

borboletas ou libélulas, facilmente visíveis, e muitas aves que podem ser ouvidas. Não é uma floresta verdadeira, nem uma produção de árvores, espontâneas ou plantadas, que são abatidas periodicamente. Mas oferece a comodidade de ser fácil e rapidamente acessível, mesmo todos os dias, talvez para desfrutar deste espaço e da sua natureza à tarde depois do trabalho. Depois, ao fim de semana, poderíamos também ir mais longe, à procura das florestas de um parque natural ou nacional, onde quem lá trabalha protege a natureza.

Mas quantos o farão realmente? E quanto custará ir para lá em termos de dinheiro e de emissões poluentes?

Muito importante, em conjunto com os efeitos dos monoterpenos que dependem das emissões das plantas e das árvores, é a habilidade das pessoas que praticam o *Forest Bathing* de utilizar, com a ajuda de um facilitador ou sozinhos, os elementos da natureza na qual se encontram e os arquétipos que representam, por sentirem-se parte integrante daquela mesma natureza, deixando para trás o que nos ritmos de todos os dias produz stress.

Para além da atratividade da vegetação que se pode desfrutar no *Forest Bathing*, e que pode ser relacionada com a sua complexidade, também é importante o tempo que duram as atividades desenvolvidas e a frequência com que se repetem no tempo as práticas que influenciam diretamente a permanência dos seus efeitos benéficos ao longo do tempo (Shanahan *et al.*, 2016). O protocolo padrão de fruição japonês (Li, 2018), respeitante a um período de 4 semanas, indica um tempo total de 10 a 12 horas de presença e atividade numa área

Fig. 10 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Partilhando o que sentimos.



natural rica em monoterpenos, repartidas em três ou quatro sessões com duração mínima de 2,5 a 3 horas, distribuídas por sua vez durante não mais que três dias consecutivos. Este tempo foi considerado suficiente para fornecer suporte positivo ao sistema imunológico com uma duração que pode se estender além de 4 semanas. Um tempo total inferior a 10 – 12 horas produz um menor efeito no organismo, afetando progressivamente menos diretamente o sistema imunitário, mas pode trazer benefícios na regulação das hormonas do stress, pressão arterial e frequência cardíaca. Tempos inferiores a 3 horas, em uma única sessão não repetida, não produzem benefícios fisiológicos substanciais, mas ainda são eficazes devido à resposta adaptativa psico-emocional (Li, 2018; 2019).

Os resultados da experiência desenvolvida

Para além da deteção dos Perfis dos estados de disposição de ânimo feitos (PDA ou *POMS*) antes e depois da experiência, no final da atividade foi submetido aos participantes também um questionário de avaliação e satisfação nos quais foram avaliados ao nível mais alto: a avaliação global e a utilidade da experiência, e a probabilidade de a repetir e recomendar a outras pessoas.

No diagrama da Fig.11 são representados e comparados os totais dos valores registados pelos participantes para cada indicador, entre 0 e 4, de como se sentia por cada palavra/afirmação. Duas pessoas tiveram que abandonar a atividade antes do final, por isso há uma discrepância entre o número de questionários compilados antes e depois, contudo, é evidente uma geral evolução

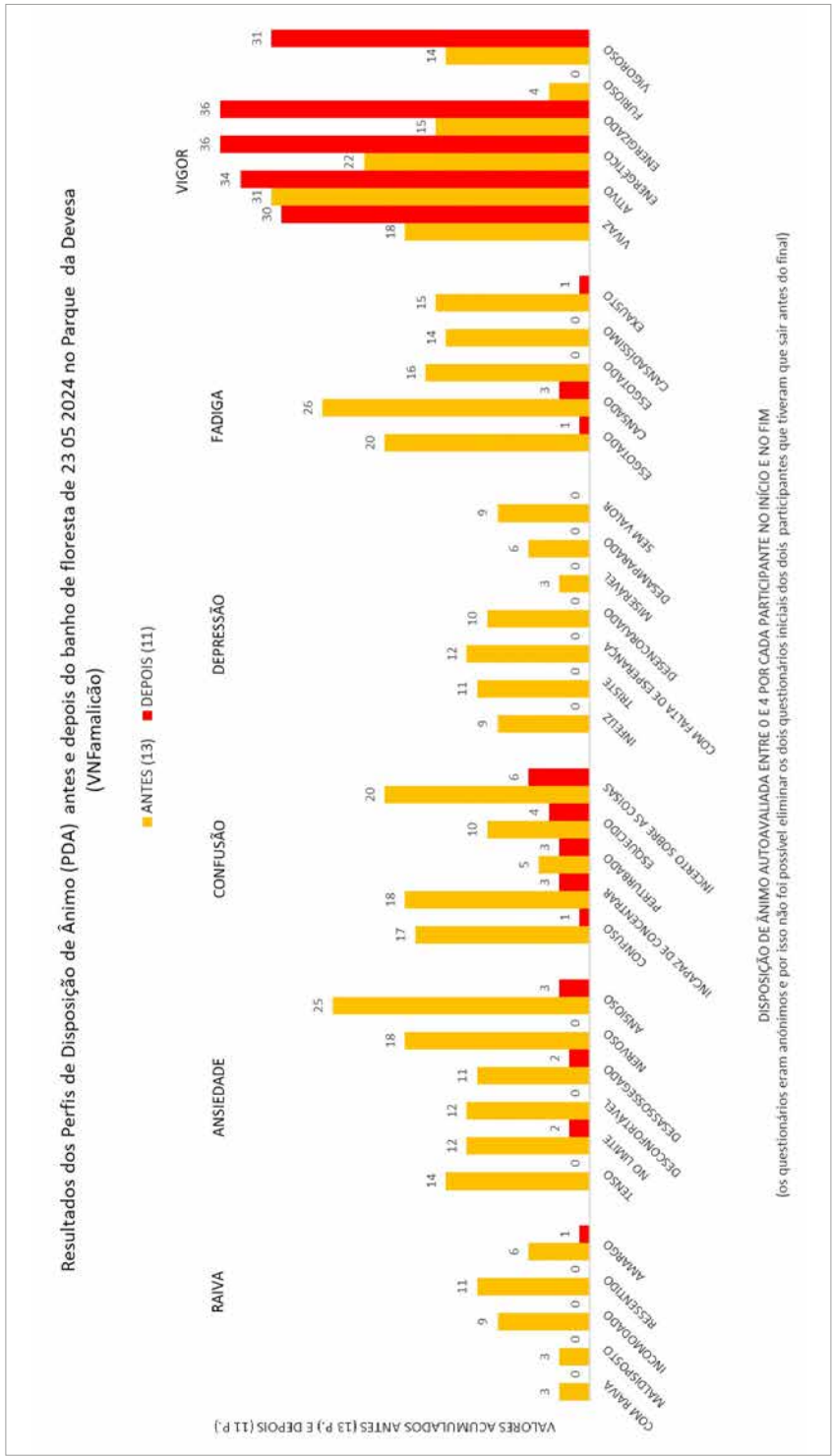


Fig. 11 Resultados dos perfis de ânimo (PDA) antes e depois da experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa.

da disposição de ânimo de todos os restantes, com menos raiva, ansiedade, confusão, depressão, fadiga e mais vigor.

Mesmo que o número de observações seja limitado e a escolha das pessoas não tenha sido sujeita a nenhum critério, e por isso o resultado possa não ser considerado válido estatisticamente, é interessante apreciar a diferença de valores encontrada.

A Natureza como ferramenta de terapia

No projeto europeu Horizon 2020 Naturelab “*Nature based interventions for improving health and well-being*” são mencionadas várias maneiras de utilizar a natureza como ferramenta de terapia: *adventure therapy, forest bathing, forest therapy, healing gardens, horticultural therapy, wilderness therapy* (NATURELAB, 2024). Na imprensa não especializada e no marketing das empresas que vendem bem-estar também se pode encontrar palavras como *silvoterapia, ecoterapia, park therapy, aromaterapia*. Mas só no caso do *Forest Bathing* existe uma vasta literatura científica, artigos e livros de medicina e psicologia, que fundamentam práticas e protocolos. E embora a investigação apenas sobre o *Forest Bathing* esteja em constante evolução e produza resultados cada vez mais interessantes, para as outras práticas referidas e postas à venda não existe literatura científica significativa.

Podemos encontrar muitos lugares adequados para fazer *Forest Bathing*, tendo em conta os principais critérios de escolha que foram mencionados antes, e que nos levam principalmente para florestas em áreas realmente protegidas. Mas ter disponível uma área como aquela do Parque da Devesa perto de uma zona densamente povoada e com uma qualidade do ambiente bastante agradável, apresenta uma oportunidade inegável para a prática desta atividade.

O Parque da Devesa é um lugar bonito e muito concorrido, quer pelo desporto (como caminhada e corrida) quer por diversas atividades educativas e culturais; por isso tem que se ter atenção na escolha dos dias e dos horários, de forma a que haja menor impacto da presença de muitas pessoas e da perturbação que a mesma pode causar.

O mesmo lugar, em diferentes estações, em dias diferentes do mesmo mês, em horas diferentes do mesmo dia, apresenta aos nossos sentidos aspetos diferentes. Sentar-se num banco a observar aquilo que temos à volta, e como isto muda no tempo e se regenera, pode acompanhar a nossa exposição aos monoterpenos com a nossa integração na natureza e nos seus arquétipos. Poder fazer isto, e repetidamente, é uma oportunidade a não perder, pelo bem-estar psicofísico de quem vive em Vila Nova de Famalicão e nos seus arredores.



Fig. 12 Experiência de Forest Bathing no Parque da Devesa: Encerramento.

Bibliografia

- Bach, A, Llusi, J, Filella, I, Maneja, R, Penuelas, J, 2020, 'Human Breathable Air in a Mediterranean Forest: Characterization of Monoterpene Concentrations under the Canopy', *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 17, 4391.
- Bifulco, C, 2021, 'Il Forest Bathing nel Parco Nazionale dei Monti Sibillini', *Natura & Montagna*, LXVII.2, 21-24.
- European Greenbelt, 2018, consultado 12/07/2024 <https://www.europeangreenbelt.org/>
- ISPS-CNR, 2012, *Banca dati dell'Emissione di Composti Organici Volatili (VOC) dalle Specie della Flora Italiana*, consultado il 27/11/2020, <http://www.ipsp.cnr.it/prodotti/databases/database-voc/>
- Kaplan, S, 1995, 'The restorative benefit of nature: toward an integrative framework', *Journal of Environmental Psychology*, 15, 169-182.
- Kellert, SR, 1993, 'The biological basis for human values of nature' in Kellert, SR & Wilson, EO (eds), *The Biophilia Hypothesis*, Island Press, Washington DC, 42-69 .
- Krueger, AP, Reed, EJ, 1976, 'Biological impact of small air ions', *Science*, 193(4259), 1209-1213.
- Li, Q, Morimoto, K, Kobayashi, M, Inagaki, H, Katsumata, M, Hirata, Y, Hirata, K, Suzuki, H, Li, YJ, Wakayama, Y, Kawada, T, Park, BJ, Ohira, T, Matsui, N, Kagawa, T, Miyazaki, Y, Krensky, A, 2008, 'Visiting a Forest, but Not a City, Increases Human Natural Killer Activity and Expression of Anti-Cancer Proteins', *International journal of immunopathology and pharmacology*, 21(1), 117-27.
- Li, Q, Kobayashi, M, Inagaki, H, Katsumata, M, Hirata, Y, Hirata, K, Shimizu, T, Kawada, T, Park, BJ, Shimizu, T, Ohira, T, Kagawa, T, Miyazaki, Y, 2009, 'Effect of Phytoncide from tree on human Natural Killer cell function', *International Journal of Immunopathology and Pharmacology*, 22(4), 951-9.
- Li, Q, 2010, 'Effect of forest bathing trip on human immune function', *Environmental Health Preventive Medicine*, 15(1), 9-17.
- Li, Q, Kawada, T, 2011, 'Effect of forest therapy on the human psycho-neuro-endocrino-immune network', *Nihon Eiseigaku Zasshi*, 66(4), 645-50.

- Li, Q., Kobayashi, M., Wakayama, Y., Inagaki, H., Katsumata, M., Hirata, Y., Li, Y., Hirata, K., Shimizu, T., Suzuki, H., Otsuka, T., Kawada, T., 2012, 'Effect of forest environments on psychological response evaluated by the POMS test', *Forest Medicine*, 137-146 https://www.inform.org/news/2020/05/27_1.html.
- Li, Q., 2018, *Shinrin-yoku. Immergersi nei boschi. Il metodo giapponese per coltivare la felicità e vivere più a lungo*, Rizzoli, Milano.
- Li, Q., 2019, 'Effets des forêts et des bains de forêt (shinrin-yoku) sur la santé humaine : une revue de la littérature [Effect of forest bathing (shinrin-yoku) on human health: A review of the literature]', *Sante Publique*, S1(HS), 135-143.
- McNair, D., Lorr, M., & Droppleman, L., 1971, *Manual for the Profile of Mood States*, Educational and Industrial Testing Service, San Diego.
- Meneguzzo, F., Albanese, L., Bartolini, G., Zabini, F., 2019, 'Temporal and Spatial Variability of Volatile Organic Compounds in the Forest Atmosphere', *Int. J. Environ. Res. Public Health*, 16, 4915.
- Moreira, M., 2015, *Guia de Visita ao Parque da Devesa*, Município de Vila Nova de Famalicão.
- Município de Vila Nova de Famalicão, 2012, *Parque da Devesa – a Cidade e o Parque*, MdVNdF, Vila Nova de Famalicão.
- NATURELAB, 2024, *Definition of the components of Nature-based Therapies Deliverable D2.2* consultado 12/07/2024 <https://naturelab-project.eu/resources/#deliverables>.
- NIKKEN RESEARCH INSTITUTE, nd, *White paper – negative ions: a beneficial atmospheric phenomenon*, consultado 27/11/2020, <http://docplayer.net/22314875-Nikken-research-institute-white-paper-negative-ions-a-beneficial-atmospheric-phenomenon.html>.
- Ohly, H., White, M.P., Wheeler, B.W., Bethel, A., Ukoumunne, O.C., Nikolaou, V., Garside, R., 2016, 'Attention Restoration Theory: A systematic review of the attention restoration potential of exposure to natural environments?' *Journal of Toxicology and Environmental Health, Part B*, 19, 305-343.
- Park, B.J., Yuko Tsunetsugu, Y., Kasetani, T., Kagawa, T., Miyazaki, Y., 2010, 'The physiological effects of Shinrin-yoku (taking in the forest atmosphere or forest bathing): evidence from field experiments in 24 forests across Japan', *Environ Health Prev Med.* 15(1): 18-26.
- Pio, C.A., Nunes, T.V., Brito S., 1993, 'Volatile Hydrocarbon Emissions from Common and Native Species of Vegetation in Portugal'. In Slanina J. et al. (eds.), *Proc. of Joint Workshop of CEC/BIATEX of EUROTRAC, General Assessment of Biog. Emissions and Deposition of Nitrogen Compounds, Sulphur Compounds and Oxidants in Europe* AIR POLLUTION RESEARCH REPORT 47, Aveiro, 291-298.
- Rotte, D., Li, Q., Shin, W.S., Michalsen, A., (eds) 2019, *International handbook of forest therapy*, Cambridge Scholar Publishing, Cambridge.
- Shanahan, D.F., Bush, R., Gaston, K.J., Lin, B.B., Dean, J., Barber, E., Fuller, R.A., 2016, 'Health Benefits from Nature Experiences Depend on Dose', *Scientific Reports* 6:28551, 1-10.
- Stigsdotter, U.A., Grahn P., 2002, 'What makes a garden a healing garden?' *Journal of Therapeutic Horticulture*, 13, 60-69.
- Ulrich, R.S., 1979, 'Visual landscapes and psychological well-being', *Landscape Research*, 4, 17-23.
- Ulrich, R.S., 1983, 'Aesthetic and affective response to natural environment', in Altman I & Wohlwill JF (eds), *Human and Environment, Vol. 6 Behavior and Natural Environment*, Plenum, New York, 85-125.
- Wilson, E.O., 2004, *Il futuro della vita*, Codice Edizioni, Torino.
- Wyles, K., White, M., Hattam, C., Pahl, S., King, H., Austen, M., 2019, 'Are some natural environments more psychologically beneficial than others? The importance of type and quality on connectedness to nature and psychological restoration', *Environment and Behavior*, 51, 111-143.
- Xscapes Sociedade de Arquitectura Paisagista Lda, 2018, *Assessoria de projeto e definição de linhas estratégicas para valorização do ecossistema do Parque da Devesa*, Vila Nova de Famalicão.

Antonio Silva Maia
e seu P. Socio d'honna

Correio
Antonio de Silva Maia
Fundador Instituto
Antônio-Tribunação Silva Maia
e seu P. Socio d'honna



04. Currículos

Breves Currículos

Beatriz Pinto

Mestrado em Marketing e Estratégia pela Universidade do Minho. Tem investigado em parceria a história de Vila Nova de Famalicão no âmbito das migrações Portugal/Brasil século XVIII-XX e a História das Mentalidades no século XVIII.

Bernardo Cunha Alves de Souza

Estudante no mestrado História e Património (Ramo A: Estudos Locais e Regionais) da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2022). Tem vindo a apresentar em vários encontros nacionais e internacionais partes de sua pesquisa de mestrado «Coerentemente Arcaica: A dialética territorial do Julgado de Vermoim (séc. XVI-XIX)». Desenvolve estudos ligados a Cartografia Temática e Histórica, além da História Local.

Carlo Bifulco

Doutorado em Engenharia Florestal e de Recursos Naturais (Lisboa, 2015). Licenciado em Engenharia Electrotécnica (Nápoles, Itália, 1980). Professor Adjunto de Engenharia Naturalística (Soluções com Base Natural) do mestrado em Recursos Florestais na Escola Superior Agrária do Politécnico de Coimbra (2017-2022). Diretor do Parque Nacional dos Monti Sibillini (Itália, 2016-2020) e do Parque Nacional do Vesúvio (Itália, 1997-2005). Membro do Comitê Técnico-Científico da Reserva Natural Estatal “Cratere degli Astroni” gerida pelo WWF Italia (Itália, 1997-2005). Docente de Banho de Floresta em cursos desenvolvidos pelas guias do Parque Nacional dos Monti Sibillini e da Reserva Natural Estatal “Cratere degli Astroni” (2022-2024).

Cristina Clímaco

Maître de conférences na Universidade de Paris 8 Vincennes Saint-Denis, investigadora integrada do Laboratoire d’Études Romanes/Pari 8 e investigadora integrada do HIC e do CEIS20. Tem trabalho na área do exílio e emigração nos anos 20 e 30, e das relações luso-francesas. De entre as obras publicadas destacam-se Republicanos, anarquistas e comunistas no exílio, 1927-1936, Lisboa, Colibri, 2017 e Les Portugais et la guerre d’Espagne. Engagement militant, solidarités et mémoires, Paris, Rive-neuve/CERMI, 2021.

Diogo Cardoso

Licenciado em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto. Mestre em História e Património, Estudos Locais e Regionais – Construção de Memórias, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

João Afonso Machado

Escritor. Investigador. Advogado.

Lúisa Alvim

Doutorada em Ciências da Informação e Documentação pela Universidade de Évora; Mestre em Ciência da Informação; Pós-graduada em Ciências Documentais; Licenciada em Filosofia. Investigadora integrada no CIDEHUS – Universidade de Évora e colaboradora no CEIS20 – Universidade de Coimbra. Docente nas Pós-graduação em Ciências da Informação na Universidade de Évora, Universidade Portucalense, Universidade Autónoma e no ISCAP/IPP. Tem artigos publicados em revistas da especialidade e em livros de coordenação diversa e artigos científicos apresentados em congressos nacionais e internacionais. Técnica superior no Arquivo Municipal Alberto Sampaio, Município de Vila Nova de Famalicão.

Manuela Araújo

Mestre em Tecnologias do Ambiente (UM 1996). Licenciada em Engenharia Química (UP 1985). Licenciada em Arquitetura (U. Lusíada VNF 2001). Analista Responsável do ILAQUA na Universidade Lusíada de VNF, (1990-1997). Engenheira na TMG – Automotive, Guimarães (1985-1990). Técnica superior de arquitetura na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, onde desempenhou funções de Adjunta do Vereador do Urbanismo (2002-2005), Coordenadora da Gestão Urbanística (2005-2010), Chefe de Divisão de Gestão Urbanística (2010-2013) e Chefe da Equipa Multidisciplinar de Gestão do Parque da Devesa (2014-2024).

Nestor Borges

Licenciado em História pela Universidade Portuguesa Infante D. Henrique e pós-graduado em Gestão Cultural pela Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, no Porto. É técnico superior da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão no Museu Nacional Ferroviário-Núcleo de Lousado.

Odete Paiva

Doutorada em História e investigadora do CITCEM da Faculdade de Letras do Porto

Paula Costa

Curso de Técnicas de Tratamento Documental / Biblioteca e Documentação (1993), pelo Instituto de Educação Técnica – INETE. Técnica responsável pelo Fundo Local da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco.

Teresa Araújo

Nascida no Porto, em 1968, fez os seus estudos superiores na Faculdade de Letras da Universidade do Porto onde se licenciou em História (variante de arte) em 1991. Anos depois, em 1997, e na mesma faculdade, terminaria o mestrado em História da Arte com a dissertação *A Tipologia do órgão na obra de Frei José de Santo António Vilaça*. Seguiu-se a pós-graduação em Ciências Documentais (opção arquivo), em 1999, nessa mesma Universidade. Em 2020 completou na Universidade do Minho o doutoramento em História Contemporânea, que se encontra publicada pela câmara municipal de Vila Nova de Famalicão com o título: *Os Alves de Requião. Memória, identidade e afetos (séculos XVII-XX)*.

Investigadora do LAB2PT/Univ. Minho e do membro do Grupo de História Social a Norte, tem artigos científicos apresentados em congressos nacionais e internacionais e livros publicados sobre a temática da história da família e dos arquivos familiares.

Arquivista de profissão, exerceu desde 2000 até 2023 as funções de coordenadora do Arquivo Municipal da Póvoa de Varzim. Desde 2024 que é técnica superior no município de Vila Nova de Famalicão sendo responsável pelo arquivo e gestão das coleções da Casa de Camilo/Museu-Centro de Estudos.

Ficha técnica

Boletim Cultural · VI série · n.º 4 · Ano 2023

Edição

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Diretor

Mário Passos, Presidente da Câmara Municipal

Coordenador editorial

Pedro Oliveira, Vereador da Cultura

Colaboram neste número

Beatriz Pinto, Bernardo Cunha Alves de Souza,
Carlo Bifulco, Cristina Climaco, Diogo Cardoso,
João Afonso Machado, Luísa Alvim, Manuela Araújo,
Nestor Borges, Odete Paiva, Paula Costa e Teresa Araújo

Coordenação de edição

Arminda Esmeralda de Araújo Ferreira

Design gráfico

António Pedro

Execução gráfica

Papelmunde

Tiragem

500 exemplares

ISSN

0871-3308

Depósito legal

412746/90

Isento de registo na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99
de 09 de junho, art.º 12.º, n.º 1, alínea b)

Foto da capa: Estação de Famalicão nos finais do século XIX.

Fonte: Postal Ilustrado no Arquivo Municipal Alberto Sampaio

